

TRIBUNAL
DE CONTAS
DE SANTA
CATARINA

PROCESSO:	@PCP 20/00097299
AUTUADO:	03/03/2020 PROTOCOLO: 6352/2020
RELATOR:	CONSELHEIRO José Nei Alberton Ascari
UN. GESTORA:	Prefeitura Municipal de Monte Carlo
RESPONSÁVEL:	Sônia Salete Vedovatto
INTERESSADO:	Adair Luiz Gonçalves
ESPÉCIE:	Contas anuais do Município Prestadas pelo Prefeito
ASSUNTO:	Prestação de Contas referente ao exercício de 2019



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SANTA CATARINA

DIRETORIA DE CONTROLE DOS MUNICÍPIOS

EXTRATO DAS INFORMAÇÕES RECEBIDAS - PRESTAÇÃO DE CONTAS

Município: MONTE CARLO
Data recebimento das informações: 3 de Março de 2020

Descrição Arquivo	Situação Contador	Data Execução	CPF Contador	Situação Gestor	Data Execução	CPF Gestor
Anexo 1 - Demonstrativo da Receita e Despesa segundo as Categorias Econômicas	Assinado	02/03/2020	716.363.409-97	Assinado	02/03/2020	951.900.829-20
Anexo 2 - Receita Segundo as Categorias Econômicas	Assinado	02/03/2020	716.363.409-97	Assinado	02/03/2020	951.900.829-20
Anexo 2 - Resumo Geral das Despesas	Assinado	02/03/2020	716.363.409-97	Assinado	02/03/2020	951.900.829-20
Anexo 2 - Natureza das Despesas Segundo as Categorias Econômicas	Assinado	02/03/2020	716.363.409-97	Assinado	02/03/2020	951.900.829-20
Anexo 6 - Programa de Trabalho por Órgão e Unidade Orçamentária	Assinado	02/03/2020	716.363.409-97	Assinado	02/03/2020	951.900.829-20
Anexo 7 - Demonstrativo de Funções, SubFunções e Programas por Projetos e Atividades	Assinado	02/03/2020	716.363.409-97	Assinado	02/03/2020	951.900.829-20
Anexo 8 - Demonstrativo da Despesa por Funções, SubFunções e Programas conforme o vínculo com os Recursos	Assinado	02/03/2020	716.363.409-97	Assinado	02/03/2020	951.900.829-20
Anexo 9 - Demonstrativo da Despesa por Funções, SubFunções e Programas conforme o vínculo com os Recursos	Assinado	02/03/2020	716.363.409-97	Assinado	02/03/2020	951.900.829-20
Anexo 10 - Comparativo da Receita Orçada com a Arrecadada	Assinado	02/03/2020	716.363.409-97	Assinado	02/03/2020	951.900.829-20
Anexo 11 - Comparativo da Despesa Autorizada com a Realizada	Assinado	02/03/2020	716.363.409-97	Assinado	02/03/2020	951.900.829-20
Anexo 12 - Balanço Orçamentário	Assinado	02/03/2020	716.363.409-97	Assinado	02/03/2020	951.900.829-20
Anexo 13 - Balanço Financeiro	Assinado	02/03/2020	716.363.409-97	Assinado	02/03/2020	951.900.829-20
Anexo 14 - Balanço Patrimonial	Assinado	02/03/2020	716.363.409-97	Assinado	02/03/2020	951.900.829-20
Anexo 15 - Demonstração das Variações Patrimoniais	Assinado	02/03/2020	716.363.409-97	Assinado	02/03/2020	951.900.829-20
Demonstração do Fluxo de Caixa	Assinado	02/03/2020	716.363.409-97	Assinado	02/03/2020	951.900.829-20
Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido	Assinado	02/03/2020	716.363.409-97	Assinado	02/03/2020	951.900.829-20
Relatório do Órgão Central do Sistema de Controle Interno	-	-	-	Assinado	27/02/2020	951.900.829-20
Relatório do Conselho do FUNDEB	-	-	-	Assinado	26/02/2020	951.900.829-20
Notas Explicativas do Balanço	Assinado	02/03/2020	716.363.409-97	-	-	-
Anexo 13 - Balanço Financeiro - Prefeitura	Assinado	27/02/2020	716.363.409-97	Assinado	27/02/2020	951.900.829-20
Anexo 14 - Balanço Patrimonial - Prefeitura	Assinado	27/02/2020	716.363.409-97	Assinado	27/02/2020	951.900.829-20

Florianópolis, 3 de Março de 2020

Sr. Presidente

Com os nossos cordiais cumprimentos, encaminho por intermédio do presente, e em atenção ao previsto no artigo 20 da Resolução TC n.º 16/94, e alterações posteriores, as Demonstrações Contábeis e quadros demonstrativos do exercício encerrado, de forma Consolidada, nos termos dos anexos estabelecidos nos artigos 101 da Lei n.º 4.320/64, de 17 de março de 1964 e alterações posteriores, com abrangência ao exercício de 2019.

Sendo o que nos apresenta para o momento e colocando-nos à disposição para informações adicionais que se fizerem necessárias.

Cordialmente,

SONIA SALETE VEDOVATTO MARCIO ANTONIO PADILHA - 019609/0-O
Prefeito Contador - CRC

Demonstrativo da Receita e Despesa

Segundo as Categorias Econômicas - Anexo 1

Município de MONTE CARLO

Competência: 2019

Títulos	R\$	Títulos	R\$
RECEITA		DESPESA	
Receitas Correntes	30.970.961,05	Despesas Correntes	28.966.059,89
Receita Tributária	2.974.227,20	Pessoal e Encargos Sociais	16.147.520,16
Receita de Contribuições	515.245,26	Juros e Encargos da Dívida	299.934,03
Receita Patrimonial	114.970,39	Outras despesas correntes	12.518.605,70
Receita Agropecuária	0,00		
Receita industrial	0,00	Despesas Intra-Orçamentárias Correntes	0,00
Receita de Serviços	1.057.218,71		
Transferências Correntes	26.252.995,59		
Outras Receitas Correntes	56.303,90		
Receitas Intra-Orçamentárias Correntes	0,00		
Déficit		Superávit	2.004.901,16
Total	30.970.961,05	Total	30.970.961,05
Receitas de Capital	695.265,66	Despesas de Capital	2.011.401,62
Operações de Crédito	0,00		
Alienação de Bens	0,00	Investimentos	1.356.861,65
Amortização de Empréstimos	0,00	Inversões Financeiras	0,00
Transferências de Capital	695.265,66	Amortização da Dívida	654.539,97
Outras Receitas de Capital	0,00		
		Despesas Intra-Orçamentárias de Capital	0,00
Receitas Intra-Orçamentárias de Capital	0,00		
Déficit	1.316.135,96	Superávit	
Total	2.011.401,62	Total	2.011.401,62
	RESUMO		
Receitas Correntes	30.970.961,05	Despesas Correntes	28.966.059,89
Receitas Intra-Orçamentárias Correntes	0,00	Despesas Intra-Orçamentárias Correntes	0,00
Receita de Capital	695.265,66	Despesas de Capital	2.011.401,62
Receitas Intra-Orçamentárias de Capital	0,00	Despesas Intra-Orçamentárias de Capital	0,00
Subtotal	31.666.226,71	Subtotal	30.977.461,51
Déficit		Superávit	688.765,20
TOTAL	31.666.226,71	TOTAL	31.666.226,71

Município de MONTE CARLO

Exercício de 2019

Código	Especificação	Desdobramento	Fonte	Categoria econômica
	RECEITAS			34.474.442,96
10000000	Receitas Correntes			33.779.177,30
11000000	Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria		2.974.227,20	
11100000	Impostos		2.277.479,56	
11130000	Impostos sobre a Renda e Proventos de Qualquer Natureza	375.209,49		
11130300	Imposto sobre a Renda - Retido na Fonte	375.209,49		
11130310	Imposto sobre a Renda - Retido na Fonte - Trabalho	375.209,49		
11130311	Imposto sobre a Renda - Retido na Fonte - Trabalho - Principal	375.209,49		
	Recursos Ordinários	225.125,58		
	Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	93.802,44		
	Receitas de Impostos e Transf de impostos: Saúde	56.281,47		
11180000	Impostos Específicos de Estados, DF e Municípios	1.902.270,07		
11180100	Impostos sobre o Patrimônio para Estados/DF/Municípios	1.505.247,33		
11180110	Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana	660.955,58		
11180111	Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - Principal	544.035,80		
	Recursos Ordinários	326.421,36		
	Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	136.009,06		
	Receitas de Impostos e Transf de impostos: Saúde	81.605,38		
11180113	Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - Dívida Ativa	116.919,78		
	Recursos Ordinários	70.151,84		
	Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	29.229,99		
	Receitas de Impostos e Transf de impostos: Saúde	17.537,95		
11180140	Imposto sobre Transmissão "Inter Vivos" de Bens Imóveis e de Direitos Reais sobre Imóveis	844.291,75		
11180141	Imposto sobre Transmissão "Inter Vivos" de Bens Imóveis e de Direitos Reais sobre Imóveis - Principa	844.291,75		
	Recursos Ordinários	506.575,04		
	Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	211.072,94		
	Receitas de Impostos e Transf de impostos: Saúde	126.643,77		
11180200	Impostos sobre a Produção, Circulação de Mercadorias e Serviços	397.022,74		
11180230	Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza	397.022,74		
11180231	Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - Principal	397.022,74		
	Recursos Ordinários	238.213,37		
	Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	99.255,96		
	Receitas de Impostos e Transf de impostos: Saúde	59.553,41		
11200000	Taxas		696.747,64	
11210000	Taxas pelo Exercício do Poder de Polícia	407.239,41		
11210100	Taxas de Inspeção, Controle e Fiscalização	407.239,41		
11210110	Taxas de Inspeção, Controle e Fiscalização	407.239,41		
11210111	Taxas de Inspeção, Controle e Fiscalização - Principal	395.150,06		
	Recursos Ordinários	395.150,06		
11210112	Taxas de Inspeção, Controle e Fiscalização - Multas e Juros de Mora	1.760,08		
	Recursos Ordinários	1.760,08		
11210113	Taxas de Inspeção, Controle e Fiscalização - Dívida Ativa	10.329,27		
	Recursos Ordinários	10.329,27		
11220000	Taxas pela Prestação de Serviços	289.508,23		

Município de MONTE CARLO

Exercício de 2019

Código	Especificação	Desdobramento	Fonte	Categoria econômica
11220100	Taxas pela Prestação de Serviços	289.508,23		
11220110	Taxas pela Prestação de Serviços	289.508,23		
11220111	Taxas pela Prestação de Serviços - Principal	289.508,23		
	Recursos Ordinários	289.508,23		
12000000	Contribuições		515.245,26	
12400000	Contribuição para o Custeio do Serviço de Iluminação Pública		515.245,26	
12400010	Contribuição para o Custeio do Serviço de Iluminação Pública	515.245,26		
12400011	Contribuição para o Custeio do Serviço de Iluminação Pública - Principal	515.245,26		
	Contribuição para o Custeio dos Serviços de Iluminação Pública - COSIP	515.245,26		
13000000	Receita Patrimonial		114.970,39	
13200000	Valores Mobiliários		114.970,39	
13210000	Juros e Correções Monetárias	114.970,39		
13210010	Remuneração de Depósitos Bancários	114.970,39		
13210011	Remuneração de Depósitos Bancários - Principal	114.970,39		
	Recursos Ordinários	13.137,08		
	Receitas de Impostos e Transf de impostos: Saúde	1.629,51		
	Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico - CIDE	211,95		
	Contribuição para o Custeio dos Serviços de Iluminação Pública - COSIP	11.610,38		
	Convênio de Trânsito - Civil	640,89		
	Convênio de Trânsito - Prefeitura	841,37		
	Transf. do FUNDEF/FUNDEB - (aplic. remuneração dos prof. do Magist. em efet exercício na Ed. Bá	10.863,72		
	Transferências do FUNDEF/FUNDEB - (aplicação em outras despesas da Educação Básica)	5.958,50		
	Transferências de Convênios – União/Educação	50,61		
	Transferências de Convênios – União/Saúde	1.576,41		
	Transferências de Convênios – União/Outros (não relacionados à educação/saúde/assistência socia	5.031,57		
	Transferências do Sistema Único de Assistência Social – SUAS/União	3.197,31		
	Salário-Educação	32.136,86		
	Outras Transferências do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – FNDE (não repassadas p	1.362,62		
	Transferências do Sistema Único de Saúde – SUS/União	15.940,01		
	Fundo Especial do Petróleo e Transferências Decorrentes de Compensação Financeira pela Exploraç	525,47		
	Transferências de Convênios – Estado/Educação	525,22		
	Transferências de Convênios – Estado/Outros (não relacionados à educação/saúde/assistência socia	3,25		
	Transferências do Sistema Único de Assistência Social – SUAS/Estado	1.381,79		
	Transferências do Sistema Único de Saúde – SUS/Estado	7.077,37		
	Alienações de Bens destinados a Outros Programas	1.268,50		
16000000	Receita de Serviços		1.057.218,71	
16100000	Serviços Administrativos e Comerciais Gerais		1.052.895,72	
16100100	Serviços Administrativos e Comerciais Gerais	1.052.895,72		
16100110	Serviços Administrativos e Comerciais Gerais	1.052.895,72		
16100111	Serviços Administrativos e Comerciais Gerais - Principal	908.809,98		
	Recursos Ordinários	908.809,98		
16100112	Serviços Administrativos e Comerciais Gerais - Multas e Juros de Mora	778,98		
	Recursos Ordinários	778,98		

Município de MONTE CARLO
Exercício de 2019

Código	Especificação	Desdobramento	Fonte	Categoria econômica
16100113	Serviços Administrativos e Comerciais Gerais - Dívida Ativa	136.370,86		
	Recursos Ordinários	136.370,86		
16100114	Serviços Administrativos e Comerciais Gerais - Dívida Ativa - Multas e Juros de Mora da Dívida Ativa	6.935,90		
	Recursos Ordinários	6.935,90		
16900000	Outros Serviços		4.322,99	
16909900	Outros Serviços	4.322,99		
16909910	Outros Serviços	4.322,99		
16909911	Outros Serviços - Principal	4.322,99		
	Recursos Ordinários	4.322,99		
17000000	Transferências Correntes		29.061.211,84	
17100000	Transferências da União e de suas Entidades		13.160.258,11	
17180000	Transferências da União - Específicas de Estados, DF e Municípios	13.160.258,11		
17180100	Participação na Receita da União	8.204.536,94		
17180120	Cota-Parte do Fundo de Participação dos Municípios - Cota Mensal	7.414.834,46		
17180121	Cota-Parte do Fundo de Participação dos Municípios - Cota Mensal - Principal	7.414.834,46		
	Recursos Ordinários	3.781.565,56		
	Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	2.224.450,34		
	Receitas de Impostos e Transf de impostos: Saúde	1.408.818,56		
17180130	Cota-Parte do Fundo de Participação dos Municípios - 1% Cota entregue no mês de dezembro	327.230,35		
17180131	Cota-Parte do Fundo de Participação dos Municípios - 1% Cota entregue no mês de dezembro - Principal	327.230,35		
	Recursos Ordinários	245.422,76		
	Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	81.807,59		
17180140	Cota-Parte do Fundo de Participação dos Municípios - 1% Cota entregue no mês de julho	315.140,73		
17180141	Cota-Parte do Fundo de Participação dos Municípios - 1% Cota entregue no mês de julho - Principal	315.140,73		
	Recursos Ordinários	236.355,55		
	Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	78.785,18		
17180150	Cota-Parte do Imposto Sobre a Propriedade Territorial Rural	147.331,40		
17180151	Cota-Parte do Imposto Sobre a Propriedade Territorial Rural - Principal	147.331,40		
	Recursos Ordinários	88.398,82		
	Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	36.832,88		
	Receitas de Impostos e Transf de impostos: Saúde	22.099,70		
17180200	Transferência da Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Naturais	114.247,03		
17180260	Cota-Parte do Fundo Especial do Petróleo - FEP	114.247,03		
17180261	Cota-Parte do Fundo Especial do Petróleo - FEP - Principal	114.247,03		
	Fundo Especial do Petróleo e Transferências Decorrentes de Compensação Financeira pela Exploração	114.247,03		
17180300	Transferência de Recursos do Sistema Único de Saúde - SUS - Repasses Fundo a Fundo Bloco Custeio das	2.017.369,30		
17180310	Transferência de Recursos do SUS - Atenção Básica	1.620.371,18		
17180311	Transferência de Recursos do SUS - Atenção Básica - Principal	1.620.371,18		
	Transferências do Sistema Único de Saúde - SUS/União	1.620.371,18		
17180320	Transferência de Recursos do SUS - Atenção de Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar	234.941,16		
17180321	Transferência de Recursos do SUS - Atenção de Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar -	234.941,16		
	Transferências do Sistema Único de Saúde - SUS/União	234.941,16		

Município de MONTE CARLO

Exercício de 2019

Código	Especificação	Desdobramento	Fonte	Categoria econômica
17180330	Transferência de Recursos do SUS – Vigilância em Saúde	66.451,78		
17180331	Transferência de Recursos do SUS – Vigilância em Saúde - Principal	66.451,78		
	Transferências do Sistema Único de Saúde – SUS/União	66.451,78		
17180340	Transferência de Recursos do SUS – Assistência Farmacêutica	54.711,99		
17180341	Transferência de Recursos do SUS – Assistência Farmacêutica - Principal	54.711,99		
	Transferências do Sistema Único de Saúde – SUS/União	54.711,99		
17180350	Transferência de Recursos do SUS – Gestão do SUS	40.893,19		
17180351	Transferência de Recursos do SUS – Gestão do SUS - Principal	40.893,19		
	Transferências do Sistema Único de Saúde – SUS/União	40.893,19		
17180500	Transferências de Recursos do Fundo Nacional do Desenvolvimento da Educação – FNDE	1.002.924,15		
17180510	Transferências do Salário-Educação	782.800,69		
17180511	Transferências do Salário-Educação - Principal	782.800,69		
	Salário-Educação	782.800,69		
17180530	Transferências Diretas do FNDE referentes ao Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE	189.304,00		
17180531	Transferências Diretas do FNDE referentes ao Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE - Princ	189.304,00		
	Outras Transferências do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – FNDE (não repassadas p	189.304,00		
17180540	Transferências Diretas do FNDE referentes ao Programa Nacional de Apoio ao Transporte do Escolar – P	30.819,46		
17180541	Transferências Diretas do FNDE referentes ao Programa Nacional de Apoio ao Transporte do Escolar – P	30.819,46		
	Outras Transferências do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – FNDE (não repassadas p	30.819,46		
17180800	Transferências Advindas de Emendas Parlamentares Individuais	1.231.895,00		
17180810	Transferências Advindas de Emendas Parlamentares Individuais	1.231.895,00		
17180811	Transferências Advindas de Emendas Parlamentares Individuais - Principal	1.231.895,00		
	Transferências do Sistema Único de Saúde – SUS/União	1.231.895,00		
17181200	Transferências de Recursos do Fundo Nacional de Assistência Social – FNAS	201.573,98		
17181210	Transferências de Recursos do Fundo Nacional de Assistência Social – FNAS	201.573,98		
17181211	Transferências de Recursos do Fundo Nacional de Assistência Social – FNAS - Principal	201.573,98		
	Transferências do Sistema Único de Assistência Social – SUAS/União	201.573,98		
17189900	Outras Transferências da União	387.711,71		
17189910	Outras Transferências da União	387.711,71		
17189911	Outras Transferências da União - Principal	387.711,71		
	Recursos Ordinários	3.877,11		
	Cessão onerosa - Lei nº 13.885/201	383.834,60		
17200000	Transferências dos Estados e do Distrito Federal e de suas Entidades		7.064.287,09	
17280000	Transferências dos Estados - Específicas de Estados, DF e Municípios	7.064.287,09		
17280100	Participação na Receita dos Estados	6.491.156,45		
17280110	Cota-Parte do ICMS	5.803.544,95		
17280111	Cota-Parte do ICMS - Principal	5.803.544,95		
	Recursos Ordinários	3.482.126,79		
	Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	1.450.886,40		
	Receitas de Impostos e Transf de impostos: Saúde	870.531,76		
17280120	Cota-Parte do IPVA	601.064,02		
17280121	Cota-Parte do IPVA - Principal	601.064,02		

Município de MONTE CARLO

Exercício de 2019

Código	Especificação	Desdobramento	Fonte	Categoria econômica
	Recursos Ordinários	360.638,23		
	Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	150.266,20		
	Receitas de Impostos e Transf de impostos: Saúde	90.159,59		
17280130	Cota-Parte do IPI - Municípios	74.317,37		
17280131	Cota-Parte do IPI - Municípios - Principal	74.317,37		
	Recursos Ordinários	44.590,36		
	Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	18.579,38		
	Receitas de Impostos e Transf de impostos: Saúde	11.147,63		
17280140	Cota-Parte da Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico	12.230,11		
17280141	Cota-Parte da Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico - Principal	12.230,11		
	Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico - CIDE	12.230,11		
17280300	Transferência de Recursos do Estado para Programas de Saúde – Repasse Fundo a Fundo	451.702,71		
17280310	Transferência de Recursos do Estado para Programas de Saúde – Repasse Fundo a Fundo	451.702,71		
17280311	Transferência de Recursos do Estado para Programas de Saúde – Repasse Fundo a Fundo - Principal	451.702,71		
	Transferências do Sistema Único de Saúde – SUS/Estado	451.702,71		
17281000	Transferência de Convênios dos Estados e do Distrito Federal e de Suas Entidades	121.427,93		
17281020	Transferências de Convênio dos Estados Destinadas a Programas de Educação	92.077,92		
17281021	Transferências de Convênio dos Estados Destinadas a Programas de Educação - Principal	92.077,92		
	Transferências de Convênios – Estado/Educação	92.077,92		
17281090	Outras Transferências de Convênio dos Estados	29.350,01		
17281091	Outras Transferências de Convênio dos Estados - Principal	29.350,01		
	Transferências do Sistema Único de Assistência Social – SUAS/Estado	29.350,01		
17500000	Transferências de Outras Instituições Públicas		8.836.666,64	
17580000	Transferências de Outras Instituições Públicas - Específicas de Estados, DF e Municípios	8.836.666,64		
17580100	Transferências de Recursos do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valoriza	8.836.666,64		
17580110	Transferências de Recursos do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valoriza	8.836.666,64		
17580111	Transferências de Recursos do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valoriza	8.836.666,64		
	Transf. do FUNDEF/FUNDEB - (aplic. remuneração dos prof. do Magist. em efet exercício na Ed. Bá	5.743.833,27		
	Transferências do FUNDEF/FUNDEB - (aplicação em outras despesas da Educação Básica)	3.092.833,37		
19000000	Outras Receitas Correntes		56.303,90	
19100000	Multas Administrativas, Contratuais e Judiciais		45.131,11	
19100100	Multas Previstas em Legislação Específica	45.131,11		
19100110	Multas Previstas em Legislação Específica	45.131,11		
19100111	Multas Previstas em Legislação Específica - Principal	45.131,11		
	Convênio de Trânsito - Militar	14.667,62		
	Convênio de Trânsito - Civil	14.667,62		
	Convênio de Trânsito - Prefeitura	15.795,87		
19200000	Indenizações, Restituições e Ressarcimentos		9.642,03	
19220000	Restituições	9.642,03		
19229900	Outras Restituições	9.642,03		
19229910	Outras Restituições	9.642,03		

Município de MONTE CARLO

Exercício de 2019

Código	Especificação	Desdobramento	Fonte	Categoria econômica
19229911	Outras Restituições - Principal	9.642,03		
	Recursos Ordinários	9.642,03		
19900000	Demais Receitas Correntes		1.530,76	
19909900	Outras Receitas	1.530,76		
19909910	Outras Receitas - Primárias	1.530,76		
19909911	Outras Receitas - Primárias - Principal	1.530,76		
	Recursos Ordinários	1.530,76		
20000000	Receitas de Capital			695.265,66
24000000	Transferências de Capital		695.265,66	
24100000	Transferências da União e de suas Entidades		695.265,66	
24180000	Transferências da União - Específicas de Estados, DF e Municípios	695.265,66		
24181000	Transferência de Convênios da União e de suas Entidades	695.265,66		
24181010	SUS Transferências de Convênio da União para o Sistema Único de Saúde -	188.746,14		
24181011	SUS - Principal Transferências de Convênio da União para o Sistema Único de Saúde -	188.746,14		
	Transferências de Convênios - União/Saúde	188.746,14		
24181090	Outras Transferências de Convênios da União	506.519,52		
24181091	Outras Transferências de Convênios da União - Principal	506.519,52		
	Transferências de Convênios - União/Outros (não relacionados à educação/saúde/assistência socia	506.519,52		
	DEDUÇÕES FUNDEB			2.808.216,25
10000000	Receitas Correntes			2.808.216,25
17000000	Transferências Correntes		2.808.216,25	
17100000	Transferências da União e de suas Entidades		1.512.432,77	
17180000	Transferências da União - Específicas de Estados, DF e Municípios	1.512.432,77		
17180100	Participação na Receita da União	1.512.432,77		
17180120	Cota-Parte do Fundo de Participação dos Municípios - Cota Mensal	1.482.966,57		
17180121	Cota-Parte do Fundo de Participação dos Municípios - Cota Mensal - Principal	1.482.966,57		
	Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	1.482.966,57		
17180150	Cota-Parte do Imposto Sobre a Propriedade Territorial Rural	29.466,20		
17180151	Cota-Parte do Imposto Sobre a Propriedade Territorial Rural - Principal	29.466,20		
	Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	29.466,20		
17200000	Transferências dos Estados e do Distrito Federal e de suas Entidades		1.295.783,48	
17280000	Transferências dos Estados - Específicas de Estados, DF e Municípios	1.295.783,48		
17280100	Participação na Receita dos Estados	1.295.783,48		
17280110	Cota-Parte do ICMS	1.160.708,29		
17280111	Cota-Parte do ICMS - Principal	1.160.708,29		
	Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	1.160.708,29		
17280120	Cota-Parte do IPVA	120.211,80		
17280121	Cota-Parte do IPVA - Principal	120.211,80		
	Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	120.211,80		
17280130	Cota-Parte do IPI - Municípios	14.863,39		
17280131	Cota-Parte do IPI - Municípios - Principal	14.863,39		
	Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	14.863,39		
TOTAL GERAL				31.666.226,71

Município de MONTE CARLO

Exercício de 2019

Código	Especificação	Desdobramento	Fonte	Categoria econômica
--------	---------------	---------------	-------	---------------------

Município de MONTE CARLO

Competência: 2019

Unidade Gestora: (Legislativo) Câmara Municipal de Monte Carlo

Unidade Orçamentária: 1001 - CAMARA DE VEREADORES

Código	Especificação	Desdobramento	Elemento	Categoria Econômica
3.0.00.00	Despesas Correntes			1.057.462,42
3.1.00.00	Pessoal e Encargos Sociais			906.694,07
3.1.90.00	Aplicações Diretas		906.694,07	
3.1.90.11	Vencimentos e Vantagens Fixas (Pessoal Civil)	767.931,87		
3.1.90.13	Obrigações Patronais	138.762,20		
3.3.00.00	Outras Despesas Correntes			150.768,35
3.3.90.00	Aplicações Diretas		150.768,35	
3.3.90.14	Diárias Civil	12.840,00		
3.3.90.30	Material de Consumo	35.616,78		
3.3.90.36	Outros Serviços de Terceiros (Pessoa Física)	26.679,84		
3.3.90.39	Outros Serviços de Terceiros (Pessoa Jurídica)	65.744,94		
3.3.90.40	Serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC) – Pessoa Jurídica	9.886,79		
	Total Unidade Orçamentária			1.057.462,42

Unidade Gestora: (Executivo) Prefeitura Municipal de Monte Carlo

Unidade Orçamentária: 2001 - GABINETE DO PREFEITO

Código	Especificação	Desdobramento	Elemento	Categoria Econômica
3.0.00.00	Despesas Correntes			901.417,02
3.1.00.00	Pessoal e Encargos Sociais			786.748,29
3.1.90.00	Aplicações Diretas		786.748,29	
3.1.90.01	Aposentadorias, Reserva Remunerada e Reformas	3.160,42		
3.1.90.11	Vencimentos e Vantagens Fixas (Pessoal Civil)	648.015,92		
3.1.90.13	Obrigações Patronais	135.571,95		
3.3.00.00	Outras Despesas Correntes			114.668,73
3.3.90.00	Aplicações Diretas		114.668,73	
3.3.90.14	Diárias Civil	26.230,00		
3.3.90.15	Diárias Militar	0,00		
3.3.90.30	Material de Consumo	45.398,63		
3.3.90.36	Outros Serviços de Terceiros (Pessoa Física)	52,29		
3.3.90.39	Outros Serviços de Terceiros (Pessoa Jurídica)	42.852,04		
3.3.90.47	Obrigações Tributárias e Contributivas	135,77		
4.0.00.00	Despesas de Capital			2.045,00
4.4.00.00	Investimentos			2.045,00
4.4.90.00	Aplicações Diretas		2.045,00	
4.4.90.52	Equipamentos e Material Permanente	2.045,00		
	Total Unidade Orçamentária			903.462,02

Unidade Orçamentária: 2004 - CONSELHO TUTELAR

Código	Especificação	Desdobramento	Elemento	Categoria Econômica
3.0.00.00	Despesas Correntes			151.501,61

Natureza da Despesa segundo as Categorias Econômicas

Administração Direta, Indireta ou Fundacional - Anexo 2

Município de MONTE CARLO

Competência: 2019

3.1.00.00	Pessoal e Encargos Sociais		124.044,35
3.1.90.00	Aplicações Diretas	124.044,35	
3.1.90.11	Vencimentos e Vantagens Fixas (Pessoal Civil)	104.166,59	
3.1.90.13	Obrigações Patronais	19.877,76	
3.3.00.00	Outras Despesas Correntes		27.457,26
3.3.90.00	Aplicações Diretas	27.457,26	
3.3.90.30	Material de Consumo	3.873,05	
3.3.90.36	Outros Serviços de Terceiros (Pessoa Física)	5.967,80	
3.3.90.39	Outros Serviços de Terceiros (Pessoa Jurídica)	17.422,73	
3.3.90.47	Obrigações Tributárias e Contributivas	135,77	
3.3.90.92	Despesas de Exercícios Anteriores	57,91	
	Total Unidade Orçamentária		151.501,61

Unidade Orçamentária: 3005 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRACAO

Código	Especificação	Desdobramento	Elemento	Categoria Econômica
3.0.00.00	Despesas Correntes			1.858.591,77
3.1.00.00	Pessoal e Encargos Sociais			877.087,43
3.1.71.00	Transferência a Consórcios Público		22.500,00	
3.1.71.70	Rateio pela Participação em Consórcio Público	22.500,00		
3.1.90.00	Aplicações Diretas		854.587,43	
3.1.90.01	Aposentadorias, Reserva Remunerada e Reformas	37.925,04		
3.1.90.11	Vencimentos e Vantagens Fixas (Pessoal Civil)	671.946,09		
3.1.90.13	Obrigações Patronais	144.716,30		
3.3.00.00	Outras Despesas Correntes			981.504,34
3.3.50.00	Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos		448.310,43	
3.3.50.39	Outros Serviços de Terceiros (Pessoa Jurídica)	448.310,43		
3.3.71.00	Transferência a Consórcios Público		10.440,00	
3.3.71.70	Rateio pela Participação em Consórcio Público	10.440,00		
3.3.90.00	Aplicações Diretas		518.553,91	
3.3.90.14	Diárias Civil	16.195,00		
3.3.90.30	Material de Consumo	45.034,86		
3.3.90.34	Outras Despesas de Pessoal Decorrentes de Contratos de Terceirização	33.224,52		
3.3.90.36	Outros Serviços de Terceiros (Pessoa Física)	4.575,88		
3.3.90.37	Locação de Mão-de-Obra	3.335,98		
3.3.90.39	Outros Serviços de Terceiros (Pessoa Jurídica)	391.519,78		
3.3.90.47	Obrigações Tributárias e Contributivas	22.173,52		
3.3.90.91	Sentenças Judiciais	1.995,99		
3.3.90.92	Despesas de Exercícios Anteriores	498,38		
3.3.93.00	Aplicação Direta Decorrente de Operação de Órgãos, Fundos e Entidades dos Orçam. Fiscal e da Segurid		4.200,00	
3.3.93.39	Outros Serviços de Terceiros (Pessoa Jurídica)	4.200,00		
4.0.00.00	Despesas de Capital			13.421,50
4.4.00.00	Investimentos			13.421,50
4.4.71.00	Transferência a Consórcios Público		6.000,00	
4.4.71.70	Rateio pela Participação em Consórcio Público	6.000,00		
4.4.90.00	Aplicações Diretas		7.421,50	

Município de MONTE CARLO

Competência: 2019

4.4.90.39	Outros Serviços de Terceiros (Pessoa Jurídica)	3.095,00	
4.4.90.52	Equipamentos e Material Permanente	4.326,50	
Total Unidade Orçamentária			1.872.013,27

Unidade Orçamentária: 4004 - SECRETARIA DA FAZENDA MUNICIPAL

Código	Especificação	Desdobramento	Elemento	Categoria Econômica
3.0.00.00	Despesas Correntes			1.017.455,14
3.1.00.00	Pessoal e Encargos Sociais			352.318,90
3.1.90.00	Aplicações Diretas		352.318,90	
3.1.90.11	Vencimentos e Vantagens Fixas (Pessoal Civil)	289.380,86		
3.1.90.13	Obrigações Patronais	62.938,04		
3.2.00.00	Juros e Encargos da Dívida			299.934,03
3.2.90.00	Aplicações Diretas		299.934,03	
3.2.90.21	Juros sobre a Dívida por Contrato	299.934,03		
3.3.00.00	Outras Despesas Correntes			365.202,21
3.3.90.00	Aplicações Diretas		365.202,21	
3.3.90.30	Material de Consumo	867,90		
3.3.90.36	Outros Serviços de Terceiros (Pessoa Física)	109,50		
3.3.90.39	Outros Serviços de Terceiros (Pessoa Jurídica)	35.197,11		
3.3.90.47	Obrigações Tributárias e Contributivas	329.027,70		
4.0.00.00	Despesas de Capital			656.525,97
4.4.00.00	Investimentos			1.986,00
4.4.90.00	Aplicações Diretas		1.986,00	
4.4.90.52	Equipamentos e Material Permanente	1.986,00		
4.6.00.00	Amortização da Dívida			654.539,97
4.6.90.00	Aplicações Diretas		654.539,97	
4.6.90.71	Principal da Dívida Contratual Resgatado	428.927,92		
4.6.90.91	Sentenças Judiciais	217.333,14		
4.6.90.92	Despesas de Exercícios Anteriores	8.278,91		
Total Unidade Orçamentária				1.673.981,11

Unidade Orçamentária: 5003 - SECRETARIA MUNICIPAL DA AGRICULTURA

Código	Especificação	Desdobramento	Elemento	Categoria Econômica
3.0.00.00	Despesas Correntes			214.719,05
3.1.00.00	Pessoal e Encargos Sociais			156.640,83
3.1.90.00	Aplicações Diretas		156.640,83	
3.1.90.11	Vencimentos e Vantagens Fixas (Pessoal Civil)	130.273,27		
3.1.90.13	Obrigações Patronais	26.367,56		
3.3.00.00	Outras Despesas Correntes			58.078,22
3.3.50.00	Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos		24.250,00	
3.3.50.39	Outros Serviços de Terceiros (Pessoa Jurídica)	24.250,00		
3.3.90.00	Aplicações Diretas		33.828,22	
3.3.90.14	Diárias Civil	390,00		
3.3.90.30	Material de Consumo	20.886,36		

Município de MONTE CARLO

Competência: 2019

3.3.90.32	Material, Bens ou Serviço para Distribuição Gratuita	0,00	
3.3.90.36	Outros Serviços de Terceiros (Pessoa Física)	88,90	
3.3.90.39	Outros Serviços de Terceiros (Pessoa Jurídica)	12.340,07	
3.3.90.92	Despesas de Exercícios Anteriores	122,89	
4.0.00.00	Despesas de Capital		181.958,15
4.4.00.00	Investimentos		181.958,15
4.4.90.00	Aplicações Diretas		181.958,15
4.4.90.52	Equipamentos e Material Permanente	181.958,15	
	Total Unidade Orçamentária		396.677,20

Unidade Orçamentária: 6002 - DEPARTAMENTO DO MEIO AMBIENTE

Código	Especificação	Desdobramento	Elemento	Categoria Econômica
3.0.00.00	Despesas Correntes			220.490,64
3.1.00.00	Pessoal e Encargos Sociais			27.961,92
3.1.71.00	Transferência a Consórcios Público		27.961,92	
3.1.71.70	Rateio pela Participação em Consórcio Público	27.961,92		
3.3.00.00	Outras Despesas Correntes			192.528,72
3.3.71.00	Transferência a Consórcios Público		180.739,92	
3.3.71.70	Rateio pela Participação em Consórcio Público	180.739,92		
3.3.93.00	Aplicação Direta Decorrente de Operação de Órgãos, Fundos e Entidades dos Orçam. Fiscal e da Segurid		11.788,80	
3.3.93.39	Outros Serviços de Terceiros (Pessoa Jurídica)	11.788,80		
	Total Unidade Orçamentária			220.490,64

Unidade Orçamentária: 6003 - DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO

Código	Especificação	Desdobramento	Elemento	Categoria Econômica
3.0.00.00	Despesas Correntes			802.159,27
3.1.00.00	Pessoal e Encargos Sociais			137.007,70
3.1.90.00	Aplicações Diretas		137.007,70	
3.1.90.11	Vencimentos e Vantagens Fixas (Pessoal Civil)	113.406,88		
3.1.90.13	Obrigações Patronais	23.600,82		
3.3.00.00	Outras Despesas Correntes			665.151,57
3.3.90.00	Aplicações Diretas		665.151,57	
3.3.90.14	Diárias Civil	705,00		
3.3.90.30	Material de Consumo	140.340,21		
3.3.90.36	Outros Serviços de Terceiros (Pessoa Física)	11.222,20		
3.3.90.39	Outros Serviços de Terceiros (Pessoa Jurídica)	467.593,04		
3.3.90.47	Obrigações Tributárias e Contributivas	45.219,36		
3.3.90.92	Despesas de Exercícios Anteriores	0,00		
3.3.90.93	Indenizações e Restituições	71,76		
4.0.00.00	Despesas de Capital			17.290,00
4.4.00.00	Investimentos			17.290,00
4.4.90.00	Aplicações Diretas		17.290,00	
4.4.90.39	Outros Serviços de Terceiros (Pessoa Jurídica)	0,00		
4.4.90.52	Equipamentos e Material Permanente	17.290,00		

Natureza da Despesa segundo as Categorias Econômicas

Administração Direta, Indireta ou Fundacional - Anexo 2

Município de MONTE CARLO

Competência: 2019

Total Unidade Orçamentária

819.449,27

Unidade Orçamentária: 6005 - SECR MUN DE DESENVOLVIMENTO URBANO E MEIO AMBIENTE

Código	Especificação	Desdobramento	Elemento	Categoria Econômica
3.0.00.00	Despesas Correntes			86.840,52
3.1.00.00	Pessoal e Encargos Sociais			74.743,35
3.1.90.00	Aplicações Diretas		74.743,35	
3.1.90.11	Vencimentos e Vantagens Fixas (Pessoal Civil)	59.670,56		
3.1.90.13	Obrigações Patronais	15.072,79		
3.3.00.00	Outras Despesas Correntes			12.097,17
3.3.90.00	Aplicações Diretas		12.097,17	
3.3.90.30	Material de Consumo	4.103,41		
3.3.90.39	Outros Serviços de Terceiros (Pessoa Jurídica)	7.993,76		
	Total Unidade Orçamentária			86.840,52

Unidade Orçamentária: 7001 - DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO

Código	Especificação	Desdobramento	Elemento	Categoria Econômica
3.0.00.00	Despesas Correntes			11.356.708,84
3.1.00.00	Pessoal e Encargos Sociais			8.167.139,10
3.1.90.00	Aplicações Diretas		8.167.139,10	
3.1.90.11	Vencimentos e Vantagens Fixas (Pessoal Civil)	6.701.306,23		
3.1.90.13	Obrigações Patronais	1.465.832,87		
3.3.00.00	Outras Despesas Correntes			3.189.569,74
3.3.50.00	Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos		36.000,00	
3.3.50.39	Outros Serviços de Terceiros (Pessoa Jurídica)	36.000,00		
3.3.90.00	Aplicações Diretas		3.153.569,74	
3.3.90.14	Diárias Civil	18.112,50		
3.3.90.30	Material de Consumo	1.837.978,51		
3.3.90.32	Material, Bens ou Serviço para Distribuição Gratuita	721,99		
3.3.90.34	Outras Despesas de Pessoal Decorrentes de Contratos de Terceirização	358.027,08		
3.3.90.36	Outros Serviços de Terceiros (Pessoa Física)	39.104,29		
3.3.90.37	Locação de Mão-de-Obra	96.486,55		
3.3.90.38	Arrendamento Mercantil	2.565,00		
3.3.90.39	Outros Serviços de Terceiros (Pessoa Jurídica)	785.519,33		
3.3.90.47	Obrigações Tributárias e Contributivas	12.190,96		
3.3.90.92	Despesas de Exercícios Anteriores	1.890,13		
3.3.90.93	Indenizações e Restituições	973,40		
4.0.00.00	Despesas de Capital			831.642,96
4.4.00.00	Investimentos			831.642,96
4.4.90.00	Aplicações Diretas		831.642,96	
4.4.90.30	Material de Consumo	0,00		
4.4.90.39	Outros Serviços de Terceiros (Pessoa Jurídica)	0,00		
4.4.90.51	Obras e Instalações	519.719,79		
4.4.90.52	Equipamentos e Material Permanente	242.055,14		

Município de MONTE CARLO

Competência: 2019

4.4.90.61	Aquisição de Imóveis	69.868,03	
Total Unidade Orçamentária			12.188.351,80

Unidade Orçamentária: 7002 - DEPARTAMENTO DE CULTURA

Código	Especificação	Desdobramento	Elemento	Categoria Econômica
3.0.00.00	Despesas Correntes			43.540,18
3.1.00.00	Pessoal e Encargos Sociais			18.540,18
3.1.90.00	Aplicações Diretas		18.540,18	
3.1.90.11	Vencimentos e Vantagens Fixas (Pessoal Civil)	15.201,69		
3.1.90.13	Obrigações Patronais	3.338,49		
3.3.00.00	Outras Despesas Correntes			25.000,00
3.3.90.00	Aplicações Diretas		25.000,00	
3.3.90.30	Material de Consumo	11.223,19		
3.3.90.39	Outros Serviços de Terceiros (Pessoa Jurídica)	12.960,78		
3.3.90.47	Obrigações Tributárias e Contributivas	121,38		
3.3.90.92	Despesas de Exercícios Anteriores	694,65		
Total Unidade Orçamentária				43.540,18

Unidade Orçamentária: 7003 - DEPARTAMENTO DE ESPORTES

Código	Especificação	Desdobramento	Elemento	Categoria Econômica
3.0.00.00	Despesas Correntes			54.797,04
3.3.00.00	Outras Despesas Correntes			54.797,04
3.3.90.00	Aplicações Diretas		54.797,04	
3.3.90.30	Material de Consumo	11.209,33		
3.3.90.39	Outros Serviços de Terceiros (Pessoa Jurídica)	42.966,53		
3.3.90.47	Obrigações Tributárias e Contributivas	621,18		
3.3.90.92	Despesas de Exercícios Anteriores	0,00		
Total Unidade Orçamentária				54.797,04

Unidade Orçamentária: 7004 - SECRETARIA MUN. DE EDUCAÇÃO CULTURA E DESPORTO

Código	Especificação	Desdobramento	Elemento	Categoria Econômica
3.0.00.00	Despesas Correntes			196.744,48
3.1.00.00	Pessoal e Encargos Sociais			56.744,48
3.1.90.00	Aplicações Diretas		56.744,48	
3.1.90.11	Vencimentos e Vantagens Fixas (Pessoal Civil)	46.910,74		
3.1.90.13	Obrigações Patronais	9.833,74		
3.3.00.00	Outras Despesas Correntes			140.000,00
3.3.90.00	Aplicações Diretas		140.000,00	
3.3.90.14	Diárias Civil	4.062,50		
3.3.90.15	Diárias Militar	0,00		
3.3.90.30	Material de Consumo	28.265,86		
3.3.90.36	Outros Serviços de Terceiros (Pessoa Física)	1.450,30		
3.3.90.37	Locação de Mão-de-Obra	15.977,28		

Município de MONTE CARLO

Competência: 2019

3.3.90.39	Outros Serviços de Terceiros (Pessoa Jurídica)	89.805,88	
3.3.90.47	Obrigações Tributárias e Contributivas	438,18	
4.0.00.00	Despesas de Capital		0,00
4.4.00.00	Investimentos		0,00
4.4.90.00	Aplicações Diretas		0,00
4.4.90.52	Equipamentos e Material Permanente	0,00	
Total Unidade Orçamentária			196.744,48

Unidade Orçamentária: 9001 - DEPARTAMENTO DE SERVIÇOS PUBLICOS

Código	Especificação	Desdobramento	Elemento	Categoria Econômica
3.0.00.00	Despesas Correntes			404.979,70
3.3.00.00	Outras Despesas Correntes			404.979,70
3.3.90.00	Aplicações Diretas		404.979,70	
3.3.90.30	Material de Consumo	117.136,73		
3.3.90.39	Outros Serviços de Terceiros (Pessoa Jurídica)	287.842,97		
Total Unidade Orçamentária				404.979,70

Unidade Orçamentária: 9002 - DEPARTAMENTO DE OBRAS PUBLICAS

Código	Especificação	Desdobramento	Elemento	Categoria Econômica
4.0.00.00	Despesas de Capital			44.842,30
4.4.00.00	Investimentos			44.842,30
4.4.90.00	Aplicações Diretas		44.842,30	
4.4.90.51	Obras e Instalações	224,00		
4.4.90.61	Aquisição de Imóveis	44.618,30		
Total Unidade Orçamentária				44.842,30

Unidade Orçamentária: 9003 - SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRA-ESTRUTURA

Código	Especificação	Desdobramento	Elemento	Categoria Econômica
3.0.00.00	Despesas Correntes			2.217.587,96
3.1.00.00	Pessoal e Encargos Sociais			946.997,83
3.1.90.00	Aplicações Diretas		946.997,83	
3.1.90.11	Vencimentos e Vantagens Fixas (Pessoal Civil)	776.370,59		
3.1.90.13	Obrigações Patronais	170.627,24		
3.3.00.00	Outras Despesas Correntes			1.270.590,13
3.3.90.00	Aplicações Diretas		1.270.590,13	
3.3.90.30	Material de Consumo	526.101,81		
3.3.90.34	Outras Despesas de Pessoal Decorrentes de Contratos de Terceirização	134.193,50		
3.3.90.36	Outros Serviços de Terceiros (Pessoa Física)	288,00		
3.3.90.39	Outros Serviços de Terceiros (Pessoa Jurídica)	593.026,05		
3.3.90.47	Obrigações Tributárias e Contributivas	953,19		
3.3.90.92	Despesas de Exercícios Anteriores	16.000,00		
3.3.90.93	Indenizações e Restituições	27,58		

Natureza da Despesa segundo as Categorias Econômicas

Administração Direta, Indireta ou Fundacional - Anexo 2

Município de MONTE CARLO

Competência: 2019

4.0.00.00	Despesas de Capital	14.163,39
4.4.00.00	Investimentos	14.163,39
4.4.90.00	Aplicações Diretas	14.163,39
4.4.90.30	Material de Consumo	0,00
4.4.90.52	Equipamentos e Material Permanente	14.163,39
Total Unidade Orçamentária		2.231.751,35

Unidade Gestora: (Executivo) Fundo Municipal Saúde Monte Carlo

Unidade Orçamentária: 11001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Código	Especificação	Desdobramento	Elemento	Categoria Econômica
3.0.00.00	Despesas Correntes			7.341.027,90
3.1.00.00	Pessoal e Encargos Sociais			2.852.950,72
3.1.71.00	Transferência a Consórcios Público		37.920,60	
3.1.71.70	Rateio pela Participação em Consórcio Público	37.920,60		
3.1.90.00	Aplicações Diretas		2.815.030,12	
3.1.90.11	Vencimentos e Vantagens Fixas (Pessoal Civil)	2.312.888,40		
3.1.90.13	Obrigações Patronais	502.141,72		
3.3.00.00	Outras Despesas Correntes			4.488.077,18
3.3.71.00	Transferência a Consórcios Público		23.218,68	
3.3.71.70	Rateio pela Participação em Consórcio Público	23.218,68		
3.3.90.00	Aplicações Diretas		4.464.858,50	
3.3.90.08	Outros Benefícios Assistenciais	39.268,44		
3.3.90.14	Diárias Civil	94.692,50		
3.3.90.30	Material de Consumo	915.307,28		
3.3.90.32	Material, Bens ou Serviço para Distribuição Gratuita	330.040,56		
3.3.90.33	Passagens e Despesas com Locomoção	4.929,36		
3.3.90.34	Outras Despesas de Pessoal Decorrentes de Contratos de Terceirização	21.175,97		
3.3.90.36	Outros Serviços de Terceiros (Pessoa Física)	34.332,01		
3.3.90.37	Locação de Mão-de-Obra	6.088,71		
3.3.90.38	Arrendamento Mercantil	2.000,00		
3.3.90.39	Outros Serviços de Terceiros (Pessoa Jurídica)	2.951.504,26		
3.3.90.47	Obrigações Tributárias e Contributivas	11.026,31		
3.3.90.48	Outros Auxílios Financeiros a Pessoas Físicas	50.799,00		
3.3.90.92	Despesas de Exercícios Anteriores	3.694,10		
4.0.00.00	Despesas de Capital			229.228,22
4.4.00.00	Investimentos			229.228,22
4.4.71.00	Transferência a Consórcios Público		711,24	
4.4.71.70	Rateio pela Participação em Consórcio Público	711,24		
4.4.90.00	Aplicações Diretas		228.516,98	
4.4.90.30	Material de Consumo	0,00		
4.4.90.39	Outros Serviços de Terceiros (Pessoa Jurídica)	713,00		
4.4.90.52	Equipamentos e Material Permanente	27.858,41		
4.4.90.61	Aquisição de Imóveis	199.945,57		
Total Unidade Orçamentária				7.570.256,12

Município de MONTE CARLO

Competência: 2019

Unidade Gestora: (Executivo) Prefeitura Municipal de Monte Carlo

Unidade Orçamentária: 12001 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Código	Especificação	Desdobramento	Elemento	Categoria Econômica
3.0.00.00	Despesas Correntes			861.945,16
3.1.00.00	Pessoal e Encargos Sociais			661.901,01
3.1.90.00	Aplicações Diretas		661.901,01	
3.1.90.11	Vencimentos e Vantagens Fixas (Pessoal Civil)	542.039,60		
3.1.90.13	Obrigações Patronais	119.861,41		
3.3.00.00	Outras Despesas Correntes			200.044,15
3.3.90.00	Aplicações Diretas		200.044,15	
3.3.90.08	Outros Benefícios Assistenciais	19.442,84		
3.3.90.14	Diárias Civil	2.030,00		
3.3.90.30	Material de Consumo	94.978,53		
3.3.90.32	Material, Bens ou Serviço para Distribuição Gratuita	980,40		
3.3.90.34	Outras Despesas de Pessoal Decorrentes de Contratos de Terceirização	24.215,62		
3.3.90.36	Outros Serviços de Terceiros (Pessoa Física)	1.824,90		
3.3.90.39	Outros Serviços de Terceiros (Pessoa Jurídica)	56.004,17		
3.3.90.40	Serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC) – Pessoa Jurídica	280,00		
3.3.90.47	Obrigações Tributárias e Contributivas	287,69		
4.0.00.00	Despesas de Capital			6.589,90
4.4.00.00	Investimentos			6.589,90
4.4.90.00	Aplicações Diretas		6.589,90	
4.4.90.30	Material de Consumo	0,00		
4.4.90.39	Outros Serviços de Terceiros (Pessoa Jurídica)	1.505,00		
4.4.90.52	Equipamentos e Material Permanente	5.084,90		
	Total Unidade Orçamentária			868.535,06

Unidade Orçamentária: 13001 - FUNDO MUNICIPAL DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

Código	Especificação	Desdobramento	Elemento	Categoria Econômica
3.0.00.00	Despesas Correntes			15.868,92
3.3.00.00	Outras Despesas Correntes			15.868,92
3.3.90.00	Aplicações Diretas		15.868,92	
3.3.90.14	Diárias Civil	2.767,85		
3.3.90.30	Material de Consumo	11.111,07		
3.3.90.39	Outros Serviços de Terceiros (Pessoa Jurídica)	1.990,00		
	Total Unidade Orçamentária			15.868,92

Unidade Gestora: (Executivo) Fundo de Reequipamento do Corpo de Bombeiros de Monte Carlo

Unidade Orçamentária: 15001 - FUNDO DE REEQUIPAM. DO CORPO DE BOMBEIROS

Código	Especificação	Desdobramento	Elemento	Categoria Econômica
3.0.00.00	Despesas Correntes			162.222,27
3.3.00.00	Outras Despesas Correntes			162.222,27

Natureza da Despesa segundo as Categorias Econômicas

Administração Direta, Indireta ou Fundacional - Anexo 2

Município de MONTE CARLO

Competência: 2019

3.3.90.00	Aplicações Diretas	162.222,27
3.3.90.30	Material de Consumo	137.561,06
3.3.90.39	Outros Serviços de Terceiros (Pessoa Jurídica)	24.426,72
3.3.90.47	Obrigações Tributárias e Contributivas	234,49
4.0.00.00	Despesas de Capital	13.694,23
4.4.00.00	Investimentos	13.694,23
4.4.90.00	Aplicações Diretas	13.694,23
4.4.90.30	Material de Consumo	0,00
4.4.90.39	Outros Serviços de Terceiros (Pessoa Jurídica)	0,00
4.4.90.52	Equipamentos e Material Permanente	13.694,23
Total Unidade Orçamentária		175.916,50

Código	Especificação	Desdobramento	Elemento	Categoria Econômica
	Total Geral			30.977.461,51

Município de MONTE CARLO

Competência: 2019

Código	Especificação	Elemento	Natureza da Despesa por Modalidade de Aplicação	Categoria Econômica
3.0.00.00	Despesas Correntes			28.966.059,89
3.1.00.00	Pessoal e Encargos Sociais			16.147.520,16
3.1.71.00	Transferência a Consórcios Público		88.382,52	
3.1.71.70	Rateio pela Participação em Consórcio Público	88.382,52		
3.1.90.00	Aplicações Diretas		16.059.137,64	
3.1.90.01	Aposentadorias, Reserva Remunerada e Reformas	41.085,46		
3.1.90.11	Vencimentos e Vantagens Fixas (Pessoal Civil)	13.179.509,29		
3.1.90.13	Obrigações Patronais	2.838.542,89		
3.2.00.00	Juros e Encargos da Dívida			299.934,03
3.2.90.00	Aplicações Diretas		299.934,03	
3.2.90.21	Juros sobre a Dívida por Contrato	299.934,03		
3.3.00.00	Outras Despesas Correntes			12.518.605,70
3.3.50.00	Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos		508.560,43	
3.3.50.39	Outros Serviços de Terceiros (Pessoa Jurídica)	508.560,43		
3.3.71.00	Transferência a Consórcios Público		214.398,60	
3.3.71.70	Rateio pela Participação em Consórcio Público	214.398,60		
3.3.90.00	Aplicações Diretas		11.779.657,87	
3.3.90.08	Outros Benefícios Assistenciais	58.711,28		
3.3.90.14	Diárias Civil	178.025,35		
3.3.90.15	Diárias Militar	0,00		
3.3.90.30	Material de Consumo	3.986.994,57		
3.3.90.32	Material, Bens ou Serviço para Distribuição Gratuita	331.742,95		
3.3.90.33	Passagens e Despesas com Locomoção	4.929,36		
3.3.90.34	Outras Despesas de Pessoal Decorrentes de Contratos de Terceirização	570.836,69		
3.3.90.36	Outros Serviços de Terceiros (Pessoa Física)	125.695,91		
3.3.90.37	Locação de Mão-de-Obra	121.888,52		
3.3.90.38	Arrendamento Mercantil	4.565,00		
3.3.90.39	Outros Serviços de Terceiros (Pessoa Jurídica)	5.886.710,16		
3.3.90.40	Serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC) – Pessoa Jurídica	10.166,79		
3.3.90.47	Obrigações Tributárias e Contributivas	422.565,50		
3.3.90.48	Outros Auxílios Financeiros a Pessoas Físicas	50.799,00		
3.3.90.91	Sentenças Judiciais	1.995,99		
3.3.90.92	Despesas de Exercícios Anteriores	22.958,06		
3.3.90.93	Indenizações e Restituições	1.072,74		
3.3.93.00	Aplicação Direta Decorrente de Operação de Órgãos, Fundos e Entidades dos Orçam. Fiscal e da Segurid		15.988,80	
3.3.93.39	Outros Serviços de Terceiros (Pessoa Jurídica)	15.988,80		
4.0.00.00	Despesas de Capital			2.011.401,62
4.4.00.00	Investimentos			1.356.861,65
4.4.71.00	Transferência a Consórcios Público		6.711,24	
4.4.71.70	Rateio pela Participação em Consórcio Público	6.711,24		
4.4.90.00	Aplicações Diretas		1.350.150,41	
4.4.90.30	Material de Consumo	0,00		
4.4.90.39	Outros Serviços de Terceiros (Pessoa Jurídica)	5.313,00		
4.4.90.51	Obras e Instalações	519.943,79		

Resumo Geral da Despesa - Anexo 2 - Consolidado

Município de MONTE CARLO

Competência: 2019

Código	Especificação	Elemento	Natureza da Despesa por Modalidade de Aplicação	Categoria Econômica
4.4.90.52	Equipamentos e Material Permanente	510.461,72		
4.4.90.61	Aquisição de Imóveis	314.431,90		
4.6.00.00	Amortização da Dívida			654.539,97
4.6.90.00	Aplicações Diretas		654.539,97	
4.6.90.71	Principal da Dívida Contratual Resgatado	428.927,92		
4.6.90.91	Sentenças Judiciais	217.333,14		
4.6.90.92	Despesas de Exercícios Anteriores	8.278,91		
	Total Geral			30.977.461,51

Município de MONTE CARLO

Competência: 2019

Unidade Gestora: Prefeitura Municipal de Monte Carlo

Unidade Orçamentária: 02001 GABINETE DO PREFEITO

Código	Especificação	Operações especiais	Projetos	Atividades	Total
4	Administração	0,00	0,00	903.462,02	903.462,02
4.122	Administração Geral	0,00	0,00	903.462,02	903.462,02
04.122.0002	GESTÃO MUNICIPAL	0,00	0,00	903.462,02	903.462,02
04.122.0002.02.000002	MANUTENÇÃO DA GESTÃO ADMINISTRATIVA SUPERIOR	0,00	0,00	903.462,02	903.462,02
	Total da Unidade Orçamentária	0,00	0,00	903.462,02	903.462,02

Unidade Orçamentária: 02004 CONSELHO TUTELAR

Código	Especificação	Operações especiais	Projetos	Atividades	Total
8	Assistência Social	0,00	0,00	151.501,61	151.501,61
8.243	Assistência à Criança e ao Adolescente	0,00	0,00	151.501,61	151.501,61
08.243.0002	GESTÃO MUNICIPAL	0,00	0,00	151.501,61	151.501,61
08.243.0002.02.000022	MANUTENÇÃO DO CONSELHO TUTELAR	0,00	0,00	151.501,61	151.501,61
	Total da Unidade Orçamentária	0,00	0,00	151.501,61	151.501,61

Unidade Orçamentária: 03005 SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRACAO

Código	Especificação	Operações especiais	Projetos	Atividades	Total
4	Administração	0,00	0,00	1.872.013,27	1.872.013,27
4.121	Planejamento e Orçamento	0,00	0,00	1.867.813,27	1.867.813,27
04.121.0002	GESTÃO MUNICIPAL	0,00	0,00	1.867.813,27	1.867.813,27
04.121.0002.02.000003	MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO	0,00	0,00	1.867.813,27	1.867.813,27
4.126	Tecnologia da Informatização	0,00	0,00	4.200,00	4.200,00
04.126.0002	GESTÃO MUNICIPAL	0,00	0,00	4.200,00	4.200,00
04.126.0002.02.000039	CIGA - CONSÓRCIO DE INFORMÁTICA NA GESTÃO PÚBLICA	0,00	0,00	4.200,00	4.200,00
	Total da Unidade Orçamentária	0,00	0,00	1.872.013,27	1.872.013,27

Município de MONTE CARLO

Competência: 2019

Unidade Orçamentária: 04004 SECRETARIA DA FAZENDA MUNICIPAL

Código	Especificação	Operações especiais	Projetos	Atividades	Total
4	Administração	0,00	0,00	394.242,44	394.242,44
4.123	Administração Financeira	0,00	0,00	394.242,44	394.242,44
04.123.0002	GESTÃO MUNICIPAL	0,00	0,00	394.242,44	394.242,44
04.123.0002.02.000004	MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE FAZENDA	0,00	0,00	394.242,44	394.242,44
28	Encargos Especiais	1.279.738,67	0,00	0,00	1.279.738,67
28.843	Serviço da Dívida Interna	954.474,00	0,00	0,00	954.474,00
28.843.0002	GESTÃO MUNICIPAL	954.474,00	0,00	0,00	954.474,00
28.843.0002.09.000002	PRECATÓRIOS	217.333,14	0,00	0,00	217.333,14
28.843.0002.09.000003	AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	737.140,86	0,00	0,00	737.140,86
28.846	Outros Encargos Especiais	325.264,67	0,00	0,00	325.264,67
28.846.0002	GESTÃO MUNICIPAL	325.264,67	0,00	0,00	325.264,67
28.846.0002.09.000001	PASEP	325.264,67	0,00	0,00	325.264,67
Total da Unidade Orçamentária		1.279.738,67	0,00	394.242,44	1.673.981,11

Unidade Orçamentária: 05003 SECRETARIA MUNICIPAL DA AGRICULTURA

Código	Especificação	Operações especiais	Projetos	Atividades	Total
20	Agricultura	0,00	181.870,00	214.807,20	396.677,20
20.606	Extensão Rural	0,00	0,00	214.807,20	214.807,20
20.606.0003	AGRICULTURA, INDÚSTRIA, COMÉRCIO, TURISMO E MEIO AMBIENTE	0,00	0,00	214.807,20	214.807,20
20.606.0003.02.000026	MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE AGRICULTURA	0,00	0,00	214.807,20	214.807,20
20.608	Promoção da Produção Agropecuária	0,00	181.870,00	0,00	181.870,00
20.608.0003	AGRICULTURA, INDÚSTRIA, COMÉRCIO, TURISMO E MEIO AMBIENTE	0,00	181.870,00	0,00	181.870,00
20.608.0003.01.000009	EQUIPAMENTOS, MÁQUINAS E VEÍCULOS PARA A AGROPECUÁRIA	0,00	181.870,00	0,00	181.870,00
Total da Unidade Orçamentária		0,00	181.870,00	214.807,20	396.677,20

Unidade Orçamentária: 06002 DEPARTAMENTO DO MEIO AMBIENTE

Município de MONTE CARLO

Competência: 2019

Unidade Orçamentária: 06002 DEPARTAMENTO DO MEIO AMBIENTE

Código	Especificação	Operações especiais	Projetos	Atividades	Total
17	Saneamento	0,00	0,00	220.490,64	220.490,64
17.512	Saneamento Básico Urbano	0,00	0,00	220.490,64	220.490,64
17.512.0007	INFRAESTRUTURA	0,00	0,00	220.490,64	220.490,64
17.512.0007.02.000038	COINCO - CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DO CONTESTADO	0,00	0,00	208.701,84	208.701,84
17.512.0007.02.000040	ARIS - AGÊNCIA REGULADORA INTERMUNICIPAL DE SANEAMENTO	0,00	0,00	11.788,80	11.788,80
	Total da Unidade Orçamentária	0,00	0,00	220.490,64	220.490,64

Unidade Orçamentária: 06003 DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO

Código	Especificação	Operações especiais	Projetos	Atividades	Total
15	Urbanismo	0,00	0,00	819.449,27	819.449,27
15.451	Infra-Estrutura Urbana	0,00	0,00	819.449,27	819.449,27
15.451.0007	INFRAESTRUTURA	0,00	0,00	819.449,27	819.449,27
15.451.0007.02.000025	MANUTENÇÃO DOS SISTEMAS DE ÁGUA E ESGOTO	0,00	0,00	819.449,27	819.449,27
	Total da Unidade Orçamentária	0,00	0,00	819.449,27	819.449,27

Unidade Orçamentária: 06005 SECR MUN DE DESENVOLVIMENTO URBANO E MEIO AMBIENTE

Código	Especificação	Operações especiais	Projetos	Atividades	Total
15	Urbanismo	0,00	0,00	86.840,52	86.840,52
15.452	Serviços Urbanos	0,00	0,00	86.840,52	86.840,52
15.452.0007	INFRAESTRUTURA	0,00	0,00	86.840,52	86.840,52
15.452.0007.02.000024	MANUTENÇÃO DA SECR. DE DESENV. URBANO E MEIO AMBIENTE	0,00	0,00	86.840,52	86.840,52
	Total da Unidade Orçamentária	0,00	0,00	86.840,52	86.840,52

Unidade Orçamentária: 07001 DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO

Código	Especificação	Operações especiais	Projetos	Atividades	Total
--------	---------------	---------------------	----------	------------	-------

Município de MONTE CARLO

Competência: 2019

12	Educação	0,00	808.515,10	11.379.836,70	12.188.351,80
12.361	Ensino Fundamental	0,00	614.815,10	9.153.465,06	9.768.280,16
12.361.0004	EDUCAÇÃO E CULTURA	0,00	614.815,10	9.153.465,06	9.768.280,16
12.361.0004.01.000002	CONSTRUÇÃO AMPLIAÇÃO E REFORMA DA REDE FÍSICA DO ENSINO FUNDAMENTAL	0,00	395.887,82	0,00	395.887,82
12.361.0004.01.000007	EQUIPAMENTOS E VEÍCULOS PARA A EDUCAÇÃO	0,00	218.927,28	0,00	218.927,28
12.361.0004.02.000011	MANUTENÇÃO DO ENSINO FUNDAMENTAL	0,00	0,00	7.799.863,84	7.799.863,84
12.361.0004.02.000014	MANUTENÇÃO DA MERENDA ESCOLAR - ENSINO FUNDAMENTAL	0,00	0,00	203.615,72	203.615,72
12.361.0004.02.000015	MANUTENÇÃO DO TRANSPORTE ESCOLAR	0,00	0,00	1.149.985,50	1.149.985,50
12.364	Ensino Superior	0,00	0,00	38.608,38	38.608,38
12.364.0004	EDUCAÇÃO E CULTURA	0,00	0,00	38.608,38	38.608,38
12.364.0004.02.000016	APOIO AO ENSINO SUPERIOR	0,00	0,00	38.608,38	38.608,38
12.365	Educação Infantil	0,00	193.700,00	2.187.763,26	2.381.463,26
12.365.0004	EDUCAÇÃO E CULTURA	0,00	193.700,00	2.187.763,26	2.381.463,26
12.365.0004.01.000003	CONSTRUÇÃO AMPLIAÇÃO E REFORMA DA REDE FÍSICA DA EDUCAÇÃO INFANTIL	0,00	193.700,00	0,00	193.700,00
12.365.0004.02.000009	MANUTENÇÃO EDUCAÇÃO - CRECHES	0,00	0,00	584.959,96	584.959,96
12.365.0004.02.000010	MANUTENÇÃO DA EDUCAÇÃO PRÉ-ESCOLAR	0,00	0,00	1.394.396,15	1.394.396,15
12.365.0004.02.000012	MANUTENÇÃO DA MERENDA ESCOLAR - CRECHES	0,00	0,00	144.604,09	144.604,09
12.365.0004.02.000013	MANUTENÇÃO DA MERENDA ESCOLAR - PRÉ ESCOLAS	0,00	0,00	63.803,06	63.803,06
	Total da Unidade Orçamentária	0,00	808.515,10	11.379.836,70	12.188.351,80

Unidade Orçamentária: 07002 DEPARTAMENTO DE CULTURA

Código	Especificação	Operações especiais	Projetos	Atividades	Total
13	Cultura	0,00	0,00	43.540,18	43.540,18
13.392	Difusão Cultural	0,00	0,00	43.540,18	43.540,18
13.392.0004	EDUCAÇÃO E CULTURA	0,00	0,00	43.540,18	43.540,18
13.392.0004.02.000020	MANUTENÇÃO DO DEPARTAMENTO DE CULTURA	0,00	0,00	43.540,18	43.540,18
	Total da Unidade Orçamentária	0,00	0,00	43.540,18	43.540,18

Unidade Orçamentária: 07003 DEPARTAMENTO DE ESPORTES

Programa de Trabalho por Órgão e Unidade Orçamentária - Anexo 06

Administração Direta, Indireta ou Fundacional

Município de MONTE CARLO

Competência: 2019

Unidade Orçamentária: 07003 DEPARTAMENTO DE ESPORTES

Código	Especificação	Operações especiais	Projetos	Atividades	Total
27	Desporto e Lazer	0,00	0,00	54.797,04	54.797,04
27.812	Desporto Comunitário	0,00	0,00	54.797,04	54.797,04
27.812.0006	ESPORTE E LAZER	0,00	0,00	54.797,04	54.797,04
27.812.0006.02.000028	MANUTENÇÃO DO DESPORTO AMADOR	0,00	0,00	54.797,04	54.797,04
	Total da Unidade Orçamentária	0,00	0,00	54.797,04	54.797,04

Unidade Orçamentária: 07004 SECRETARIA MUN. DE EDUCAÇÃO CULTURA E DESPORTO

Código	Especificação	Operações especiais	Projetos	Atividades	Total
12	Educação	0,00	0,00	196.744,48	196.744,48
12.361	Ensino Fundamental	0,00	0,00	196.744,48	196.744,48
12.361.0004	EDUCAÇÃO E CULTURA	0,00	0,00	196.744,48	196.744,48
12.361.0004.02.000017	MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	0,00	0,00	196.744,48	196.744,48
	Total da Unidade Orçamentária	0,00	0,00	196.744,48	196.744,48

Unidade Orçamentária: 09001 DEPARTAMENTO DE SERVIÇOS PUBLICOS

Código	Especificação	Operações especiais	Projetos	Atividades	Total
15	Urbanismo	0,00	0,00	404.979,70	404.979,70
15.451	Infra-Estrutura Urbana	0,00	0,00	404.979,70	404.979,70
15.451.0007	INFRAESTRUTURA	0,00	0,00	404.979,70	404.979,70
15.451.0007.02.000027	MANUTENÇÃO DA ILUMINAÇÃO PÚBLICA	0,00	0,00	404.979,70	404.979,70
	Total da Unidade Orçamentária	0,00	0,00	404.979,70	404.979,70

Unidade Orçamentária: 09002 DEPARTAMENTO DE OBRAS PUBLICAS

Código	Especificação	Operações especiais	Projetos	Atividades	Total
26	Transporte	0,00	44.842,30	0,00	44.842,30

Administração Direta, Indireta ou Fundacional

Município de MONTE CARLO

Competência: 2019

26.782	Transporte Rodoviário	0,00	44.842,30	0,00	44.842,30
26.782.0007	INFRAESTRUTURA	0,00	44.842,30	0,00	44.842,30
26.782.0007.01.000004	PAVIMENTAÇÃO DE RUAS	0,00	44.842,30	0,00	44.842,30
	Total da Unidade Orçamentária	0,00	44.842,30	0,00	44.842,30

Unidade Orçamentária: 09003 SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRA-ESTRUTURA

Código	Especificação	Operações especiais	Projetos	Atividades	Total
6	Segurança Pública	0,00	0,00	109.097,65	109.097,65
6.181	Policimento	0,00	0,00	109.097,65	109.097,65
06.181.0007	INFRAESTRUTURA	0,00	0,00	109.097,65	109.097,65
06.181.0007.02.000005	SEGURANÇA PÚBLICA	0,00	0,00	109.097,65	109.097,65
15	Urbanismo	0,00	0,00	2.122.653,70	2.122.653,70
15.451	Infra-Estrutura Urbana	0,00	0,00	2.122.653,70	2.122.653,70
15.451.0007	INFRAESTRUTURA	0,00	0,00	2.122.653,70	2.122.653,70
15.451.0007.02.000023	MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA	0,00	0,00	2.122.653,70	2.122.653,70
	Total da Unidade Orçamentária	0,00	0,00	2.231.751,35	2.231.751,35

Unidade Orçamentária: 12001 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Código	Especificação	Operações especiais	Projetos	Atividades	Total
8	Assistência Social	0,00	0,00	868.535,06	868.535,06
8.244	Assistência Comunitária	0,00	0,00	868.535,06	868.535,06
08.244.0009	DESENVOLVIMENTO SOCIAL E HABITAÇÃO	0,00	0,00	868.535,06	868.535,06
08.244.0009.02.000007	MANUTENÇÃO DOS PROGRAMAS DO FNAS	0,00	0,00	136.998,89	136.998,89
08.244.0009.02.000008	MANUTENÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	0,00	0,00	731.536,17	731.536,17
	Total da Unidade Orçamentária	0,00	0,00	868.535,06	868.535,06

Unidade Orçamentária: 13001 FUNDO MUNICIPAL DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

Código	Especificação	Operações especiais	Projetos	Atividades	Total
--------	---------------	---------------------	----------	------------	-------

Município de MONTE CARLO

Competência: 2019

8	Assistência Social	0,00	0,00	15.868,92	15.868,92
8.243	Assistência à Criança e ao Adolescente	0,00	0,00	15.868,92	15.868,92
08.243.0009	DESENVOLVIMENTO SOCIAL E HABITAÇÃO	0,00	0,00	15.868,92	15.868,92
08.243.0009.02.000021	PROTEÇÃO À CRIANÇA E AO ADOLESCENTE	0,00	0,00	15.868,92	15.868,92
	Total da Unidade Orçamentária	0,00	0,00	15.868,92	15.868,92
	Total da Unidade Gestora	1.279.738,67	1.035.227,40	19.858.860,40	22.173.826,47

Unidade Gestora: Fundo de Reequipamento do Corpo de Bombeiros de Monte Carlo

Unidade Orçamentária: 15001 FUNDO DE REEQUIPAM. DO CORPO DE BOMBEIROS

Código	Especificação	Operações especiais	Projetos	Atividades	Total
6	Segurança Pública	0,00	8.731,25	167.185,25	175.916,50
6.182	Defesa Civil	0,00	8.731,25	167.185,25	175.916,50
06.182.0010	FUNREBOM	0,00	8.731,25	167.185,25	175.916,50
06.182.0010.01.000010	EQUIPAMENTOS, MÁQUINAS E VEÍCULOS PARA O FUNREBOM	0,00	8.731,25	0,00	8.731,25
06.182.0010.02.000030	MANUTENÇÃO DO FUNREBOM	0,00	0,00	167.185,25	167.185,25
	Total da Unidade Orçamentária	0,00	8.731,25	167.185,25	175.916,50
	Total da Unidade Gestora	0,00	8.731,25	167.185,25	175.916,50

Unidade Gestora: Fundo Municipal Saúde Monte Carlo

Unidade Orçamentária: 11001 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Código	Especificação	Operações especiais	Projetos	Atividades	Total
10	Saúde	0,00	201.847,57	7.368.408,55	7.570.256,12
10.301	Atenção Básica	0,00	0,00	4.434.636,36	4.434.636,36
10.301.0005	SAÚDE PÚBLICA	0,00	0,00	4.434.636,36	4.434.636,36

Administração Direta, Indireta ou Fundacional

Município de MONTE CARLO

Competência: 2019

10.301.0005.01.000006	EQUIPAMENTOS E VEÍCULOS PARA A SAÚDE	0,00	0,00	0,00	0,00
10.301.0005.02.000006	FARMÁCIA BÁSICA	0,00	0,00	233.338,28	233.338,28
10.301.0005.02.000032	MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE SAÚDE	0,00	0,00	182.517,24	182.517,24
10.301.0005.02.000033	ATENÇÃO BÁSICA À SAÚDE	0,00	0,00	3.956.930,32	3.956.930,32
10.301.0005.02.000037	CIS AMURES - CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE	0,00	0,00	61.850,52	61.850,52
10.302	Assistência Hospitalar e Ambulatorial	0,00	201.847,57	2.813.084,38	3.014.931,95
10.302.0005	SAÚDE PÚBLICA	0,00	201.847,57	2.813.084,38	3.014.931,95
10.302.0005.01.000005	AMPLIAÇÃO, REFORMA E EQUIPAMENTOS PARA A UNIDADE MISTA DE SAÚDE	0,00	201.847,57	0,00	201.847,57
10.302.0005.02.000036	ASSISTÊNCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL - MAC	0,00	0,00	2.813.084,38	2.813.084,38
10.305	Vigilância Epidemiológica	0,00	0,00	120.687,81	120.687,81
10.305.0005	SAÚDE PÚBLICA	0,00	0,00	120.687,81	120.687,81
10.305.0005.02.000035	VIGILÂNCIA EM SAÚDE	0,00	0,00	120.687,81	120.687,81
	Total da Unidade Orçamentária	0,00	201.847,57	7.368.408,55	7.570.256,12
	Total da Unidade Gestora	0,00	201.847,57	7.368.408,55	7.570.256,12

Unidade Gestora: Câmara Municipal de Monte Carlo

Unidade Orçamentária: 01001 CAMARA DE VEREADORES

Código	Especificação	Operações especiais	Projetos	Atividades	Total
1	Legislativa	0,00	0,00	1.057.462,42	1.057.462,42
1.031	Ação Legislativa	0,00	0,00	1.057.462,42	1.057.462,42
01.031.0001	PROCESSO LEGISLATIVO	0,00	0,00	1.057.462,42	1.057.462,42
01.031.0001.02.000001	MANUTENÇÃO DO PODER LEGISLATIVO	0,00	0,00	1.057.462,42	1.057.462,42
	Total da Unidade Orçamentária	0,00	0,00	1.057.462,42	1.057.462,42
	Total da Unidade Gestora	0,00	0,00	1.057.462,42	1.057.462,42
	Total Geral	1.279.738,67	1.245.806,22	28.451.916,62	30.977.461,51

Administração Direta, Indireta ou Fundacional

Município de MONTE CARLO

Competência: 2019

Código	Especificação	Operações especiais	Projetos	Atividades	Total
01	Legislativa	0,00	0,00	1.057.462,42	1.057.462,42
01.031	Ação Legislativa	0,00	0,00	1.057.462,42	1.057.462,42
01.031.0001	PROCESSO LEGISLATIVO	0,00	0,00	1.057.462,42	1.057.462,42
01.031.0001.02.000001	MANUTENÇÃO DO PODER LEGISLATIVO	0,00	0,00	1.057.462,42	1.057.462,42
04	Administração	0,00	0,00	3.169.717,73	3.169.717,73
04.121	Planejamento e Orçamento	0,00	0,00	1.867.813,27	1.867.813,27
04.121.0002	GESTÃO MUNICIPAL	0,00	0,00	1.867.813,27	1.867.813,27
04.121.0002.02.000003	MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO	0,00	0,00	1.867.813,27	1.867.813,27
04.122	Administração Geral	0,00	0,00	903.462,02	903.462,02
04.122.0002	GESTÃO MUNICIPAL	0,00	0,00	903.462,02	903.462,02
04.122.0002.02.000002	MANUTENÇÃO DA GESTÃO ADMINISTRATIVA SUPERIOR	0,00	0,00	903.462,02	903.462,02
04.123	Administração Financeira	0,00	0,00	394.242,44	394.242,44
04.123.0002	GESTÃO MUNICIPAL	0,00	0,00	394.242,44	394.242,44
04.123.0002.02.000004	MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE FAZENDA	0,00	0,00	394.242,44	394.242,44
04.126	Tecnologia da Informatização	0,00	0,00	4.200,00	4.200,00
04.126.0002	GESTÃO MUNICIPAL	0,00	0,00	4.200,00	4.200,00
04.126.0002.02.000039	CIGA - CONSÓRCIO DE INFORMÁTICA NA GESTÃO PÚBLICA	0,00	0,00	4.200,00	4.200,00
06	Segurança Pública	0,00	8.731,25	276.282,90	285.014,15
06.181	Policimento	0,00	0,00	109.097,65	109.097,65
06.181.0007	INFRAESTRUTURA	0,00	0,00	109.097,65	109.097,65
06.181.0007.02.000005	SEGURANÇA PÚBLICA	0,00	0,00	109.097,65	109.097,65
06.182	Defesa Civil	0,00	8.731,25	167.185,25	175.916,50
06.182.0010	FUNREBOM	0,00	8.731,25	167.185,25	175.916,50
06.182.0010.01.000010	EQUIPAMENTOS, MÁQUINAS E VEÍCULOS PARA O FUNREBOM	0,00	8.731,25	0,00	8.731,25
06.182.0010.02.000030	MANUTENÇÃO DO FUNREBOM	0,00	0,00	167.185,25	167.185,25
08	Assistência Social	0,00	0,00	1.035.905,59	1.035.905,59
08.243	Assistência à Criança e ao Adolescente	0,00	0,00	167.370,53	167.370,53
08.243.0002	GESTÃO MUNICIPAL	0,00	0,00	151.501,61	151.501,61

Administração Direta, Indireta ou Fundacional

Município de MONTE CARLO

Competência: 2019

Código	Especificação	Operações especiais	Projetos	Atividades	Total
08.243.0002.02.000022	MANUTENÇÃO DO CONSELHO TUTELAR	0,00	0,00	151.501,61	151.501,61
08.243.0009	DESENVOLVIMENTO SOCIAL E HABITAÇÃO	0,00	0,00	15.868,92	15.868,92
08.243.0009.02.000021	PROTEÇÃO À CRIANÇA E AO ADOLESCENTE	0,00	0,00	15.868,92	15.868,92
08.244	Assistência Comunitária	0,00	0,00	868.535,06	868.535,06
08.244.0009	DESENVOLVIMENTO SOCIAL E HABITAÇÃO	0,00	0,00	868.535,06	868.535,06
08.244.0009.02.000007	MANUTENÇÃO DOS PROGRAMAS DO FNAS	0,00	0,00	136.998,89	136.998,89
08.244.0009.02.000008	MANUTENÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	0,00	0,00	731.536,17	731.536,17
10	Saúde	0,00	201.847,57	7.368.408,55	7.570.256,12
10.301	Atenção Básica	0,00	0,00	4.434.636,36	4.434.636,36
10.301.0005	SAÚDE PÚBLICA	0,00	0,00	4.434.636,36	4.434.636,36
10.301.0005.01.000006	EQUIPAMENTOS E VEÍCULOS PARA A SAÚDE	0,00	0,00	0,00	0,00
10.301.0005.02.000006	FARMÁCIA BÁSICA	0,00	0,00	233.338,28	233.338,28
10.301.0005.02.000032	MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE SAÚDE	0,00	0,00	182.517,24	182.517,24
10.301.0005.02.000033	ATENÇÃO BÁSICA À SAÚDE	0,00	0,00	3.956.930,32	3.956.930,32
10.301.0005.02.000037	CIS AMURES - CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE	0,00	0,00	61.850,52	61.850,52
10.302	Assistência Hospitalar e Ambulatorial	0,00	201.847,57	2.813.084,38	3.014.931,95
10.302.0005	SAÚDE PÚBLICA	0,00	201.847,57	2.813.084,38	3.014.931,95
10.302.0005.01.000005	SAÚDE AMPLIAÇÃO, REFORMA E EQUIPAMENTOS PARA A UNIDADE MISTA DE	0,00	201.847,57	0,00	201.847,57
10.302.0005.02.000036	ASSISTÊNCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL - MAC	0,00	0,00	2.813.084,38	2.813.084,38
10.305	Vigilância Epidemiológica	0,00	0,00	120.687,81	120.687,81
10.305.0005	SAÚDE PÚBLICA	0,00	0,00	120.687,81	120.687,81
10.305.0005.02.000035	VIGILÂNCIA EM SAÚDE	0,00	0,00	120.687,81	120.687,81
12	Educação	0,00	808.515,10	11.576.581,18	12.385.096,28
12.361	Ensino Fundamental	0,00	614.815,10	9.350.209,54	9.965.024,64
12.361.0004	EDUCAÇÃO E CULTURA	0,00	614.815,10	9.350.209,54	9.965.024,64
12.361.0004.01.000002	FUNDAMENTAL CONSTRUÇÃO AMPLIAÇÃO E REFORMA DA REDE FÍSICA DO ENSINO	0,00	395.887,82	0,00	395.887,82
12.361.0004.01.000007	EQUIPAMENTOS E VEÍCULOS PARA A EDUCAÇÃO	0,00	218.927,28	0,00	218.927,28

Demonstrativo de Funções, Subfunções e Programas por Projetos e Atividades - Anexo 07

Administração Direta, Indireta ou Fundacional

Município de MONTE CARLO

Competência: 2019

Código	Especificação	Operações especiais	Projetos	Atividades	Total
12.361.0004.02.000011	MANUTENÇÃO DO ENSINO FUNDAMENTAL	0,00	0,00	7.799.863,84	7.799.863,84
12.361.0004.02.000014	MANUTENÇÃO DA MERENDA ESCOLAR - ENSINO FUNDAMENTAL	0,00	0,00	203.615,72	203.615,72
12.361.0004.02.000015	MANUTENÇÃO DO TRANSPORTE ESCOLAR	0,00	0,00	1.149.985,50	1.149.985,50
12.361.0004.02.000017	MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	0,00	0,00	196.744,48	196.744,48
12.364	Ensino Superior	0,00	0,00	38.608,38	38.608,38
12.364.0004	EDUCAÇÃO E CULTURA	0,00	0,00	38.608,38	38.608,38
12.364.0004.02.000016	APOIO AO ENSINO SUPERIOR	0,00	0,00	38.608,38	38.608,38
12.365	Educação Infantil	0,00	193.700,00	2.187.763,26	2.381.463,26
12.365.0004	EDUCAÇÃO E CULTURA	0,00	193.700,00	2.187.763,26	2.381.463,26
12.365.0004.01.000003	INFANTIL CONSTRUÇÃO AMPLIAÇÃO E REFORMA DA REDE FÍSICA DA EDUCAÇÃO	0,00	193.700,00	0,00	193.700,00
12.365.0004.02.000009	MANUTENÇÃO EDUCAÇÃO - CRECHES	0,00	0,00	584.959,96	584.959,96
12.365.0004.02.000010	MANUTENÇÃO DA EDUCAÇÃO PRÉ-ESCOLAR	0,00	0,00	1.394.396,15	1.394.396,15
12.365.0004.02.000012	MANUTENÇÃO DA MERENDA ESCOLAR - CRECHES	0,00	0,00	144.604,09	144.604,09
12.365.0004.02.000013	MANUTENÇÃO DA MERENDA ESCOLAR - PRÉ ESCOLAS	0,00	0,00	63.803,06	63.803,06
13	Cultura	0,00	0,00	43.540,18	43.540,18
13.392	Difusão Cultural	0,00	0,00	43.540,18	43.540,18
13.392.0004	EDUCAÇÃO E CULTURA	0,00	0,00	43.540,18	43.540,18
13.392.0004.02.000020	MANUTENÇÃO DO DEPARTAMENTO DE CULTURA	0,00	0,00	43.540,18	43.540,18
15	Urbanismo	0,00	0,00	3.433.923,19	3.433.923,19
15.451	Infra-Estrutura Urbana	0,00	0,00	3.347.082,67	3.347.082,67
15.451.0007	INFRAESTRUTURA	0,00	0,00	3.347.082,67	3.347.082,67
15.451.0007.02.000023	MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA	0,00	0,00	2.122.653,70	2.122.653,70
15.451.0007.02.000025	MANUTENÇÃO DOS SISTEMAS DE ÁGUA E ESGOTO	0,00	0,00	819.449,27	819.449,27
15.451.0007.02.000027	MANUTENÇÃO DA ILUMINAÇÃO PÚBLICA	0,00	0,00	404.979,70	404.979,70
15.452	Serviços Urbanos	0,00	0,00	86.840,52	86.840,52
15.452.0007	INFRAESTRUTURA	0,00	0,00	86.840,52	86.840,52
15.452.0007.02.000024	MANUTENÇÃO DA SECR. DE DESENV. URBANO E MEIO AMBIENTE	0,00	0,00	86.840,52	86.840,52
17	Saneamento	0,00	0,00	220.490,64	220.490,64

Administração Direta, Indireta ou Fundacional

Município de MONTE CARLO

Competência: 2019

Código	Especificação	Operações especiais	Projetos	Atividades	Total
17.512	Saneamento Básico Urbano	0,00	0,00	220.490,64	220.490,64
17.512.0007	INFRAESTRUTURA	0,00	0,00	220.490,64	220.490,64
17.512.0007.02.000038	COINCO - CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DO CONTESTADO	0,00	0,00	208.701,84	208.701,84
17.512.0007.02.000040	ARIS - AGÊNCIA REGULADORA INTERMUNICIPAL DE SANEAMENTO	0,00	0,00	11.788,80	11.788,80
20	Agricultura	0,00	181.870,00	214.807,20	396.677,20
20.606	Extensão Rural	0,00	0,00	214.807,20	214.807,20
20.606.0003	AGRICULTURA, INDÚSTRIA, COMÉRCIO, TURISMO E MEIO AMBIENTE	0,00	0,00	214.807,20	214.807,20
20.606.0003.02.000026	MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE AGRICULTURA	0,00	0,00	214.807,20	214.807,20
20.608	Promoção da Produção Agropecuária	0,00	181.870,00	0,00	181.870,00
20.608.0003	AGRICULTURA, INDÚSTRIA, COMÉRCIO, TURISMO E MEIO AMBIENTE	0,00	181.870,00	0,00	181.870,00
20.608.0003.01.000009	EQUIPAMENTOS, MÁQUINAS E VEÍCULOS PARA A AGROPECUÁRIA	0,00	181.870,00	0,00	181.870,00
26	Transporte	0,00	44.842,30	0,00	44.842,30
26.782	Transporte Rodoviário	0,00	44.842,30	0,00	44.842,30
26.782.0007	INFRAESTRUTURA	0,00	44.842,30	0,00	44.842,30
26.782.0007.01.000004	PAVIMENTAÇÃO DE RUAS	0,00	44.842,30	0,00	44.842,30
27	Desporto e Lazer	0,00	0,00	54.797,04	54.797,04
27.812	Desporto Comunitário	0,00	0,00	54.797,04	54.797,04
27.812.0006	ESPORTE E LAZER	0,00	0,00	54.797,04	54.797,04
27.812.0006.02.000028	MANUTENÇÃO DO DESPORTO AMADOR	0,00	0,00	54.797,04	54.797,04
28	Encargos Especiais	1.279.738,67	0,00	0,00	1.279.738,67
28.843	Serviço da Dívida Interna	954.474,00	0,00	0,00	954.474,00
28.843.0002	GESTÃO MUNICIPAL	954.474,00	0,00	0,00	954.474,00
28.843.0002.09.000002	PRECATÓRIOS	217.333,14	0,00	0,00	217.333,14
28.843.0002.09.000003	AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	737.140,86	0,00	0,00	737.140,86
28.846	Outros Encargos Especiais	325.264,67	0,00	0,00	325.264,67
28.846.0002	GESTÃO MUNICIPAL	325.264,67	0,00	0,00	325.264,67
28.846.0002.09.000001	PASEP	325.264,67	0,00	0,00	325.264,67
Total Geral		1.279.738,67	1.245.806,22	28.451.916,62	30.977.461,51

Demonstrativo da Despesa por Funções, Subfunções e Programas, Conforme o Vinculo com os Recursos

Anexo 8 - Consolidado

Município de MONTE CARLO
Competência: 2019

Código	Especificação	Ordinário	Vinculado	Total
01	Legislativa	0,00	1.057.462,42	1.057.462,42
01.031	Ação Legislativa	0,00	1.057.462,42	1.057.462,42
01.031.0001	PROCESSO LEGISLATIVO	0,00	1.057.462,42	1.057.462,42
01.031.0001.02.000001	MANUTENÇÃO DO PODER LEGISLATIVO	0,00	1.057.462,42	1.057.462,42
04	Administração	3.169.717,73	0,00	3.169.717,73
04.121	Planejamento e Orçamento	1.867.813,27	0,00	1.867.813,27
04.121.0002	GESTÃO MUNICIPAL	1.867.813,27	0,00	1.867.813,27
04.121.0002.02.000003	MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO	1.867.813,27	0,00	1.867.813,27
04.122	Administração Geral	903.462,02	0,00	903.462,02
04.122.0002	GESTÃO MUNICIPAL	903.462,02	0,00	903.462,02
04.122.0002.02.000002	MANUTENÇÃO DA GESTÃO ADMINISTRATIVA SUPERIOR	903.462,02	0,00	903.462,02
04.123	Administração Financeira	394.242,44	0,00	394.242,44
04.123.0002	GESTÃO MUNICIPAL	394.242,44	0,00	394.242,44
04.123.0002.02.000004	MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE FAZENDA	394.242,44	0,00	394.242,44
04.126	Tecnologia da Informatização	4.200,00	0,00	4.200,00
04.126.0002	GESTÃO MUNICIPAL	4.200,00	0,00	4.200,00
04.126.0002.02.000039	CIGA - CONSÓRCIO DE INFORMÁTICA NA GESTÃO PÚBLICA	4.200,00	0,00	4.200,00
06	Segurança Pública	209.486,14	75.528,01	285.014,15
06.181	Policiamento	33.569,64	75.528,01	109.097,65
06.181.0007	INFRAESTRUTURA	33.569,64	75.528,01	109.097,65
06.181.0007.02.000005	SEGURANÇA PÚBLICA	33.569,64	75.528,01	109.097,65
06.182	Defesa Civil	175.916,50	0,00	175.916,50
06.182.0010	FUNREBOM	175.916,50	0,00	175.916,50
06.182.0010.01.000010	EQUIPAMENTOS, MÁQUINAS E VEÍCULOS PARA O FUNREBOM	8.731,25	0,00	8.731,25
06.182.0010.02.000030	MANUTENÇÃO DO FUNREBOM	167.185,25	0,00	167.185,25
08	Assistência Social	916.701,76	119.203,83	1.035.905,59
08.243	Assistência à Criança e ao Adolescente	167.370,53	0,00	167.370,53
08.243.0002	GESTÃO MUNICIPAL	151.501,61	0,00	151.501,61
08.243.0002.02.000022	MANUTENÇÃO DO CONSELHO TUTELAR	151.501,61	0,00	151.501,61
08.243.0009	DESENVOLVIMENTO SOCIAL E HABITAÇÃO	15.868,92	0,00	15.868,92
08.243.0009.02.000021	PROTEÇÃO À CRIANÇA E AO ADOLESCENTE	15.868,92	0,00	15.868,92
08.244	Assistência Comunitária	749.331,23	119.203,83	868.535,06
08.244.0009	DESENVOLVIMENTO SOCIAL E HABITAÇÃO	749.331,23	119.203,83	868.535,06
08.244.0009.02.000007	MANUTENÇÃO DOS PROGRAMAS DO FNAS	18.527,96	118.470,93	136.998,89
08.244.0009.02.000008	MANUTENÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	730.803,27	732,90	731.536,17
10	Saúde	0,00	7.570.256,12	7.570.256,12
10.301	Atenção Básica	0,00	4.434.636,36	4.434.636,36
10.301.0005	SAÚDE PÚBLICA	0,00	4.434.636,36	4.434.636,36
10.301.0005.01.000006	EQUIPAMENTOS E VEÍCULOS PARA A SAÚDE	0,00	0,00	0,00
10.301.0005.02.000006	FARMÁCIA BÁSICA	0,00	233.338,28	233.338,28
10.301.0005.02.000032	MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE SAÚDE	0,00	182.517,24	182.517,24
10.301.0005.02.000033	ATENÇÃO BÁSICA À SAÚDE	0,00	3.956.930,32	3.956.930,32
10.301.0005.02.000037	CIS AMURES - CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE	0,00	61.850,52	61.850,52

Demonstrativo da Despesa por Funções, Subfunções e Programas, Conforme o Vinculo com os Recursos

Anexo 8 - Consolidado

Município de MONTE CARLO

Competência: 2019

Código	Especificação	Ordinário	Vinculado	Total
10.302	Assistência Hospitalar e Ambulatorial	0,00	3.014.931,95	3.014.931,95
10.302.0005	SAÚDE PÚBLICA	0,00	3.014.931,95	3.014.931,95
10.302.0005.01.000005	AMPLIAÇÃO, REFORMA E EQUIPAMENTOS PARA A UNIDADE MISTA DE SAÚDE	0,00	201.847,57	201.847,57
10.302.0005.02.000036	ASSISTÊNCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL - MAC	0,00	2.813.084,38	2.813.084,38
10.305	Vigilância Epidemiológica	0,00	120.687,81	120.687,81
10.305.0005	SAÚDE PÚBLICA	0,00	120.687,81	120.687,81
10.305.0005.02.000035	VIGILÂNCIA EM SAÚDE	0,00	120.687,81	120.687,81
12	Educação	255.871,00	12.129.225,28	12.385.096,28
12.361	Ensino Fundamental	107.401,97	9.857.622,67	9.965.024,64
12.361.0004	EDUCAÇÃO E CULTURA	107.401,97	9.857.622,67	9.965.024,64
12.361.0004.01.000002	CONSTRUÇÃO AMPLIAÇÃO E REFORMA DA REDE FÍSICA DO ENSINO FUNDAMENTAL	0,00	395.887,82	395.887,82
12.361.0004.01.000007	EQUIPAMENTOS E VEÍCULOS PARA A EDUCAÇÃO	0,00	218.927,28	218.927,28
12.361.0004.02.000011	MANUTENÇÃO DO ENSINO FUNDAMENTAL	0,00	7.799.863,84	7.799.863,84
12.361.0004.02.000014	MANUTENÇÃO DA MERENDA ESCOLAR - ENSINO FUNDAMENTAL	107.401,97	96.213,75	203.615,72
12.361.0004.02.000015	MANUTENÇÃO DO TRANSPORTE ESCOLAR	0,00	1.149.985,50	1.149.985,50
12.361.0004.02.000017	MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	0,00	196.744,48	196.744,48
12.364	Ensino Superior	38.608,38	0,00	38.608,38
12.364.0004	EDUCAÇÃO E CULTURA	38.608,38	0,00	38.608,38
12.364.0004.02.000016	APOIO AO ENSINO SUPERIOR	38.608,38	0,00	38.608,38
12.365	Educação Infantil	109.860,65	2.271.602,61	2.381.463,26
12.365.0004	EDUCAÇÃO E CULTURA	109.860,65	2.271.602,61	2.381.463,26
12.365.0004.01.000003	CONSTRUÇÃO AMPLIAÇÃO E REFORMA DA REDE FÍSICA DA EDUCAÇÃO INFANTIL	0,00	193.700,00	193.700,00
12.365.0004.02.000009	MANUTENÇÃO EDUCAÇÃO - CRECHES	0,00	584.959,96	584.959,96
12.365.0004.02.000010	MANUTENÇÃO DA EDUCAÇÃO PRÉ-ESCOLAR	0,00	1.394.396,15	1.394.396,15
12.365.0004.02.000012	MANUTENÇÃO DA MERENDA ESCOLAR - CRECHES	79.999,99	64.604,10	144.604,09
12.365.0004.02.000013	MANUTENÇÃO DA MERENDA ESCOLAR - PRÉ ESCOLAS	29.860,66	33.942,40	63.803,06
13	Cultura	43.540,18	0,00	43.540,18
13.392	Difusão Cultural	43.540,18	0,00	43.540,18
13.392.0004	EDUCAÇÃO E CULTURA	43.540,18	0,00	43.540,18
13.392.0004.02.000020	MANUTENÇÃO DO DEPARTAMENTO DE CULTURA	43.540,18	0,00	43.540,18
15	Urbanismo	2.886.319,58	547.603,61	3.433.923,19
15.451	Infra-Estrutura Urbana	2.799.479,06	547.603,61	3.347.082,67
15.451.0007	INFRAESTRUTURA	2.799.479,06	547.603,61	3.347.082,67
15.451.0007.02.000023	MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA	1.980.029,79	142.623,91	2.122.653,70
15.451.0007.02.000025	MANUTENÇÃO DOS SISTEMAS DE ÁGUA E ESGOTO	819.449,27	0,00	819.449,27
15.451.0007.02.000027	MANUTENÇÃO DA ILUMINAÇÃO PÚBLICA	0,00	404.979,70	404.979,70
15.452	Serviços Urbanos	86.840,52	0,00	86.840,52
15.452.0007	INFRAESTRUTURA	86.840,52	0,00	86.840,52
15.452.0007.02.000024	MANUTENÇÃO DA SECR. DE DESENV. URBANO E MEIO AMBIENTE	86.840,52	0,00	86.840,52
17	Saneamento	220.490,64	0,00	220.490,64
17.512	Saneamento Básico Urbano	220.490,64	0,00	220.490,64
17.512.0007	INFRAESTRUTURA	220.490,64	0,00	220.490,64
17.512.0007.02.000038	COINCO - CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DO CONTESTADO	208.701,84	0,00	208.701,84

Demonstrativo da Despesa por Funções, Subfunções e Programas, Conforme o Vinculo com os Recursos

Anexo 8 - Consolidado

Município de MONTE CARLO
Competência: 2019

Código	Especificação	Ordinário	Vinculado	Total
17.512.0007.02.000040	ARIS - AGÊNCIA REGULADORA INTERMUNICIPAL DE SANEAMENTO	11.788,80	0,00	11.788,80
20	Agricultura	230.244,58	166.432,62	396.677,20
20.606	Extensão Rural	214.807,20	0,00	214.807,20
20.606.0003	AGRICULTURA, INDÚSTRIA, COMÉRCIO, TURISMO E MEIO AMBIENTE	214.807,20	0,00	214.807,20
20.606.0003.02.000026	MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE AGRICULTURA	214.807,20	0,00	214.807,20
20.608	Promoção da Produção Agropecuária	15.437,38	166.432,62	181.870,00
20.608.0003	AGRICULTURA, INDÚSTRIA, COMÉRCIO, TURISMO E MEIO AMBIENTE	15.437,38	166.432,62	181.870,00
20.608.0003.01.000009	EQUIPAMENTOS, MÁQUINAS E VEÍCULOS PARA A AGROPECUÁRIA	15.437,38	166.432,62	181.870,00
26	Transporte	224,00	44.618,30	44.842,30
26.782	Transporte Rodoviário	224,00	44.618,30	44.842,30
26.782.0007	INFRAESTRUTURA	224,00	44.618,30	44.842,30
26.782.0007.01.000004	PAVIMENTAÇÃO DE RUAS	224,00	44.618,30	44.842,30
27	Desporto e Lazer	54.797,04	0,00	54.797,04
27.812	Desporto Comunitário	54.797,04	0,00	54.797,04
27.812.0006	ESPORTE E LAZER	54.797,04	0,00	54.797,04
27.812.0006.02.000028	MANUTENÇÃO DO DESPORTO AMADOR	54.797,04	0,00	54.797,04
28	Encargos Especiais	1.278.474,00	1.264,67	1.279.738,67
28.843	Serviço da Dívida Interna	954.474,00	0,00	954.474,00
28.843.0002	GESTÃO MUNICIPAL	954.474,00	0,00	954.474,00
28.843.0002.09.000002	PRECATÓRIOS	217.333,14	0,00	217.333,14
28.843.0002.09.000003	AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	737.140,86	0,00	737.140,86
28.846	Outros Encargos Especiais	324.000,00	1.264,67	325.264,67
28.846.0002	GESTÃO MUNICIPAL	324.000,00	1.264,67	325.264,67
28.846.0002.09.000001	PASEP	324.000,00	1.264,67	325.264,67
Total Geral		9.265.866,65	21.711.594,86	30.977.461,51

Demonstrativo da Despesa por órgãos e Funções - Anexo 9

Administração Direta, Indireta ou Fundacional

Município de MONTE CARLO
Competência: 2019

Unidade Orçamentária / Função de Governo	Legislativa	Judiciária	Essencial à Justiça	Administração	Defesa Nacional	Segurança Pública
01001 - CAMARA DE VEREADORES	1.057.462,42					
02001 - GABINETE DO PREFEITO				903.462,02		
02004 - CONSELHO TUTELAR						
03005 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRACAO				1.872.013,27		
04004 - SECRETARIA DA FAZENDA MUNICIPAL				394.242,44		
05003 - SECRETARIA MUNICIPAL DA AGRICULTURA						
06002 - DEPARTAMENTO DO MEIO AMBIENTE						
06003 - DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO						
06005 - SECR MUN DE DESENVOLVIMENTO URBANO E MEIO AMBIENTE						
06006 - DEPARTAMENTO DE TURISMO						
07001 - DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO						
07002 - DEPARTAMENTO DE CULTURA						
07003 - DEPARTAMENTO DE ESPORTES						
07004 - SECRETARIA MUN. DE EDUCAÇÃO CULTURA E DESPORTO						
09001 - DEPARTAMENTO DE SERVIÇOS PUBLICOS						
09002 - DEPARTAMENTO DE OBRAS PUBLICAS						
09003 - SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRA-ESTRUTURA						109.097,65
11001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE						
12001 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL						
13001 - FUNDO MUNICIPAL DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE						
15001 - FUNDO DE REEQUIPAM. DO CORPO DE BOMBEIROS						175.916,50
99099 - RESERVA DE CONTINGÊNCIA						
Total:	1.057.462,42			3.169.717,73		285.014,15

Unidade Orçamentária / Função de Governo	Relações Exteriores	Assistência Social	Previdência Social	Saúde	Trabalho	Educação
01001 - CAMARA DE VEREADORES						
02001 - GABINETE DO PREFEITO						
02004 - CONSELHO TUTELAR		151.501,61				
03005 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRACAO						
04004 - SECRETARIA DA FAZENDA MUNICIPAL						
05003 - SECRETARIA MUNICIPAL DA AGRICULTURA						
06002 - DEPARTAMENTO DO MEIO AMBIENTE						
06003 - DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO						
06005 - SECR MUN DE DESENVOLVIMENTO URBANO E MEIO AMBIENTE						
06006 - DEPARTAMENTO DE TURISMO						
07001 - DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO						12.188.351,80
07002 - DEPARTAMENTO DE CULTURA						
07003 - DEPARTAMENTO DE ESPORTES						
07004 - SECRETARIA MUN. DE EDUCAÇÃO CULTURA E DESPORTO						196.744,48
09001 - DEPARTAMENTO DE SERVIÇOS PUBLICOS						

Demonstrativo da Despesa por órgãos e Funções - Anexo 9

Administração Direta, Indireta ou Fundacional

Município de MONTE CARLO

Competência: 2019

Unidade Orçamentária / Função de Governo	Relações Exteriores	Assistência Social	Previdência Social	Saúde	Trabalho	Educação
09002 - DEPARTAMENTO DE OBRAS PUBLICAS						
09003 - SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRA-ESTRUTURA						
11001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE				7.570.256,12		
12001 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL		868.535,06				
13001 - FUNDO MUNICIPAL DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE		15.868,92				
15001 - FUNDO DE REEQUIPAM. DO CORPO DE BOMBEIROS						
99099 - RESERVA DE CONTINGÊNCIA						
Total:		1.035.905,59		7.570.256,12		12.385.096,28

Unidade Orçamentária / Função de Governo	Cultura	Direitos da Cidadania	Urbanismo	Habitação	Saneamento	Gestão Ambiental
01001 - CAMARA DE VEREADORES						
02001 - GABINETE DO PREFEITO						
02004 - CONSELHO TUTELAR						
03005 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRACAO						
04004 - SECRETARIA DA FAZENDA MUNICIPAL						
05003 - SECRETARIA MUNICIPAL DA AGRICULTURA						
06002 - DEPARTAMENTO DO MEIO AMBIENTE					220.490,64	
06003 - DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO			819.449,27			
06005 - SECR MUN DE DESENVOLVIMENTO URBANO E MEIO AMBIENTE			86.840,52			
06006 - DEPARTAMENTO DE TURISMO						
07001 - DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO						
07002 - DEPARTAMENTO DE CULTURA	43.540,18					
07003 - DEPARTAMENTO DE ESPORTES						
07004 - SECRETARIA MUN. DE EDUCAÇÃO CULTURA E DESPORTO						
09001 - DEPARTAMENTO DE SERVIÇOS PUBLICOS			404.979,70			
09002 - DEPARTAMENTO DE OBRAS PUBLICAS						
09003 - SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRA-ESTRUTURA			2.122.653,70			
11001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE						
12001 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL						
13001 - FUNDO MUNICIPAL DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE						
15001 - FUNDO DE REEQUIPAM. DO CORPO DE BOMBEIROS						
99099 - RESERVA DE CONTINGÊNCIA						
Total:	43.540,18		3.433.923,19		220.490,64	

Unidade Orçamentária / Função de Governo	Ciência e Tecnologia	Agricultura	Organização Agrária	Indústria	Comércio e Serviços	Comunicações
01001 - CAMARA DE VEREADORES						
02001 - GABINETE DO PREFEITO						
02004 - CONSELHO TUTELAR						
03005 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRACAO						

Demonstrativo da Despesa por órgãos e Funções - Anexo 9

Administração Direta, Indireta ou Fundacional

Município de MONTE CARLO
Competência: 2019

Unidade Orçamentária / Função de Governo	Ciência e Tecnologia	Agricultura	Organização Agrária	Indústria	Comércio e Serviços	Comunicações
04004 - SECRETARIA DA FAZENDA MUNICIPAL						
05003 - SECRETARIA MUNICIPAL DA AGRICULTURA		396.677,20				
06002 - DEPARTAMENTO DO MEIO AMBIENTE						
06003 - DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO						
06005 - SECR MUN DE DESENVOLVIMENTO URBANO E MEIO AMBIENTE						
06006 - DEPARTAMENTO DE TURISMO						
07001 - DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO						
07002 - DEPARTAMENTO DE CULTURA						
07003 - DEPARTAMENTO DE ESPORTES						
07004 - SECRETARIA MUN. DE EDUCAÇÃO CULTURA E DESPORTO						
09001 - DEPARTAMENTO DE SERVIÇOS PUBLICOS						
09002 - DEPARTAMENTO DE OBRAS PUBLICAS						
09003 - SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRA-ESTRUTURA						
11001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE						
12001 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL						
13001 - FUNDO MUNICIPAL DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE						
15001 - FUNDO DE REEQUIPAM. DO CORPO DE BOMBEIROS						
99099 - RESERVA DE CONTINGÊNCIA						
Total:		396.677,20				

Unidade Orçamentária / Função de Governo	Energia	Transporte	Desporto e Lazer	Encargos Especiais	Reserva Contingência	Total
01001 - CAMARA DE VEREADORES						1.057.462,42
02001 - GABINETE DO PREFEITO						903.462,02
02004 - CONSELHO TUTELAR						151.501,61
03005 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRACAO						1.872.013,27
04004 - SECRETARIA DA FAZENDA MUNICIPAL				1.279.738,67		1.673.981,11
05003 - SECRETARIA MUNICIPAL DA AGRICULTURA						396.677,20
06002 - DEPARTAMENTO DO MEIO AMBIENTE						220.490,64
06003 - DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO						819.449,27
06005 - SECR MUN DE DESENVOLVIMENTO URBANO E MEIO AMBIENTE						86.840,52
06006 - DEPARTAMENTO DE TURISMO						
07001 - DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO						12.188.351,80
07002 - DEPARTAMENTO DE CULTURA						43.540,18
07003 - DEPARTAMENTO DE ESPORTES			54.797,04			54.797,04
07004 - SECRETARIA MUN. DE EDUCAÇÃO CULTURA E DESPORTO						196.744,48
09001 - DEPARTAMENTO DE SERVIÇOS PUBLICOS						404.979,70
09002 - DEPARTAMENTO DE OBRAS PUBLICAS		44.842,30				44.842,30
09003 - SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRA-ESTRUTURA						2.231.751,35
11001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE						7.570.256,12
12001 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL						868.535,06

Demonstrativo da Despesa por órgãos e Funções - Anexo 9
Administração Direta, Indireta ou Fundacional

Município de MONTE CARLO

Competência: 2019

Unidade Orçamentária / Função de Governo	Energia	Transporte	Desporto e Lazer	Encargos Especiais	Reserva Contingência	Total
13001 - FUNDO MUNICIPAL DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE						15.868,92
15001 - FUNDO DE REEQUIPAM. DO CORPO DE BOMBEIROS						175.916,50
99099 - RESERVA DE CONTINGÊNCIA						
Total:		44.842,30	54.797,04	1.279.738,67		30.977.461,51

Comparativo da Receita Orçada com a Arrecadada - Anexo 10

Município de MONTE CARLO

Competência: 2019

Código	Especificação	Orçada	Arrecadada	Diferença	
				Para Mais	Para Menos
	RECEITAS	32.502.800,00	34.474.442,96	1.971.642,96	0,00
10000000	Receitas Correntes	32.482.800,00	33.779.177,30	1.296.377,30	0,00
11000000	Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	2.476.800,00	2.974.227,20	497.427,20	0,00
11100000	Impostos	1.842.000,00	2.277.479,56	435.479,56	0,00
11130000	Impostos sobre a Renda e Proventos de Qualquer Natureza	420.000,00	375.209,49	0,00	44.790,51
11130300	Imposto sobre a Renda - Retido na Fonte	420.000,00	375.209,49	0,00	44.790,51
11130311	Imposto sobre a Renda - Retido na Fonte - Trabalho - Principal	420.000,00	375.209,49	0,00	44.790,51
	Recursos Ordinários	252.000,00	225.125,58	0,00	26.874,42
	Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	105.000,00	93.802,44	0,00	11.197,56
	Receitas de Impostos e Transf de impostos: Saúde	63.000,00	56.281,47	0,00	6.718,53
11180000	Impostos Específicos de Estados, DF e Municípios	1.422.000,00	1.902.270,07	480.270,07	0,00
11180100	Impostos sobre o Patrimônio para Estados/DF/Municípios	988.000,00	1.505.247,33	517.247,33	0,00
11180111	Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - Principal	600.000,00	544.035,80	0,00	55.964,20
	Recursos Ordinários	360.000,00	326.421,36	0,00	33.578,64
	Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	150.000,00	136.009,06	0,00	13.990,94
	Receitas de Impostos e Transf de impostos: Saúde	90.000,00	81.605,38	0,00	8.394,62
11180112	Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - Multas e Juros de Mora	4.000,00	0,00	0,00	4.000,00
	Recursos Ordinários	2.400,00	0,00	0,00	2.400,00
	Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	1.000,00	0,00	0,00	1.000,00
	Receitas de Impostos e Transf de impostos: Saúde	600,00	0,00	0,00	600,00
11180113	Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - Dívida Ativa	160.000,00	116.919,78	0,00	43.080,22
	Recursos Ordinários	96.000,00	70.151,84	0,00	25.848,16
	Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	40.000,00	29.229,99	0,00	10.770,01
	Receitas de Impostos e Transf de impostos: Saúde	24.000,00	17.537,95	0,00	6.462,05
11180114	Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - Dívida Ativa - Multas e Juros de Mora da	4.000,00	0,00	0,00	4.000,00
	Recursos Ordinários	2.400,00	0,00	0,00	2.400,00
	Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	1.000,00	0,00	0,00	1.000,00
	Receitas de Impostos e Transf de impostos: Saúde	600,00	0,00	0,00	600,00
11180141	Imposto sobre Transmissão "Inter Vivos" de Bens Imóveis e de Direitos Reais sobre Imóveis - Principa	220.000,00	844.291,75	624.291,75	0,00
	Recursos Ordinários	132.000,00	506.575,04	374.575,04	0,00
	Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	55.000,00	211.072,94	156.072,94	0,00
	Receitas de Impostos e Transf de impostos: Saúde	33.000,00	126.643,77	93.643,77	0,00
11180200	Impostos sobre a Produção, Circulação de Mercadorias e Serviços	434.000,00	397.022,74	0,00	36.977,26
11180231	Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - Principal	420.000,00	397.022,74	0,00	22.977,26
	Recursos Ordinários	252.000,00	238.213,37	0,00	13.786,63
	Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	105.000,00	99.255,96	0,00	5.744,04
	Receitas de Impostos e Transf de impostos: Saúde	63.000,00	59.553,41	0,00	3.446,59
11180232	Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - Multas e Juros de Mora	6.000,00	0,00	0,00	6.000,00
	Recursos Ordinários	3.600,00	0,00	0,00	3.600,00
	Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	1.500,00	0,00	0,00	1.500,00
	Receitas de Impostos e Transf de impostos: Saúde	900,00	0,00	0,00	900,00
11180233	Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - Dívida Ativa	4.000,00	0,00	0,00	4.000,00
	Recursos Ordinários	2.400,00	0,00	0,00	2.400,00
	Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	1.000,00	0,00	0,00	1.000,00

Comparativo da Receita Orçada com a Arrecadada - Anexo 10

Município de MONTE CARLO

Competência: 2019

Código	Especificação	Orçada	Arrecadada	Diferença	
				Para Mais	Para Menos
	Receitas de Impostos e Transf de impostos: Saúde	600,00	0,00	0,00	600,00
11180234	Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - Dívida Ativa - Multas e Juros de Mora da Dívida Ativa	4.000,00	0,00	0,00	4.000,00
	Recursos Ordinários	2.400,00	0,00	0,00	2.400,00
	Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	1.000,00	0,00	0,00	1.000,00
	Receitas de Impostos e Transf de impostos: Saúde	600,00	0,00	0,00	600,00
11200000	Taxas	621.800,00	696.747,64	74.947,64	0,00
11210000	Taxas pelo Exercício do Poder de Polícia	574.000,00	407.239,41	0,00	166.760,59
11210100	Taxas de Inspeção, Controle e Fiscalização	574.000,00	407.239,41	0,00	166.760,59
11210111	Taxas de Inspeção, Controle e Fiscalização - Principal	520.000,00	395.150,06	0,00	124.849,94
	Recursos Ordinários	520.000,00	395.150,06	0,00	124.849,94
11210112	Taxas de Inspeção, Controle e Fiscalização - Multas e Juros de Mora	22.000,00	1.760,08	0,00	20.239,92
	Recursos Ordinários	22.000,00	1.760,08	0,00	20.239,92
11210113	Taxas de Inspeção, Controle e Fiscalização - Dívida Ativa	26.000,00	10.329,27	0,00	15.670,73
	Recursos Ordinários	26.000,00	10.329,27	0,00	15.670,73
11210114	Taxas de Inspeção, Controle e Fiscalização - Dívida Ativa - Multas e Juros de Mora da Dívida Ativa	6.000,00	0,00	0,00	6.000,00
	Recursos Ordinários	6.000,00	0,00	0,00	6.000,00
11220000	Taxas pela Prestação de Serviços	47.800,00	289.508,23	241.708,23	0,00
11220100	Taxas pela Prestação de Serviços	47.800,00	289.508,23	241.708,23	0,00
11220111	Taxas pela Prestação de Serviços - Principal	41.800,00	289.508,23	247.708,23	0,00
	Recursos Ordinários	41.800,00	289.508,23	247.708,23	0,00
11220112	Taxas pela Prestação de Serviços - Multas e Juros de Mora	2.000,00	0,00	0,00	2.000,00
	Recursos Ordinários	2.000,00	0,00	0,00	2.000,00
11220113	Taxas pela Prestação de Serviços - Dívida Ativa	2.000,00	0,00	0,00	2.000,00
	Recursos Ordinários	2.000,00	0,00	0,00	2.000,00
11220114	Taxas pela Prestação de Serviços - Dívida Ativa - Multas e Juros de Mora da Dívida Ativa	2.000,00	0,00	0,00	2.000,00
	Recursos Ordinários	2.000,00	0,00	0,00	2.000,00
11300000	Contribuição de Melhoria	13.000,00	0,00	0,00	13.000,00
11300011	Contribuição de Melhoria - Principal	10.000,00	0,00	0,00	10.000,00
	Recursos Ordinários	10.000,00	0,00	0,00	10.000,00
11300012	Contribuição de Melhoria - Multas e Juros de Mora	1.000,00	0,00	0,00	1.000,00
	Recursos Ordinários	1.000,00	0,00	0,00	1.000,00
11300013	Contribuição de Melhoria - Dívida Ativa	1.000,00	0,00	0,00	1.000,00
	Recursos Ordinários	1.000,00	0,00	0,00	1.000,00
11300014	Contribuição de Melhoria - Dívida Ativa - Multas e Juros de Mora da Dívida Ativa	1.000,00	0,00	0,00	1.000,00
	Recursos Ordinários	1.000,00	0,00	0,00	1.000,00
12000000	Contribuições	480.000,00	515.245,26	35.245,26	0,00
12400000	Contribuição para o Custeio do Serviço de Iluminação Pública	480.000,00	515.245,26	35.245,26	0,00
12400011	Contribuição para o Custeio do Serviço de Iluminação Pública - Principal	480.000,00	515.245,26	35.245,26	0,00
	Contribuição para o Custeio dos Serviços de Iluminação Pública - COSIP	480.000,00	515.245,26	35.245,26	0,00
13000000	Receita Patrimonial	123.500,00	114.970,39	0,00	8.529,61
13200000	Valores Mobiliários	123.500,00	114.970,39	0,00	8.529,61
13210000	Juros e Correções Monetárias	123.500,00	114.970,39	0,00	8.529,61
13210011	Remuneração de Depósitos Bancários - Principal	123.500,00	114.970,39	0,00	8.529,61
	Recursos Ordinários	30.000,00	13.137,08	0,00	16.862,92

Comparativo da Receita Orçada com a Arrecadada - Anexo 10

Município de MONTE CARLO

Competência: 2019

Código	Especificação	Orçada	Arrecadada	Diferença	
				Para Mais	Para Menos
	Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	5.000,00	0,00	0,00	5.000,00
	Receitas de Impostos e Transf de impostos: Saúde	10.000,00	1.629,51	0,00	8.370,49
	Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico - CIDE	500,00	211,95	0,00	288,05
	Contribuição para o Custeio dos Serviços de Iluminação Pública - COSIP	5.000,00	11.610,38	6.610,38	0,00
	Convênio de Trânsito - Militar	1.000,00	0,00	0,00	1.000,00
	Convênio de Trânsito - Civil	1.000,00	640,89	0,00	359,11
	Convênio de Trânsito - Prefeitura	1.000,00	841,37	0,00	158,63
	Transf. do FUNDEF/FUNDEB - (aplic. remuneração dos prof. do Magist. em efet exercício na Ed. Bá	6.000,00	10.863,72	4.863,72	0,00
	Transferências do FUNDEF/FUNDEB - (aplicação em outras despesas da Educação Básica)	4.000,00	5.958,50	1.958,50	0,00
	Transferências de Convênios – União/Educação	1.000,00	50,61	0,00	949,39
	Transferências de Convênios – União/Saúde	2.000,00	1.576,41	0,00	423,59
	Transferências de Convênios – União/Outros (não relacionados à educação/saúde/assistência socia	1.000,00	5.031,57	4.031,57	0,00
	Transferências do Sistema Único de Assistência Social – SUAS/União	2.000,00	3.197,31	1.197,31	0,00
	Salário-Educação	20.000,00	32.136,86	12.136,86	0,00
	Outras Transferências do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – FNDE (não repassadas p	1.500,00	1.362,62	0,00	137,38
	Transferências do Sistema Único de Saúde – SUS/União	23.800,00	15.940,01	0,00	7.859,99
	Fundo Especial do Petróleo e Transferências Decorrentes de Compensação Financeira pela Exploraç	500,00	525,47	25,47	0,00
	Transferências de Convênios – Estado/Educação	1.000,00	525,22	0,00	474,78
	Transferências de Convênios – Estado/Saúde	2.000,00	0,00	0,00	2.000,00
	Transferências de Convênios – Estado/Outros (não relacionados à educação/saúde/assistência socia	1.000,00	3,25	0,00	996,75
	Transferências do Sistema Único de Assistência Social – SUAS/Estado	1.000,00	1.381,79	381,79	0,00
	Transferências do Sistema Único de Saúde – SUS/Estado	1.200,00	7.077,37	5.877,37	0,00
	Alienações de Bens destinados a Outros Programas	2.000,00	1.268,50	0,00	731,50
14000000	Receita Agropecuária	11.500,00	0,00	0,00	11.500,00
14000011	Receita Agropecuária - Principal	10.000,00	0,00	0,00	10.000,00
	Recursos Ordinários	10.000,00	0,00	0,00	10.000,00
14000012	Receita Agropecuária - Multas e Juros de Mora	500,00	0,00	0,00	500,00
	Recursos Ordinários	500,00	0,00	0,00	500,00
14000013	Receita Agropecuária - Dívida Ativa	500,00	0,00	0,00	500,00
	Recursos Ordinários	500,00	0,00	0,00	500,00
14000014	Receita Agropecuária - Dívida Ativa - Multas e Juros de Mora da Dívida Ativa	500,00	0,00	0,00	500,00
	Recursos Ordinários	500,00	0,00	0,00	500,00
16000000	Receita de Serviços	1.218.000,00	1.057.218,71	0,00	160.781,29
16100000	Serviços Administrativos e Comerciais Gerais	1.208.000,00	1.052.895,72	0,00	155.104,28
16100100	Serviços Administrativos e Comerciais Gerais	1.208.000,00	1.052.895,72	0,00	155.104,28
16100111	Serviços Administrativos e Comerciais Gerais - Principal	1.200.000,00	908.809,98	0,00	291.190,02
	Recursos Ordinários	1.200.000,00	908.809,98	0,00	291.190,02
16100112	Serviços Administrativos e Comerciais Gerais - Multas e Juros de Mora	2.000,00	778,98	0,00	1.221,02
	Recursos Ordinários	2.000,00	778,98	0,00	1.221,02
16100113	Serviços Administrativos e Comerciais Gerais - Dívida Ativa	4.000,00	136.370,86	132.370,86	0,00
	Recursos Ordinários	4.000,00	136.370,86	132.370,86	0,00
16100114	Serviços Administrativos e Comerciais Gerais - Dívida Ativa - Multas e Juros de Mora da Dívida Ativa	2.000,00	6.935,90	4.935,90	0,00
	Recursos Ordinários	2.000,00	6.935,90	4.935,90	0,00

Comparativo da Receita Orçada com a Arrecadada - Anexo 10

Município de MONTE CARLO

Competência: 2019

Código	Especificação	Orçada	Arrecadada	Diferença	
				Para Mais	Para Menos
16900000	Outros Serviços	10.000,00	4.322,99	0,00	5.677,01
16909900	Outros Serviços	10.000,00	4.322,99	0,00	5.677,01
16909911	Outros Serviços - Principal	10.000,00	4.322,99	0,00	5.677,01
	Recursos Ordinários	10.000,00	4.322,99	0,00	5.677,01
17000000	Transferências Correntes	27.383.000,00	29.061.211,84	1.678.211,84	0,00
17100000	Transferências da União e de suas Entidades	12.313.000,00	13.160.258,11	847.258,11	0,00
17180000	Transferências da União - Específicas de Estados, DF e Municípios	12.313.000,00	13.160.258,11	847.258,11	0,00
17180100	Participação na Receita da União	8.602.000,00	8.204.536,94	0,00	397.463,06
17180121	Cota-Parte do Fundo de Participação dos Municípios - Cota Mensal - Principal	7.800.000,00	7.414.834,46	0,00	385.165,54
	Recursos Ordinários	1.482.000,00	3.781.565,56	2.299.565,56	0,00
	Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	2.340.000,00	2.224.450,34	0,00	115.549,66
	Receitas de Impostos e Transf de impostos: Saúde	3.978.000,00	1.408.818,56	0,00	2.569.181,44
17180131	Cota-Parte do Fundo de Participação dos Municípios - 1% Cota entregue no mês de dezembro - Principal	342.000,00	327.230,35	0,00	14.769,65
	Recursos Ordinários	198.000,00	245.422,76	47.422,76	0,00
	Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	90.000,00	81.807,59	0,00	8.192,41
	Receitas de Impostos e Transf de impostos: Saúde	54.000,00	0,00	0,00	54.000,00
17180141	Cota-Parte do Fundo de Participação dos Municípios - 1% Cota entregue no mês de julho - Principal	320.000,00	315.140,73	0,00	4.859,27
	Recursos Ordinários	192.000,00	236.355,55	44.355,55	0,00
	Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	80.000,00	78.785,18	0,00	1.214,82
	Receitas de Impostos e Transf de impostos: Saúde	48.000,00	0,00	0,00	48.000,00
17180151	Cota-Parte do Imposto Sobre a Propriedade Territorial Rural - Principal	140.000,00	147.331,40	7.331,40	0,00
	Recursos Ordinários	84.000,00	88.398,82	4.398,82	0,00
	Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	35.000,00	36.832,88	1.832,88	0,00
	Receitas de Impostos e Transf de impostos: Saúde	21.000,00	22.099,70	1.099,70	0,00
17180200	Transferência da Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Naturais	100.000,00	114.247,03	14.247,03	0,00
17180261	Cota-Parte do Fundo Especial do Petróleo - FEP - Principal	100.000,00	114.247,03	14.247,03	0,00
	Fundo Especial do Petróleo e Transferências Decorrentes de Compensação Financeira pela Exploraç	100.000,00	114.247,03	14.247,03	0,00
17180300	Transferência de Recursos do Sistema Único de Saúde - SUS - Repasses Fundo a Fundo Bloco Custeio das	2.025.000,00	2.017.369,30	0,00	7.630,70
17180311	Transferência de Recursos do SUS - Atenção Básica - Principal	1.660.000,00	1.620.371,18	0,00	39.628,82
	Transferências do Sistema Único de Saúde - SUS/União	1.660.000,00	1.620.371,18	0,00	39.628,82
17180321	Transferência de Recursos do SUS - Atenção de Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar -	250.000,00	234.941,16	0,00	15.058,84
	Transferências do Sistema Único de Saúde - SUS/União	250.000,00	234.941,16	0,00	15.058,84
17180331	Transferência de Recursos do SUS - Vigilância em Saúde - Principal	50.000,00	66.451,78	16.451,78	0,00
	Transferências do Sistema Único de Saúde - SUS/União	50.000,00	66.451,78	16.451,78	0,00
17180341	Transferência de Recursos do SUS - Assistência Farmacêutica - Principal	60.000,00	54.711,99	0,00	5.288,01
	Transferências do Sistema Único de Saúde - SUS/União	60.000,00	54.711,99	0,00	5.288,01
17180351	Transferência de Recursos do SUS - Gestão do SUS - Principal	5.000,00	40.893,19	35.893,19	0,00
	Transferências do Sistema Único de Saúde - SUS/União	5.000,00	40.893,19	35.893,19	0,00
17180400	Transferências de Recursos do Sistema Único de Saúde - SUS - Bloco Investimentos na Rede de Serviços	300.000,00	0,00	0,00	300.000,00
17180411	Transferências de Recursos do Sistema Único de Saúde - SUS destinados à Atenção Básica - Principal	300.000,00	0,00	0,00	300.000,00
	Transferências do Sistema Único de Saúde - SUS/União	300.000,00	0,00	0,00	300.000,00
17180500	Transferências de Recursos do Fundo Nacional do Desenvolvimento da Educação - FNDE	1.102.000,00	1.002.924,15	0,00	99.075,85

Comparativo da Receita Orçada com a Arrecadada - Anexo 10

Município de MONTE CARLO

Competência: 2019

Código	Especificação	Orçada	Arrecadada	Diferença	
				Para Mais	Para Menos
17180511	Transferências do Salário-Educação - Principal	860.000,00	782.800,69	0,00	77.199,31
	Salário-Educação	860.000,00	782.800,69	0,00	77.199,31
17180521	Transferências Diretas do FNDE referentes ao Programa Dinheiro Direto na Escola – PDDE - Principal	2.000,00	0,00	0,00	2.000,00
	Outras Transferências do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – FNDE (não repassadas p	2.000,00	0,00	0,00	2.000,00
17180531	Transferências Diretas do FNDE referentes ao Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE - Princ	200.000,00	189.304,00	0,00	10.696,00
	Outras Transferências do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – FNDE (não repassadas p	200.000,00	189.304,00	0,00	10.696,00
17180541	Transferências Diretas do FNDE referentes ao Programa Nacional de Apoio ao Transporte do Escolar – P	40.000,00	30.819,46	0,00	9.180,54
	Outras Transferências do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – FNDE (não repassadas p	40.000,00	30.819,46	0,00	9.180,54
17180600	Transferência Financeira do ICMS – Desoneração – L.C. Nº 87/96	24.000,00	0,00	0,00	24.000,00
17180611	Transferência Financeira do ICMS – Desoneração – L.C. Nº 87/96 - Principal	24.000,00	0,00	0,00	24.000,00
	Recursos Ordinários	14.400,00	0,00	0,00	14.400,00
	Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	6.000,00	0,00	0,00	6.000,00
	Receitas de Impostos e Transf de impostos: Saúde	3.600,00	0,00	0,00	3.600,00
17180800	Transferências Advindas de Emendas Parlamentares Individuais	0,00	1.231.895,00	1.231.895,00	0,00
17180811	Transferências Advindas de Emendas Parlamentares Individuais - Principal	0,00	1.231.895,00	1.231.895,00	0,00
	Transferências do Sistema Único de Saúde – SUS/União	0,00	1.231.895,00	1.231.895,00	0,00
17181200	Transferências de Recursos do Fundo Nacional de Assistência Social – FNAS	160.000,00	201.573,98	41.573,98	0,00
17181211	Transferências de Recursos do Fundo Nacional de Assistência Social – FNAS - Principal	160.000,00	201.573,98	41.573,98	0,00
	Transferências do Sistema Único de Assistência Social – SUAS/União	160.000,00	201.573,98	41.573,98	0,00
17189900	Outras Transferências da União	0,00	387.711,71	387.711,71	0,00
17189911	Outras Transferências da União - Principal	0,00	387.711,71	387.711,71	0,00
	Recursos Ordinários	0,00	3.877,11	3.877,11	0,00
	Cessão onerosa - Lei nº 13.885/201	0,00	383.834,60	383.834,60	0,00
17200000	Transferências dos Estados e do Distrito Federal e de suas Entidades	7.070.000,00	7.064.287,09	0,00	5.712,91
17280000	Transferências dos Estados - Específicas de Estados, DF e Municípios	7.070.000,00	7.064.287,09	0,00	5.712,91
17280100	Participação na Receita dos Estados	6.530.000,00	6.491.156,45	0,00	38.843,55
17280111	Cota-Parte do ICMS - Principal	5.800.000,00	5.803.544,95	3.544,95	0,00
	Recursos Ordinários	3.480.000,00	3.482.126,79	2.126,79	0,00
	Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	1.450.000,00	1.450.886,40	886,40	0,00
	Receitas de Impostos e Transf de impostos: Saúde	870.000,00	870.531,76	531,76	0,00
17280121	Cota-Parte do IPVA - Principal	600.000,00	601.064,02	1.064,02	0,00
	Recursos Ordinários	360.000,00	360.638,23	638,23	0,00
	Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	150.000,00	150.266,20	266,20	0,00
	Receitas de Impostos e Transf de impostos: Saúde	90.000,00	90.159,59	159,59	0,00
17280131	Cota-Parte do IPI - Municípios - Principal	100.000,00	74.317,37	0,00	25.682,63
	Recursos Ordinários	60.000,00	44.590,36	0,00	15.409,64
	Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	25.000,00	18.579,38	0,00	6.420,62
	Receitas de Impostos e Transf de impostos: Saúde	15.000,00	11.147,63	0,00	3.852,37
17280141	Cota-Parte da Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico - Principal	30.000,00	12.230,11	0,00	17.769,89
	Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico - CIDE	30.000,00	12.230,11	0,00	17.769,89
17280300	Transferência de Recursos do Estado para Programas de Saúde – Repasse Fundo a Fundo	400.000,00	451.702,71	51.702,71	0,00
17280311	Transferência de Recursos do Estado para Programas de Saúde – Repasse Fundo a Fundo - Principal	400.000,00	451.702,71	51.702,71	0,00

Comparativo da Receita Orçada com a Arrecadada - Anexo 10

Município de MONTE CARLO

Competência: 2019

Código	Especificação	Orçada	Arrecadada	Diferença	
				Para Mais	Para Menos
	Transferências do Sistema Único de Saúde – SUS/Estado	400.000,00	451.702,71	51.702,71	0,00
17281000	Transferência de Convênios dos Estados e do Distrito Federal e de Suas Entidades	140.000,00	121.427,93	0,00	18.572,07
17281021	Transferências de Convênio dos Estados Destinadas a Programas de Educação - Principal	100.000,00	92.077,92	0,00	7.922,08
	Transferências de Convênios – Estado/Educação	100.000,00	92.077,92	0,00	7.922,08
17281091	Outras Transferências de Convênio dos Estados - Principal	40.000,00	29.350,01	0,00	10.649,99
	Transferências do Sistema Único de Assistência Social – SUAS/Estado	40.000,00	29.350,01	0,00	10.649,99
17500000	Transferências de Outras Instituições Públicas	8.000.000,00	8.836.666,64	836.666,64	0,00
17580000	Transferências de Outras Instituições Públicas - Específicas de Estados, DF e Municípios	8.000.000,00	8.836.666,64	836.666,64	0,00
17580100	Transferências de Recursos do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valoriza	8.000.000,00	8.836.666,64	836.666,64	0,00
17580111	Transferências de Recursos do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valoriza	8.000.000,00	8.836.666,64	836.666,64	0,00
	Transf. do FUNDEF/FUNDEB - (aplic. remuneração dos prof. do Magist. em efet exercício na Ed. Bá	5.200.000,00	5.743.833,27	543.833,27	0,00
	Transferências do FUNDEF/FUNDEB - (aplicação em outras despesas da Educação Básica)	2.800.000,00	3.092.833,37	292.833,37	0,00
19000000	Outras Receitas Correntes	790.000,00	56.303,90	0,00	733.696,10
19100000	Multas Administrativas, Contratuais e Judiciais	70.000,00	45.131,11	0,00	24.868,89
19100100	Multas Previstas em Legislação Específica	70.000,00	45.131,11	0,00	24.868,89
19100111	Multas Previstas em Legislação Específica - Principal	60.000,00	45.131,11	0,00	14.868,89
	Convênio de Trânsito - Militar	19.500,00	14.667,62	0,00	4.832,38
	Convênio de Trânsito - Civil	19.500,00	14.667,62	0,00	4.832,38
	Convênio de Trânsito - Prefeitura	21.000,00	15.795,87	0,00	5.204,13
19100112	Multas Previstas em Legislação Específica - Multas e Juros de Mora	10.000,00	0,00	0,00	10.000,00
	Recursos Ordinários	10.000,00	0,00	0,00	10.000,00
19200000	Indenizações, Restituições e Ressarcimentos	40.000,00	9.642,03	0,00	30.357,97
19210000	Indenizações	20.000,00	0,00	0,00	20.000,00
19219900	Outras Indenizações	20.000,00	0,00	0,00	20.000,00
19219911	Outras Indenizações - Principal	20.000,00	0,00	0,00	20.000,00
	Recursos Ordinários	20.000,00	0,00	0,00	20.000,00
19220000	Restituições	20.000,00	9.642,03	0,00	10.357,97
19229900	Outras Restituições	20.000,00	9.642,03	0,00	10.357,97
19229911	Outras Restituições - Principal	20.000,00	9.642,03	0,00	10.357,97
	Recursos Ordinários	20.000,00	9.642,03	0,00	10.357,97
19900000	Demais Receitas Correntes	680.000,00	1.530,76	0,00	678.469,24
19909900	Outras Receitas	680.000,00	1.530,76	0,00	678.469,24
19909911	Outras Receitas - Primárias - Principal	620.000,00	1.530,76	0,00	618.469,24
	Recursos Ordinários	620.000,00	1.530,76	0,00	618.469,24
19909913	Outras Receitas - Primárias - Dívida Ativa	60.000,00	0,00	0,00	60.000,00
	Recursos Ordinários	60.000,00	0,00	0,00	60.000,00
20000000	Receitas de Capital	20.000,00	695.265,66	675.265,66	0,00
24000000	Transferências de Capital	20.000,00	695.265,66	675.265,66	0,00
24100000	Transferências da União e de suas Entidades	10.000,00	695.265,66	685.265,66	0,00
24180000	Transferências da União - Específicas de Estados, DF e Municípios	10.000,00	695.265,66	685.265,66	0,00
24181000	Transferência de Convênios da União e de suas Entidades	10.000,00	695.265,66	685.265,66	0,00
24181011	Transferências de Convênio da União para o Sistema Único de Saúde – SUS - Principal	3.000,00	188.746,14	185.746,14	0,00

Comparativo da Receita Orçada com a Arrecadada - Anexo 10

Município de MONTE CARLO

Competência: 2019

Código	Especificação	Orçada	Arrecadada	Diferença	
				Para Mais	Para Menos
	Transferências de Convênios – União/Saúde	3.000,00	188.746,14	185.746,14	0,00
24181021	Transferências de Convênio da União destinadas a Programas de Educação - Principal	3.000,00	0,00	0,00	3.000,00
	Transferências de Convênios – União/Educação	3.000,00	0,00	0,00	3.000,00
24181091	Outras Transferências de Convênios da União - Principal	4.000,00	506.519,52	502.519,52	0,00
	Transferências de Convênios – União/Outros (não relacionados à educação/saúde/assistência socia	4.000,00	506.519,52	502.519,52	0,00
24200000	Transferências dos Estados e do Distrito Federal e de suas Entidades	10.000,00	0,00	0,00	10.000,00
24280000	Transferências dos Estados, Distrito Federal, e de suas Entidades	10.000,00	0,00	0,00	10.000,00
24281000	Transferências de Convênios dos Estados e do Distrito Federal e de suas Entidades	10.000,00	0,00	0,00	10.000,00
24281011	Transferências de Convênios dos Estados para o Sistema Único de Saúde – SUS - Principal	3.000,00	0,00	0,00	3.000,00
	Transferências de Convênios – Estado/Saúde	3.000,00	0,00	0,00	3.000,00
24281021	Transferências de Convênios dos Estados destinadas a Programas de Educação - Principal	3.000,00	0,00	0,00	3.000,00
	Transferências de Convênios – Estado/Educação	3.000,00	0,00	0,00	3.000,00
24281091	Outras Transferências de Convênio dos Estados - Principal	4.000,00	0,00	0,00	4.000,00
	Transferências de Convênios – Estado/Outros (não relacionados àeducação/saúde/assistência socia	4.000,00	0,00	0,00	4.000,00
	(...) DEDUÇÕES FUNDEB	-2.892.800,00	-2.808.216,25	84.583,75	0,00
10000000	Receitas Correntes	-2.892.800,00	-2.808.216,25	84.583,75	0,00
17000000	Transferências Correntes	-2.892.800,00	-2.808.216,25	84.583,75	0,00
17100000	Transferências da União e de suas Entidades	-1.592.800,00	-1.512.432,77	80.367,23	0,00
17180000	Transferências da União - Específicas de Estados, DF e Municípios	-1.592.800,00	-1.512.432,77	80.367,23	0,00
17180100	Participação na Receita da União	-1.588.000,00	-1.512.432,77	75.567,23	0,00
17180121	Cota-Parte do Fundo de Participação dos Municípios - Cota Mensal - Principal	-1.560.000,00	-1.482.966,57	77.033,43	0,00
	Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	-1.560.000,00	-1.482.966,57	77.033,43	0,00
17180151	Cota-Parte do Imposto Sobre a Propriedade Territorial Rural - Principal	-28.000,00	-29.466,20	0,00	1.466,20
	Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	-28.000,00	-29.466,20	0,00	1.466,20
17180600	Transferência Financeira do ICMS – Desoneração – L.C. Nº 87/96	-4.800,00	0,00	4.800,00	0,00
17180611	Transferência Financeira do ICMS – Desoneração – L.C. Nº 87/96 - Principal	-4.800,00	0,00	4.800,00	0,00
	Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	-4.800,00	0,00	4.800,00	0,00
17200000	Transferências dos Estados e do Distrito Federal e de suas Entidades	-1.300.000,00	-1.295.783,48	4.216,52	0,00
17280000	Transferências dos Estados - Específicas de Estados, DF e Municípios	-1.300.000,00	-1.295.783,48	4.216,52	0,00
17280100	Participação na Receita dos Estados	-1.300.000,00	-1.295.783,48	4.216,52	0,00
17280111	Cota-Parte do ICMS - Principal	-1.160.000,00	-1.160.708,29	0,00	708,29
	Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	-1.160.000,00	-1.160.708,29	0,00	708,29
17280121	Cota-Parte do IPVA - Principal	-120.000,00	-120.211,80	0,00	211,80
	Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	-120.000,00	-120.211,80	0,00	211,80
17280131	Cota-Parte do IPI - Municípios - Principal	-20.000,00	-14.863,39	5.136,61	0,00
	Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	-20.000,00	-14.863,39	5.136,61	0,00
Totais		29.610.000,00	31.666.226,71	2.056.226,71	0,00

Comparativo da Despesa Autorizada com a Realizada - Anexo 11

Município de MONTE CARLO

Competência: 2019

Unidade Gestora: Prefeitura Municipal de Monte Carlo

Código	Títulos	Autorizada R\$			Despesa Realizada	Diferenças
		Créd. Orçam. e Suplemen.	Créd. Esp. e Extraord.	Total		
02001	GABINETE DO PREFEITO	910.000,00	0,00	910.000,00	903.462,02	6.537,98
02001.04	Administração	910.000,00	0,00	910.000,00	903.462,02	6.537,98
02001.04.122	Administração Geral	910.000,00	0,00	910.000,00	903.462,02	6.537,98
02001.04.122.02.000002	MANUTENÇÃO DA GESTÃO ADMINISTRATIVA SUPERIOR	910.000,00	0,00	910.000,00	903.462,02	6.537,98
3.1.90.00.00	Aplicações Diretas	790.000,00	0,00	790.000,00	786.748,29	3.251,71
3.1.90.01.00	Aposentadorias, Reserva Remunerada e Reformas				3.160,42	
3.1.90.01.01	proventos - pessoal civil				3.160,42	
3.1.90.11.00	Vencimentos e Vantagens Fixas (Pessoal Civil)				648.015,92	
3.1.90.11.01	vencimentos e salários				648.015,92	
3.1.90.13.00	Obrigações Patronais				135.571,95	
3.1.90.13.02	contribuições previdenciárias – INSS				135.571,95	
3.3.90.00.00	Aplicações Diretas	115.000,00	0,00	115.000,00	114.668,73	331,27
3.3.90.14.00	Diárias Civil				26.230,00	
3.3.90.14.14	diárias no país – civil				26.230,00	
3.3.90.15.00	Diárias Militar				0,00	
3.3.90.15.14	diárias no país – militar				0,00	
3.3.90.30.00	Material de Consumo				45.398,63	
3.3.90.30.01	combustíveis e lubrificantes automotivos				6.333,38	
3.3.90.30.07	gêneros de alimentação				16.447,26	
3.3.90.30.16	material de expediente				2.353,08	
3.3.90.30.39	material para manutenção de veículos				4.519,31	
3.3.90.30.49	bilhetes de passagens				15.745,60	
3.3.90.36.00	Outros Serviços de Terceiros (Pessoa Física)				52,29	
3.3.90.36.23	fornecimento de alimentação				52,29	
3.3.90.39.00	Outros Serviços de Terceiros (Pessoa Jurídica)				42.852,04	
3.3.90.39.05	serviços técnicos profissionais				29.789,74	

Comparativo da Despesa Autorizada com a Realizada - Anexo 11

Município de MONTE CARLO

Competência: 2019

Código	Títulos	Autorizada R\$			Despesa Realizada	Diferenças
		Créd. Orçam. e Suplemen.	Créd. Esp. e Extraord.	Total		
3.3.90.39.15	limpeza de veículos				360,75	
3.3.90.39.19	manutenção e conservação de veículos				471,40	
3.3.90.39.22	exposições, congressos e conferências				400,00	
3.3.90.39.40	programa de alimentação do trabalhador				7.336,43	
3.3.90.39.83	serviços de cópias e reprodução de documentos				500,00	
3.3.90.39.64	Telefonia Fixa e Móvel (Que Não Integrem Pacote de Comunicação De Dados)				3.993,72	
3.3.90.47.00	Obrigações Tributárias e Contributivas				135,77	
3.3.90.47.10	taxas				135,77	
4.4.90.00.00	Aplicações Diretas	5.000,00	0,00	5.000,00	2.045,00	2.955,00
4.4.90.52.00	Equipamentos e Material Permanente				2.045,00	
4.4.90.52.99	outros equipamentos e material permanente				2.045,00	
02004	CONSELHO TUTELAR	159.000,00	0,00	159.000,00	151.501,61	7.498,39
02004.08	Assistência Social	159.000,00	0,00	159.000,00	151.501,61	7.498,39
02004.08.243	Assistência à Criança e ao Adolescente	159.000,00	0,00	159.000,00	151.501,61	7.498,39
02004.08.243.02.000022	MANUTENÇÃO DO CONSELHO TUTELAR	159.000,00	0,00	159.000,00	151.501,61	7.498,39
3.1.90.00.00	Aplicações Diretas	130.000,00	0,00	130.000,00	124.044,35	5.955,65
3.1.90.11.00	Vencimentos e Vantagens Fixas (Pessoal Civil)				104.166,59	
3.1.90.11.01	vencimentos e salários				104.166,59	
3.1.90.13.00	Obrigações Patronais				19.877,76	
3.1.90.13.02	contribuições previdenciárias – INSS				19.877,76	
3.3.90.00.00	Aplicações Diretas	29.000,00	0,00	29.000,00	27.457,26	1.542,74
3.3.90.30.00	Material de Consumo				3.873,05	
3.3.90.30.01	combustíveis e lubrificantes automotivos				3.729,12	
3.3.90.30.07	gêneros de alimentação				0,00	
3.3.90.30.21	material de copa e cozinha				83,88	
3.3.90.30.22	material de limpeza e produção de higienização				60,05	
3.3.90.36.00	Outros Serviços de Terceiros (Pessoa Física)				5.967,80	

Comparativo da Despesa Autorizada com a Realizada - Anexo 11

Município de MONTE CARLO

Competência: 2019

Código	Títulos	Autorizada R\$			Despesa Realizada	Diferenças
		Créd. Orçam. e Suplemen.	Créd. Esp. e Extraord.	Total		
3.3.90.36.06	serviços técnicos profissionais				500,00	
3.3.90.36.15	locação de imóveis				5.467,80	
3.3.90.39.00	Outros Serviços de Terceiros (Pessoa Jurídica)				17.422,73	
3.3.90.39.05	serviços técnicos profissionais				2.500,00	
3.3.90.39.15	limpeza de veículos				55,50	
3.3.90.39.19	manutenção e conservação de veículos				0,00	
3.3.90.39.40	programa de alimentação do trabalhador				9.163,89	
3.3.90.39.43	serviços de energia elétrica				1.499,08	
3.3.90.39.69	seguros em geral				139,62	
3.3.90.39.75	multas e infrações de trânsito				331,77	
3.3.90.39.64	Telefonia Fixa e Móvel (Que Não Integrem Pacote de Comunicação De Dados)				3.732,87	
3.3.90.47.00	Obrigações Tributárias e Contributivas				135,77	
3.3.90.47.10	taxas				135,77	
3.3.90.92.00	Despesas de Exercícios Anteriores				57,91	
3.3.90.92.99	outras despesas de exercícios anteriores				57,91	
4.4.90.00.00	Aplicações Diretas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
03005	SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRACAO	1.903.000,00	0,00	1.903.000,00	1.872.013,27	30.986,73
03005.04	Administração	1.903.000,00	0,00	1.903.000,00	1.872.013,27	30.986,73
03005.04.121	Planejamento e Orçamento	1.897.000,00	0,00	1.897.000,00	1.867.813,27	29.186,73
03005.04.121.02.000003	MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO	1.897.000,00	0,00	1.897.000,00	1.867.813,27	29.186,73
3.1.71.00.00	Transferência a Consórcios Público	35.560,00	0,00	35.560,00	22.500,00	13.060,00
3.1.71.70.00	Rateio pela Participação em Consórcio Público				22.500,00	
3.1.71.70.01	Participação em Consórcio Público				22.500,00	
3.1.90.00.00	Aplicações Diretas	865.000,00	0,00	865.000,00	854.587,43	10.412,57
3.1.90.01.00	Aposentadorias, Reserva Remunerada e Reformas				37.925,04	
3.1.90.01.01	proventos - pessoal civil				37.925,04	
3.1.90.11.00	Vencimentos e Vantagens Fixas (Pessoal Civil)				671.946,09	

Comparativo da Despesa Autorizada com a Realizada - Anexo 11

Município de MONTE CARLO

Competência: 2019

Código	Títulos	Autorizada R\$			Despesa Realizada	Diferenças
		Créd. Orçam. e Suplemen.	Créd. Esp. e Extraord.	Total		
3.1.90.11.01	vencimentos e salários				671.946,09	
3.1.90.13.00	Obrigações Patronais				144.716,30	
3.1.90.13.02	contribuições previdenciárias – INSS				144.716,30	
3.3.50.00.00	Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos	450.000,00	0,00	450.000,00	448.310,43	1.689,57
3.3.50.39.00	Outros Serviços de Terceiros (Pessoa Jurídica)				448.310,43	
3.3.50.39.79	serviços de apoio administrativo, técnico e operacional				448.310,43	
3.3.71.00.00	Transferência a Consórcios Público	10.440,00	0,00	10.440,00	10.440,00	0,00
3.3.71.70.00	Rateio pela Participação em Consórcio Público				10.440,00	
3.3.71.70.01	Participação em Consórcio Público				10.440,00	
3.3.90.00.00	Aplicações Diretas	520.000,00	0,00	520.000,00	518.553,91	1.446,09
3.3.90.14.00	Diárias Civil				16.195,00	
3.3.90.14.14	diárias no país – civil				16.195,00	
3.3.90.30.00	Material de Consumo				45.034,86	
3.3.90.30.01	combustíveis e lubrificantes automotivos				6.496,42	
3.3.90.30.04	gás engarrafado				95,00	
3.3.90.30.07	gêneros de alimentação				8.217,01	
3.3.90.30.15	material para festividades e homenagens				5.562,69	
3.3.90.30.16	material de expediente				17.739,86	
3.3.90.30.17	material de processamento de dados				2.971,42	
3.3.90.30.21	material de copa e cozinha				118,34	
3.3.90.30.22	material de limpeza e produção de higienização				1.941,05	
3.3.90.30.23	uniformes, tecidos e aviamentos				121,36	
3.3.90.30.24	material para manutenção de bens imóveis				547,71	
3.3.90.30.26	material elétrico e eletrônico				195,75	
3.3.90.30.29	material para áudio, vídeo e foto				159,25	
3.3.90.30.39	material para manutenção de veículos				869,00	
3.3.90.30.99	outros materiais de consumo				0,00	

Comparativo da Despesa Autorizada com a Realizada - Anexo 11

Município de MONTE CARLO

Competência: 2019

Código	Títulos	Autorizada R\$			Despesa Realizada	Diferenças
		Créd. Orçam. e Suplemen.	Créd. Esp. e Extraord.	Total		
3.3.90.34.00	Outras Despesas de Pessoal Decorrentes de Contratos de Terceirização				33.224,52	
3.3.90.34.01	substituição de mão-de-obra (LRF, art. 18, §1º)				33.224,52	
3.3.90.36.00	Outros Serviços de Terceiros (Pessoa Física)				4.575,88	
3.3.90.36.13	conferências, exposições e espetáculos				4.495,00	
3.3.90.36.23	fornecimento de alimentação				80,88	
3.3.90.37.00	Locação de Mão-de-Obra				3.335,98	
3.3.90.37.07	estagiários				3.335,98	
3.3.90.39.00	Outros Serviços de Terceiros (Pessoa Jurídica)				391.519,78	
3.3.90.39.05	serviços técnicos profissionais				118.371,11	
3.3.90.39.11	locação de softwares				155.440,19	
3.3.90.39.15	limpeza de veículos				294,25	
3.3.90.39.19	manutenção e conservação de veículos				446,34	
3.3.90.39.22	exposições, congressos e conferências				7.309,65	
3.3.90.39.40	programa de alimentação do trabalhador				33.583,97	
3.3.90.39.41	fornecimento de alimentação				26,00	
3.3.90.39.43	serviços de energia elétrica				18.427,34	
3.3.90.39.59	serviços de áudio, vídeo e foto				800,00	
3.3.90.39.69	seguros em geral				235,36	
3.3.90.39.83	serviços de cópias e reprodução de documentos				7.470,26	
3.3.90.39.90	serviços de publicidade legal				5.097,71	
3.3.90.39.64	Telefonia Fixa e Móvel (Que Não Integrem Pacote de Comunicação De Dados)				44.017,60	
3.3.90.47.00	Obrigações Tributárias e Contributivas				22.173,52	
3.3.90.47.10	taxas				22.173,52	
3.3.90.91.00	Sentenças Judiciais				1.995,99	
3.3.90.91.15	sentenças judiciais de pequeno valor				1.995,99	
3.3.90.92.00	Despesas de Exercícios Anteriores				498,38	
3.3.90.92.99	outras despesas de exercícios anteriores				498,38	

Comparativo da Despesa Autorizada com a Realizada - Anexo 11

Município de MONTE CARLO

Competência: 2019

Código	Títulos	Autorizada R\$			Despesa Realizada	Diferenças
		Créd. Orçam. e Suplemen.	Créd. Esp. e Extraord.	Total		
4.4.71.00.00	Transferência a Consórcios Público	6.000,00	0,00	6.000,00	6.000,00	0,00
4.4.71.70.00	Rateio pela Participação em Consórcio Público				6.000,00	
4.4.71.70.01	Participação em Consórcio Público				6.000,00	
4.4.90.00.00	Aplicações Diretas	10.000,00	0,00	10.000,00	7.421,50	2.578,50
4.4.90.39.00	Outros Serviços de Terceiros (Pessoa Jurídica)				3.095,00	
4.4.90.39.64	Telefonia Fixa e Móvel (Que Não Integrem Pacote de Comunicação De Dados)				3.095,00	
4.4.90.52.00	Equipamentos e Material Permanente				4.326,50	
4.4.90.52.36	máquinas, instalações e utensílios de escritório				935,00	
4.4.90.52.99	outros equipamentos e material permanente				3.391,50	
03005.04.126	Tecnologia da Informatização	6.000,00	0,00	6.000,00	4.200,00	1.800,00
03005.04.126.02.000039	CIGA - CONSÓRCIO DE INFORMÁTICA NA GESTÃO PÚBLICA	6.000,00	0,00	6.000,00	4.200,00	1.800,00
3.3.93.00.00	Aplicação Direta Decorrente de Operação de Órgãos, Fundos e Entidades dos Orçam. Fiscal e da Segurid	6.000,00	0,00	6.000,00	4.200,00	1.800,00
3.3.93.39.00	Outros Serviços de Terceiros (Pessoa Jurídica)				4.200,00	
3.3.93.39.99	outros serviços de terceiros – pessoa jurídica				4.200,00	
04004	SECRETARIA DA FAZENDA MUNICIPAL	1.716.700,00	0,00	1.716.700,00	1.673.981,11	42.718,89
04004.04	Administração	410.000,00	0,00	410.000,00	394.242,44	15.757,56
04004.04.123	Administração Financeira	410.000,00	0,00	410.000,00	394.242,44	15.757,56
04004.04.123.02.000004	MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE FAZENDA	410.000,00	0,00	410.000,00	394.242,44	15.757,56
3.1.90.00.00	Aplicações Diretas	365.000,00	0,00	365.000,00	352.318,90	12.681,10
3.1.90.11.00	Vencimentos e Vantagens Fixas (Pessoal Civil)				289.380,86	
3.1.90.11.01	vencimentos e salários				289.380,86	
3.1.90.13.00	Obrigações Patronais				62.938,04	
3.1.90.13.02	contribuições previdenciárias – INSS				62.938,04	
3.3.90.00.00	Aplicações Diretas	40.000,00	0,00	40.000,00	39.937,54	62,46
3.3.90.30.00	Material de Consumo				867,90	
3.3.90.30.16	material de expediente				867,90	
3.3.90.36.00	Outros Serviços de Terceiros (Pessoa Física)				109,50	

Comparativo da Despesa Autorizada com a Realizada - Anexo 11

Município de MONTE CARLO

Competência: 2019

Código	Títulos	Autorizada R\$			Despesa Realizada	Diferenças
		Créd. Orçam. e Suplemen.	Créd. Esp. e Extraord.	Total		
3.3.90.36.23	fornecimento de alimentação				109,50	
3.3.90.39.00	Outros Serviços de Terceiros (Pessoa Jurídica)				35.197,11	
3.3.90.39.05	serviços técnicos profissionais				14.826,93	
3.3.90.39.11	locação de softwares				16.970,45	
3.3.90.39.40	programa de alimentação do trabalhador				1.151,76	
3.3.90.39.83	serviços de cópias e reprodução de documentos				1.327,20	
3.3.90.39.64	Telefonia Fixa e Móvel (Que Não Integrem Pacote de Comunicação De Dados)				920,77	
3.3.90.47.00	Obrigações Tributárias e Contributivas				3.763,03	
3.3.90.47.10	taxas				3.763,03	
4.4.90.00.00	Aplicações Diretas	5.000,00	0,00	5.000,00	1.986,00	3.014,00
4.4.90.52.00	Equipamentos e Material Permanente				1.986,00	
4.4.90.52.35	equipamentos de processamento de dados				1.986,00	
4.4.90.52.36	máquinas, instalações e utensílios de escritório				0,00	
04004.28	Encargos Especiais	1.306.700,00	0,00	1.306.700,00	1.279.738,67	26.961,33
04004.28.843	Serviço da Dívida Interna	981.000,00	0,00	981.000,00	954.474,00	26.526,00
04004.28.843.09.000002	PRECATÓRIOS	240.000,00	0,00	240.000,00	217.333,14	22.666,86
4.6.90.00.00	Aplicações Diretas	240.000,00	0,00	240.000,00	217.333,14	22.666,86
4.6.90.91.00	Sentenças Judiciais				217.333,14	
4.6.90.91.02	precatórios incluídos na Lei de Orçamento				217.333,14	
04004.28.843.09.000003	AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	741.000,00	0,00	741.000,00	737.140,86	3.859,14
3.2.90.00.00	Aplicações Diretas	303.793,17	0,00	303.793,17	299.934,03	3.859,14
3.2.90.21.00	Juros sobre a Dívida por Contrato				299.934,03	
3.2.90.21.02	juros da dívida contratada com governos				299.934,03	
4.6.90.00.00	Aplicações Diretas	437.206,83	0,00	437.206,83	437.206,83	0,00
4.6.90.71.00	Principal da Dívida Contratual Resgatado				428.927,92	
4.6.90.71.02	amortização da dívida contratada com governos				428.927,92	
4.6.90.92.00	Despesas de Exercícios Anteriores				8.278,91	

Comparativo da Despesa Autorizada com a Realizada - Anexo 11

Município de MONTE CARLO

Competência: 2019

Código	Títulos	Autorizada R\$			Despesa Realizada	Diferenças
		Créd. Orçam. e Suplemen.	Créd. Esp. e Extraord.	Total		
4.6.90.92.99	outras despesas de exercícios anteriores				8.278,91	
04004.28.846	Outros Encargos Especiais	325.700,00	0,00	325.700,00	325.264,67	435,33
04004.28.846.09.000001	PASEP	325.700,00	0,00	325.700,00	325.264,67	435,33
3.3.90.00.00	Aplicações Diretas	325.700,00	0,00	325.700,00	325.264,67	435,33
3.3.90.47.00	Obrigações Tributárias e Contributivas				325.264,67	
3.3.90.47.12	contribuição para o PIS/PASEP				325.264,67	
05003	SECRETARIA MUNICIPAL DA AGRICULTURA	433.125,24	0,00	433.125,24	396.677,20	36.448,04
05003.20	Agricultura	433.125,24	0,00	433.125,24	396.677,20	36.448,04
05003.20.606	Extensão Rural	235.000,00	0,00	235.000,00	214.807,20	20.192,80
05003.20.606.02.000026	MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE AGRICULTURA	235.000,00	0,00	235.000,00	214.807,20	20.192,80
3.1.90.00.00	Aplicações Diretas	158.000,00	0,00	158.000,00	156.640,83	1.359,17
3.1.90.11.00	Vencimentos e Vantagens Fixas (Pessoal Civil)				130.273,27	
3.1.90.11.01	vencimentos e salários				130.273,27	
3.1.90.13.00	Obrigações Patronais				26.367,56	
3.1.90.13.02	contribuições previdenciárias – INSS				26.367,56	
3.3.50.00.00	Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos	30.000,00	0,00	30.000,00	24.250,00	5.750,00
3.3.50.39.00	Outros Serviços de Terceiros (Pessoa Jurídica)				24.250,00	
3.3.50.39.79	serviços de apoio administrativo, técnico e operacional				24.250,00	
3.3.90.00.00	Aplicações Diretas	40.000,00	0,00	40.000,00	33.828,22	6.171,78
3.3.90.14.00	Diárias Civil				390,00	
3.3.90.14.14	diárias no país – civil				390,00	
3.3.90.30.00	Material de Consumo				20.886,36	
3.3.90.30.01	combustíveis e lubrificantes automotivos				13.825,02	
3.3.90.30.16	material de expediente				2.294,40	
3.3.90.30.39	material para manutenção de veículos				4.766,94	
3.3.90.32.00	Material, Bens ou Serviço para Distribuição Gratuita				0,00	
3.3.90.32.02	medicamentos				0,00	

Comparativo da Despesa Autorizada com a Realizada - Anexo 11

Município de MONTE CARLO

Competência: 2019

Código	Títulos	Autorizada R\$			Despesa Realizada	Diferenças
		Créd. Orçam. e Suplemen.	Créd. Esp. e Extraord.	Total		
3.3.90.36.00	Outros Serviços de Terceiros (Pessoa Física)				88,90	
3.3.90.36.23	fornecimento de alimentação				88,90	
3.3.90.39.00	Outros Serviços de Terceiros (Pessoa Jurídica)				12.340,07	
3.3.90.39.05	serviços técnicos profissionais				940,00	
3.3.90.39.15	limpeza de veículos				499,52	
3.3.90.39.19	manutenção e conservação de veículos				2.462,76	
3.3.90.39.40	programa de alimentação do trabalhador				6.910,56	
3.3.90.39.63	serviços gráficos e editoriais				973,60	
3.3.90.39.64	Telefonia Fixa e Móvel (Que Não Integrem Pacote de Comunicação De Dados)				553,63	
3.3.90.92.00	Despesas de Exercícios Anteriores				122,89	
3.3.90.92.99	outras despesas de exercícios anteriores				122,89	
4.4.90.00.00	Aplicações Diretas	7.000,00	0,00	7.000,00	88,15	6.911,85
4.4.90.52.00	Equipamentos e Material Permanente				88,15	
4.4.90.52.40	máquinas e equipamentos agrícolas e rodoviários				88,15	
05003.20.608	Promoção da Produção Agropecuária	198.125,24	0,00	198.125,24	181.870,00	16.255,24
05003.20.608.01.000009	EQUIPAMENTOS, MÁQUINAS E VEÍCULOS PARA A AGROPECUÁRIA	198.125,24	0,00	198.125,24	181.870,00	16.255,24
3.3.90.00.00	Aplicações Diretas	1.000,00	0,00	1.000,00	0,00	1.000,00
4.4.90.00.00	Aplicações Diretas	197.125,24	0,00	197.125,24	181.870,00	15.255,24
4.4.90.52.00	Equipamentos e Material Permanente				181.870,00	
4.4.90.52.28	máquinas e equipamentos de natureza industrial				78.370,00	
4.4.90.52.40	máquinas e equipamentos agrícolas e rodoviários				103.500,00	
06002	DEPARTAMENTO DO MEIO AMBIENTE	220.600,00	0,00	220.600,00	220.490,64	109,36
06002.17	Saneamento	220.600,00	0,00	220.600,00	220.490,64	109,36
06002.17.512	Saneamento Básico Urbano	220.600,00	0,00	220.600,00	220.490,64	109,36
06002.17.512.02.000038	COINCO - CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DO CONTESTADO	208.800,00	0,00	208.800,00	208.701,84	98,16
3.1.71.00.00	Transferência a Consórcios Público	28.000,00	0,00	28.000,00	27.961,92	38,08
3.1.71.70.00	Rateio pela Participação em Consórcio Público				27.961,92	

Comparativo da Despesa Autorizada com a Realizada - Anexo 11

Município de MONTE CARLO

Competência: 2019

Código	Títulos	Autorizada R\$			Despesa Realizada	Diferenças
		Créd. Orçam. e Suplemen.	Créd. Esp. e Extraord.	Total		
3.1.71.70.01	Participação em Consórcio Público				27.961,92	
3.3.71.00.00	Transferência a Consórcios Público	180.800,00	0,00	180.800,00	180.739,92	60,08
3.3.71.70.00	Rateio pela Participação em Consórcio Público				180.739,92	
3.3.71.70.01	Participação em Consórcio Público				180.739,92	
4.4.71.00.00	Transferência a Consórcios Público	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
06002.17.512.02.000040	ARIS - AGÊNCIA REGULADORA INTERMUNICIPAL DE SANEAMENTO	11.800,00	0,00	11.800,00	11.788,80	11,20
3.3.93.00.00	Aplicação Direta Decorrente de Operação de Órgãos, Fundos e Entidades dos Orçam. Fiscal e da Segurid	11.800,00	0,00	11.800,00	11.788,80	11,20
3.3.93.39.00	Outros Serviços de Terceiros (Pessoa Jurídica)				11.788,80	
3.3.93.39.99	outros serviços de terceiros – pessoa jurídica				11.788,80	
06003	DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO	840.000,00	0,00	840.000,00	819.449,27	20.550,73
06003.15	Urbanismo	840.000,00	0,00	840.000,00	819.449,27	20.550,73
06003.15.451	Infra-Estrutura Urbana	840.000,00	0,00	840.000,00	819.449,27	20.550,73
06003.15.451.02.000025	MANUTENÇÃO DOS SISTEMAS DE ÁGUA E ESGOTO	840.000,00	0,00	840.000,00	819.449,27	20.550,73
3.1.90.00.00	Aplicações Diretas	144.000,00	0,00	144.000,00	137.007,70	6.992,30
3.1.90.11.00	Vencimentos e Vantagens Fixas (Pessoal Civil)				113.406,88	
3.1.90.11.01	vencimentos e salários				113.406,88	
3.1.90.13.00	Obrigações Patronais				23.600,82	
3.1.90.13.02	contribuições previdenciárias – INSS				23.600,82	
3.3.90.00.00	Aplicações Diretas	675.000,00	0,00	675.000,00	665.151,57	9.848,43
3.3.90.14.00	Diárias Civil				705,00	
3.3.90.14.14	diárias no país – civil				705,00	
3.3.90.30.00	Material de Consumo				140.340,21	
3.3.90.30.01	combustíveis e lubrificantes automotivos				16.283,34	
3.3.90.30.11	material químico				45.175,00	
3.3.90.30.16	material de expediente				1.127,00	
3.3.90.30.22	material de limpeza e produção de higienização				32,90	
3.3.90.30.24	material para manutenção de bens imóveis				63.038,33	

Comparativo da Despesa Autorizada com a Realizada - Anexo 11

Município de MONTE CARLO

Competência: 2019

Código	Títulos	Autorizada R\$			Despesa Realizada	Diferenças
		Créd. Orçam. e Suplemen.	Créd. Esp. e Extraord.	Total		
3.3.90.30.25	material para manutenção de bens móveis				9.399,20	
3.3.90.30.26	material elétrico e eletrônico				768,37	
3.3.90.30.28	material de proteção e segurança				110,69	
3.3.90.30.39	material para manutenção de veículos				4.405,38	
3.3.90.36.00	Outros Serviços de Terceiros (Pessoa Física)				11.222,20	
3.3.90.36.06	serviços técnicos profissionais				11.066,20	
3.3.90.36.23	fornecimento de alimentação				156,00	
3.3.90.39.00	Outros Serviços de Terceiros (Pessoa Jurídica)				467.593,04	
3.3.90.39.05	serviços técnicos profissionais				147.842,79	
3.3.90.39.11	locação de softwares				13.164,55	
3.3.90.39.15	limpeza de veículos				495,58	
3.3.90.39.19	manutenção e conservação de veículos				1.881,42	
3.3.90.39.22	exposições, congressos e conferências				600,00	
3.3.90.39.40	programa de alimentação do trabalhador				4.695,39	
3.3.90.39.43	serviços de energia elétrica				294.961,33	
3.3.90.39.69	seguros em geral				471,68	
3.3.90.39.75	multas e infrações de trânsito				399,23	
3.3.90.39.83	serviços de cópias e reprodução de documentos				497,48	
3.3.90.39.64	Telefonia Fixa e Móvel (Que Não Integrem Pacote de Comunicação De Dados)				2.583,59	
3.3.90.47.00	Obrigações Tributárias e Contributivas				45.219,36	
3.3.90.47.10	taxas				45.219,36	
3.3.90.92.00	Despesas de Exercícios Anteriores				0,00	
3.3.90.92.99	outras despesas de exercícios anteriores				0,00	
3.3.90.93.00	Indenizações e Restituições				71,76	
3.3.90.93.02	restituições				71,76	
4.4.90.00.00	Aplicações Diretas	21.000,00	0,00	21.000,00	17.290,00	3.710,00
4.4.90.39.00	Outros Serviços de Terceiros (Pessoa Jurídica)				0,00	

Comparativo da Despesa Autorizada com a Realizada - Anexo 11

Município de MONTE CARLO

Competência: 2019

Código	Títulos	Autorizada R\$			Despesa Realizada	Diferenças
		Créd. Orçam. e Suplemen.	Créd. Esp. e Extraord.	Total		
4.4.90.39.05	serviços técnicos profissionais				0,00	
4.4.90.52.00	Equipamentos e Material Permanente				17.290,00	
4.4.90.52.99	outros equipamentos e material permanente				17.290,00	
06003.15.451.02.000043	CISAM - CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SANEAMENTO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
3.1.71.00.00	Transferência a Consórcios Público	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
3.3.71.00.00	Transferência a Consórcios Público	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
4.4.71.00.00	Transferência a Consórcios Público	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
06005	SECR MUN DE DESENVOLVIMENTO URBANO E MEIO AMBIENTE	99.700,00	0,00	99.700,00	86.840,52	12.859,48
06005.15	Urbanismo	99.700,00	0,00	99.700,00	86.840,52	12.859,48
06005.15.452	Serviços Urbanos	99.700,00	0,00	99.700,00	86.840,52	12.859,48
06005.15.452.02.000024	MANUTENÇÃO DA SECR. DE DESENV. URBANO E MEIO AMBIENTE	99.700,00	0,00	99.700,00	86.840,52	12.859,48
3.1.90.00.00	Aplicações Diretas	79.700,00	0,00	79.700,00	74.743,35	4.956,65
3.1.90.11.00	Vencimentos e Vantagens Fixas (Pessoal Civil)				59.670,56	
3.1.90.11.01	vencimentos e salários				59.670,56	
3.1.90.13.00	Obrigações Patronais				15.072,79	
3.1.90.13.02	contribuições previdenciárias – INSS				15.072,79	
3.3.90.00.00	Aplicações Diretas	20.000,00	0,00	20.000,00	12.097,17	7.902,83
3.3.90.30.00	Material de Consumo				4.103,41	
3.3.90.30.09	material farmacológico				0,00	
3.3.90.30.24	material para manutenção de bens imóveis				4.103,41	
3.3.90.39.00	Outros Serviços de Terceiros (Pessoa Jurídica)				7.993,76	
3.3.90.39.05	serviços técnicos profissionais				4.860,00	
3.3.90.39.40	programa de alimentação do trabalhador				3.133,76	
4.4.90.00.00	Aplicações Diretas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
06006	DEPARTAMENTO DE TURISMO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
06006.23	Comércio e Serviços	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
06006.23.782	Transporte Rodoviário	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Comparativo da Despesa Autorizada com a Realizada - Anexo 11

Município de MONTE CARLO

Competência: 2019

Código	Títulos	Autorizada R\$			Despesa Realizada	Diferenças
		Créd. Orçam. e Suplemen.	Créd. Esp. e Extraord.	Total		
06006.23.782.02.000044	DESENVOLVIMENTO DAS POTENCIALIDADES TURÍSTICAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
3.3.90.00.00	Aplicações Diretas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
07001	DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO	13.226.685,82	36.000,00	13.262.685,82	12.188.351,80	1.074.334,02
07001.12	Educação	13.226.685,82	36.000,00	13.262.685,82	12.188.351,80	1.074.334,02
07001.12.361	Ensino Fundamental	10.651.985,82	36.000,00	10.687.985,82	9.768.280,16	919.705,66
07001.12.361.01.000002	CONSTRUÇÃO AMPLIAÇÃO E REFORMA DA REDE FÍSICA DO ENSINO FUNDAMENTAL	983.719,40	0,00	983.719,40	395.887,82	587.831,58
4.4.90.00.00	Aplicações Diretas	983.719,40	0,00	983.719,40	395.887,82	587.831,58
4.4.90.39.00	Outros Serviços de Terceiros (Pessoa Jurídica)				0,00	
4.4.90.39.99	outros serviços de terceiros – pessoa jurídica				0,00	
4.4.90.51.00	Obras e Instalações				326.019,79	
4.4.90.51.91	obras em andamento				326.019,79	
4.4.90.61.00	Aquisição de Imóveis				69.868,03	
4.4.90.61.91	obras em andamento				69.868,03	
07001.12.361.01.000007	EQUIPAMENTOS E VEÍCULOS PARA A EDUCAÇÃO	413.220,00	0,00	413.220,00	218.927,28	194.292,72
4.4.90.00.00	Aplicações Diretas	413.220,00	0,00	413.220,00	218.927,28	194.292,72
4.4.90.30.00	Material de Consumo				0,00	
4.4.90.30.14	material educativo e esportivo				0,00	
4.4.90.52.00	Equipamentos e Material Permanente				218.927,28	
4.4.90.52.12	aparelhos e utensílios domésticos				6.962,94	
4.4.90.52.33	equipamentos para áudio, vídeo e foto				17.269,88	
4.4.90.52.42	mobiliário em geral				112.994,46	
4.4.90.52.48	veículos diversos				81.700,00	
07001.12.361.02.000011	MANUTENÇÃO DO ENSINO FUNDAMENTAL	7.846.548,35	36.000,00	7.882.548,35	7.799.863,84	82.684,51
3.1.90.00.00	Aplicações Diretas	6.773.174,95	0,00	6.773.174,95	6.743.477,73	29.697,22
3.1.90.11.00	Vencimentos e Vantagens Fixas (Pessoal Civil)				5.534.099,44	
3.1.90.11.01	vencimentos e salários				5.534.099,44	
3.1.90.13.00	Obrigações Patronais				1.209.378,29	

Comparativo da Despesa Autorizada com a Realizada - Anexo 11

Município de MONTE CARLO

Competência: 2019

Código	Títulos	Autorizada R\$			Despesa Realizada	Diferenças
		Créd. Orçam. e Suplemen.	Créd. Esp. e Extraord.	Total		
3.1.90.13.02	contribuições previdenciárias – INSS				1.209.378,29	
3.3.50.00.00	Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos	0,00	36.000,00	36.000,00	36.000,00	0,00
3.3.50.39.00	Outros Serviços de Terceiros (Pessoa Jurídica)				36.000,00	
3.3.50.39.65	serviços de apoio ao ensino				36.000,00	
3.3.90.00.00	Aplicações Diretas	1.043.373,40	0,00	1.043.373,40	1.014.941,21	28.432,19
3.3.90.14.00	Diárias Civil				6.522,50	
3.3.90.14.14	diárias no país – civil				6.522,50	
3.3.90.30.00	Material de Consumo				584.918,42	
3.3.90.30.01	combustíveis e lubrificantes automotivos				12.403,93	
3.3.90.30.04	gás engarrafado				11.825,00	
3.3.90.30.07	gêneros de alimentação				2.783,63	
3.3.90.30.14	material educativo e esportivo				50.824,75	
3.3.90.30.16	material de expediente				75.973,56	
3.3.90.30.21	material de copa e cozinha				1.131,84	
3.3.90.30.22	material de limpeza e produção de higienização				15.617,39	
3.3.90.30.23	uniformes, tecidos e aviamentos				275.426,57	
3.3.90.30.24	material para manutenção de bens imóveis				91.029,39	
3.3.90.30.26	material elétrico e eletrônico				3.462,65	
3.3.90.30.28	material de proteção e segurança				1.035,00	
3.3.90.30.29	material para áudio, vídeo e foto				29.758,26	
3.3.90.30.39	material para manutenção de veículos				7.069,10	
3.3.90.30.41	material para utilização em gráfica				4.658,00	
3.3.90.30.44	material de sinalização visual e afins				429,35	
3.3.90.30.50	bandeiras, flâmulas e insígnias				1.490,00	
3.3.90.32.00	Material, Bens ou Serviço para Distribuição Gratuita				0,00	
3.3.90.32.03	gêneros alimentícios				0,00	
3.3.90.34.00	Outras Despesas de Pessoal Decorrentes de Contratos de Terceirização				9.144,36	

Comparativo da Despesa Autorizada com a Realizada - Anexo 11

Município de MONTE CARLO

Competência: 2019

Código	Títulos	Autorizada R\$			Despesa Realizada	Diferenças
		Créd. Orçam. e Suplemen.	Créd. Esp. e Extraord.	Total		
3.3.90.34.01	substituição de mão-de-obra (LRF, art. 18, §1º)				9.144,36	
3.3.90.36.00	Outros Serviços de Terceiros (Pessoa Física)				9.331,92	
3.3.90.36.06	serviços técnicos profissionais				8.180,42	
3.3.90.36.23	fornecimento de alimentação				1.151,50	
3.3.90.37.00	Locação de Mão-de-Obra				77.781,38	
3.3.90.37.06	manutenção e conservação de bens móveis				14.840,00	
3.3.90.37.07	estagiários				62.941,38	
3.3.90.39.00	Outros Serviços de Terceiros (Pessoa Jurídica)				324.207,18	
3.3.90.39.05	serviços técnicos profissionais				32.471,49	
3.3.90.39.11	locação de softwares				10.806,23	
3.3.90.39.19	manutenção e conservação de veículos				4.433,85	
3.3.90.39.22	exposições, congressos e conferências				37.600,00	
3.3.90.39.40	programa de alimentação do trabalhador				150.246,74	
3.3.90.39.43	serviços de energia elétrica				74.226,31	
3.3.90.39.83	serviços de cópias e reprodução de documentos				10.562,46	
3.3.90.39.64	Telefonia Fixa e Móvel (Que Não Integrem Pacote de Comunicação De Dados)				3.860,10	
3.3.90.47.00	Obrigações Tributárias e Contributivas				171,92	
3.3.90.47.10	taxas				171,92	
3.3.90.92.00	Despesas de Exercícios Anteriores				1.890,13	
3.3.90.92.99	outras despesas de exercícios anteriores				1.890,13	
3.3.90.93.00	Indenizações e Restituições				973,40	
3.3.90.93.02	restituições				973,40	
4.4.90.00.00	Aplicações Diretas	30.000,00	0,00	30.000,00	5.444,90	24.555,10
4.4.90.30.00	Material de Consumo				0,00	
4.4.90.30.22	material de limpeza e produção de higienização				0,00	
4.4.90.30.26	material elétrico e eletrônico				0,00	
4.4.90.52.00	Equipamentos e Material Permanente				5.444,90	

Comparativo da Despesa Autorizada com a Realizada - Anexo 11

Município de MONTE CARLO

Competência: 2019

Código	Títulos	Autorizada R\$			Despesa Realizada	Diferenças
		Créd. Orçam. e Suplemen.	Créd. Esp. e Extraord.	Total		
4.4.90.52.12	aparelhos e utensílios domésticos				2.269,00	
4.4.90.52.42	mobiliário em geral				3.175,90	
07001.12.361.02.000014	MANUTENÇÃO DA MERENDA ESCOLAR - ENSINO FUNDAMENTAL	211.500,00	0,00	211.500,00	203.615,72	7.884,28
3.3.90.00.00	Aplicações Diretas	211.500,00	0,00	211.500,00	203.615,72	7.884,28
3.3.90.30.00	Material de Consumo				203.615,72	
3.3.90.30.07	gêneros de alimentação				203.615,72	
07001.12.361.02.000015	MANUTENÇÃO DO TRANSPORTE ESCOLAR	1.196.998,07	0,00	1.196.998,07	1.149.985,50	47.012,57
3.1.90.00.00	Aplicações Diretas	370.000,00	0,00	370.000,00	360.000,00	10.000,00
3.1.90.11.00	Vencimentos e Vantagens Fixas (Pessoal Civil)				295.896,18	
3.1.90.11.01	vencimentos e salários				295.896,18	
3.1.90.13.00	Obrigações Patronais				64.103,82	
3.1.90.13.02	contribuições previdenciárias – INSS				64.103,82	
3.3.90.00.00	Aplicações Diretas	826.998,07	0,00	826.998,07	789.985,50	37.012,57
3.3.90.14.00	Diárias Civil				2.565,00	
3.3.90.14.14	diárias no país – civil				2.565,00	
3.3.90.30.00	Material de Consumo				480.404,50	
3.3.90.30.01	combustíveis e lubrificantes automotivos				250.339,87	
3.3.90.30.16	material de expediente				0,00	
3.3.90.30.23	uniformes, tecidos e aviamentos				813,67	
3.3.90.30.24	material para manutenção de bens imóveis				485,89	
3.3.90.30.25	material para manutenção de bens móveis				26.021,24	
3.3.90.30.26	material elétrico e eletrônico				44,93	
3.3.90.30.39	material para manutenção de veículos				202.698,90	
3.3.90.30.44	material de sinalização visual e afins				0,00	
3.3.90.36.00	Outros Serviços de Terceiros (Pessoa Física)				308,00	
3.3.90.36.23	fornecimento de alimentação				308,00	
3.3.90.37.00	Locação de Mão-de-Obra				500,00	

Comparativo da Despesa Autorizada com a Realizada - Anexo 11

Município de MONTE CARLO

Competência: 2019

Código	Títulos	Autorizada R\$			Despesa Realizada	Diferenças
		Créd. Orçam. e Suplemen.	Créd. Esp. e Extraord.	Total		
3.3.90.37.02	limpeza e conservação				500,00	
3.3.90.39.00	Outros Serviços de Terceiros (Pessoa Jurídica)				294.188,96	
3.3.90.39.05	serviços técnicos profissionais				2.413,03	
3.3.90.39.15	limpeza de veículos				6.293,78	
3.3.90.39.19	manutenção e conservação de veículos				48.428,27	
3.3.90.39.26	serviços de transporte escolar				196.743,69	
3.3.90.39.40	programa de alimentação do trabalhador				18.140,22	
3.3.90.39.69	seguros em geral				21.220,19	
3.3.90.39.75	multas e infrações de trânsito				949,78	
3.3.90.47.00	Obrigações Tributárias e Contributivas				12.019,04	
3.3.90.47.10	taxas				12.019,04	
3.3.90.92.00	Despesas de Exercícios Anteriores				0,00	
3.3.90.92.99	outras despesas de exercícios anteriores				0,00	
07001.12.364	Ensino Superior	40.000,00	0,00	40.000,00	38.608,38	1.391,62
07001.12.364.02.000016	APOIO AO ENSINO SUPERIOR	40.000,00	0,00	40.000,00	38.608,38	1.391,62
3.3.90.00.00	Aplicações Diretas	40.000,00	0,00	40.000,00	38.608,38	1.391,62
3.3.90.14.00	Diárias Civil				9.025,00	
3.3.90.14.14	diárias no país – civil				9.025,00	
3.3.90.30.00	Material de Consumo				2.331,49	
3.3.90.30.01	combustíveis e lubrificantes automotivos				2.331,49	
3.3.90.36.00	Outros Serviços de Terceiros (Pessoa Física)				27.251,89	
3.3.90.36.23	fornecimento de alimentação				27.251,89	
07001.12.365	Educação Infantil	2.534.700,00	0,00	2.534.700,00	2.381.463,26	153.236,74
07001.12.365.01.000003	CONSTRUÇÃO AMPLIAÇÃO E REFORMA DA REDE FÍSICA DA EDUCAÇÃO INFANTIL	265.700,00	0,00	265.700,00	193.700,00	72.000,00
4.4.90.00.00	Aplicações Diretas	265.700,00	0,00	265.700,00	193.700,00	72.000,00
4.4.90.39.00	Outros Serviços de Terceiros (Pessoa Jurídica)				0,00	
4.4.90.39.99	outros serviços de terceiros – pessoa jurídica				0,00	

Comparativo da Despesa Autorizada com a Realizada - Anexo 11

Município de MONTE CARLO

Competência: 2019

Código	Títulos	Autorizada R\$			Despesa Realizada	Diferenças
		Créd. Orçam. e Suplemen.	Créd. Esp. e Extraord.	Total		
4.4.90.51.00	Obras e Instalações				193.700,00	
4.4.90.51.91	obras em andamento				193.700,00	
07001.12.365.02.000009	MANUTENÇÃO EDUCAÇÃO - CRECHES	640.000,00	0,00	640.000,00	584.959,96	55.040,04
3.1.90.00.00	Aplicações Diretas	50.000,00	0,00	50.000,00	0,00	50.000,00
3.3.90.00.00	Aplicações Diretas	590.000,00	0,00	590.000,00	584.959,96	5.040,04
3.3.90.30.00	Material de Consumo				133.330,48	
3.3.90.30.04	gás engarrafado				4.890,00	
3.3.90.30.07	gêneros de alimentação				442,31	
3.3.90.30.14	material educativo e esportivo				12.071,68	
3.3.90.30.16	material de expediente				75,00	
3.3.90.30.21	material de copa e cozinha				88,80	
3.3.90.30.22	material de limpeza e produção de higienização				5.813,98	
3.3.90.30.23	uniformes, tecidos e aviamentos				68.000,00	
3.3.90.30.24	material para manutenção de bens imóveis				14.966,49	
3.3.90.30.26	material elétrico e eletrônico				905,20	
3.3.90.30.29	material para áudio, vídeo e foto				260,02	
3.3.90.30.41	material para utilização em gráfica				1.317,00	
3.3.90.30.99	outros materiais de consumo				24.500,00	
3.3.90.34.00	Outras Despesas de Pessoal Decorrentes de Contratos de Terceirização				339.992,37	
3.3.90.34.01	substituição de mão-de-obra (LRF, art. 18, §1º)				339.992,37	
3.3.90.37.00	Locação de Mão-de-Obra				253,41	
3.3.90.37.02	limpeza e conservação				253,41	
3.3.90.39.00	Outros Serviços de Terceiros (Pessoa Jurídica)				111.383,70	
3.3.90.39.05	serviços técnicos profissionais				3.708,35	
3.3.90.39.40	programa de alimentação do trabalhador				53.304,82	
3.3.90.39.43	serviços de energia elétrica				17.748,02	
3.3.90.39.99	outros serviços de terceiros – pessoa jurídica				34.122,01	

Comparativo da Despesa Autorizada com a Realizada - Anexo 11

Município de MONTE CARLO

Competência: 2019

Código	Títulos	Autorizada R\$			Despesa Realizada	Diferenças
		Créd. Orçam. e Suplemen.	Créd. Esp. e Extraord.	Total		
3.3.90.39.64	Telefonia Fixa e Móvel (Que Não Integrem Pacote de Comunicação De Dados)				2.500,50	
4.4.90.00.00	Aplicações Diretas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
4.4.90.52.00	Equipamentos e Material Permanente				0,00	
4.4.90.52.42	mobiliário em geral				0,00	
07001.12.365.02.000010	MANUTENÇÃO DA EDUCAÇÃO PRÉ-ESCOLAR	1.420.000,00	0,00	1.420.000,00	1.394.396,15	25.603,85
3.1.90.00.00	Aplicações Diretas	1.070.000,00	0,00	1.070.000,00	1.063.661,37	6.338,63
3.1.90.11.00	Vencimentos e Vantagens Fixas (Pessoal Civil)				871.310,61	
3.1.90.11.01	vencimentos e salários				871.310,61	
3.1.90.13.00	Obrigações Patronais				192.350,76	
3.1.90.13.02	contribuições previdenciárias – INSS				192.350,76	
3.3.90.00.00	Aplicações Diretas	332.000,00	0,00	332.000,00	313.051,82	18.948,18
3.3.90.30.00	Material de Consumo				225.692,74	
3.3.90.30.04	gás engarrafado				16.385,00	
3.3.90.30.07	gêneros de alimentação				0,00	
3.3.90.30.14	material educativo e esportivo				69.678,60	
3.3.90.30.16	material de expediente				8.410,42	
3.3.90.30.21	material de copa e cozinha				348,25	
3.3.90.30.22	material de limpeza e produção de higienização				11.438,35	
3.3.90.30.23	uniformes, tecidos e aviamentos				69.129,58	
3.3.90.30.24	material para manutenção de bens imóveis				33.909,90	
3.3.90.30.26	material elétrico e eletrônico				2.256,71	
3.3.90.30.28	material de proteção e segurança				2.070,00	
3.3.90.30.41	material para utilização em gráfica				2.370,00	
3.3.90.30.44	material de sinalização visual e afins				9.695,93	
3.3.90.34.00	Outras Despesas de Pessoal Decorrentes de Contratos de Terceirização				8.890,35	
3.3.90.34.01	substituição de mão-de-obra (LRF, art. 18, §1º)				8.890,35	
3.3.90.36.00	Outros Serviços de Terceiros (Pessoa Física)				2.212,48	

Comparativo da Despesa Autorizada com a Realizada - Anexo 11

Município de MONTE CARLO

Competência: 2019

Código	Títulos	Autorizada R\$			Despesa Realizada	Diferenças
		Créd. Orçam. e Suplemen.	Créd. Esp. e Extraord.	Total		
3.3.90.36.06	serviços técnicos profissionais				2.212,48	
3.3.90.37.00	Locação de Mão-de-Obra				17.951,76	
3.3.90.37.07	estagiários				17.951,76	
3.3.90.38.00	Arrendamento Mercantil				2.565,00	
3.3.90.38.04	outros bens móveis				2.565,00	
3.3.90.39.00	Outros Serviços de Terceiros (Pessoa Jurídica)				55.739,49	
3.3.90.39.05	serviços técnicos profissionais				15.743,63	
3.3.90.39.40	programa de alimentação do trabalhador				27.589,33	
3.3.90.39.43	serviços de energia elétrica				10.526,82	
3.3.90.39.64	Telefonia Fixa e Móvel (Que Não Integrem Pacote de Comunicação De Dados)				1.879,71	
4.4.90.00.00	Aplicações Diretas	18.000,00	0,00	18.000,00	17.682,96	317,04
4.4.90.52.00	Equipamentos e Material Permanente				17.682,96	
4.4.90.52.42	mobiliário em geral				13.697,36	
4.4.90.52.99	outros equipamentos e material permanente				3.985,60	
07001.12.365.02.000012	MANUTENÇÃO DA MERENDA ESCOLAR - CRECHES	145.000,00	0,00	145.000,00	144.604,09	395,91
3.3.90.00.00	Aplicações Diretas	145.000,00	0,00	145.000,00	144.604,09	395,91
3.3.90.30.00	Material de Consumo				144.604,09	
3.3.90.30.07	gêneros de alimentação				144.604,09	
3.3.90.30.21	material de copa e cozinha				0,00	
3.3.90.30.22	material de limpeza e produção de higienização				0,00	
07001.12.365.02.000013	MANUTENÇÃO DA MERENDA ESCOLAR - PRÉ ESCOLAS	64.000,00	0,00	64.000,00	63.803,06	196,94
3.3.90.00.00	Aplicações Diretas	64.000,00	0,00	64.000,00	63.803,06	196,94
3.3.90.30.00	Material de Consumo				63.081,07	
3.3.90.30.07	gêneros de alimentação				63.081,07	
3.3.90.32.00	Material, Bens ou Serviço para Distribuição Gratuita				721,99	
3.3.90.32.03	gêneros alimentícios				721,99	
07002	DEPARTAMENTO DE CULTURA	47.000,00	0,00	47.000,00	43.540,18	3.459,82

Comparativo da Despesa Autorizada com a Realizada - Anexo 11

Município de MONTE CARLO

Competência: 2019

Código	Títulos	Autorizada R\$			Despesa Realizada	Diferenças
		Créd. Orçam. e Suplemen.	Créd. Esp. e Extraord.	Total		
07002.13	Cultura	47.000,00	0,00	47.000,00	43.540,18	3.459,82
07002.13.392	Difusão Cultural	47.000,00	0,00	47.000,00	43.540,18	3.459,82
07002.13.392.02.000020	MANUTENÇÃO DO DEPARTAMENTO DE CULTURA	47.000,00	0,00	47.000,00	43.540,18	3.459,82
3.1.90.00.00	Aplicações Diretas	19.000,00	0,00	19.000,00	18.540,18	459,82
3.1.90.11.00	Vencimentos e Vantagens Fixas (Pessoal Civil)				15.201,69	
3.1.90.11.01	vencimentos e salários				15.201,69	
3.1.90.13.00	Obrigações Patronais				3.338,49	
3.1.90.13.02	contribuições previdenciárias – INSS				3.338,49	
3.3.90.00.00	Aplicações Diretas	25.000,00	0,00	25.000,00	25.000,00	0,00
3.3.90.30.00	Material de Consumo				11.223,19	
3.3.90.30.14	material educativo e esportivo				255,16	
3.3.90.30.23	uniformes, tecidos e aviamentos				4.822,03	
3.3.90.30.24	material para manutenção de bens imóveis				205,99	
3.3.90.30.25	material para manutenção de bens móveis				3.693,01	
3.3.90.30.50	bandeiras, flâmulas e insígnias				2.247,00	
3.3.90.39.00	Outros Serviços de Terceiros (Pessoa Jurídica)				12.960,78	
3.3.90.39.05	serviços técnicos profissionais				7.500,00	
3.3.90.39.40	programa de alimentação do trabalhador				389,79	
3.3.90.39.43	serviços de energia elétrica				3.470,99	
3.3.90.39.59	serviços de áudio, vídeo e foto				1.600,00	
3.3.90.47.00	Obrigações Tributárias e Contributivas				121,38	
3.3.90.47.10	taxas				121,38	
3.3.90.92.00	Despesas de Exercícios Anteriores				694,65	
3.3.90.92.36	outros serviços de terceiros – pessoa física				694,65	
4.4.90.00.00	Aplicações Diretas	3.000,00	0,00	3.000,00	0,00	3.000,00
07003	DEPARTAMENTO DE ESPORTES	60.000,00	0,00	60.000,00	54.797,04	5.202,96
07003.27	Desporto e Lazer	60.000,00	0,00	60.000,00	54.797,04	5.202,96

Comparativo da Despesa Autorizada com a Realizada - Anexo 11

Município de MONTE CARLO

Competência: 2019

Código	Títulos	Autorizada R\$			Despesa Realizada	Diferenças
		Créd. Orçam. e Suplemen.	Créd. Esp. e Extraord.	Total		
07003.27.812	Desporto Comunitário	60.000,00	0,00	60.000,00	54.797,04	5.202,96
07003.27.812.02.000028	MANUTENÇÃO DO DESPORTO AMADOR	60.000,00	0,00	60.000,00	54.797,04	5.202,96
3.1.90.00.00	Aplicações Diretas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
3.3.90.00.00	Aplicações Diretas	60.000,00	0,00	60.000,00	54.797,04	5.202,96
3.3.90.30.00	Material de Consumo				11.209,33	
3.3.90.30.14	material educativo e esportivo				8.117,82	
3.3.90.30.23	uniformes, tecidos e aviamentos				0,00	
3.3.90.30.24	material para manutenção de bens imóveis				2.532,31	
3.3.90.30.28	material de proteção e segurança				559,20	
3.3.90.39.00	Outros Serviços de Terceiros (Pessoa Jurídica)				42.966,53	
3.3.90.39.05	serviços técnicos profissionais				22.252,00	
3.3.90.39.43	serviços de energia elétrica				19.896,07	
3.3.90.39.59	serviços de áudio, vídeo e foto				800,00	
3.3.90.39.64	Telefonia Fixa e Móvel (Que Não Integrem Pacote de Comunicação De Dados)				18,46	
3.3.90.47.00	Obrigações Tributárias e Contributivas				621,18	
3.3.90.47.10	taxas				621,18	
3.3.90.92.00	Despesas de Exercícios Anteriores				0,00	
3.3.90.92.99	outras despesas de exercícios anteriores				0,00	
4.4.90.00.00	Aplicações Diretas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
07004	SECRETARIA MUN. DE EDUCAÇÃO CULTURA E DESPORTO	200.000,00	0,00	200.000,00	196.744,48	3.255,52
07004.12	Educação	200.000,00	0,00	200.000,00	196.744,48	3.255,52
07004.12.361	Ensino Fundamental	200.000,00	0,00	200.000,00	196.744,48	3.255,52
07004.12.361.02.000017	MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	200.000,00	0,00	200.000,00	196.744,48	3.255,52
3.1.90.00.00	Aplicações Diretas	60.000,00	0,00	60.000,00	56.744,48	3.255,52
3.1.90.11.00	Vencimentos e Vantagens Fixas (Pessoal Civil)				46.910,74	
3.1.90.11.01	vencimentos e salários				46.910,74	
3.1.90.13.00	Obrigações Patronais				9.833,74	

Comparativo da Despesa Autorizada com a Realizada - Anexo 11

Município de MONTE CARLO

Competência: 2019

Código	Títulos	Autorizada R\$			Despesa Realizada	Diferenças
		Créd. Orçam. e Suplemen.	Créd. Esp. e Extraord.	Total		
3.1.90.13.02	contribuições previdenciárias – INSS				9.833,74	
3.3.90.00.00	Aplicações Diretas	140.000,00	0,00	140.000,00	140.000,00	0,00
3.3.90.14.00	Diárias Civil				4.062,50	
3.3.90.14.14	diárias no país – civil				4.062,50	
3.3.90.15.00	Diárias Militar				0,00	
3.3.90.15.14	diárias no país – militar				0,00	
3.3.90.30.00	Material de Consumo				28.265,86	
3.3.90.30.01	combustíveis e lubrificantes automotivos				12.288,81	
3.3.90.30.07	gêneros de alimentação				898,75	
3.3.90.30.16	material de expediente				4.891,87	
3.3.90.30.22	material de limpeza e produção de higienização				1.503,85	
3.3.90.30.23	uniformes, tecidos e aviamentos				0,00	
3.3.90.30.24	material para manutenção de bens imóveis				5.075,24	
3.3.90.30.26	material elétrico e eletrônico				54,80	
3.3.90.30.39	material para manutenção de veículos				3.552,54	
3.3.90.36.00	Outros Serviços de Terceiros (Pessoa Física)				1.450,30	
3.3.90.36.23	fornecimento de alimentação				1.450,30	
3.3.90.37.00	Locação de Mão-de-Obra				15.977,28	
3.3.90.37.07	estagiários				15.977,28	
3.3.90.39.00	Outros Serviços de Terceiros (Pessoa Jurídica)				89.805,88	
3.3.90.39.05	serviços técnicos profissionais				3.419,28	
3.3.90.39.15	limpeza de veículos				1.463,54	
3.3.90.39.19	manutenção e conservação de veículos				3.571,00	
3.3.90.39.40	programa de alimentação do trabalhador				76.286,67	
3.3.90.39.69	seguros em geral				320,28	
3.3.90.39.75	multas e infrações de trânsito				94,27	
3.3.90.39.83	serviços de cópias e reprodução de documentos				3.962,14	

Comparativo da Despesa Autorizada com a Realizada - Anexo 11

Município de MONTE CARLO

Competência: 2019

Código	Títulos	Autorizada R\$			Despesa Realizada	Diferenças
		Créd. Orçam. e Suplemen.	Créd. Esp. e Extraord.	Total		
3.3.90.39.64	Telefonia Fixa e Móvel (Que Não Integrem Pacote de Comunicação De Dados)				688,70	
3.3.90.47.00	Obrigações Tributárias e Contributivas				438,18	
3.3.90.47.10	taxas				438,18	
4.4.90.00.00	Aplicações Diretas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
4.4.90.52.00	Equipamentos e Material Permanente				0,00	
4.4.90.52.42	mobiliário em geral				0,00	
09001	DEPARTAMENTO DE SERVIÇOS PUBLICOS	485.000,00	0,00	485.000,00	404.979,70	80.020,30
09001.15	Urbanismo	485.000,00	0,00	485.000,00	404.979,70	80.020,30
09001.15.451	Infra-Estrutura Urbana	485.000,00	0,00	485.000,00	404.979,70	80.020,30
09001.15.451.02.000027	MANUTENÇÃO DA ILUMINAÇÃO PÚBLICA	485.000,00	0,00	485.000,00	404.979,70	80.020,30
3.3.90.00.00	Aplicações Diretas	460.000,00	0,00	460.000,00	404.979,70	55.020,30
3.3.90.30.00	Material de Consumo				117.136,73	
3.3.90.30.07	gêneros de alimentação				0,00	
3.3.90.30.26	material elétrico e eletrônico				117.136,73	
3.3.90.39.00	Outros Serviços de Terceiros (Pessoa Jurídica)				287.842,97	
3.3.90.39.05	serviços técnicos profissionais				22.107,60	
3.3.90.39.43	serviços de energia elétrica				265.735,37	
4.4.90.00.00	Aplicações Diretas	25.000,00	0,00	25.000,00	0,00	25.000,00
09002	DEPARTAMENTO DE OBRAS PUBLICAS	1.736.225,42	0,00	1.736.225,42	44.842,30	1.691.383,12
09002.26	Transporte	1.736.225,42	0,00	1.736.225,42	44.842,30	1.691.383,12
09002.26.782	Transporte Rodoviário	1.736.225,42	0,00	1.736.225,42	44.842,30	1.691.383,12
09002.26.782.01.000004	PAVIMENTAÇÃO DE RUAS	1.736.225,42	0,00	1.736.225,42	44.842,30	1.691.383,12
4.4.90.00.00	Aplicações Diretas	1.736.225,42	0,00	1.736.225,42	44.842,30	1.691.383,12
4.4.90.51.00	Obras e Instalações				224,00	
4.4.90.51.91	obras em andamento				224,00	
4.4.90.61.00	Aquisição de Imóveis				44.618,30	
4.4.90.61.91	obras em andamento				44.618,30	

Comparativo da Despesa Autorizada com a Realizada - Anexo 11

Município de MONTE CARLO

Competência: 2019

Código	Títulos	Autorizada R\$			Despesa Realizada	Diferenças
		Créd. Orçam. e Suplemen.	Créd. Esp. e Extraord.	Total		
09003	SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRA-ESTRUTURA	2.323.239,66	0,00	2.323.239,66	2.231.751,35	91.488,31
09003.06	Segurança Pública	143.000,00	0,00	143.000,00	109.097,65	33.902,35
09003.06.181	Policimento	143.000,00	0,00	143.000,00	109.097,65	33.902,35
09003.06.181.02.000005	SEGURANÇA PÚBLICA	143.000,00	0,00	143.000,00	109.097,65	33.902,35
3.3.90.00.00	Aplicações Diretas	121.600,00	0,00	121.600,00	94.934,26	26.665,74
3.3.90.30.00	Material de Consumo				86.870,12	
3.3.90.30.04	gás engarrafado				190,00	
3.3.90.30.07	gêneros de alimentação				1.015,45	
3.3.90.30.16	material de expediente				132,00	
3.3.90.30.21	material de copa e cozinha				209,54	
3.3.90.30.22	material de limpeza e produção de higienização				1.251,25	
3.3.90.30.23	uniformes, tecidos e aviamentos				6.012,50	
3.3.90.30.24	material para manutenção de bens imóveis				198,66	
3.3.90.30.25	material para manutenção de bens móveis				1.336,84	
3.3.90.30.26	material elétrico e eletrônico				820,30	
3.3.90.30.39	material para manutenção de veículos				5.451,87	
3.3.90.30.44	material de sinalização visual e afins				55.584,09	
3.3.90.30.99	outros materiais de consumo				14.667,62	
3.3.90.39.00	Outros Serviços de Terceiros (Pessoa Jurídica)				8.064,14	
3.3.90.39.05	serviços técnicos profissionais				3.585,92	
3.3.90.39.15	limpeza de veículos				1.490,12	
3.3.90.39.19	manutenção e conservação de veículos				1.898,10	
3.3.90.39.64	Telefonia Fixa e Móvel (Que Não Integrem Pacote de Comunicação De Dados)				1.090,00	
3.3.90.92.00	Despesas de Exercícios Anteriores				0,00	
3.3.90.92.99	outras despesas de exercícios anteriores				0,00	
4.4.90.00.00	Aplicações Diretas	21.400,00	0,00	21.400,00	14.163,39	7.236,61
4.4.90.30.00	Material de Consumo				0,00	

Comparativo da Despesa Autorizada com a Realizada - Anexo 11

Município de MONTE CARLO

Competência: 2019

Código	Títulos	Autorizada R\$			Despesa Realizada	Diferenças
		Créd. Orçam. e Suplemen.	Créd. Esp. e Extraord.	Total		
4.4.90.30.39	material para manutenção de veículos				0,00	
4.4.90.52.00	Equipamentos e Material Permanente				14.163,39	
4.4.90.52.14	armamentos				9.013,64	
4.4.90.52.32	máquinas e equipamentos gráficos				865,00	
4.4.90.52.99	outros equipamentos e material permanente				4.284,75	
09003.15	Urbanismo	2.178.239,66	0,00	2.178.239,66	2.122.653,70	55.585,96
09003.15.451	Infra-Estrutura Urbana	2.178.239,66	0,00	2.178.239,66	2.122.653,70	55.585,96
09003.15.451.02.000023	MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA	2.178.239,66	0,00	2.178.239,66	2.122.653,70	55.585,96
3.1.90.00.00	Aplicações Diretas	974.310,69	0,00	974.310,69	946.997,83	27.312,86
3.1.90.11.00	Vencimentos e Vantagens Fixas (Pessoal Civil)				776.370,59	
3.1.90.11.01	vencimentos e salários				776.370,59	
3.1.90.13.00	Obrigações Patronais				170.627,24	
3.1.90.13.02	contribuições previdenciárias – INSS				170.627,24	
3.3.90.00.00	Aplicações Diretas	1.198.928,97	0,00	1.198.928,97	1.175.655,87	23.273,10
3.3.90.30.00	Material de Consumo				439.231,69	
3.3.90.30.01	combustíveis e lubrificantes automotivos				173.929,86	
3.3.90.30.16	material de expediente				144,22	
3.3.90.30.24	material para manutenção de bens imóveis				142.436,80	
3.3.90.30.25	material para manutenção de bens móveis				476,80	
3.3.90.30.28	material de proteção e segurança				569,94	
3.3.90.30.39	material para manutenção de veículos				121.674,07	
3.3.90.34.00	Outras Despesas de Pessoal Decorrentes de Contratos de Terceirização				134.193,50	
3.3.90.34.01	substituição de mão-de-obra (LRF, art. 18, §1º)				134.193,50	
3.3.90.36.00	Outros Serviços de Terceiros (Pessoa Física)				288,00	
3.3.90.36.23	fornecimento de alimentação				288,00	
3.3.90.39.00	Outros Serviços de Terceiros (Pessoa Jurídica)				584.961,91	
3.3.90.39.05	serviços técnicos profissionais				95.976,75	

Comparativo da Despesa Autorizada com a Realizada - Anexo 11

Município de MONTE CARLO

Competência: 2019

Código	Títulos	Autorizada R\$			Despesa Realizada	Diferenças
		Créd. Orçam. e Suplemen.	Créd. Esp. e Extraord.	Total		
3.3.90.39.15	limpeza de veículos				1.653,80	
3.3.90.39.19	manutenção e conservação de veículos				61.978,30	
3.3.90.39.22	exposições, congressos e conferências				600,00	
3.3.90.39.28	coleta de lixo e demais resíduos				313.992,31	
3.3.90.39.40	programa de alimentação do trabalhador				41.779,86	
3.3.90.39.41	fornecimento de alimentação				1.620,00	
3.3.90.39.43	serviços de energia elétrica				55.367,90	
3.3.90.39.69	seguros em geral				323,70	
3.3.90.39.99	outros serviços de terceiros – pessoa jurídica				8.899,27	
3.3.90.39.64	Telefonia Fixa e Móvel (Que Não Integrem Pacote de Comunicação De Dados)				2.770,02	
3.3.90.47.00	Obrigações Tributárias e Contributivas				953,19	
3.3.90.47.10	taxas				953,19	
3.3.90.92.00	Despesas de Exercícios Anteriores				16.000,00	
3.3.90.92.99	outras despesas de exercícios anteriores				16.000,00	
3.3.90.93.00	Indenizações e Restituições				27,58	
3.3.90.93.02	restituições				27,58	
4.4.90.00.00	Aplicações Diretas	5.000,00	0,00	5.000,00	0,00	5.000,00
09003.26	Transporte	2.000,00	0,00	2.000,00	0,00	2.000,00
09003.26.782	Transporte Rodoviário	2.000,00	0,00	2.000,00	0,00	2.000,00
09003.26.782.01.000008	EQUIPAMENTOS, MÁQUINAS, VEÍCULOS E EDIFICAÇÕES PARA A INFRAESTRUTURA	2.000,00	0,00	2.000,00	0,00	2.000,00
4.4.90.00.00	Aplicações Diretas	2.000,00	0,00	2.000,00	0,00	2.000,00
12001	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	1.144.635,40	0,00	1.144.635,40	868.535,06	276.100,34
12001.08	Assistência Social	1.144.635,40	0,00	1.144.635,40	868.535,06	276.100,34
12001.08.244	Assistência Comunitária	1.144.635,40	0,00	1.144.635,40	868.535,06	276.100,34
12001.08.244.02.000007	MANUTENÇÃO DOS PROGRAMAS DO FNAS	267.024,93	0,00	267.024,93	136.998,89	130.026,04
3.1.90.00.00	Aplicações Diretas	73.743,72	0,00	73.743,72	36.626,41	37.117,31
3.1.90.11.00	Vencimentos e Vantagens Fixas (Pessoal Civil)				31.884,67	

Comparativo da Despesa Autorizada com a Realizada - Anexo 11

Município de MONTE CARLO

Competência: 2019

Código	Títulos	Autorizada R\$			Despesa Realizada	Diferenças
		Créd. Orçam. e Suplemen.	Créd. Esp. e Extraord.	Total		
3.1.90.11.01	vencimentos e salários				31.884,67	
3.1.90.13.00	Obrigações Patronais				4.741,74	
3.1.90.13.02	contribuições previdenciárias – INSS				4.741,74	
3.3.90.00.00	Aplicações Diretas	175.776,21	0,00	175.776,21	94.515,48	81.260,73
3.3.90.08.00	Outros Benefícios Assistenciais				3.652,75	
3.3.90.08.01	auxílio-funeral				2.994,00	
3.3.90.08.99	outros benefícios assistenciais				658,75	
3.3.90.14.00	Diárias Civil				650,00	
3.3.90.14.14	diárias no país – civil				650,00	
3.3.90.30.00	Material de Consumo				67.391,81	
3.3.90.30.01	combustíveis e lubrificantes automotivos				5.289,62	
3.3.90.30.04	gás engarrafado				1.235,00	
3.3.90.30.07	gêneros de alimentação				18.025,33	
3.3.90.30.14	material educativo e esportivo				5.266,50	
3.3.90.30.15	material para festividades e homenagens				5.010,00	
3.3.90.30.16	material de expediente				6.089,40	
3.3.90.30.21	material de copa e cozinha				2.154,76	
3.3.90.30.22	material de limpeza e produção de higienização				1.870,05	
3.3.90.30.23	uniformes, tecidos e aviamentos				19.169,49	
3.3.90.30.24	material para manutenção de bens imóveis				1.050,33	
3.3.90.30.26	material elétrico e eletrônico				1.090,47	
3.3.90.30.39	material para manutenção de veículos				1.140,86	
3.3.90.32.00	Material, Bens ou Serviço para Distribuição Gratuita				889,00	
3.3.90.32.03	gêneros alimentícios				889,00	
3.3.90.34.00	Outras Despesas de Pessoal Decorrentes de Contratos de Terceirização				2.201,42	
3.3.90.34.01	substituição de mão-de-obra (LRF, art. 18, §1º)				2.201,42	
3.3.90.36.00	Outros Serviços de Terceiros (Pessoa Física)				30,00	

Comparativo da Despesa Autorizada com a Realizada - Anexo 11

Município de MONTE CARLO

Competência: 2019

Código	Títulos	Autorizada R\$			Despesa Realizada	Diferenças
		Créd. Orçam. e Suplemen.	Créd. Esp. e Extraord.	Total		
3.3.90.36.23	fornecimento de alimentação				30,00	
3.3.90.39.00	Outros Serviços de Terceiros (Pessoa Jurídica)				19.412,81	
3.3.90.39.05	serviços técnicos profissionais				999,17	
3.3.90.39.15	limpeza de veículos				539,03	
3.3.90.39.19	manutenção e conservação de veículos				350,17	
3.3.90.39.22	exposições, congressos e conferências				2.680,00	
3.3.90.39.40	programa de alimentação do trabalhador				287,94	
3.3.90.39.41	fornecimento de alimentação				287,94	
3.3.90.39.43	serviços de energia elétrica				6.168,58	
3.3.90.39.59	serviços de áudio, vídeo e foto				0,00	
3.3.90.39.83	serviços de cópias e reprodução de documentos				3.184,80	
3.3.90.39.99	outros serviços de terceiros – pessoa jurídica				2.201,42	
3.3.90.39.64	Telefonia Fixa e Móvel (Que Não Integrem Pacote de Comunicação De Dados)				2.713,76	
3.3.90.40.00	Serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC) – Pessoa Jurídica				0,00	
3.3.90.40.05	Serviços de Telefonia Fixa d Móvel (Quando Integrarem Pacote de Comunicação de Dados)				0,00	
3.3.90.47.00	Obrigações Tributárias e Contributivas				287,69	
3.3.90.47.10	taxas				287,69	
4.4.90.00.00	Aplicações Diretas	17.505,00	0,00	17.505,00	5.857,00	11.648,00
4.4.90.30.00	Material de Consumo				0,00	
4.4.90.30.16	material de expediente				0,00	
4.4.90.39.00	Outros Serviços de Terceiros (Pessoa Jurídica)				1.505,00	
4.4.90.39.22	exposições, congressos e conferências				0,00	
4.4.90.39.64	Telefonia Fixa e Móvel (Que Não Integrem Pacote de Comunicação De Dados)				1.505,00	
4.4.90.52.00	Equipamentos e Material Permanente				4.352,00	
4.4.90.52.36	máquinas, instalações e utensílios de escritório				1.994,00	
4.4.90.52.99	outros equipamentos e material permanente				2.358,00	

Comparativo da Despesa Autorizada com a Realizada - Anexo 11

Município de MONTE CARLO

Competência: 2019

Código	Títulos	Autorizada R\$			Despesa Realizada	Diferenças
		Créd. Orçam. e Suplemen.	Créd. Esp. e Extraord.	Total		
12001.08.244.02.000008	MANUTENÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	877.610,47	0,00	877.610,47	731.536,17	146.074,30
3.1.90.00.00	Aplicações Diretas	668.000,00	0,00	668.000,00	625.274,60	42.725,40
3.1.90.11.00	Vencimentos e Vantagens Fixas (Pessoal Civil)				510.154,93	
3.1.90.11.01	vencimentos e salários				510.154,93	
3.1.90.13.00	Obrigações Patronais				115.119,67	
3.1.90.13.02	contribuições previdenciárias – INSS				115.119,67	
3.3.90.00.00	Aplicações Diretas	140.972,71	0,00	140.972,71	105.528,67	35.444,04
3.3.90.08.00	Outros Benefícios Assistenciais				15.790,09	
3.3.90.08.01	auxílio-funeral				11.381,00	
3.3.90.08.99	outros benefícios assistenciais				4.409,09	
3.3.90.14.00	Diárias Civil				1.380,00	
3.3.90.14.14	diárias no país – civil				1.380,00	
3.3.90.30.00	Material de Consumo				27.586,72	
3.3.90.30.01	combustíveis e lubrificantes automotivos				4.612,00	
3.3.90.30.04	gás engarrafado				1.045,00	
3.3.90.30.07	gêneros de alimentação				14.540,45	
3.3.90.30.16	material de expediente				578,65	
3.3.90.30.21	material de copa e cozinha				1.191,41	
3.3.90.30.22	material de limpeza e produção de higienização				2.799,00	
3.3.90.30.23	uniformes, tecidos e aviamentos				1.127,05	
3.3.90.30.24	material para manutenção de bens imóveis				165,26	
3.3.90.30.25	material para manutenção de bens móveis				537,90	
3.3.90.30.29	material para áudio, vídeo e foto				42,00	
3.3.90.30.39	material para manutenção de veículos				948,00	
3.3.90.32.00	Material, Bens ou Serviço para Distribuição Gratuita				91,40	
3.3.90.32.02	medicamentos				91,40	
3.3.90.34.00	Outras Despesas de Pessoal Decorrentes de Contratos de Terceirização				22.014,20	

Comparativo da Despesa Autorizada com a Realizada - Anexo 11

Município de MONTE CARLO

Competência: 2019

Código	Títulos	Autorizada R\$			Despesa Realizada	Diferenças
		Créd. Orçam. e Suplemen.	Créd. Esp. e Extraord.	Total		
3.3.90.34.01	substituição de mão-de-obra (LRF, art. 18, §1º)				22.014,20	
3.3.90.36.00	Outros Serviços de Terceiros (Pessoa Física)				1.794,90	
3.3.90.36.23	fornecimento de alimentação				1.794,90	
3.3.90.39.00	Outros Serviços de Terceiros (Pessoa Jurídica)				36.591,36	
3.3.90.39.05	serviços técnicos profissionais				1.445,55	
3.3.90.39.19	manutenção e conservação de veículos				72,00	
3.3.90.39.26	serviços de transporte escolar				0,00	
3.3.90.39.40	programa de alimentação do trabalhador				25.931,34	
3.3.90.39.41	fornecimento de alimentação				248,80	
3.3.90.39.43	serviços de energia elétrica				6.955,72	
3.3.90.39.69	seguros em geral				326,70	
3.3.90.39.64	Telefonia Fixa e Móvel (Que Não Integrem Pacote de Comunicação De Dados)				1.611,25	
3.3.90.40.00	Serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC) – Pessoa Jurídica				280,00	
3.3.90.40.05	Serviços de Telefonia Fixa d Móvel (Quando Integrarem Pacote de Comunicação de Dados)				280,00	
4.4.90.00.00	Aplicações Diretas	68.637,76	0,00	68.637,76	732,90	67.904,86
4.4.90.52.00	Equipamentos e Material Permanente				732,90	
4.4.90.52.12	aparelhos e utensílios domésticos				732,90	
13001	FUNDO MUNICIPAL DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE	24.000,00	0,00	24.000,00	15.868,92	8.131,08
13001.08	Assistência Social	24.000,00	0,00	24.000,00	15.868,92	8.131,08
13001.08.243	Assistência à Criança e ao Adolescente	24.000,00	0,00	24.000,00	15.868,92	8.131,08
13001.08.243.02.000021	PROTEÇÃO À CRIANÇA E AO ADOLESCENTE	24.000,00	0,00	24.000,00	15.868,92	8.131,08
3.3.90.00.00	Aplicações Diretas	20.000,00	0,00	20.000,00	15.868,92	4.131,08
3.3.90.14.00	Diárias Civil				2.767,85	
3.3.90.14.14	diárias no país – civil				2.767,85	
3.3.90.30.00	Material de Consumo				11.111,07	
3.3.90.30.01	combustíveis e lubrificantes automotivos				80,00	
3.3.90.30.07	gêneros de alimentação				413,45	

Comparativo da Despesa Autorizada com a Realizada - Anexo 11

Município de MONTE CARLO

Competência: 2019

Código	Títulos	Autorizada R\$			Despesa Realizada	Diferenças
		Créd. Orçam. e Suplemen.	Créd. Esp. e Extraord.	Total		
3.3.90.30.14	material educativo e esportivo				504,22	
3.3.90.30.21	material de copa e cozinha				0,00	
3.3.90.30.23	uniformes, tecidos e aviamentos				10.113,40	
3.3.90.39.00	Outros Serviços de Terceiros (Pessoa Jurídica)				1.990,00	
3.3.90.39.22	exposições, congressos e conferências				1.800,00	
3.3.90.39.80	hospedagens				190,00	
4.4.90.00.00	Aplicações Diretas	4.000,00	0,00	4.000,00	0,00	4.000,00
99099	RESERVA DE CONTINGÊNCIA	20.000,00	0,00	20.000,00	0,00	20.000,00
99099.99	Reserva Contingência	20.000,00	0,00	20.000,00	0,00	20.000,00
99099.99.999	Reserva Contingência	20.000,00	0,00	20.000,00	0,00	20.000,00
99099.99.999.09.000000	RESERVA DE CONTINGÊNCIA	20.000,00	0,00	20.000,00	0,00	20.000,00
9.9.90.00.00	Aplicações Diretas	20.000,00	0,00	20.000,00	0,00	20.000,00
	Total da Unidade Gestora	25.548.911,54	36.000,00	25.584.911,54	22.173.826,47	3.411.085,07

Unidade Gestora: Fundo de Reequipamento do Corpo de Bombeiros de Monte Carlo

Código	Títulos	Autorizada R\$			Despesa Realizada	Diferenças
		Créd. Orçam. e Suplemen.	Créd. Esp. e Extraord.	Total		
15001	FUNDO DE REEQUIPAM. DO CORPO DE BOMBEIROS	240.000,00	0,00	240.000,00	175.916,50	64.083,50
15001.06	Segurança Pública	240.000,00	0,00	240.000,00	175.916,50	64.083,50
15001.06.182	Defesa Civil	240.000,00	0,00	240.000,00	175.916,50	64.083,50
15001.06.182.01.000010	EQUIPAMENTOS, MÁQUINAS E VEÍCULOS PARA O FUNREBOM	50.000,00	0,00	50.000,00	8.731,25	41.268,75
4.4.90.00.00	Aplicações Diretas	50.000,00	0,00	50.000,00	8.731,25	41.268,75
4.4.90.30.00	Material de Consumo				0,00	
4.4.90.30.39	material para manutenção de veículos				0,00	
4.4.90.39.00	Outros Serviços de Terceiros (Pessoa Jurídica)				0,00	
4.4.90.39.19	manutenção e conservação de veículos				0,00	
4.4.90.52.00	Equipamentos e Material Permanente				8.731,25	
4.4.90.52.36	máquinas, instalações e utensílios de escritório				8.731,25	

Comparativo da Despesa Autorizada com a Realizada - Anexo 11

Município de MONTE CARLO

Competência: 2019

Código	Títulos	Autorizada R\$			Despesa Realizada	Diferenças
		Créd. Orçam. e Suplemen.	Créd. Esp. e Extraord.	Total		
15001.06.182.01.000017	Construção e Reformas na Sede do FUNREBOM	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
4.4.90.00.00	Aplicações Diretas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
15001.06.182.02.000030	MANUTENÇÃO DO FUNREBOM	190.000,00	0,00	190.000,00	167.185,25	22.814,75
3.3.90.00.00	Aplicações Diretas	165.000,00	0,00	165.000,00	162.222,27	2.777,73
3.3.90.30.00	Material de Consumo				137.561,06	
3.3.90.30.01	combustíveis e lubrificantes automotivos				1.128,74	
3.3.90.30.04	gás engarrafado				4.608,61	
3.3.90.30.07	gêneros de alimentação				21.275,38	
3.3.90.30.09	material farmacológico				5.279,34	
3.3.90.30.16	material de expediente				707,79	
3.3.90.30.22	material de limpeza e produção de higienização				4.235,20	
3.3.90.30.23	uniformes, tecidos e aviamentos				10.867,40	
3.3.90.30.24	material para manutenção de bens imóveis				52.899,59	
3.3.90.30.25	material para manutenção de bens móveis				7.366,51	
3.3.90.30.26	material elétrico e eletrônico				51,51	
3.3.90.30.39	material para manutenção de veículos				29.140,99	
3.3.90.39.00	Outros Serviços de Terceiros (Pessoa Jurídica)				24.426,72	
3.3.90.39.05	serviços técnicos profissionais				3.222,29	
3.3.90.39.11	locação de softwares				5.341,60	
3.3.90.39.15	limpeza de veículos				535,41	
3.3.90.39.19	manutenção e conservação de veículos				8.263,08	
3.3.90.39.43	serviços de energia elétrica				6.328,37	
3.3.90.39.64	Telefonia Fixa e Móvel (Que Não Integrem Pacote de Comunicação De Dados)				735,97	
3.3.90.47.00	Obrigações Tributárias e Contributivas				234,49	
3.3.90.47.10	taxas				234,49	
4.4.90.00.00	Aplicações Diretas	25.000,00	0,00	25.000,00	4.962,98	20.037,02
4.4.90.52.00	Equipamentos e Material Permanente				4.962,98	

Comparativo da Despesa Autorizada com a Realizada - Anexo 11

Município de MONTE CARLO

Competência: 2019

Código	Títulos	Autorizada R\$			Despesa Realizada	Diferenças
		Créd. Orçam. e Suplemen.	Créd. Esp. e Extraord.	Total		
4.4.90.52.12	aparelhos e utensílios domésticos				2.968,98	
4.4.90.52.36	máquinas, instalações e utensílios de escritório				1.994,00	
	Total da Unidade Gestora	240.000,00	0,00	240.000,00	175.916,50	64.083,50

Unidade Gestora: Fundo Municipal Saúde Monte Carlo

Código	Títulos	Autorizada R\$			Despesa Realizada	Diferenças
		Créd. Orçam. e Suplemen.	Créd. Esp. e Extraord.	Total		
11001	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	8.124.692,77	0,00	8.124.692,77	7.570.256,12	554.436,65
11001.10	Saúde	8.124.692,77	0,00	8.124.692,77	7.570.256,12	554.436,65
11001.10.301	Atenção Básica	4.873.293,96	0,00	4.873.293,96	4.434.636,36	438.657,60
11001.10.301.01.000006	EQUIPAMENTOS E VEÍCULOS PARA A SAÚDE	2.000,00	0,00	2.000,00	0,00	2.000,00
4.4.90.00.00	Aplicações Diretas	2.000,00	0,00	2.000,00	0,00	2.000,00
4.4.90.39.00	Outros Serviços de Terceiros (Pessoa Jurídica)				0,00	
4.4.90.39.19	manutenção e conservação de veículos				0,00	
11001.10.301.01.000012	CONSTRUÇÃO, AMPLIAÇÃO E REFORMA DE UNIDADES BÁSICAS DE SAÚDE	17.000,00	0,00	17.000,00	0,00	17.000,00
4.4.90.00.00	Aplicações Diretas	17.000,00	0,00	17.000,00	0,00	17.000,00
11001.10.301.02.000006	FARMÁCIA BÁSICA	250.400,00	0,00	250.400,00	233.338,28	17.061,72
3.3.90.00.00	Aplicações Diretas	250.400,00	0,00	250.400,00	233.338,28	17.061,72
3.3.90.14.00	Diárias Civil				0,00	
3.3.90.14.14	diárias no país – civil				0,00	
3.3.90.30.00	Material de Consumo				625,40	
3.3.90.30.07	gêneros de alimentação				508,40	
3.3.90.30.09	material farmacológico				117,00	
3.3.90.32.00	Material, Bens ou Serviço para Distribuição Gratuita				232.346,88	
3.3.90.32.02	medicamentos				232.346,88	
3.3.90.92.00	Despesas de Exercícios Anteriores				366,00	
3.3.90.92.99	outras despesas de exercícios anteriores				366,00	

Comparativo da Despesa Autorizada com a Realizada - Anexo 11

Município de MONTE CARLO

Competência: 2019

Código	Títulos	Autorizada R\$			Despesa Realizada	Diferenças
		Créd. Orçam. e Suplemen.	Créd. Esp. e Extraord.	Total		
11001.10.301.02.000032	MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE SAÚDE	221.200,00	0,00	221.200,00	182.517,24	38.682,76
3.1.90.00.00	Aplicações Diretas	177.200,00	0,00	177.200,00	152.435,29	24.764,71
3.1.90.11.00	Vencimentos e Vantagens Fixas (Pessoal Civil)				124.576,28	
3.1.90.11.01	vencimentos e salários				124.576,28	
3.1.90.13.00	Obrigações Patronais				27.859,01	
3.1.90.13.02	contribuições previdenciárias – INSS				27.859,01	
3.3.90.00.00	Aplicações Diretas	32.000,00	0,00	32.000,00	28.703,95	3.296,05
3.3.90.37.00	Locação de Mão-de-Obra				6.088,71	
3.3.90.37.07	estagiários				6.088,71	
3.3.90.39.00	Outros Serviços de Terceiros (Pessoa Jurídica)				20.359,76	
3.3.90.39.19	manutenção e conservação de veículos				1.517,42	
3.3.90.39.40	programa de alimentação do trabalhador				18.842,34	
3.3.90.47.00	Obrigações Tributárias e Contributivas				2.255,48	
3.3.90.47.15	multas				2.255,48	
4.4.90.00.00	Aplicações Diretas	12.000,00	0,00	12.000,00	1.378,00	10.622,00
4.4.90.52.00	Equipamentos e Material Permanente				1.378,00	
4.4.90.52.42	mobiliário em geral				1.378,00	
11001.10.301.02.000033	ATENÇÃO BÁSICA À SAÚDE	4.309.693,96	0,00	4.309.693,96	3.956.930,32	352.763,64
3.1.90.00.00	Aplicações Diretas	2.663.700,00	0,00	2.663.700,00	2.563.666,87	100.033,13
3.1.90.11.00	Vencimentos e Vantagens Fixas (Pessoal Civil)				2.101.774,57	
3.1.90.11.01	vencimentos e salários				2.101.774,57	
3.1.90.13.00	Obrigações Patronais				461.892,30	
3.1.90.13.02	contribuições previdenciárias – INSS				461.892,30	
3.3.90.00.00	Aplicações Diretas	1.621.400,00	0,00	1.621.400,00	1.369.491,59	251.908,41
3.3.90.08.00	Outros Benefícios Assistenciais				39.268,44	
3.3.90.08.99	outros benefícios assistenciais				39.268,44	
3.3.90.14.00	Diárias Civil				93.957,50	

Comparativo da Despesa Autorizada com a Realizada - Anexo 11

Município de MONTE CARLO

Competência: 2019

Código	Títulos	Autorizada R\$			Despesa Realizada	Diferenças
		Créd. Orçam. e Suplemen.	Créd. Esp. e Extraord.	Total		
3.3.90.14.14	diárias no país – civil				93.957,50	
3.3.90.30.00	Material de Consumo				676.666,86	
3.3.90.30.01	combustíveis e lubrificantes automotivos				230.474,45	
3.3.90.30.04	gás engarrafado				1.140,00	
3.3.90.30.07	gêneros de alimentação				9.089,42	
3.3.90.30.09	material farmacológico				96.879,46	
3.3.90.30.10	material odontológico				95.460,59	
3.3.90.30.14	material educativo e esportivo				10.843,18	
3.3.90.30.16	material de expediente				16.066,38	
3.3.90.30.21	material de copa e cozinha				0,00	
3.3.90.30.22	material de limpeza e produção de higienização				26.921,52	
3.3.90.30.23	uniformes, tecidos e aviamentos				60.555,55	
3.3.90.30.24	material para manutenção de bens imóveis				32.046,89	
3.3.90.30.25	material para manutenção de bens móveis				13.419,41	
3.3.90.30.26	material elétrico e eletrônico				844,71	
3.3.90.30.39	material para manutenção de veículos				81.416,66	
3.3.90.30.49	bilhetes de passagens				1.508,64	
3.3.90.32.00	Material, Bens ou Serviço para Distribuição Gratuita				47.238,92	
3.3.90.32.02	medicamentos				31.370,78	
3.3.90.32.03	gêneros alimentícios				365,58	
3.3.90.32.99	outros materiais de distribuição gratuita				15.502,56	
3.3.90.33.00	Passagens e Despesas com Locomoção				4.929,36	
3.3.90.33.01	passagens para o país				4.929,36	
3.3.90.34.00	Outras Despesas de Pessoal Decorrentes de Contratos de Terceirização				21.175,97	
3.3.90.34.01	substituição de mão-de-obra (LRF, art. 18, §1º)				21.175,97	
3.3.90.36.00	Outros Serviços de Terceiros (Pessoa Física)				22.634,56	
3.3.90.36.13	conferências, exposições e espetáculos				600,00	

Comparativo da Despesa Autorizada com a Realizada - Anexo 11

Município de MONTE CARLO

Competência: 2019

Código	Títulos	Autorizada R\$			Despesa Realizada	Diferenças
		Créd. Orçam. e Suplemen.	Créd. Esp. e Extraord.	Total		
3.3.90.36.20	manutenção e conservação de veículos				80,00	
3.3.90.36.23	fornecimento de alimentação				20.030,00	
3.3.90.36.38	confecção de uniformes, bandeiras e flâmulas				1.924,56	
3.3.90.38.00	Arrendamento Mercantil				2.000,00	
3.3.90.38.01	máquinas e aparelhos				2.000,00	
3.3.90.39.00	Outros Serviços de Terceiros (Pessoa Jurídica)				404.556,03	
3.3.90.39.05	serviços técnicos profissionais				25.145,12	
3.3.90.39.11	locação de softwares				28.703,79	
3.3.90.39.15	limpeza de veículos				4.335,81	
3.3.90.39.19	manutenção e conservação de veículos				17.794,81	
3.3.90.39.22	exposições, congressos e conferências				1.010,00	
3.3.90.39.40	programa de alimentação do trabalhador				93.544,89	
3.3.90.39.43	serviços de energia elétrica				32.448,21	
3.3.90.39.50	serviços médico-hospitalar, odontológico e laboratorial				163.101,70	
3.3.90.39.59	serviços de áudio, vídeo e foto				800,00	
3.3.90.39.69	seguros em geral				10.262,06	
3.3.90.39.75	multas e infrações de trânsito				5.532,51	
3.3.90.39.83	serviços de cópias e reprodução de documentos				8.724,96	
3.3.90.39.99	outros serviços de terceiros – pessoa jurídica				2.286,09	
3.3.90.39.64	Telefonia Fixa e Móvel (Que Não Integrem Pacote de Comunicação De Dados)				10.866,08	
3.3.90.47.00	Obrigações Tributárias e Contributivas				3.006,85	
3.3.90.47.10	taxas				3.006,85	
3.3.90.48.00	Outros Auxílios Financeiros a Pessoas Físicas				50.799,00	
3.3.90.48.01	auxílio financeiro a pessoas físicas				50.799,00	
3.3.90.92.00	Despesas de Exercícios Anteriores				3.258,10	
3.3.90.92.08	outros benefícios assistenciais				890,00	
3.3.90.92.99	outras despesas de exercícios anteriores				2.368,10	

Comparativo da Despesa Autorizada com a Realizada - Anexo 11

Município de MONTE CARLO

Competência: 2019

Código	Títulos	Autorizada R\$			Despesa Realizada	Diferenças
		Créd. Orçam. e Suplemen.	Créd. Esp. e Extraord.	Total		
4.4.90.00.00	Aplicações Diretas	24.593,96	0,00	24.593,96	23.771,86	822,10
4.4.90.52.00	Equipamentos e Material Permanente				23.771,86	
4.4.90.52.08	aparelhos, equipamentos, utensílios médico-odontológico, laboratorial e hospitalar				0,00	
4.4.90.52.33	equipamentos para áudio, vídeo e foto				1.500,00	
4.4.90.52.34	máquinas, utensílios e equipamentos diversos				2.279,74	
4.4.90.52.36	máquinas, instalações e utensílios de escritório				7.206,77	
4.4.90.52.39	equipamentos e utensílios hidráulicos e elétricos				109,99	
4.4.90.52.42	mobiliário em geral				12.675,36	
4.4.90.52.99	outros equipamentos e material permanente				0,00	
11001.10.301.02.000037	CIS AMURES - CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE	66.000,00	0,00	66.000,00	61.850,52	4.149,48
3.1.71.00.00	Transferência a Consórcios Público	40.000,00	0,00	40.000,00	37.920,60	2.079,40
3.1.71.70.00	Rateio pela Participação em Consórcio Público				37.920,60	
3.1.71.70.01	Participação em Consórcio Público				37.920,60	
3.3.71.00.00	Transferência a Consórcios Público	25.000,00	0,00	25.000,00	23.218,68	1.781,32
3.3.71.70.00	Rateio pela Participação em Consórcio Público				23.218,68	
3.3.71.70.01	Participação em Consórcio Público				23.218,68	
4.4.71.00.00	Transferência a Consórcios Público	1.000,00	0,00	1.000,00	711,24	288,76
4.4.71.70.00	Rateio pela Participação em Consórcio Público				711,24	
4.4.71.70.01	Participação em Consórcio Público				711,24	
11001.10.301.02.000045	Manutenção BL. Gestão do SUS	7.000,00	0,00	7.000,00	0,00	7.000,00
3.3.90.00.00	Aplicações Diretas	7.000,00	0,00	7.000,00	0,00	7.000,00
11001.10.302	Assistência Hospitalar e Ambulatorial	3.088.398,81	0,00	3.088.398,81	3.014.931,95	73.466,86
11001.10.302.01.000005	AMPLIAÇÃO, REFORMA E EQUIPAMENTOS PARA A UNIDADE MISTA DE SAÚDE	216.998,81	0,00	216.998,81	201.847,57	15.151,24
4.4.90.00.00	Aplicações Diretas	216.998,81	0,00	216.998,81	201.847,57	15.151,24
4.4.90.30.00	Material de Consumo				0,00	
4.4.90.30.36	material hospitalar				0,00	
4.4.90.39.00	Outros Serviços de Terceiros (Pessoa Jurídica)				713,00	

Comparativo da Despesa Autorizada com a Realizada - Anexo 11

Município de MONTE CARLO

Competência: 2019

Código	Títulos	Autorizada R\$			Despesa Realizada	Diferenças
		Créd. Orçam. e Suplemen.	Créd. Esp. e Extraord.	Total		
4.4.90.39.99	outros serviços de terceiros – pessoa jurídica				713,00	
4.4.90.52.00	Equipamentos e Material Permanente				1.189,00	
4.4.90.52.08	aparelhos, equipamentos, utensílios médico-odontológico, laboratorial e hospitalar				500,00	
4.4.90.52.34	máquinas, utensílios e equipamentos diversos				689,00	
4.4.90.61.00	Aquisição de Imóveis				199.945,57	
4.4.90.61.91	obras em andamento				199.945,57	
11001.10.302.02.000036	ASSISTÊNCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL - MAC	2.871.400,00	0,00	2.871.400,00	2.813.084,38	58.315,62
3.3.90.00.00	Aplicações Diretas	2.869.400,00	0,00	2.869.400,00	2.811.564,83	57.835,17
3.3.90.30.00	Material de Consumo				234.553,69	
3.3.90.30.01	combustíveis e lubrificantes automotivos				30.341,41	
3.3.90.30.04	gás engarrafado				56.174,13	
3.3.90.30.07	gêneros de alimentação				28.329,14	
3.3.90.30.09	material farmacológico				80.062,39	
3.3.90.30.16	material de expediente				2.718,16	
3.3.90.30.21	material de copa e cozinha				917,82	
3.3.90.30.22	material de limpeza e produção de higienização				19.042,23	
3.3.90.30.24	material para manutenção de bens imóveis				3.517,89	
3.3.90.30.25	material para manutenção de bens móveis				2.434,49	
3.3.90.30.26	material elétrico e eletrônico				230,13	
3.3.90.30.30	material para comunicações				279,90	
3.3.90.30.39	material para manutenção de veículos				10.506,00	
3.3.90.32.00	Material, Bens ou Serviço para Distribuição Gratuita				50.454,76	
3.3.90.32.02	medicamentos				50.306,95	
3.3.90.32.03	gêneros alimentícios				147,81	
3.3.90.36.00	Outros Serviços de Terceiros (Pessoa Física)				11.697,45	
3.3.90.36.30	serviços médicos e odontológicos				11.697,45	
3.3.90.38.00	Arrendamento Mercantil				0,00	

Comparativo da Despesa Autorizada com a Realizada - Anexo 11

Município de MONTE CARLO

Competência: 2019

Código	Títulos	Autorizada R\$			Despesa Realizada	Diferenças
		Créd. Orçam. e Suplemen.	Créd. Esp. e Extraord.	Total		
3.3.90.38.05	bens imóveis				0,00	
3.3.90.39.00	Outros Serviços de Terceiros (Pessoa Jurídica)				2.509.160,72	
3.3.90.39.05	serviços técnicos profissionais				14.094,71	
3.3.90.39.15	limpeza de veículos				527,25	
3.3.90.39.19	manutenção e conservação de veículos				890,71	
3.3.90.39.28	coleta de lixo e demais resíduos				26.918,50	
3.3.90.39.43	serviços de energia elétrica				22.718,12	
3.3.90.39.50	serviços médico-hospitalar, odontológico e laboratorial				2.439.641,73	
3.3.90.39.75	multas e infrações de trânsito				2.369,70	
3.3.90.39.64	Telefonia Fixa e Móvel (Que Não Integrem Pacote de Comunicação De Dados)				2.000,00	
3.3.90.47.00	Obrigações Tributárias e Contributivas				5.628,21	
3.3.90.47.10	taxas				1.128,21	
3.3.90.47.17	contribuições para associações				4.500,00	
3.3.90.92.00	Despesas de Exercícios Anteriores				70,00	
3.3.90.92.99	outras despesas de exercícios anteriores				70,00	
4.4.90.00.00	Aplicações Diretas	2.000,00	0,00	2.000,00	1.519,55	480,45
4.4.90.52.00	Equipamentos e Material Permanente				1.519,55	
4.4.90.52.08	aparelhos, equipamentos, utensílios médico-odontológico, laboratorial e hospitalar				579,60	
4.4.90.52.12	aparelhos e utensílios domésticos				509,15	
4.4.90.52.99	outros equipamentos e material permanente				430,80	
11001.10.305	Vigilância Epidemiológica	163.000,00	0,00	163.000,00	120.687,81	42.312,19
11001.10.305.02.000035	VIGILÂNCIA EM SAÚDE	163.000,00	0,00	163.000,00	120.687,81	42.312,19
3.1.90.00.00	Aplicações Diretas	111.000,00	0,00	111.000,00	98.927,96	12.072,04
3.1.90.11.00	Vencimentos e Vantagens Fixas (Pessoal Civil)				86.537,55	
3.1.90.11.01	vencimentos e salários				86.537,55	
3.1.90.13.00	Obrigações Patronais				12.390,41	
3.1.90.13.02	contribuições previdenciárias – INSS				12.390,41	

Comparativo da Despesa Autorizada com a Realizada - Anexo 11

Município de MONTE CARLO

Competência: 2019

Código	Títulos	Autorizada R\$			Despesa Realizada	Diferenças
		Créd. Orçam. e Suplemen.	Créd. Esp. e Extraord.	Total		
3.3.90.00.00	Aplicações Diretas	44.000,00	0,00	44.000,00	21.759,85	22.240,15
3.3.90.14.00	Diárias Civil				735,00	
3.3.90.14.14	diárias no país – civil				735,00	
3.3.90.30.00	Material de Consumo				3.461,33	
3.3.90.30.01	combustíveis e lubrificantes automotivos				2.391,34	
3.3.90.30.09	material farmacológico				46,32	
3.3.90.30.11	material químico				760,00	
3.3.90.30.24	material para manutenção de bens imóveis				45,40	
3.3.90.30.25	material para manutenção de bens móveis				58,57	
3.3.90.30.39	material para manutenção de veículos				159,70	
3.3.90.39.00	Outros Serviços de Terceiros (Pessoa Jurídica)				17.427,75	
3.3.90.39.05	serviços técnicos profissionais				17.400,00	
3.3.90.39.15	limpeza de veículos				27,75	
3.3.90.47.00	Obrigações Tributárias e Contributivas				135,77	
3.3.90.47.10	taxas				135,77	
4.4.90.00.00	Aplicações Diretas	8.000,00	0,00	8.000,00	0,00	8.000,00
	Total da Unidade Gestora	8.124.692,77	0,00	8.124.692,77	7.570.256,12	554.436,65

Unidade Gestora: Câmara Municipal de Monte Carlo

Código	Títulos	Autorizada R\$			Despesa Realizada	Diferenças
		Créd. Orçam. e Suplemen.	Créd. Esp. e Extraord.	Total		
01001	CAMARA DE VEREADORES	1.263.089,31	0,00	1.263.089,31	1.057.462,42	205.626,89
01001.01	Legislativa	1.263.089,31	0,00	1.263.089,31	1.057.462,42	205.626,89
01001.01.031	Ação Legislativa	1.263.089,31	0,00	1.263.089,31	1.057.462,42	205.626,89
01001.01.031.01.000001	REEQUIPAMENTO DO PODER LEGISLATIVO	20.000,00	0,00	20.000,00	0,00	20.000,00
4.4.90.00.00	Aplicações Diretas	20.000,00	0,00	20.000,00	0,00	20.000,00
01001.01.031.02.000001	MANUTENÇÃO DO PODER LEGISLATIVO	1.243.089,31	0,00	1.243.089,31	1.057.462,42	185.626,89
3.1.90.00.00	Aplicações Diretas	1.080.000,00	0,00	1.080.000,00	906.694,07	173.305,93

Comparativo da Despesa Autorizada com a Realizada - Anexo 11

Município de MONTE CARLO

Competência: 2019

Código	Títulos	Autorizada R\$			Despesa Realizada	Diferenças
		Créd. Orçam. e Suplemen.	Créd. Esp. e Extraord.	Total		
3.1.90.11.00	Vencimentos e Vantagens Fixas (Pessoal Civil)				767.931,87	
3.1.90.11.01	vencimentos e salários				756.346,97	
3.1.90.11.43	13º salário				11.584,90	
3.1.90.13.00	Obrigações Patronais				138.762,20	
3.1.90.13.02	contribuições previdenciárias – INSS				138.762,20	
3.3.90.00.00	Aplicações Diretas	163.089,31	0,00	163.089,31	150.768,35	12.320,96
3.3.90.14.00	Diárias Civil				12.840,00	
3.3.90.14.14	diárias no país – civil				12.840,00	
3.3.90.30.00	Material de Consumo				35.616,78	
3.3.90.30.16	material de expediente				4.280,90	
3.3.90.30.17	material de processamento de dados				8.244,38	
3.3.90.30.21	material de copa e cozinha				6.064,17	
3.3.90.30.22	material de limpeza e produção de higienização				8.316,65	
3.3.90.30.24	material para manutenção de bens imóveis				7.897,68	
3.3.90.30.26	material elétrico e eletrônico				813,00	
3.3.90.36.00	Outros Serviços de Terceiros (Pessoa Física)				26.679,84	
3.3.90.36.15	locação de imóveis				26.679,84	
3.3.90.39.00	Outros Serviços de Terceiros (Pessoa Jurídica)				65.744,94	
3.3.90.39.05	serviços técnicos profissionais				120,00	
3.3.90.39.11	locação de softwares				28.105,37	
3.3.90.39.16	manutenção e conservação de bens imóveis				11.935,52	
3.3.90.39.17	manutenção e conservação de máquinas e equipamentos				520,00	
3.3.90.39.22	exposições, congressos e conferências				1.180,00	
3.3.90.39.43	serviços de energia elétrica				2.477,97	
3.3.90.39.44	serviços de água e esgoto				819,03	
3.3.90.39.48	serviços de seleção e treinamento				8.310,00	
3.3.90.39.59	serviços de áudio, vídeo e foto				300,00	

Comparativo da Despesa Autorizada com a Realizada - Anexo 11

Município de MONTE CARLO
Competência: 2019

Código	Títulos	Autorizada R\$			Despesa Realizada	Diferenças
		Créd. Orçam. e Suplemen.	Créd. Esp. e Extraord.	Total		
3.3.90.39.74	fretes e transportes de encomendas				2.450,00	
3.3.90.39.83	serviços de cópias e reprodução de documentos				580,00	
3.3.90.39.90	serviços de publicidade legal				250,00	
3.3.90.39.99	outros serviços de terceiros – pessoa jurídica				7.399,00	
3.3.90.39.64	Telefonia Fixa e Móvel (Que Não Integrem Pacote de Comunicação De Dados)				1.298,05	
3.3.90.40.00	Serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC) – Pessoa Jurídica				9.886,79	
3.3.90.40.02	Desenvolvimento e Manutenção de Software				320,00	
3.3.90.40.04	Comunicação de Dados				163,00	
3.3.90.40.11	Impressão				84,00	
3.3.90.40.15	Conteúdo de Web				3.500,00	
3.3.90.40.99	Outros Serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação				5.819,79	
	Total da Unidade Gestora	1.263.089,31	0,00	1.263.089,31	1.057.462,42	205.626,89
	Total Geral	35.176.693,62	36.000,00	35.212.693,62	30.977.461,51	4.235.232,11



BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - ANEXO 12
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

Município de MONTE CARLO

Competência: 06/2019

	Previsão Inicial	Previsão Atualizada	Receitas Realizadas	Saldo
	(a)	(b)	(c)	(d)=(c-b)
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	29.610.000,00	29.610.000,00	31.666.226,71	2.056.226,71
Receitas Correntes (I)	29.590.000,00	29.590.000,00	30.970.961,05	1.380.961,05
Receita Tributária	2.476.800,00	2.476.800,00	2.974.227,20	497.427,20
Receitas de Contribuições	480.000,00	480.000,00	515.245,26	35.245,26
Receita Patrimonial	123.500,00	123.500,00	114.970,39	-8.529,61
Receita Agropecuária	11.500,00	11.500,00	0,00	-11.500,00
Receita Industrial	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita de Serviços	1.218.000,00	1.218.000,00	1.057.218,71	-160.781,29
Transferências Correntes	24.490.200,00	24.490.200,00	26.252.995,59	1.762.795,59
Outras Receitas Correntes	790.000,00	790.000,00	56.303,90	-733.696,10
Receitas de Capital (II)	20.000,00	20.000,00	695.265,66	675.265,66
Operações de Crédito	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização de Empréstimos	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Capital	20.000,00	20.000,00	695.265,66	675.265,66
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS (III)	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL DAS RECEITAS (IV) = (I + II + III)	29.610.000,00	29.610.000,00	31.666.226,71	2.056.226,71
Operações de Crédito / Refinanciamento (V)	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Internas	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (VI = IV + V)	29.610.000,00	29.610.000,00	31.666.226,71	2.056.226,71
DÉFICIT (VII)				
TOTAL (VIII = VI + VII)	29.610.000,00	29.610.000,00	31.666.226,71	2.056.226,71
Saldos de Exercícios Anteriores				
Recursos Arrecadados em Exercícios Anteriores	0,00	0,00	0,00	0,00
Superávit Financeiro		2.535.844,15		
Reabertura de créditos adicionais		0,00		



BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - ANEXO 12

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

Município de MONTE CARLO

Competência: 06/2019

	Dotação Inicial	Dotação Atualizada	Despesas Empenhadas	Despesas Liquidadas	Despesas Pagas	Saldo da Dotação
	(e)	(f)	(g)	(h)	(i)	(j) = (f-g)
DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	29.590.000,00	35.192.693,62	30.977.461,51	30.813.333,94	30.317.817,88	4.215.232,11
Despesas Correntes (IX)	27.274.300,00	30.292.361,20	28.966.059,89	28.951.877,89	28.463.398,78	1.326.301,31
Pessoal e Encargos Sociais	16.163.510,69	16.725.389,36	16.147.520,16	16.147.520,16	15.997.493,79	577.869,20
Juros e Encargos da Dívida	1.000,00	303.793,17	299.934,03	299.934,03	299.934,03	3.859,14
Outras Despesas Correntes	11.109.789,31	13.263.178,67	12.518.605,70	12.504.423,70	12.165.970,96	744.572,97
Despesas de Capital (X)	2.315.700,00	4.900.332,42	2.011.401,62	1.861.456,05	1.854.419,10	2.888.930,80
Investimentos	1.405.700,00	4.223.125,59	1.356.861,65	1.206.916,08	1.199.879,13	2.866.263,94
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida(*)	910.000,00	677.206,83	654.539,97	654.539,97	654.539,97	22.666,86
Reserva de Contingência (XI)	20.000,00	20.000,00				20.000,00
DESPESAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS (XII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL DAS DESPESAS (XIII) = (IX + X + XI + XII)	29.610.000,00	35.212.693,62	30.977.461,51	30.813.333,94	30.317.817,88	4.235.232,11
Superávit (XIV)			688.765,20			-688.765,20
TOTAL (XV = XIII + XIV)	29.610.000,00	35.212.693,62	31.666.226,71	30.813.333,94	30.317.817,88	3.546.466,91
Reserva do RPPS	0,00	0,00				0,00

(*) Incluída a Amortização da Dívida/Refinanciamento



AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA / REFINANCIAMENTO

Município de MONTE CARLO

Competência: 06/2019

	Despesa Empenhada	Despesa Liquidada	Despesa Paga
Amortização da Dívida Interna	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Externa	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00
TOTAL	0,00	0,00	0,00

EXECUÇÃO DOS RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS

Município de MONTE CARLO

Competência: 06/2019

	Inscritos		Liquidados	Pagos	Cancelados	Saldo
	Em Exercícios Anteriores	Em 31 de Dezembro do Exercício Anterior				
	(a)	(b)	(c)	(d)	(e)	(f) = (a+b-d-e)
Despesas Correntes	31.025,08	49.261,80	19.199,79	19.199,79	31.123,90	29.963,19
Pessoal e Encargos Sociais	9.291,11	0,00	0,00	0,00	670,20	8.620,91
Juros e Encargos da Dívida	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas Correntes	21.733,97	49.261,80	19.199,79	19.199,79	30.453,70	21.342,28
Despesas de Capital	29.812,13	314.716,93	295.363,43	295.363,43	49.165,63	0,00
Investimentos	29.812,13	314.716,93	295.363,43	295.363,43	49.165,63	0,00
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL	60.837,21	363.978,73	314.563,22	314.563,22	80.289,53	29.963,19

EXECUÇÃO DOS RESTOS A PAGAR PROCESSADOS

Município de MONTE CARLO

Competência: 06/2019

	Inscritos		Pagos	Cancelados	Saldo
	Em Exercícios Anteriores	Em 31 de Dezembro do Exercício Anterior			
	(a)	(b)	(c)	(d)	(e) = (a+b-c-d)
Despesas Correntes	2.335,85	177.026,12	177.026,12	0,00	2.335,85
Pessoal e Encargos Sociais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Juros e Encargos da Dívida	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas Correntes	2.335,85	177.026,12	177.026,12	0,00	2.335,85
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Investimentos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL	2.335,85	177.026,12	177.026,12	0,00	2.335,85



BALANÇO FINANCEIRO - ANEXO 13

Município de MONTE CARLO

Competência: 06/2019

INGRESSOS

	Exercício Atual	Exercício Anterior
Receita Orçamentária (I)	31.666.226,71	29.386.507,69
Ordinária	11.212.541,29	11.360.217,28
Vinculada	20.453.685,42	18.026.290,41
Transferências Financeiras Recebidas (II)	4.958.434,39	4.895.203,38
Transferências Recebidas para a Execução Orçamentária	4.958.434,39	4.895.203,38
Transferências Recebidas Independentes da Execução Orçamentária	0,00	0,00
Transferências Recebidas para Aporte de recursos para o RPPS	0,00	0,00
Recebimentos Extraorçamentários (III)	3.840.891,15	3.586.013,85
Inscrição de Restos a Pagar Não Processados	164.127,57	363.978,73
Inscrição de Restos a Pagar Processados	495.516,06	177.026,12
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	3.181.247,52	3.045.009,00
Outros Recebimentos Extraorçamentários	0,00	0,00
Saldo do Exercício Anterior (IV)	4.849.864,78	4.244.234,38
Caixa e Equivalentes de Caixa	4.844.647,63	4.239.017,23
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	5.217,15	5.217,15
Investimentos e aplicações temporárias a curto prazo	0,00	0,00
TOTAL(V) = (I + II + III + IV)	45.315.417,03	42.111.959,30





BALANÇO FINANCEIRO - ANEXO 13

Município de MONTE CARLO

Competência: 06/2019

DISPÊNDIOS

	Exercício Atual	Exercício Anterior
Despesa Orçamentária (VI)	30.977.461,51	28.082.989,15
Ordinária	9.089.950,15	8.173.687,03
Vinculada	21.887.511,36	19.909.302,12
Transferências Financeiras Concedidas (VII)	4.958.434,39	4.895.203,38
Transferências Concedidas para a Execução Orçamentária	4.958.434,39	4.895.203,38
Transferências Concedidas Independentes da Execução Orçamentária	0,00	0,00
Transferências Concedidas para Aporte de recursos para o RPPS	0,00	0,00
Pagamentos Extraorçamentários (VIII)	3.672.889,29	4.283.901,99
Pagamentos de Restos a Pagar Não Processados	314.563,22	706.510,24
Pagamentos de Restos a Pagar Processados	177.026,12	532.435,18
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	3.181.299,95	3.044.956,57
Outros Pagamentos Extraorçamentários	0,00	0,00
Saldo para o Exercício Seguinte (IX)	5.706.631,84	4.849.864,78
Caixa e Equivalentes de Caixa	5.701.414,69	4.844.647,63
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	5.217,15	5.217,15
Investimentos e aplicações temporárias a curto prazo	0,00	0,00
TOTAL(X) = (VI + VII + VIII + IX)	45.315.417,03	42.111.959,30




Município de MONTE CARLO

Receitas Orçamentárias segundo as Fontes de Recursos - Anexo 1 ao Balanço Financeiro

Competência: 06/2019

Código	Especificação	Valor
6.2.1.2.0.00.00	RECEITA REALIZADA - RECURSOS ORDINÁRIOS	
	00 - Recursos Ordinários	11.212.541,29
	Total das Receitas Orçamentárias - Recursos Ordinários (I)	11.212.541,29
6.2.1.2.0.00.00	RECEITA ORÇAMENTÁRIAS - RECURSOS VINCULADOS	
	00 - Recursos Ordinários	175.197,30
	01 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	4.610.978,36
	02 - Receitas de Impostos e Transf de impostos: Saúde	2.746.008,73
	07 - Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico - CIDE	12.442,06
	08 - Contribuição para o Custeio dos Serviços de Iluminação Pública - COSIP	526.855,64
	10 - Convênio de Trânsito - Militar	14.667,62
	11 - Convênio de Trânsito - Civil	15.308,51
	12 - Convênio de Trânsito - Prefeitura	16.637,24
	18 - Transf. do FUNDEF/FUNDEB - (aplic. remuneração dos prof. do Magist. em efet exercício na Ed. Bá	5.754.696,99
	19 - Transferências do FUNDEF/FUNDEB - (aplicação em outras despesas da Educação Básica)	3.098.791,87
	32 - Transferências de Convênios – União/Educação	50,61
	33 - Transferências de Convênios – União/Saúde	190.322,55
	34 - Transferências de Convênios – União/Outros (não relacionados à educação/saúde/assistência socia	511.551,09
	35 - Transferências do Sistema Único de Assistência Social – SUAS/União	204.771,29
	36 - Salário-Educação	814.937,55
	37 - Outras Transferências do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – FNDE (não repassadas p	221.486,08
	38 - Transferências do Sistema Único de Saúde – SUS/União	3.265.204,31
	39 - Fundo Especial do Petróleo e Transferências Decorrentes de Compensação Financeira pela Exploraç	114.772,50
	50 - Cessão onerosa - Lei nº 13.885/201	383.834,60
	62 - Transferências de Convênios – Estado/Educação	92.603,14
	64 - Transferências de Convênios – Estado/Outros (não relacionados àeducação/saúde/assistência socia	3,25
	65 - Transferências do Sistema Único de Assistência Social – SUAS/Estado	30.731,80



Município de MONTE CARLO

Receitas Orçamentárias segundo as Fontes de Recursos - Anexo 1 ao Balanço Financeiro

Competência: 06/2019

67 - Transferências do Sistema Único de Saúde – SUS/Estado	458.780,08
89 - Alienações de Bens destinados a Outros Programas	1.268,50
Total das Receitas Orçamentárias - Recursos Vinculados (II)	23.261.901,67
TOTAL GERAL (I + II)	34.474.442,96



**Município de MONTE CARLO**

Deduções da Receita Orçamentária segundo as Fontes de Recurso - Anexo 2 ao Balanço Financeiro

Competência: 06/2019

Código	Especificação	Valor
6.2.1.3.0.00.00	DEDUÇÃO RECEITA REALIZADA - RECURSOS ORDINÁRIOS	
	Total das Deduções de Receitas Orçamentárias - Recursos Ordinários (I)	
6.2.1.3.0.00.00	DEDUÇÃO RECEITA ORÇAMENTÁRIAS - RECURSOS VINCULADOS	
	01 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	2.808.216,25
	Total das Deduções de Receitas Orçamentárias - Recursos Vinculados (II)	2.808.216,25
	TOTAL GERAL (I + II)	2.808.216,25



**Município de MONTE CARLO**

Despesas Orçamentárias segundo as Fontes de Recurso - Anexo 3 ao Balanço Financeiro

Competência: 06/2019

Código	Especificação	Valor
6.2.2.1.3.00.00	DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS - RECURSOS ORDINÁRIOS	
	00 - Recursos Ordinários	9.089.950,15
	Total das Despesas Orçamentárias - Recursos Ordinários (I)	9.089.950,15
6.2.2.1.3.00.00	DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS - RECURSOS VINCULADOS	
	00 - Recursos Ordinários	175.916,50
	01 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	2.857.498,07
	02 - Receitas de Impostos e Transf de impostos: Saúde	3.776.679,84
	07 - Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico - CIDE	19.854,21
	08 - Contribuição para o Custeio dos Serviços de Iluminação Pública - COSIP	404.979,70
	10 - Convênio de Trânsito - Militar	14.667,62
	11 - Convênio de Trânsito - Civil	5.196,50
	12 - Convênio de Trânsito - Prefeitura	55.663,89
	18 - Transf. do FUNDEF/FUNDEB - (aplic. remuneração dos prof. do Magist. em efet exercício na Ed. Bá	5.693.477,73
	19 - Transferências do FUNDEF/FUNDEB - (aplicação em outras despesas da Educação Básica)	2.963.780,92
	32 - Transferências de Convênios – União/Educação	112.198,09
	33 - Transferências de Convênios – União/Saúde	188.746,17
	34 - Transferências de Convênios – União/Outros (não relacionados à educação/saúde/assistência socia	211.050,92
	35 - Transferências do Sistema Único de Assistência Social – SUAS/União	118.470,93
	36 - Salário-Educação	1.092.601,33
	37 - Outras Transferências do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – FNDE (não repassadas p	266.333,99
	38 - Transferências do Sistema Único de Saúde – SUS/União	3.123.401,98
	39 - Fundo Especial do Petróleo e Transferências Decorrentes de Compensação Financeira pela Exploraç	124.006,79
	62 - Transferências de Convênios – Estado/Educação	137.442,56
	64 - Transferências de Convênios – Estado/Outros (não relacionados àeducação/saúde/assistência socia	63.382,59
	65 - Transferências do Sistema Único de Assistência Social – SUAS/Estado	732,90
	67 - Transferências do Sistema Único de Saúde – SUS/Estado	481.428,13
	Total das Despesas Orçamentárias - Recursos Vinculados (II)	21.887.511,36





Município de MONTE CARLO

Despesas Orçamentárias segundo as Fontes de Recurso - Anexo 3 ao Balanço Financeiro

Competência: 06/2019

TOTAL GERAL (I + II)

30.977.461,51





Município de MONTE CARLO

Saldo do exercício anterior - Caixa e equivalente de caixa - Anexo 4.1 ao Balanço Financeiro

Competência: 06/2019

Código	Especificação	Valor
1.1.1.0.0.00.00	CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA - RECURSOS ORDINÁRIOS	
	00 - Recursos Ordinários	157.814,10
	Total de Caixa e Equivalentes de Caixa - Recursos Ordinários (I)	157.814,10
1.1.1.0.0.00.00	CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA - RECURSOS VINCULADOS	
	00 - Recursos Ordinários	401.226,59
	01 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	9.369,63
	02 - Receitas de Impostos e Transf de impostos: Saúde	81.311,08
	07 - Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico - CIDE	9.381,91
	08 - Contribuição para o Custeio dos Serviços de Iluminação Pública - COSIP	493.209,18
	11 - Convênio de Trânsito - Civil	30.785,25
	12 - Convênio de Trânsito - Prefeitura	65.409,84
	18 - Transf. do FUNDEF/FUNDEB - (aplic. remuneração dos prof. do Magist. em efet exercício na Ed. Bá	67.174,95
	19 - Transferências do FUNDEF/FUNDEB - (aplicação em outras despesas da Educação Básica)	356,38
	32 - Transferências de Convênios – União/Educação	112.969,56
	33 - Transferências de Convênios – União/Saúde	131.040,66
	34 - Transferências de Convênios – União/Outros (não relacionados à educação/saúde/assistência socia	220.860,50
	35 - Transferências do Sistema Único de Assistência Social – SUAS/União	204.647,48
	36 - Salário-Educação	1.491.154,28
	37 - Outras Transferências do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – FNDE (não repassadas p	49.607,13
	38 - Transferências do Sistema Único de Saúde – SUS/União	685.806,51
	39 - Fundo Especial do Petróleo e Transferências Decorrentes de Compensação Financeira pela Exploraç	24.247,06
	62 - Transferências de Convênios – Estado/Educação	55.592,07
	63 - Transferências de Convênios – Estado/Saúde	4.724,21
	64 - Transferências de Convênios – Estado/Outros (não relacionados àeducação/saúde/assistência socia	63.540,97
	65 - Transferências do Sistema Único de Assistência Social – SUAS/Estado	72.206,08
	67 - Transferências do Sistema Único de Saúde – SUS/Estado	350.348,28
	89 - Alienações de Bens destinados a Outros Programas	61.863,93



Município de MONTE CARLO

Saldo do exercício anterior - Caixa e equivalente de caixa - Anexo 4.1 ao Balanço Financeiro

Competência: 06/2019

Total de Caixa e Equivalentes de Caixa - Recursos Vinculados (II)	4.686.833,53
TOTAL GERAL (I + II)	4.844.647,63





Município de MONTE CARLO

Saldo do exercício anterior - Depósitos restituíveis e valores vinculados - Anexo 4.2 ao Balanço Financeiro

Competência: 06/2019

Código	Especificação	Valor
1.1.3.0.0.00.00, F	DEPÓSITOS RESTITUÍVEIS E VALORES VINCULADOS - RECURSOS ORDINÁRIOS	
	00 - Recursos Ordinários	5.217,15
	Total de Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados - Recursos Ordinários (I)	5.217,15
1.1.3.0.0.00.00, F	DEPÓSITOS RESTITUÍVEIS E VALORES VINCULADOS - RECURSOS VINCULADOS	
	Total de Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados - Recursos Vinculados (II)	
	TOTAL GERAL (I + II)	5.217,15





Município de MONTE CARLO

Saldo para o exercício anterior - Investimentos e aplicações temporárias a curto prazo, segundo as Fontes de Recursos - Anexo 4.3 ao Balanço Financeiro.

Competência: 06/2019

Código	Especificação	Valor
1.1.4.0.0.00.00	INVESTIMENTOS E APLIC TEMPORARIAS CURTO PRAZO -	
F	RECURSOS ORDINÁRIOS	
	Total de Investimentos e Aplic. Temporários de Curto Prazo -	
	Recursos Ordinários (I)	
1.1.4.0.0.00.00	INVESTIMENTOS E APLIC TEMPORARIAS CURTO PRAZO -	
F	RECURSOS VINCULADOS	
	Total de Investimentos e Aplic. Temporários de Curto Prazo -	
	Recursos Vinculados (II)	
	TOTAL GERAL (I + II)	





Município de MONTE CARLO

Saldo para o exercício seguinte - Caixa e equivalente de caixa - Anexo 5.1 ao Balanço Financeiro

Competência: 06/2019

Código	Especificação	Valor
1.1.1.0.0.00.00	CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA - RECURSOS ORDINÁRIOS	
	00 - Recursos Ordinários	268.061,55
	Total de Caixa e Equivalentes de Caixa - Recursos Ordinários (I)	268.061,55
1.1.1.0.0.00.00	CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA - RECURSOS VINCULADOS	
	00 - Recursos Ordinários	400.507,39
	01 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	209,99
	02 - Receitas de Impostos e Transf de impostos: Saúde	121.020,64
	07 - Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico - CIDE	1.969,76
	08 - Contribuição para o Custeio dos Serviços de Iluminação Pública - COSIP	615.085,12
	11 - Convênio de Trânsito - Civil	40.897,26
	12 - Convênio de Trânsito - Prefeitura	26.383,19
	18 - Transf. do FUNDEF/FUNDEB - (aplic. remuneração dos prof. do Magist. em efet exercício na Ed. Bá	459.637,05
	19 - Transferências do FUNDEF/FUNDEB - (aplicação em outras despesas da Educação Básica)	36.394,75
	32 - Transferências de Convênios – União/Educação	822,08
	33 - Transferências de Convênios – União/Saúde	271.363,21
	34 - Transferências de Convênios – União/Outros (não relacionados à educação/saúde/assistência socia	226.243,34
	35 - Transferências do Sistema Único de Assistência Social – SUAS/União	288.605,44
	36 - Salário-Educação	1.213.490,50
	37 - Outras Transferências do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – FNDE (não repassadas p	10.295,49
	38 - Transferências do Sistema Único de Saúde – SUS/União	829.398,66
	39 - Fundo Especial do Petróleo e Transferências Decorrentes de Compensação Financeira pela Exploraç	15.012,77
	50 - Cessão onerosa - Lei nº 13.885/201	383.834,60
	62 - Transferências de Convênios – Estado/Educação	10.752,65
	63 - Transferências de Convênios – Estado/Saúde	4.724,21
	64 - Transferências de Convênios – Estado/Outros (não relacionados àeducação/saúde/assistência socia	161,63
	65 - Transferências do Sistema Único de Assistência Social – SUAS/Estado	92.881,95
	67 - Transferências do Sistema Único de Saúde – SUS/Estado	320.529,03



Município de MONTE CARLO

Saldo para o exercício seguinte - Caixa e equivalente de caixa - Anexo 5.1 ao Balanço Financeiro

Competência: 06/2019

89 - Alienações de Bens destinados a Outros Programas	63.132,43
Total de Caixa e Equivalentes de Caixa - Recursos Vinculados (II)	5.433.353,14
TOTAL GERAL (I + II)	5.701.414,69





Município de MONTE CARLO

Saldo para o exercício seguinte - Depósitos restituíveis e valores vinculados - Anexo 5.2 ao Balanço Financeiro

Competência: 06/2019

Código	Especificação	Valor
1.1.3.0.0.00.00, F	DEPÓSITOS RESTITUÍVEIS E VALORES VINCULADOS - RECURSOS ORDINÁRIOS	
	00 - Recursos Ordinários	5.217,15
	Total de Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados - Recursos Ordinários (I)	5.217,15
1.1.3.0.0.00.00, F	DEPÓSITOS RESTITUÍVEIS E VALORES VINCULADOS - RECURSOS VINCULADOS	
	Total de Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados - Recursos Vinculados (II)	
	TOTAL GERAL (I + II)	5.217,15



Município de MONTE CARLO

Saldo para o exercício seguinte - Investimentos e aplicações temporárias a curto prazo, segundo as Fontes de Recursos - Anexo 5.3 ao Balanço Financeiro.

Competência: 06/2019

Código	Especificação	Valor
1.1.4.0.0.00.00	INVESTIMENTOS E APLIC TEMPORARIAS CURTO PRAZO -	
F	RECURSOS ORDINÁRIOS	
	Total de Investimentos e Aplic. Temporários de Curto Prazo -	
	Recursos Ordinários (I)	
1.1.4.0.0.00.00	INVESTIMENTOS E APLIC TEMPORARIAS CURTO PRAZO -	
F	RECURSOS VINCULADOS	
	Total de Investimentos e Aplic. Temporários de Curto Prazo -	
	Recursos Vinculados (II)	
	TOTAL GERAL (I + II)	



Município de MONTE CARLO

Competência: 06/2019

ATIVO	Exercício Atual	Exercício Anterior
ATIVO CIRCULANTE		
Caixa e Equivalentes de Caixa	5.701.414,69	4.844.647,63
Créditos a Curto Prazo	1.871.082,26	525.339,80
Créditos Tributários a Receber	715.209,07	0,00
Clientes	0,00	0,00
Créditos de Transferências a Receber	259.721,71	259.721,71
Empréstimos e Financiamentos Concedidos	0,00	0,00
Dívida Ativa Tributária	893.994,19	125.864,13
Dívida Ativa Não Tributária	2.157,29	139.753,96
(-) Ajuste de Perdas de Créditos a Curto Prazo	0,00	0,00
Demais Créditos e Valores a Curto Prazo	207.207,62	207.207,62
Investimentos e Aplicações Temporárias a Curto Prazo	940,00	940,00
Títulos e valores mobiliários	940,00	940,00
Investimento do RPPS	0,00	0,00
Aplicação temporária em metais preciosos	0,00	-
Aplicações em segmentos de Imóveis	0,00	0,00
(-) Ajustes de Perdas e Investimentos de aplicações temporários	0,00	0,00
Estoques	699.921,06	366.223,82
Ativo Não Circulante Mantido Para Venda	0,00	0,00
Variação Patrimoniais Diminutivas Pagas Antecipadamente	7.696,54	81.722,33
Total do Ativo Circulante	8.488.262,17	6.026.081,20
ATIVO NÃO CIRCULANTE		
Ativo Realizável a Longo Prazo	2.577.194,07	2.317.472,36
Créditos a Longo Prazo	2.577.194,07	2.317.472,36
Créditos Tributários a Receber	0,00	0,00
Clientes	0,00	0,00
Empréstimos e Financiamentos Concedidos	0,00	0,00
Dívida Ativa Tributária	2.074.348,42	1.814.626,71

Município de MONTE CARLO

Competência: 06/2019

Dívida Ativa Não Tributária	543.477,73	543.477,73
Créditos previdenciários do RPPS	0,00	-
(-) Ajuste de Perdas de Créditos a Longo Prazo	-40.632,08	-40.632,08
Demais Créditos e Valores a Longo Prazo	0,00	0,00
Investimentos e Aplicações Temporárias a Longo Prazo	0,00	0,00
Estoques	0,00	0,00
VPD Pagas Antecipadamente	0,00	0,00
Investimentos	90.891,44	90.891,44
Participações Permanentes	90.891,44	90.891,44
Participações Avaliadas pelo Método de Equivalência Patrimonial	90.891,44	90.891,44
Participações Avaliadas pelo Método de Custo	0,00	0,00
(-) Redução ao Valor Recuperável de Participação Permanente	0,00	0,00
Propriedades para Investimento	0,00	0,00
(-) Depreciação acumulada de Investimentos	0,00	0,00
(-) Redução do Valor Recuperável de Propriedade para Investimento	0,00	0,00
Investimento do RPPS de Longo Prazo	0,00	0,00
(-) Redução ao Valor Recuperável de Investimento do RPPS	0,00	0,00
Demais Investimentos Permanentes	0,00	0,00
(-) Redução ao Valor Recuperável de Investimento - Demais	0,00	0,00
Imobilizado	30.699.016,44	29.328.195,62
Bens Móveis	12.336.483,94	11.823.273,74
(-) Depreciação, exaustão e amortizações acumuladas - Bens Móveis	-97.165,61	-24.029,68
(-) Redução ao valor recuperável do imobilizado - Bens Móveis	0,00	0,00
Bens Imóveis	18.459.698,11	17.528.951,56
(-) Depreciação, exaustão e amortizações acumuladas Imóveis	0,00	0,00
(-) Redução ao valor recuperável do imobilizado - Bens Imóveis	0,00	0,00
Intangível	0,00	0,00
Diferido	0,00	0,00
Total do Ativo Não Circulante	33.367.101,95	31.736.559,42

Município de MONTE CARLO

Competência: 06/2019

TOTAL DO ATIVO	41.855.364,12	37.762.640,62
PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		
	Exercício Atual	Exercício Anterior
PASSIVO CIRCULANTE		
Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais a Pagar a Curto Prazo	365.296,23	152.665,95
Empréstimos e Financiamentos a Curto Prazo	0,00	436.665,42
Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo	420.203,29	256.521,34
Obrigações Fiscais a Curto Prazo	0,00	0,00
Provisões a Curto Prazo	0,00	0,00
Demais Obrigações a Curto Prazo	417.491,35	401.891,82
Total do Passivo Circulante	1.202.990,87	1.247.744,53
PASSIVO NÃO CIRCULANTE		
Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais a Pagar a Longo Prazo	130.907,14	0,00
Empréstimos e Financiamentos a Longo Prazo	168.315,17	168.315,17
Fornecedores e Contas a Pagar a Longo Prazo	360.177,33	517.632,30
Obrigações Fiscais a Longo Prazo	0,00	0,00
Provisões a Longo Prazo	0,00	0,00
Provisões Matemáticas Previdenciárias	0,00	0,00
Demais Provisões a Longo Prazo	0,00	0,00
Demais Obrigações a Longo Prazo	0,00	0,00
Resultado Diferido	0,00	0,00
Total do Passivo Não Circulante	659.399,64	685.947,47
TOTAL DO PASSIVO	1.862.390,51	1.933.692,00
PATRIMÔNIO LÍQUIDO		
Patrimônio Social e Capital Social	26.717.437,61	26.717.437,61
Adiantamento para Futuro Aumento de Capital	0,00	0,00

Município de MONTE CARLO

Competência: 06/2019

Reservas de Capital	0,00	0,00
Ajustes de Avaliação Patrimonial	0,00	0,00
Reservas de Lucros	0,00	0,00
Demais Reservas	0,00	0,00
Resultados Acumulados	13.275.536,00	9.111.511,01
Resultado do Exercício	4.164.024,99	2.323.933,63
Resultado de Exercícios Anteriores	9.111.511,01	6.474.180,90
Ajustes de exercícios anteriores	0,00	313.396,48
outros Resultados	0,00	0,00
(-) Ações/Cotas em Tesouraria	0,00	0,00
Total do Patrimônio Líquido	39.992.973,61	35.828.948,62
TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	41.855.364,12	37.762.640,62



QUADRO DOS ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS E PERMANENTES

Município de MONTE CARLO

Competência: 06/2019

	Exercício Atual	Exercício Anterior
ATIVO (I)		
ATIVO FINANCEIRO	5.706.631,84	4.849.864,78
ATIVO PERMANENTE	36.148.732,28	32.912.775,84
Total do Ativo	41.855.364,12	37.762.640,62
PASSIVO (II)		
PASSIVO FINANCEIRO	691.942,67	604.230,34
PASSIVO PERMANENTE	1.364.538,60	1.754.277,60
Total do Passivo	2.056.481,27	2.358.507,94
SALDO PATRIMONIAL(III) = (I - II)	39.798.882,85	35.404.132,68





QUADRO DAS CONTAS DE COMPENSAÇÃO

Município de MONTE CARLO

Competência: 06/2019

ATOS POTENCIAIS ATIVOS	Exercício Atual	Exercicio Anterior
Garantias e Contragarantias Recebidas	0,00	0,00
Direitos Conveniados e Outros Instrumentos Congêneres	0,00	0,00
Direitos Contratuais	22.308,19	22.308,19
Outros Atos Potenciais Ativos	0,00	0,00
Total dos Atos Potenciais Ativos	22.308,19	22.308,19

ATOS POTENCIAIS PASSIVOS	Exercício Atual	Exercicio Anterior
Garantias e Contragarantias Concedidas	0,00	0,00
Obrigações Conveniadas e Outros Instrumentos Congêneres	0,00	0,00
Obrigações Contratuais	1.297.633,51	770.363,81
Outros Atos Potenciais Passivos	0,00	0,00
Total dos Atos Potenciais Passivos	1.297.633,51	770.363,81





BALANÇO PATRIMONIAL - ANEXO 14

DEMONSTRATIVO DO SUPERÁVIT/DÉFICIT FINANCEIRO

Município de MONTE CARLO

Competência: 06/2019

FONTES DE RECURSOS	Exercício Atual	Exercício Anterior
00 - Recursos Ordinários	408.816,59	411.101,38
02 - Receitas de Impostos e Transf de impostos: Saúde	15.649,88	26.242,46
07 - Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico - CIDE	1.969,76	9.381,91
08 - Contribuição para o Custeio dos Serviços de Iluminação Pública - COSIP	615.085,12	493.209,18
11 - Convênio de Trânsito - Civil	40.897,26	30.740,38
12 - Convênio de Trânsito - Prefeitura	26.383,19	65.409,84
18 - Transf. do FUNDEF/FUNDEB - (aplic. remuneração dos prof. do Magist. em efet exercício na Ed. Bá	339.501,43	67.174,95
32 - Transferências de Convênios – União/Educação	822,08	112.969,56
33 - Transferências de Convênios – União/Saúde	132.617,04	101.228,53
34 - Transferências de Convênios – União/Outros (não relacionados à educação/saúde/assistência socia	226.243,34	-91.397,93
35 - Transferências do Sistema Único de Assistência Social – SUAS/União	288.605,44	204.509,39
36 - Salário-Educação	1.213.490,50	1.490.552,41
37 - Outras Transferências do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – FNDE (não repassadas p	3.448,82	45.270,50
38 - Transferências do Sistema Único de Saúde – SUS/União	811.448,25	667.735,79
39 - Fundo Especial do Petróleo e Transferências Decorrentes de Compensação Financeira pela Exploraç	15.012,77	24.247,06
50 - Cessão onerosa - Lei nº 13.885/201	383.834,60	0,00
62 - Transferências de Convênios – Estado/Educação	10.752,65	55.498,07
63 - Transferências de Convênios – Estado/Saúde	4.724,21	4.724,21
64 - Transferências de Convênios – Estado/Outros (não relacionados à educação/saúde/assistência socia	161,63	63.540,97
65 - Transferências do Sistema Único de Assistência Social – SUAS/Estado	92.881,95	62.883,05
67 - Transferências do Sistema Único de Saúde – SUS/Estado	319.210,23	338.748,80
89 - Alienações de Bens destinados a Outros Programas	63.132,43	61.863,93
TOTAL	5.014.689,17	4.245.634,44



DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS - ANEXO 15

Município de MONTE CARLO

Competência: 06/2019

	Exercício Atual	Exercício Anterior
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS		
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	4.485.527,96	2.754.267,74
Impostos	2.840.527,83	1.979.774,70
Taxas	1.645.000,13	388.087,80
Contribuição de Melhoria	0,00	386.405,24
Contribuições	746.776,02	0,00
Contribuições Sociais	0,00	0,00
Contribuições de Intervenção no Domínio Econômico	1.530,76	0,00
Contribuição de Iluminação Pública	745.245,26	0,00
Contribuições de Interesse das Categorias Profissionais	0,00	0,00
Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos	913.132,97	148,52
Venda de Mercadorias	0,00	0,00
Venda de Produtos	0,00	0,00
Exploração de Bens e Direitos e Prestação de Serviços	913.132,97	148,52
Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras	117.509,45	421.229,77
Juros e Encargos de Empréstimos e Financiamentos Concedidos	0,00	0,00
Juros e Encargos de Mora	2.539,06	294.635,72
Variações Monetárias e Cambiais	0,00	0,00
Descontos Financeiros Obtidos	0,00	0,00
Remuneração de Depósitos Bancários e Aplicações Financeiras	114.970,39	126.594,05
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas - Financeiras	0,00	0,00
Transferências e Delegações Recebidas	32.701.408,74	30.328.797,15
Transferências Intragovernamentais	4.958.434,39	4.895.203,38
Transferências Intergovernamentais	27.737.264,26	25.433.593,77
Transferências das Instituições Privadas	0,00	0,00
Transferências das Instituições Multigovernamentais	0,00	0,00
Transferências de Consórcios Públicos	0,00	0,00
Transferências do Exterior	0,00	0,00
Execução orçamentária delegada de Entes	5.710,09	0,00
Transferências de Pessoas Físicas	0,00	0,00
Outras Transferências Delegadas Recebidas	0,00	0,00
Valorização e Ganhos com Ativos e Desincorporação de Passivos	0,00	0,00

DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS - ANEXO 15

Município de MONTE CARLO

Competência: 06/2019

Reavaliação de Ativos	0,00	0,00
Ganhos com Alienação	0,00	0,00
Ganhos com Incorporação de Ativos	0,00	0,00
Ganhos Desincorporação de Passivos	0,00	0,00
Cancelamento de Restos a Pagar	0,00	0,00
Reversão da Redução do Valor Recuperável	0,00	0,00

Outras Variações Patrimoniais Aumentativas	2.081.256,87	2.805.449,30
Variação Patrimonial Aumentativa a Classificar	0,00	0,00
Resultado Positivo de Participações	0,00	0,00
Reversão de Provisões e Ajustes de Perdas	6.771,87	1.063,94
Diversas Variações Patrimoniais Aumentativas	2.074.485,00	2.804.385,36

Total das Variações Patrimoniais Aumentativas (I)	41.045.612,01	36.309.892,48
--	----------------------	----------------------

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS

Pessoal e Encargos	16.839.691,31	15.548.537,44
Remuneração a Pessoal	16.700.929,11	13.286.596,90
Encargos Patronais	138.762,20	2.261.940,54
Benefícios a Pessoal	0,00	0,00
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas - Pessoal e Encargos	0,00	0,00

Benefícios Previdenciários e Assistenciais	61.597,27	83.887,80
Aposentadorias e Reformas	1.995,99	36.587,03
Pensões	0,00	0,00
Benefícios de Prestação Continuada	0,00	0,00
Benefícios Eventuais	0,00	0,00
Políticas Públicas de Transferência de Renda	0,00	0,00
Outros Benefícios Previdenciários e Assistenciais	59.601,28	47.300,77

Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo	11.015.452,17	9.614.765,54
Uso de Material de Consumo	3.997.001,27	3.565.231,88
Serviços	6.945.314,97	6.040.886,85
Depreciação, Amortização e Exaustão	73.135,93	8.646,81

Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras	348.892,03	282.903,50
Juros e Encargos de Empréstimos e Financiamentos Obtidos	337.198,64	179.854,71

DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS - ANEXO 15

Município de MONTE CARLO

Competência: 06/2019

Juros e Encargos de Mora	0,00	13.863,58
Variações Monetárias e Cambiais	9.437,91	83.867,61
Descontos Financeiros Concedidos	0,00	0,00
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas - Financeiras	2.255,48	5.317,60
Transferências e Delegações Concedidas	8.194.571,48	8.069.540,40
Transferências Intragovernamentais	4.958.434,39	4.895.203,38
Transferências Intergovernamentais	2.808.216,25	2.630.167,18
Transferências às Instituições Privadas	51.611,52	0,00
Transferências às Instituições Multigovernamentais	0,00	0,00
Transferências aos Consórcios Públicos	325.144,32	461.188,32
Transferências ao Exterior	0,00	0,00
Execução Orçamentária Delegada a Entes	366,00	29.061,66
Outras Transferências e Delegações Concedidas	50.799,00	53.919,86
Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação de Passivos	0,00	0,00
Reavaliação, redução a Valor Recuperável e Ajuste para Perdas	0,00	0,00
Perdas com Alienação	0,00	0,00
Perdas Involuntárias	0,00	0,00
Incorporação de Passivos	0,00	0,00
Desincorporação de Ativos	0,00	0,00
Tributárias	420.310,02	366.116,66
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	90.545,35	50.905,66
Contribuições	329.764,67	315.211,00
Custo das Mercadorias Vendidas, dos Produtos Vendidos e dos Serviços Prestados	0,00	0,00
Custo de Mercadorias Vendidas	0,00	0,00
Custo de Produtos Vendidos	0,00	0,00
Custo de Serviços Prestados	0,00	0,00
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas	1.072,74	20.207,51
Premiações	0,00	0,00
Resultado Negativo de Participações	0,00	0,00
Incentivos	0,00	0,00
Subvenções Econômicas	0,00	0,00
Participações e Contribuições	0,00	0,00

DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS - ANEXO 15

Município de MONTE CARLO

Competência: 06/2019

Constituição de Provisões	0,00	0,00
Diversas Variações Patrimoniais Diminutivas	1.072,74	20.207,51
Total das Variações Patrimoniais Diminutivas (II)	36.881.587,02	33.985.958,85
RESULTADO PATRIMONIAL DO PERÍODO (I - II)	4.164.024,99	2.323.933,63

Município de MONTE CARLO

Competência: 06/2019

	Exercício Atual
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	
Ingressos	39.241.809,99
Receita Tributária	2.974.227,20
Receita de Contribuições	515.245,26
Receita Patrimonial	0,00
Receita Agropecuária	0,00
Receita Industrial	0,00
Receita de Serviços	1.057.218,71
Remuneração das Disponibilidades	114.970,39
Outras Receitas Derivadas e Originárias	56.303,90
<i>Transferências recebidas</i>	26.252.995,59
Outros ingressos operacionais	8.270.848,94
Desembolsos	36.930.526,06
Pessoal e demais despesas	27.849.211,23
Juros e encargos da dívida	299.934,03
Transferências concedidas	510.479,43
Outros desembolsos operacionais	8.270.901,37
Fluxo de caixa líquido das atividades operacionais (I)	2.311.283,93
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS	
Ingressos	0,00
<i>Alienações de bens</i>	0,00
Amortização de empréstimos e financiamentos concedidos	0,00
Outros ingressos de Investimentos	
Desembolsos	1.495.242,56
Aquisição de ativo não circulante	1.240.955,99
Concessão de empréstimos e financiamentos	0,00
Outros desembolsos de investimentos	254.286,57
Fluxo de caixa líquido das atividades de investimentos (II)	-1.495.242,56
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	
Ingressos	695.265,66
<i>Operações de Crédito</i>	0,00

Integralização do capital social de empresas dependentes

0,00

Outros ingressos de financiamentos	695.265,66
Desembolsos	654.539,97
Amortização/Refinanciamento da Dívida	428.927,92
Outros desembolsos de financiamentos	225.612,05
Fluxo de caixa líquido das atividades de financiamento (III)	40.725,69
GERAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA (I + II + III)	856.767,06
Caixa e Equivalentes de caixa inicial (*)	4.844.647,63
Caixa e Equivalentes de caixa final (**)	5.701.414,69

(*) Incluído os valores referentes aos Investimentos temporários a curto prazo inicial, atributo F

(**) Incluído os valores referentes aos Investimentos temporários a curto prazo final, atributo F





**QUADRO DE TRANSFERÊNCIAS RECEBIDAS E CONCEDIDAS****Município de MONTE CARLO****Competência: 06/2019**

	Exercício Atual
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES RECEBIDAS	
Intergovernamentais	17.416.328,95
da União	11.647.825,34
de Estados e Distrito Federal	5.768.503,61
de Municípios	0,00
Intragovernamentais	0,00
Outras transferências correntes recebidas	8.836.666,64
Total das Transferências Correntes Recebidas	26.252.995,59
TRANSFERÊNCIAS CONCEDIDAS	
Intergovernamentais	0,00
a União	0,00
a Estados e Distrito Federal	0,00
a Municípios	0,00
Intragovernamentais	0,00
Outras transferências concedidas	510.479,43
Total das Transferências Concedidas	510.479,43



**QUADRO DE DESEMBOLSOS DE PESSOAL E DEMAIS
DESPESAS POR FUNÇÃO****Município de MONTE CARLO****Competência: 06/2019**

	Exercício Atual
Legislativa	1.057.462,42
Judiciária	0,00
Essencial à Justiça	0,00
Administração	2.637.627,57
Defesa Nacional	0,00
Segurança Pública	254.138,92
Relações Exteriores	0,00
Assistência Social	1.028.019,04
Previdência Social	0,00
Saúde	7.306.334,07
Trabalho	0,00
Educação	11.353.799,44
Cultura	29.375,78
Direitos da Cidadania	0,00
Urbanismo	3.396.689,14
Habitação	0,00
Saneamento	220.490,64
Gestão Ambiental	0,00
Ciência e Tecnologia	0,00
Agricultura	187.701,54
Organização Agrária	0,00
Indústria	0,00
Comércio e Serviços	0,00
Comunicações	0,00
Energia	0,00
Transporte	0,00
Desporto e Lazer	52.308,00
Encargos Especiais	325.264,67
Outras Despesas não identificadas	0,00
Total dos Desembolsos de Pessoal e Demais Despesas por Função	27.849.211,23





QUADRO DE JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA

Município de MONTE CARLO

Competência: 06/2019

	Exercício Atual
Juros e Correção Monetária da Dívida Interna	299.934,03
Juros e Correção Monetária da Dívida Externa	0,00
Outros Encargos da Dívida	0,00
Despesas com Juros, Correção Monetária e Outros encargos da dívida, não classificados na Função 28	0,00
Total dos Juros e Encargos da Dívida	299.934,03





DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Município de MONTE CARLO

Competência: 06/2019

ESPECIFICAÇÃO	Patrimônio Social e Capital Social	Adiantamento para Futuro Aumento de Capital (AFAC)	Reserva de Capital	Ajuste de Avaliação Patrimonial	Reservas de Lucros	Demais Reservas	Resultados Acumulados	Ações/Cotas em Tesouraria	TOTAL
Saldos iniciais	26.717.437,61	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	9.111.511,01	0,00	35.828.948,62
Ajustes de exercícios anteriores							0,00		0,00
Aumento de capital	0,00	0,00							0,00
Resgate/Reemissão de Ações e Cotas								0,00	0,00
Juros sobre capital próprio									
Resultado do exercício							4.164.024,99		4.164.024,99
Ajustes de avaliação patrimonial				0,00					0,00
Constituição/Reversão de reservas			0,00		0,00	0,00			0,00
Outros							0,00		0,00
Dividendos a distribuir (R\$... por ação)									
Saldos finais	26.717.437,61	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	13.275.536,00	0,00	39.992.973,61

MUNICÍPIO DE MONTE CARLO BALANÇO CONSOLIDADO

NOTAS EXPLICATIVAS AO BALANÇO CONSOLIDADO DO MUNICÍPIO DE MONTE CARLO

1 - EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019

O Balanço Geral do Município de Monte Carlo constitui-se na prestação de contas das ações realizadas, com o objetivo de cumprir os dispositivos legais contidos na Constituição Federal, Lei Complementar 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal), Lei Orgânica do município de Monte Carlo, instruções normativas do Tesouro Nacional e do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina.

Os resultados do exercício estão demonstrados nos balanços orçamentários, financeiros, patrimoniais e na demonstração das variações patrimoniais, exigidas pela Lei n.º 4.320/64.

As demonstrações contábeis que compõem o Balanço Geral foram elaboradas de acordo com as disposições da lei n.º 4320, de 17/03/1964; com as NBCASP – Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicada ao Setor Público aprovados, do Conselho Federal de Contabilidade; com o MCASP – Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público da Secretaria do Tesouro Nacional. O balanço orçamentário contempla toda a contabilidade orçamentária do Município. Os balanços financeiros e patrimoniais, e ainda as demonstrações das variações patrimoniais contemplam a administração direta, indireta e fundacional.

Outras demonstrações contábeis julgadas relevantes foram inseridas no presente volume de balanço, a fim de evidenciar com transparência as atividades do setor público municipal e atender maior número de usuários das informações governamentais.

Tais demonstrações refletem a utilização dos recursos consignados nos orçamentos fiscais e da seguridade social, a favor das secretarias municipais, dos fundos municipais.

2- SISTEMA ADMINISTRATIVO PÚBLICO ORÇAMENTÁRIO

O Município dispõe e utiliza um sistema informatizado de gestão orçamentário, financeira e patrimonial denominado SAPO – Sistema Administrativo Público Orçamentário, integrado a outros sistemas informatizados de gestão de recursos humanos, gestão de materiais e gestão tributária, e ainda com apropriação de informações da gestão de patrimônio.

3- DIRETRIZES CONTÁBEIS

Para contabilização da execução dos Orçamentos Fiscais e da Seguridade Social foram utilizados os regimes de caixa para a execução das receitas e de competência para as despesas, em conformidade com o art. 35 da lei nº 4.320/64 e de forma integrada com a NBCASP. Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicada ao Setor Público e os princípios contábeis estabelecidos pelo Conselho Federal de Contabilidade.

4- CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO DO ATIVO

Os valores dos Bens Móveis e Imóveis foram registrados pelos valores nominais atribuídos por ocasião de suas respectivas aquisições, conforme preceitua o artigo 106, II, da lei nº 4.320/64.

5- CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO DE PASSIVOS

Ao final do exercício de 2019 o Poder Executivo Municipal atualizou passivos a valores presentes, merecendo destaque aos valores contabilizados sob o título de precatórios os quais foram atualizados em compatibilidade aos saldos disponíveis no Tribunal de Justiça do Estado de Santa Catarina.

6- CONTABILIZAÇÃO DA RECEITA

O Município de Monte Carlo/SC registra as receitas nas contas contábeis conforme dispõe a Secretaria do Tesouro Nacional e ainda de acordo com a tabela de fonte de recursos do TCE/SC, pelos valores de ingresso bruto bem como suas eventuais retenções.

As transferências constitucionais da União e do Estado bem como as transferências de transferências voluntárias são efetivadas em contas bancárias específicas abertas pelo ente repassador.

Ainda, a contabilização da receita em conformidade para com as normativas vigentes é utilizada como parâmetros de premissas para a elaboração das estimativas das receitas que compõem as respectivas peças orçamentárias (Plano Plurianual, Lei de Diretrizes Orçamentárias e Lei Orçamentária Anual.)

7 - BALANÇO ORÇAMENTÁRIO

O Balanço Orçamentário - Anexo 12 das Demonstrações Contábeis Anuais, demonstrará as receitas detalhadas por categoria econômica e origem, especificando a previsão inicial, a previsão atualizada para o exercício, a receita realizada e o saldo, que corresponde ao excesso ou insuficiência de arrecadação.

Demonstrará, também, as despesas por categoria econômica e grupo de natureza da despesa, discriminando a dotação inicial, a dotação atualizada para o exercício, as despesas empenhadas, as despesas liquidadas, as despesas pagas e o saldo da dotação

Então, o Balanço Orçamentário demonstrará as receitas e despesas previstas em confronto com as realizadas caracterizando-se no resultado orçamentário do exercício financeiro em questão.

Para a contabilização sob o enfoque orçamentário foram utilizados os regimes de caixa para a execução das receitas e de competência para as despesas, em conformidade com o art. 35 da lei nº 4.320/64 e de forma integrada com a NBCASP.

O período a que se refere o respectivo balanço é o exercício financeiro de 2019 e demonstra de maneira consolidada todas as entidades do Município a saber: Prefeitura Municipal de Monte Carlo, Fundo Municipal de Saúde de Monte Carlo, Fundo de Reequip. Do Corpo de Bombeiros de Monte Carlo e Câmara Municipal de Vereadores e não houve atualização monetária nos valores que compõem a respectiva demonstração contábil.

A abertura de crédito adicionais oriundos do superávit financeiro do exercício anterior ao respectivo orçamento de 2019 foi da ordem de R\$ 2.535.844,15 (dois milhões, quinhentos e trinta e cinco mil e oitocentos e quarenta e quatro reais e quinze centavos), representando 8,56% do valor fixado inicial na ordem de 29.610.000,00 (vinte e nove milhões e seiscentos e dez mil reais).

Ao final do exercício financeiro de 2019 as despesas não pagas foram inscritas em restos a pagar, classificadas em restos a pagar processados e não processados.

Os valores constantes do passivo financeiro referem-se as despesas com fornecedores e pessoal relativas ao exercício de 2019 e anteriores, ainda não quitadas.

Por fim, o confronto de todas as receitas arrecadadas bem como de todas as despesas empenhadas no exercício financeiro em questão importa no resultado de R\$ 688.765,20 (seiscentos e oitenta e oito mil e setecentos e sessenta e cinco reais e vinte centavos) de superávit, representando 2,32% do orçamento inicial.

8- BALANÇO FINANCEIRO

O Balanço Financeiro do Consolidado - Anexo 13 das Demonstrações Contábeis Anuais contempla as entidades da administração municipal e demonstrará a receita e a despesa orçamentárias bem como os recebimentos e os pagamentos de natureza extraorçamentária, conjugados com os saldos em espécie provenientes do exercício anterior, e os que se transferem para o exercício seguinte.

Os Restos a Pagar do exercício serão computados na receita extraorçamentária para compensar sua inclusão na despesa orçamentária.

O saldo final do exercício financeiro de 2019 a ser transportado para o ano de 2020 é da ordem de R\$ 5.701.414,69 (cinco milhões, setecentos e um mil e quatrocentos reais e sessenta e nove reais e sessenta e nove centavos).

9- BALANÇO PATRIMONIAL

O Balanço Patrimonial - Anexo 14 das Demonstrações Contábeis Anuais expressam qualitativa e quantitativamente o Patrimônio do Município, demonstrando a situação de Bens, Direitos e Obrigações em 31/12/2018, considerada a origem e aplicação dos recursos à disposição.

Os bens patrimoniais do Município são registrados pelo valor original da aquisição. Para o exercício de 2020 será solicitado aos gestores a integração do software de controle de patrimônio para com o sistema de contabilidade de modo a permitir os respectivos registros contábeis de depreciação e demais eventos ocorridos.

A contabilização dos valores registrados em contas patrimoniais que se referem a “almoxarifado” tiveram por base planilhas elaboradas pelos respectivos setores competentes.

Os valores das operações financeiras e patrimoniais, na forma do art. 86 da Lei 4320/64 são registrados pelo método das partidas dobradas de maneira sintética, cabendo aos setores competentes bem como aos meios de controles internos a integridade pelos dados analíticos.

10 - DÍVIDA PÚBLICA

A Dívida pública de Monte Carlo/SC é composta pela Dívida Fundada Interna e Dívida Flutuante.

A primeira tinha como saldo inicial o valor de R\$ 1.201.684,89 (um milhão e duzentos e um mil e seiscentos e oitenta e quatro reais e oitenta e nove centavos) e como saldo final o montante de R\$ 733.690,02 (setecentos e trinta e três mil e novecentos reais e dois centavos) representando em uma redução de 61,06%.

A segunda, tinha o montante inicial de R\$ 604.230,34 (seiscentos e quatro mil e duzentos e trinta reais e trinta e quatro centavos e como saldo final, R\$ 691.942,67 (seiscentos e noventa e um mil e novecentos e quarenta e dois mil e sessenta e sete reais, representando uma variação a maior de 14,52%.

11 - CONCLUSÃO

O presente relatório e o balanço buscaram reunir informações relevantes no contexto da gestão das finanças, evidenciando de forma analítica a situação patrimonial do Município de Monte Carlo, destacando dados da composição das Despesas e Transferências Financeiras, e as respectivas consolidações dessas informações no âmbito do Município, a fim de tornar mais transparente as informações contidas nos balanços e demonstrativos apresentado. Assim, os anexos do balanço demonstram, de forma adequada, a situação orçamentária, financeira e patrimonial do Município de Monte Carlo em 31 de dezembro de 2019.

Monte Carlo/SC, 31 de dezembro de 2019

Marcio Antônio Padilha Contador

CRC-SC 019.609/0-0



**ANEXO II****RELATÓRIO DO ÓRGÃO CENTRAL DO SISTEMA DE CONTROLE INTERNO DO PODER EXECUTIVO DO MUNICÍPIO DE MONTE CARLO-SC**

Conforme prevê a instrução normativa nº TC-0020/2015, art. 7º, II, da Egrégia Corte de Contas do Estado de SC, encaminha-se o Relatório sobre as contas de governo relativamente ao exercício de 2019.

I - Informações e análise sobre matéria econômica, financeira, administrativa e social***a) Análise da situação Econômica e financeira do Município***

Principais indicadores financeiros e econômicos:

1)	Liquidez Financeira	<u>Ativo Financeiro (excluir RPPS)</u> Passivo Financeiro	8,25
2)	Liquidez Corrente	<u>AC- Estoque - Desp. Antec.</u> PC	6,46
3)	% despesa corrente s/ receita corrente	Receitas Correntes (Excluídos convênios, intra, contribuições RPPS)	0,98
4)	Evolução do PL	<u>PL Final</u> <u>PL Inicial</u>	1,12



b) Análise sobre a situação administrativa

Política de RH:

O Controle de frequência dos servidores é parcialmente biométrico, em alguns setores como a Administração, Secretaria de Educação (somente o setor administrativo, não nas escolas) e parte dos PSFs. É feita de forma manual pelos demais (parte dos cargos comissionados, parte dos cargos efetivos, parte dos agentes políticos). Atualmente, apenas 95 dos 325 servidores submetidos ao controle de frequência o fazem de forma biométrica, os demais (230 servidores) fazem relatórios manuais, dificultando sobremaneira a conferência pelo Departamento de Recursos Humanos e facilitando a ocorrência de erros, falhas, fraudes e adulterações.

É dispensada de realização de controle de frequência aos Procuradores Municipais, alguns agentes políticos (secretários municipais), boa parte dos cargos de confiança e alguns efetivos, bem como dos estagiários, apesar da recomendação (23/2018) emitida pelo Controle Interno indicando que todos estão sujeitos ao controle de frequência e recomendando a correção das falhas e igualdade de deveres.

Não existe no município uma política de treinamentos. A decisão de realização ou não de cursos é unilateral dos gestores, justamente por não existir uma política que organize a área de treinamentos e qualificação dos servidores.

As avaliações de desempenho estão previstas na legislação municipal, para fins de estágio probatório e avaliação de desempenho, mas não foram realizadas neste mandato (2017, 2018 e 2019), também não há uma política de capacitação a membros de comissão de avaliação de desempenho.

Não foram realizadas reformas no plano de carreira, nem reformas administrativas, durante o exercício de 2019. Houveram diversas contratações irregulares, mesmo com parecer do Controle Interno atestando a irregularidade, especialmente a



utilização indiscriminada da forma emergencial de contratações (recomendação Controle Interno 18/2018, 008/2019 e 011/2019)

Apenas um processo seletivo foi realizado em 2019 e homologado em novembro de 2019 pelo Decreto 94/2019, disponibilizado vagas para agente de saúde, assistente de creche, assistente social, auxiliar de odontologia, enfermeiro, médico, odontólogo, professor de inglês, operador de escavadeira hidráulica, profissional de educação física e técnico de segurança do trabalho. No exercício de 2019 não foi realizado concurso público.

Todas as contratações realizadas em 2019 obtiveram parecer da Controladoria Municipal. No entanto, as contratações de servidores ocorrem de forma indiscriminada, mesmo com o Parecer do Controle Interno sobre a ilegalidade as contratações foram mantidas, o município durante todo o exercício de 2019 esteve acima do limite prudencial de gastos com pessoal e em alguns meses ultrapassou o limite máximo, porém, nenhuma ação para a redução dos índices foi implantada, as contratações ocorrem em qualquer época do mês, sem planejamento, sem processo de seleção, ocorre com frequência a rotatividade de servidores, alteração de cargos e contratações emergenciais, mesmo com parecer do Controle Interno pela irregularidade as contratações são mantidas pela Administração.

Condições de trabalho:

A Infraestrutura de mobiliário é razoável, não é totalmente padronizada, mas atende as necessidades básicas da maioria.

As instalações do paço municipal permanecem em péssimo estado, chove em algumas salas, nas escadas, o gesso do teto em grande parte das salas está furado e mofado, persianas sujas e com problemas por falta de manutenção, lajotas quebradas, faltaram materiais básicos como sabonete e papel toalha nos sanitários rotineiramente.

A sede da prefeitura não dispõe de acessibilidade, o elevador não funciona a alguns anos, pessoas com deficiência e dificuldade de locomoção não



conseguem acessar o segundo piso da sede da Prefeitura, pois o único acesso atualmente é pelas escadas.

A infraestrutura de tecnologia não atende as necessidades básicas da maioria, rotineiramente a internet não suporta o acesso aos dos sistemas de governo, dificultando o envio das informações, especialmente do e-Sfinge. Também existem bastante problemas com impressoras, tanto as próprias quanto as alugadas, a qualidade é ruim, máquinas antigas, impressões de baixa qualidade, falta de nobreaks, computadores antigos, o sistema de controle de frequência também apresenta bastante falhas na leitura de biometria.

O município de Monte Carlo está vinculado ao regime geral de previdência social – INSS – Dispõe de LTCAT – Laudo Técnico de Condições Ambientais de Trabalho – PPRA – Programa de Prevenção de Riscos Ambientais e PCMSO, ambos foram elaborado em Julho de 2018, realizados pela empresa ISO- Instituto de Saúde Ocupacional, localizada no município de Campos Novos. Os Laudos perdem sua validade com um ano, ou seja, o PPRA, PCMSO e LTCAT perderam sua validade em julho de 2019 e não foram renovados, apesar das constantes notificações do Departamento de Pessoal a Sra. Prefeita. Não houve no exercício de 2019 contratação de empresa para prestação dos serviços de segurança do trabalho.

Não há no município de Monte Carlo organização de processos internos, nenhuma ação de endomarketing, nem uso de intranet ou jornais internos, um setor não conhece as ações realizadas pelo outro, não há troca de experiências, sequer troca de informações sobre o andamento dos trabalhos de cada departamento ou secretaria.

Inexiste uma política de treinamentos internos, não há levantamento de fluxogramas, não há políticas de treinamento e valorização do servidor municipal.

Governança em tecnologia da informação:

Os sistemas de informações disponíveis para uso dos servidores em suas atividades atendem parcialmente os requisitos necessários para realização de seu trabalho, a

4

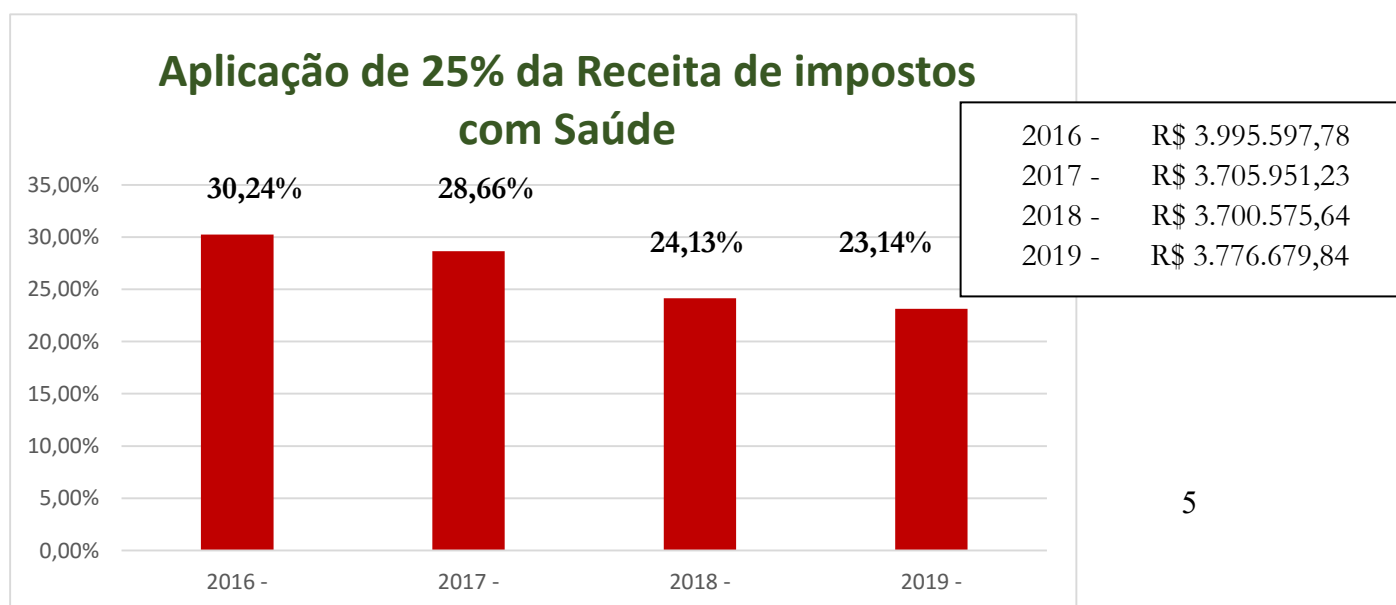


estrutura de informática (hardwares, computadores, servidores, impressoras e periféricos em geral) atendem de forma razoável a demanda de usuários, as máquinas são bastante antigas, faltam computadores nos setores. No que diz respeito à segurança da informação existe uma empresa contratada pelo município (Nacional Informática) realiza os serviços necessários para manutenção da segurança das informações e backups.

c) Análise da atuação da gestão em relação aos aspectos sociais

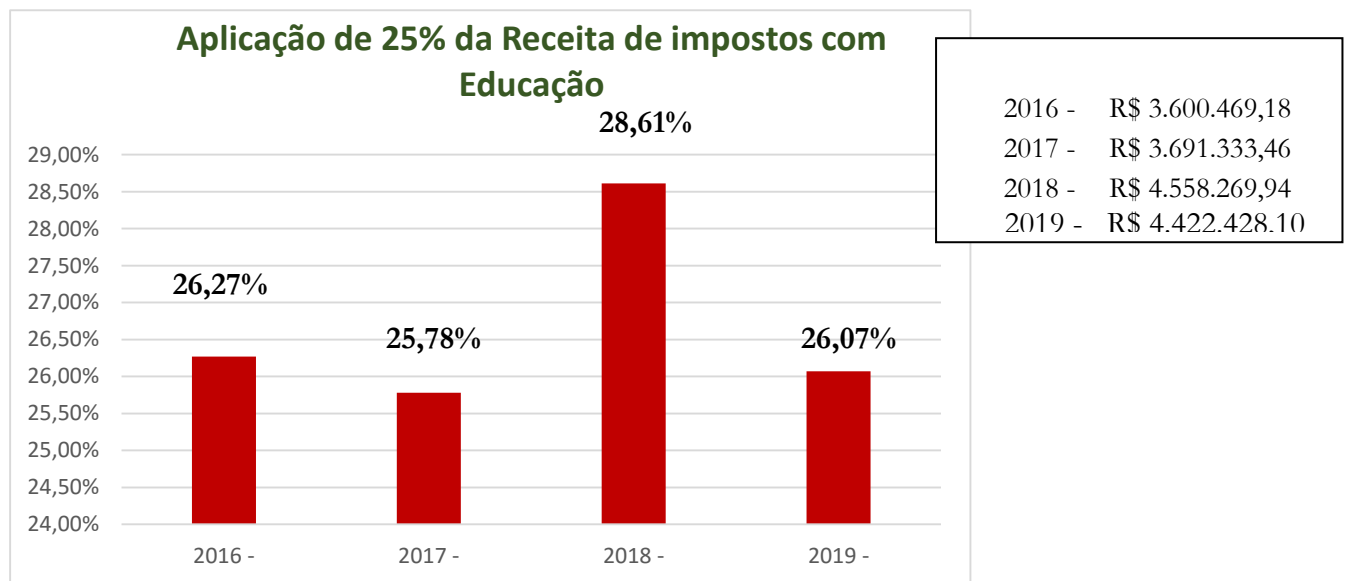
Monte Carlo é um município com renda familiar muito baixa, IDH de 0,643, por este motivo a população depende quase que exclusivamente dos serviços públicos de saúde e educação.

O município aplicou no exercício de 2019, **23,14%** da receita resultante de impostos e transferências em serviços públicos de saúde. Convênios de saúde representaram para o município um montante de R\$ 190.322,55 (cento e noventa mil, trezentos e vinte e dois reais e cinquenta e cinco centavos). Foram investidos R\$ 3.776.679,84 (três milhões, setecentos e setenta e seis mil, seiscentos e setenta e nove reais e oitenta e quatro centavos) são recursos oriundos da União, dos quais se inclui, PAB Fixo, ACS, Farmácia Básica, PSF, Saúde Bucal, Vigilância Epidemiológica e Ambiental em Saúde, Vigilância Sanitária, MAC, NASF e os oriundos do Governo do Estado, dos quais se inclui Farmácia Básica do Estado, Procis, Estratégia Saúde da Família e NASF. Em termos comparativos, temos o seguinte quadro de aplicações de recursos em saúde:



Foram aplicados no exercício de 2019, 26,07 % da receita resultante de impostos e transferências em manutenção e desenvolvimento do ensino, um valor apurado de R\$ 4.422.428,10 (quatro milhões, quatrocentos e vinte e dois mil, quatrocentos e vinte e oito reais dez centavos).

Relativamente a aplicação de recursos em manutenção e desenvolvimento do ensino apresentamos os seguintes números:



O município aplicou no exercício de 2019 R\$ 859.785,09 (oitocentos e cinquenta e nove mil, setecentos e oitenta e cinco reais e nove centavos) em despesas voltadas à Assistência Social, entre as ações estão à manutenção dos programas, estudos socioeconômicos para concessão de auxílios financeiros e auxílios funeral. A aplicação de recursos em ações voltadas à Assistência social no ano de 2018 foi de R\$ 791.877,79, ou seja, em 2019 a aplicação foi 14,3% a maior que no exercício de 2018.





As demais secretarias não tiveram ações desempenhadas em relação a aspectos sociais.

VI - Demonstrativo dos restos a pagar, liquidados e não liquidados, existentes ao final do exercício, bem como sobre as despesas de exercícios anteriores registradas no Balanço Geral:

RESTOS A PAGAR					
Restos a Pagar	Saldo do ano Anterior	Cancelamentos	Pagamentos	Inscrição no Exercício	Saldo para o Exercício seguinte
RESTOS A PAGAR					
Restos a Pagar Processados					
Restos a Pagar Não Processados	363.978,73	80.289,53	314.563,22	164.127,57	29.963,19
Restos a Pagar Processados	179.361,97	0,00	177.026,12	495.516,06	2.335,85
				659.643,63	32.299,04
				Total	691.942,67



DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES				
Empenhos realizados a conta de Despesas de Exercícios Anteriores no exercício				
Data	Nº do Empenho	Fornecedor	Motivo	Valor
26/04/19	1660	Marli Rosseto Galafassi Me	Reconhecimento de despesa do exercício anterior	16.000,00
17/05/19	2011	Adelir Valduga e Cia Ltda	Reconhecimento de despesa do exercício anterior	57,91
17/05/19	2013	Adelir Valduga e Cia Ltda	Reconhecimento de despesa do exercício anterior	112,86
17/05/19	2014	Adelir Valduga e Cia Ltda	Reconhecimento de despesa do exercício anterior	1.777,27
17/05/19	2015	Adelir Valduga e Cia Ltda	Reconhecimento de despesa do exercício anterior	122,89
19/07/19	2956	Infotriz Comercial Ltda	Reconhecimento de despesa do exercício anterior	273,22
23/07/19	3005	Jeferson Scolaro	Reconhecimento de despesa do exercício anterior	3.992,00
22/10/19	4390	Doel Comércio de Materiais	Reconhecimento de despesa do exercício anterior	808,00
22/10/19	4391	Doel Comércio de Materiais	Reconhecimento de despesa do exercício anterior	525,20
22/10/19	4392	Doel Comércio de Materiais	Reconhecimento de despesa do exercício anterior	28,00
22/10/19	4393	Dresh Comunicação e Design	Reconhecimento de despesa do exercício anterior	1.190,00
22/10/19	4394	Auto Vidros Lombada Ltda ME	Reconhecimento de despesa do exercício anterior	120,00
Total				18.569,01

VII - Demonstrativo dos valores mensais repassados no exercício ao Tribunal de Justiça para pagamento de precatórios:

Mês	Regime Especial	Total
Janeiro	0,00	0,00
Fevereiro	17.366,84	17.366,84
Março	17.603,56	34.970,40
Abril	17.618,98	52.589,38
Maio	17.655,18	70.244,56
Junho	17.859,08	88.103,64
Julho	17.775,69	105.879,33



Agosto	18.036,23	123.915,56
Setembro	17.956,89	141.872,45
Outubro	18.599,85	160.472,30
Novembro	18.670,14	179.142,44
Dezembro	38.190,70	217.333,14
Total	217.333,14	217.333,14

VIII - Em relação ao desempenho da arrecadação:

a) Demonstrativo da Dívida Ativa do Município	
Saldo do ano anterior	9.022.211,63
Dívida Ativa referente exercício 2018	584.440,95
Atualizações	184.134,28
Recebimentos	137.471,74
Cancelamentos (relação custo benefício da cobrança)	0,00
Renúncia Fiscal	0,00
Saldo em 31-12-19	9.653.315,12

b) Das ações de recuperação de créditos na instância judicial, com quantitativo e valor:	
Quantidade de ações ajuizadas	0,00
Valor ajuizado até o final do exercício	0,00

De acordo com a Procuradoria Municipal, não foram ajuizadas no exercício de 2019 ações de recuperação de créditos na instância judicial.

d) da evolução do montante dos créditos tributários passíveis de cobrança administrativa e indicação das medidas adotadas para a recuperação de créditos nesta instância:	
Saldo da Dívida Ativa	9.022.211,63
Janeiro	9.069.809,87
Fevereiro	9.115.007,15
Março	9.161.498,04



Abril	9.209.143,49
Mai	9.255.458,10
Junho	9.301.993,86
Julho	9.348.244,25
Agosto	9.413.402,99
Setembro	9.466.597,23
Outubro	9.512.654,07
Novembro	9.561.249,70
Dezembro	9.653.315,12

OBS: A dívida ativa não tributária corresponde a R\$ 6.542.061,46 (seis milhões, quinhentos e quarenta e dois mil, sessenta e um reais e quarenta e seis centavos).

d) Das medidas adotadas para incremento das receitas tributárias e de contribuições:

Não foi realizado no exercício de 2019 nenhuma medida de incremento de receita tributária e de contribuições.

e) Das providências adotadas no combate à evasão e à sonegação de tributos;

Não houve no âmbito municipal no exercício de 2018 a adoção de medidas de combate à evasão e à sonegação de tributos.

f) Do montante das renúncias de receitas concedidas no exercício, por espécie prevista no Art. 14 § 1º, da Lei de Responsabilidade Fiscal:

Lei que concedeu a renúncia de receita no exercício	Espécie	Público alvo	Valor concedido de renúncia
Total			0,00

g) Não houveram créditos baixados em razão de prescrição no exercício de 2019;



IX - Demonstrativos dos indicadores fiscais da Lei Complementar nº 101/2000, relativos a despesas com pessoal, operações de crédito e endividamento e do cumprimento das metas fiscais, indicando as razões do não alcance das metas fiscais ou da extrapolação de limites, bem como indicação das medidas adotadas para melhoria da gestão e equilíbrio fiscal e para retorno aos limites:

a) Despesas com pessoal e operações de crédito e endividamento:

Limites	Receita Corrente líquida- RCL	Despesa total com pessoal	% Realizado	% Diferenças
Despesas com Pessoal				
Poder Executivo	30.970.961,05	15.811.662,78	53,17	0,83
Poder Legislativo	30.970.961,05	906.694,07	3,05	2,95
Dívida Consolidada Líquida	395.271,50			
Operações de Crédito	715.944,82			

O município de Monte Carlo ao término do exercício de 2019 alcançou um percentual de **53,17%** de gastos com pessoal, ou seja, acima do limite prudencial previsto na LRF. Neste sentido o Controle Interno Municipal emitiu a Recomendação 01/2018 e 010/2019, durante todo o exercício em cada parecer de contratação foram evidenciados os gastos com pessoal e os gastos acima do limite prudencial, bem como nos relatórios bimestrais visando orientar a Prefeita acerca da situação relativa a demasia nos gastos com pessoal, porém, nenhuma medida de redução de gastos com pessoal foi tomada pela administração.

Apresentamos abaixo gráfico contendo as despesas de pessoal do quarto bimestre de 2018 ao sexto bimestre de 2019:





b) Demonstrativo das metas fiscais, bem como indicação das medidas adotadas para melhoria da gestão e equilíbrio fiscal e para retorno aos limites:

ESPECIFICAÇÃO			
	Fixadas na LDO	Execução	Diferenças
Receita Total	29.610.000,00	34.474.442,96	+4.864.442,96
Receitas Primárias (I)	29.475.000,00	31.551.256,32	+2.076.256,32
Despesa Total	30.022.987,51	29.363.343,88	+659.643,63
Despesas Primárias (II)	34.231.693,62	29.363.343,88	+4.868.349,74
Resultado Primário (III) = (I – II)		1.696.323,10	
Resultado Nominal		1.464.656,94	
Dívida Pública Consolidada		733.690,02	
Dívida Consolidada Líquida		-4.470812,76	



X – Avaliação do cumprimento dos limites constitucionais de aplicação em saúde, educação e FUNDEB, previstos nos arts. 198 e 212 da Constituição Federal e Art.º do ADCT:

O Município elaborou os seus demonstrativos que comprovam a aplicação de 24,13% da receita resultante de impostos e transferências em saúde e 26,07% na Manutenção e Desenvolvimento do Ensino.

O município aplicou 63,55% das receitas do FUNDEB na remuneração dos profissionais do magistério;

Também quanto à aplicação dos recursos do FUNDEB, a receita anual foi de R\$ 8.836.666,64 (oito milhões, oitocentos e trinta e seis mil, seiscentos e sessenta e seis reais e sessenta e quatro centavos). O percentual de saldo financeiro do FUNDEB representa 2,79%, sendo que o limite máximo de saldo que poderia restar é 5%, totalizando R\$ 339.501,43 (trezentos e trinta e nove mil, quinhentos e um reais e quarenta e três centavos).

O valor gasto com Profissionais do magistério em efetivo exercício pagos com recurso do FUNDEB totalizaram R\$ 5.626.302,78 (cinco milhões, seiscentos e vinte e seis mil, trezentos e dois reais e setenta e oito centavos), representando um gasto de R\$ 380.552,91 (trezentos e oitenta mil, quinhentos e cinquenta e dois reais e noventa e um centavos) a maior que em 2018.

Foram aplicados 26,07% da receita resultante de impostos e transferências em manutenção e desenvolvimento do ensino no exercício de 2019, um valor apurado de R\$ 4.422.428,10 (quatro milhões, quatrocentos e vinte e dois mil, quatrocentos e vinte e oito reais e dez centavos), representando um gasto de R\$ 135.737,71 (cento e trinta e cinco mil, setecentos e trinta e sete reais e setenta e um centavos) a menor que em 2018.

O município aplicou no exercício de 2019, 23,14% da receita resultante de impostos e transferências em serviços públicos de saúde. Convênios de saúde representaram para o município um montante de R\$ 190.322,55 (cento e noventa mil,



trezentos e vinte e dois reais e cinquenta e cinco centavos). A receita com impostos, que servem de base de cálculo para a saúde somaram 16.318.571,76 (dezesseis milhões, trezentos e dezoito mil, quinhentos e setenta e um reais e setenta e seis centavos). O município investiu em saúde, R\$ 76.104,20 (setenta e seis mil, cento e quatro reais e vinte centavos) a maior que em 2018.

XI - Informação sobre os valores anuais das despesas realizadas referentes a aquisições e contratações de bens e serviços, por modalidade de licitação, bem como as decorrentes de dispensas e inexigibilidades de licitação:

Modalidade/Forma	Obras e Serviços de engenharia	Compras	Contratação de Serviços	Despesa Realizada (Anual)
Concorrência	-	-	-	0,00
Tomada de Preços	519.719,79	269.813,60	713,00	790.246,39
Convite	-	-	-	0,00
Concurso	-	-	-	0,00
Pregão Presencial		3.453.228,23	4.055.131,54	7.508.359,77
Pregão Eletrônico	-	7.988,23	-	7.988,23
Dispensa de Licitação (Art. 24, I e II)	224,00	923.215,73	2.591.431,18	3.514.870,91
Dispensa de Licitação (Outras Hipóteses)	-	489.304,71	550.117,79	1.039.422,50
Inexigibilidade de Licitação	-	5.010,00	37.600,00	42.610,00
Regime Diferenciado de Contratação (RDC)	-	-	-	0,00
Total	519.943,79	5.148.560,50	7.234.993,51	12.903.497,80

XII - Informação sobre o quantitativo de servidores efetivos na administração direta e indireta e em comissão não integrantes do quadro efetivo:



Vínculos	Quantidade no início do exercício	Ingressos no exercício	Desligamentos no exercício	Quantidade no final do exercício
Agentes públicos civis ativos ocupantes de cargo efetivo	295		19	287
Agentes públicos civis ativos ocupantes de emprego público	0	0	0	0
Agentes políticos em mandato eletivo	2	0	0	2
Servidores ocupantes de cargo/emprego em comissão na unidade gestora com vínculo efetivo com o ente	16	1	5	12
Servidores ocupantes de cargo/emprego em comissão na unidade gestora sem vínculo efetivo com o ente	32	14	6	40
Servidores contratados por tempo determinado	8	9	2	15
Sem vínculo configurado	0	0	0	0

As Contratações temporárias foram justificadas por meio do Processo Seletivo 001/2017 homologado pelo Decreto 008/2018.

Neste sentido, o Controle Interno Municipal emitiu as Recomendações 26, 31/2018 e 11/2019 no intuito de orientar sobre a irregularidade de algumas contratações e a necessidade de realização de concurso e/ou processo seletivo.

As contratações emergenciais foram alvo da Recomendação 18/2018 e 11/2019 do Controle Interno Municipal, relatando as irregularidades cometidas nestas contratações e os requisitos necessários para enquadrar situação emergencial.

XIV - Informação sobre o quantitativo de contratos de estágio com indicação dos valores mensal e anual;

A Contratação de estagiários no município é realizada por meio do convênio nº 33886 com o Centro de Integração Empresa-Escola de Santa Catarina.



Foram emitidos contrato de prestação de estágio. De acordo com informações prestadas pela Sra. Secretária de Educação, estes dispõe de comprovante da contratação de seguros dos estagiários com a empresa METLIFE Metropolitan Life Seguros e Previdência Privada S/A, sob nº 82.0014723.

Vínculo	Quantidade no início do exercício	Quantidade no final do exercício	Despesa total no ano
Estagiários	10	15	106.295,11

XV - Informações referentes aos contratos de terceirização de mão de obra na administração direta e indireta, com detalhamento dos postos de trabalho, respectivas funções e valores mensal e anual;

Órgão ou Entidade: Prefeitura Municipal de Monte Carlo	
Fornecedor:	Gália Gestão e Serviços Terceirizados Eireli – CNPJ: 29.846.933/0001-86
Objeto do contrato:	Processo Licitatório 64/2018- Contratação de valor mensal homens/mês para prestação de serviços diversos conforme especificações do edital
Quantidade de postos de trabalho licitados (pessoas)	Função desempenhada pelas pessoas
02	Recepcionista
03	Técnico de manutenção em equip. Informática
08	Auxiliar de Limpeza
02	Auxiliar de Manutenção Predial
10	Gari
03	Pedreiro
02	Carpinteiro
15	Atendente de Berçário
05	Auxiliar de Recepção
05	Auxiliar de Serviços de Copa
10	Recreacionista
02	Telefonista
05	Cozinheiro
Valores de gastos mensais	
Unidade Gestora - Prefeitura	
Janeiro	43.181,70



Fevereiro	40.895,61
Março	45.467,79
Abril	54.993,18
Maio	37.390,28
Junho	46.771,68
Julho	45.552,46
Agosto	4.487,51
Setembro	74.128,58
Outubro	87.989,02
Novembro	46.619,34
Dezembro	47.838,55
Total.....	592.842,42
Valores de gastos mensais	
Unidade Gestora – Fundo Municipal de Saúde	
Janeiro	2.286,09
Fevereiro	2.286,09
Março	2.971,92
Abril	2.286,09
Maio	2.286,09
Junho	2.201,42
Julho	2.286,09
Agosto	2.286,09
Setembro	2.286,09
Outubro	2.286,09
Novembro	0,00
Dezembro	0,00
Total.....	23.462,06
TOTAL DE GASTOS COM TERCEIRIZAÇÃO 2019	R\$ 616.304,48

A unidade Gestora FUNREBOM não realizou contratações terceirizadas no exercício de 2019.

XVI - Demonstrativo dos gastos com divulgação, publicidade e propaganda por meio de contratos de prestação de serviços dos órgãos e entidades da Administração Pública Municipal:

17



RELATÓRIO DO ÓRGÃO CENTRAL DO SISTEMA DE CONTROLE INTERNO DO PODER EXECUTIVO DO MUNICÍPIO DE MONTE CARLO-SC- EXERCÍCIO 2019

Discriminação	Despesa Realizada Anual
Despesas com publicidade legal (publicação de leis, atos administrativos, licitações, etc.)	5.347,71
Demais despesas com publicidade e divulgação contratadas com terceiros	0,00
Total	5.347,71

XVII - Relação de convênios com União e Estado realizados no exercício e os pendentes de recebimento, indicando o número do termo, data, valor acordado, valor repassado, valor a receber, respectivos restos a pagar inscritos em razão do convênio e demais informações pertinentes:

Identificador da Proposta: 04923.1890001/18-001

Pareceres

Número do processo:

Tipo de Proposta: ACADEMIA Tipo Recurso: PROGRAMA

Situação: Proposta Favorável aguardando Classificação Orçamentária

Data Final: 28/11/2018 Ano Exercício:2018

Valor da Proposta (R\$): 125.000,00

A receber/2018

Identificador da Proposta: 36000.2000932/01-800

Pareceres

Número do processo:

Tipo de Proposta: INCREMENTO PABTipo Recurso: EMENDA DE BANCADA

Situação: Proposta em análise de Pagamento

Data Final: Ano Exercício:2018

Valor da Proposta (R\$): 300.000,00

Recebido/2018

Identificador da Proposta: 36000.1762802/01-800

Pareceres

Número do processo:

Tipo de Proposta: INCREMENTO PABTipo Recurso: EMENDA

Situação: Proposta Paga

Data Final: Ano Exercício:2018

Valor da Proposta (R\$): 100.000,00



Recebido /2018

Identificador da Proposta: 36000.1762732/01-800

Pareceres

Número do processo:

Tipo de Proposta: INCREMENTO PAB Tipo Recurso: EMENDA

Situação: Proposta Paga

Data Final: Ano Exercício: 2018

Valor da Proposta (R\$): 100.000,00

Recebido/2018

Identificador da Proposta: 904923/17-005

Número do processo:

Tipo de Proposta: Convênio Obra Tipo Recurso: EMENDA

Situação: Proposta aprovada para Pagamento

Data Final: 06/11/2017 Ano Exercício: 2017

Valor da Proposta (R\$): 250.713,00

Aguardando liberação de recursos.

Identificador da Proposta:

Pareceres

Número do processo:

Tipo de Proposta: EQUIP ODONTOLOGICO Tipo Recurso: PROGRAMA

Situação: Proposta Paga

Data Final: Ano Exercício: 2017

Valor da Proposta (R\$): 25.000,00

Recebido / 2018

Identificador da Proposta: 04923.1890001/15-005

Pareceres

Número do processo: 25000486878201716

Tipo de Proposta: UBSAMPLIACAO Tipo Recurso: EMENDA

Situação: Proposta de Obra concluída

Data Final: 24/07/2018 Ano Exercício: 2015

Valor da Proposta (R\$): 189.600,00

PAGO 37.920 ,00/2017

Saldo Remanescente Recebido 151.680,00 /2018

Identificador da Proposta

Número do processo:

Tipo de Proposta: TRANSPORTE ELETIVO **Tipo Recurso:** PROGRAMA

Situação: Proposta Paga



Data Final: Ano Exercício: 2017
Valor da Proposta (R\$): 380.000,00
RECEBIDO EM 2018.

22000 - MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUARIA E ABASTECIMENTO
Convênio 833142/2016/ IMPLEMENTOS AGRICOLAS

100.000,00 Valor Global
R\$ 97.500,00 Valor de Repasse
R\$ 2.500,00 Valor da Contrapartida
AGUARDA LICITAÇÃO E DESEMBOLSO DO CONCEDENTE.

22000 - MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUARIA E ABASTECIMENTO
Convênio 871442/2018/ IMPLEMENTOS AGRICOLAS

110.880,00 Valor Global
R\$ 88.062,62 Valor de Repasse
R\$ 22.817,38 Valor da Contrapartida
AGUARDA LICITAÇÃO/ DESEMBOLSO DO CONCEDENTE

22000 - MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUARIA E ABASTECIMENTO
Convênio 875089/2018/ trator

120.000,00 Valor Global
R\$ 88.062,62 Valor de Repasse
R\$ 31.937,38 Valor da Contrapartida
AGUARDA LICITAÇÃO E DESEMBOLSO DO CONCEDENTE.

56000 - MINISTÉRIO DAS CIDADES
Convênio 867891/2018 PAVIMENTAÇÃO

244.857,14 Valor Global
R\$ 222.857,14 Valor de Repasse
R\$ 22.000,00 Valor da Contrapartida
AGUARDA LICITAÇÃO E DESEMBOLSO DO CONCEDENTE 20%.
Recebido 20% 49,00

56000 - MINISTÉRIO DAS CIDADES
Convênio 844424/2017 PAVIMENTAÇÃO

248.308,50 Valor Global
R\$ 245.850,00 Valor de Repasse



R\$ 2.458,50 Valor da Contrapartida

AGUARDA AUTORIZAÇÃO DO CONCEDENTE/ DESEMBOLSO 20 %

REPASSES DO ESTADO 2018

Proponente

95.996.104/0001-04 MUNICIPIO DE MONTE CARLO

Proposta Transferência 0000021228

Programa Transferência 2018007608

Valor Limite Repasse Proposta R\$82.900,00

Nome Programa Transferência

Aquisição de 01 veículo para a saúde no município de Monte Carlo/SC

Unidade Gestora

410044 Agência de Desenvolvimento Regional de Campos Novos

Gestão 00001 Gestão Geral

Instrumento Transferência Convênio

Agência Banco do Brasil 01982-8

Data Início Execução 26/06/2018

Data Término Execução 31/08/2018

Data Início Evento 26/06/2018

REPASSE EFETUADO VALOR DE 82.9000,00/2018/prestação de contas final efetuada

Proponente

95.996.104/0001-04 MUNICIPIO DE MONTE CARLO

Proposta Transferência 0000020362 COBERTURA GINASIO ERCI DICK

Programa Transferência 2018007204

Valor Limite Repasse Proposta R\$ 63.000,00

Nome Programa Transferência

Infraestrutura Esportiva 2018

Unidade Gestora 230095 Fundo Estadual de Incentivo ao Esporte

Gestão 23095 Fundo Estadual de Incentivo ao Esporte

Instrumento Transferência Contrato Apoio Financeiro

Agência Banco do Brasil 01982-8

Data Início Execução 06/07/2018

Data Término Execução 31/12/2019

Data Início Evento 06/07/2018

Data Término Evento 28/02/2019

REPASSE EFETUADO R\$ 63.000,00 /2018/



Proponente 95.996.104/0001-04 MUNICIPIO DE MONTE CARLO

Proposta Transferência 0000020049

Programa Transferência 2018007202

Valor Limite Repasse Proposta R\$ 500.000,00

Nome Programa Transferência Equipamentos Esportivos 2018 PLACAR ELETRÔNICO

Unidade Gestora 230095 Fundo Estadual de Incentivo ao Esporte

Gestão 23095 Fundo Estadual de Incentivo ao Esporte

Instrumento Transferência Contrato Apoio Financeiro

Agência Banco do Brasil 01982-8

Data Início Execução 06/07/2018 Data Término Execução 31/12/2018

Data Início Evento 06/07/2018 Data Término Evento 01/12/2018

Situação REPASSE EFETUADO VALOR DE R\$ 3.500,00/2018

2019

Identificador da Proposta: 36000.2397522/01-800

Pareceres

Número do processo:

Tipo de Proposta: INCREMENTO PABTipo Recurso: EMENDA

Situação: Proposta Autorizada aguardando Empenho

Data Final: Ano Exercício:2018

Valor da Proposta (R\$): 100.000 FEDERAL

Apoio financeiro FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE EMENDA

200.000,00 MAC/2019 ESTADUAL

Apoio financeiro FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE EMENDA

100.000,00 PAB/ 2019 ESTADUAL

XVIII - Relatório sobre eventos justificadores de situações de emergência ou calamidade pública, com os reflexos econômicos e sociais, bem como discriminação dos gastos extraordinários realizados pelo ente para atendimento específico ao evento, indicando número do empenho:

Evento	Número do Ato de reconhecimento de emergência ou Calamidade	Período de Validade do Ato	Despesas Extraordinárias realizadas do exercício	Número do Empenho
Declara em situação anormal,	08/2019	Indeterminado	Sim	408,1048 e 1372



caracterizada como situação de emergência a área do município afetada por enxurrada				
Declara em situação anormal, caracterizada como situação de emergência os bairros do município afetados pela falta de água potável no município de Monte Carlo e dá outras providências	74/2019	Indeterminado	Não informado	
Declara situação anormal, caracterizada como situação de emergência a área do município de Monte Carlo afetada por chuvas e granizo e dá outras providências	84/2019	Indeterminado	Não informado	
Declara Situação de Emergência nas áreas do Município afetadas por estiagem - COBRADE: 1.4.1.1.0, conforme IN/MI 02/2016.	88/2019	Indeterminado	Não informado	



XIX - Manifestação sobre as providências adotadas pelo Poder Público municipal em relação às ressalvas e recomendações do Tribunal de Contas emitidas nos pareceres prévios dos três exercícios anteriores:

Processo	Apontamento pelo TCE	Providências Gestor	Análise do Controle Interno
PCP 15/00256967	Registro indevido no grupo restos a pagar não processados do passivo financeiro nas fontes de recurso 1, 17 e 24, de saldos devedores de R\$ 10.565,00 e R\$ 12.166,71 e R\$ 265.365,50, respectivamente, em afronta ao previsto no art. 85 c/c 105 da Lei 4.0320/64	Nenhuma providência adotada	O Controlador Interno Adjunto, responsável pelo Controle Interno à época, não realizou análise
	Contabilização indevida de receitas correntes, no valor de R\$ 500.051,10, resultando num aumento aparente da receita corrente líquida e consequentemente redução no percentual dos gastos de pessoal do período, evidenciando inconsistências dos registros contábeis a ausência de	Nenhuma providência adotada	O Controlador Interno Adjunto, responsável pelo Controle Interno à época, não realizou análise



	transparência na gestão pública em desacordo aos artigos 1º, §1º e 2º, IV da Lei complementar nº 101/2000 – LRF e artigos 11 e 85 da Lei Federal nº 4.320/65		
	Ausência de disponibilização em meios eletrônicos de acesso público, no prazo estabelecido, de informações pormenorizadas sobre a execução orçamentária e financeira, de modo a garantir a transparência da gestão fiscal com os requisitos mínimos necessários, descumprimento ao estabelecido no art. 48-A, II, da Lei Complementar nº 101/2000 e art. 7º, II do Decreto Federal nº 7.185/2010	Nenhuma providência adotada	O Controlador Interno Adjunto, responsável pelo Controle Interno à época, não realizou análise
	Ausência de encaminhamento do Parecer do Conselho Municipal de Saúde, em desatendimento ao que dispõe o art.	Nenhuma providência adotada	O Controlador Interno Adjunto, responsável pelo Controle Interno à época, não realizou análise



	1º, § 2º. “a” da Resolução TC nº 77/2013		
	Ausência de encaminhamento do Parecer do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e Adolescente em desatendimento ao que dispõe o art. 1º, § 2º, “b” da Resolução TC nº 77/2013	Nenhuma providência adotada	O Controlador Interno Adjunto, responsável pelo Controle Interno à época, não realizou análise
	Ausência de encaminhamento do Parecer do Conselho Municipal do Idoso em desatendimento ao que dispõe o art. 1º, § 2º, “e”, da Resolução TC nº 77/2013	Nenhuma providência adotada	O Controlador Interno Adjunto, responsável pelo Controle Interno à época, não realizou análise
PCP 16/00259070	Baixa da Conta: 111111900-Bancos, realizada na Prefeitura Municipal no valor de R\$ 5.019,91, em razão de valor não encontrado em conciliações bancárias, em afronta aos princípios da administração pública esculpados no art. 37 da CF e	O erro foi verificado e providências foram tomadas para que não mais ocorra esta falha	A Controladora Interna verificou junto ao Contador Municipal as causas e verificando o erro tomaram providências internas para que esta falha não torne a acontecer



	<p>Art. 22 da Lei Orgânica do município C/C a resolução CFC nº 1.132/2008 que aprovou a NBC T 16.5 – Registro contábil e a Resolução CFC nº 1.330/2011 que aprovou a ITG 2000 – Escrituração Contábil</p>		
	<p>Despesas com pessoal do poder Executivo no valor de R\$ 11.902.005,75, representando 54,39% da receita corrente líquida (R\$ 21.881.585,97), quando o percentual legal máximo de 54,00% representaria gastos da ordem de R\$ 11.816.056,42, configurando, portanto, gasto a maior de R\$ 85.949,33 ou 0,39% em descumprimento ao art. 20, III, “b” da Lei complementar 101/2000, ressalvado o disposto no artigo</p>	<p>Redução do número de cargos e despesas com pessoal no ano de 2016 resultaram na queda do índice para 49,10 em dezembro de 2016</p>	<p>O Controle Interno emitiu a Recomendação nº 001/2016 a respeito da necessidade de redução de gastos com folha de pagamento, orientou e monitorou os gastos durante todo o exercício de 2016, inclusive com apontamentos nos pareceres de contrações</p>



	23 c/c o artigo 66 da citada Lei.		
	Divergência no valor de R\$ 5.019,91, apurada entre a variação do saldo patrimonial financeiro (R\$ - 1.411.051,96) e o resultado da execução orçamentária – Déficit (R\$ 1.417.973,58), considerando o cancelamento de restos a pagar de R\$ 11.941,53, em afronta ao artigo 102 da Lei nº 4.320/64. Registra-se que a divergência é oriunda da restrição configurada no item 8.1.1	Verificada falha na realização da conciliação, tomadas as providências internas para que não ocorra mais esta falha	A Controladora Interna verificou junto a Supervisora de Tesouraria as causas e verificando o erro tomaram providências internas para que esta falha não torne a acontecer
	Ausência de disponibilização em meios eletrônicos de acesso público, no prazo estabelecido, de informações pormenorizadas sobre a execução orçamentária e financeira, de modo a garantir a transparência da gestão fiscal com os requisitos mínimos	Verificada falha no link entre o fly transparência e o site do município, que foi corrigido	Após apontamento do C.I. o Contador verificou junto ao Departamento de Informática sobre a recorrência do problema, foram verificados os erros e tomadas providências internas correção



	necessários, descumprimento ao estabelecido no artigo 48-A, II, da Lei complementar nº 101/2000 e art. 7º, II, do Decreto federal nº 7.185/2010.		
PCP 17/00282406	Obrigações de despesas liquidadas até 31 de dezembro de 2016 contraídas pelo Poder Executivo sem a correspondente disponibilidade de caixa de RECURSOS ORDINÁRIOS e VINCULADOS para pagamento das obrigações, deixando a descoberto DESPESAS ORDINÁRIAS no montante de R\$ 397.594,74 e DESPESAS VINCULADAS às Fontes de Recursos (FR 01 – R\$ 2.055,05 e FR 02 – R\$ 143.958,58), no montante de R\$ 146.013,63, evidenciando o descumprimento ao artigo 42 da Lei Complementar nº	A Administração expediu o Decreto Municipal nº 5/2017, de 11 de janeiro de 2017. O Decreto declara em situação de calamidade financeira, reconhece situação anormal nas contas públicas do município de Monte Carlo e dá outras providências. Entre as providências, o Decreto previa adotar medidas excepcionais necessárias à racionalização de todos os serviços públicos essenciais e de relevante interesse público, com vistas à sua manutenção, priorizando-se o atendimento hospitalar, médico-ambulatorial, geral de saúde, de fornecimento de água, coleta e destinação de resíduos de qualquer natureza e educação, em detrimento de qualquer outro. Parágrafo único. Ficam contingenciados os recursos do Município, para custeio emergencial dos serviços referidos no caput	A Administração expediu o Decreto nº 05/2017 com o objetivo reconhecer a situação anormal das contas públicas e de redução dos gastos. No entanto, nenhuma providência efetivamente aconteceu. O Controle Interno chegou a emitir a Recomendação nº 10/2017 objetivando orientar para a necessidade de cumprimento das determinações contidas no referido Decreto.



	101/2000 – LRF	deste artigo, e para pagamento dos servidores públicos municipais.	
	Ausência de disponibilização em meios eletrônicos de acesso público, no prazo estabelecido, de informações pormenorizadas sobre a execução orçamentária e financeira, de modo a garantir a transparência da gestão fiscal com os requisitos mínimos necessários, em descumprimento ao estabelecido no art. 48-A, II, da Lei Complementar nº 101/2000 e art. 7º, II, do Decreto Federal nº 7.185/2010	Verificada falha no link entre o fly transparência e o site do município, que foi corrigido	Após apontamento do C.I. o Contador verificou junto ao Departamento de Informática sobre a recorrência do problema, foram verificados os erros e tomadas providências internas correção
@PCP 18/00307109	Ausência de remessa do Parecer do Conselho Municipal de Acompanhamento e Controle Social do FUNDEB, em desacordo com o artigo 27, da Lei nº 11.494/07 c/c artigo 7º, III da Instrução	Gestor verificou que o Parecer foi enviado, porém em desacordo com a normativa. Foram comunicados os conselhos para providências	O Controle Interno emitiu a Orientação nº 005/2018 destinada a todos os conselhos municipais com orientações da forma de emissão dos pareceres, inclusive com modelo anexo visando cumprir as orientações deste Tribunal.



	Normativa N.TC-20/2015 (item 6.1).		
	Ausência de disponibilização em meios eletrônicos de acesso público, no prazo estabelecido, de informações relativas ao Lançamento de Receitas, em descumprimento ao estabelecido no artigo 48-A, II, da Lei Complementar nº 101/2000 alterada pela Lei Complementar nº 131/2009 c/c o artigo 7º, II, do Decreto Federal nº 7.185/2010 (capítulo 7).	Verificada falha no link entre o fly transparência e o site do município, que foi corrigido	Após apontamento do Controle Interno para o Contador, este cobrou providências junto ao Departamento de Informática sobre a recorrência do problema, foram verificados os erros e tomadas providências internas correção, neste momento as informações estão disponibilizadas no link: https://e-gov.betha.com.br/transparencia/01037-004/con_comparativoreceita.faces
	Ausência de encaminhamento do Parecer do Conselho Municipal de Saúde, em desatendimento ao que dispõe o artigo 7º, Parágrafo Único, inciso I da Instrução Normativa N.TC-20/2015 (item 6.2).	Gestor verificou que o Parecer foi enviado, porém em desacordo com a normativa. Foram comunicados os conselhos para providências	O Controle Interno emitiu a Orientação nº 005/2018 destinada a todos os conselhos municipais com orientações da forma de emissão dos pareceres, inclusive com modelo anexo visando cumprir as orientações deste Tribunal.
	Ausência de encaminhamento	Gestor verificou que o Parecer foi enviado, porém	O Controle Interno emitiu a Orientação nº



do Parecer do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, em desatendimento ao que dispõe o artigo 7º, Parágrafo Único, Inciso II da Instrução Normativa N.TC-20/2015 (item 6.3).	em desacordo com a normativa. Foram comunicados os conselhos para providências	005/2018 destinada a todos os conselhos municipais com orientações da forma de emissão dos pareceres, inclusive com modelo anexo visando cumprir as orientações deste Tribunal.
Ausência de encaminhamento do Parecer do Conselho Municipal de Assistência Social em desatendimento ao que dispõe o artigo 7º, Parágrafo Único, inciso III da Instrução Normativa N.TC-20/2015 (item 6.4).	Gestor verificou que o Parecer foi enviado, porém em desacordo com a normativa. Foram comunicados os conselhos para providências	O Controle Interno emitiu a Orientação nº 005/2018 destinada a todos os conselhos municipais com orientações da forma de emissão dos pareceres, inclusive com modelo anexo visando cumprir as orientações deste Tribunal.
Ausência de encaminhamento do Parecer do Conselho Municipal do Idoso em desatendimento ao que dispõe o artigo 7º, Parágrafo Único, inciso V da Instrução Normativa N.TC-20/2015 (item	Gestor verificou que o Parecer foi enviado, porém em desacordo com a normativa. Foram comunicados os conselhos para providências	O Controle Interno emitiu a Orientação nº 005/2018 destinada a todos os conselhos municipais com orientações da forma de emissão dos pareceres, inclusive com modelo anexo visando cumprir as orientações deste Tribunal.



<p>@PCP 19/00171470</p>	<p>6.6). Registro contábil da conversão de depósitos em pagamento de precatórios municipais abrangidos pela EC nº 94/2016 e da Lei Complementar Estadual 706/2016, os quais são oriundos do Processo nº 43931/2017 no valor de R\$ 168.315,17, efetuados de maneira divergente da Orientação do TCE-SC</p>	<p>O Departamento Contábil está ciente da irregularidade e irá corrigir a forma de realização do registro contábil para o exercício de 2020</p>	<p>O Controle Interno emitirá recomendação ao Gestor e ao Departamento contábil acerca da necessidade de correção do registro contábil da conversão de depósitos em pagamento de precatórios municipais.</p>
	<p>Ausência de disponibilização em meios eletrônicos de acesso público, no prazo estabelecido, de informações relativas ao lançamento de receitas, em descumprimento ao estabelecido no Artigo 48-A, II da Lei Complementar 101/2000</p>		<p>O Controle Interno emitirá recomendação ao Gestor, ao Departamento Contábil e ao Departamento de informática para que ocorra a disponibilização das informações relativas ao lançamento de receitas ao acesso público.</p>
	<p>Recomenda à Prefeitura Municipal de Monte Carlo que, com o</p>	<p>Nenhuma providência para implantação do plano diretor foi tomada pela administração municipal</p>	<p>O Controle Interno Municipal em momento algum desta Gestão 2016-2020 foi envolvido na tomada de decisões</p>



	envolvimento e responsabilização do órgão de controle interno, adote providências com vistas a prevenir a ocorrência de nova irregularidade da mesma natureza da registradas nos itens 2.2 (ausência de revisão do Plano Diretor), 9.1.1 e 9.1.2, do Relatório DMU n. 133/2019 ,		ou implantação de programas/serviços. Sequer acesso a análise das contas pelo TCE foi disponibilizada pela Administração ao Controle Interno. O Controle Interno Municipal emitirá Recomendação a Administração Municipal para cumprimento desta recomendação do TCE-SC.
	Recomenda à Prefeitura Municipal de Monte Carlo que formule os instrumentos de planejamento e orçamento Público competentes (Plano Plurianual – PPA, Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO e Lei Orçamentária Anual – LOA) de maneira que seja assegurada a consignação de dotações Orçamentárias compatíveis com a diretrizes, metas e estratégias do Plano Nacional de Educação (PNE) e	De forma precária foi incluído na LDO e LOA 2020 previsão orçamentária para cumprimento de algumas metas. Porém, não há por parte da administração municipal instrumento de planejamento para cumprimento das metas do PME para o exercício de 2020	O Controle Interno emitiu as Recomendações 18/2017 e 14/2018 alertando sobre a necessidade de inclusão das metas do PME ao orçamento público municipal.



	com o Plano Municipal de Educação (PME), a fim de viabilizar sua plena execução e cumprir o preconizado no art. 10 da Lei n. 13.005/2014 (PNE);		
	Recomenda à Prefeitura Municipal de Monte Carlo que efetue as adequações necessárias ao cumprimento de todos os aspectos de educação avaliados no presente exercício quanto às políticas públicas municipais, conforme apontado no item 8 do Relatório DMU;	Nenhuma providência da Administração Municipal até o momento	O Controle Interno emitirá recomendação acerca da necessidade de disponibilização dos dados de metas e resultados do Plano Nacional de Saúde e Plano Municipal de Educação
	Alerta a Prefeitura Municipal de Monte Carlo que, com o envolvimento e responsabilização do órgão de controle interno, observe as recomendações, determinação, solicitações e ciência constantes dos	Nenhuma providência da Administração Municipal até o momento	O Controle Interno emitirá recomendação acerca da necessidade de cumprimento das recomendações emitidas pelo TCE-SC



	Itens I a V da conclusão do Relatório DMU;		
	Recomenda ao Município de Monte Carlo que, após o trânsito em julgado, divulgue esta prestação de contas e o respectivo parecer prévio, inclusive em meios eletrônicos de acesso público, conforme estabelece o art. 48 da Lei Complementar n. 101/2000 – LRF.	Nenhuma providência da Administração Municipal até o momento	O Controle Interno emitirá recomendação acerca da necessidade de publicação da prestação de contas e parecer prévio em meios eletrônicos.

XX - Demonstrativo dos valores arrecadados decorrentes de decisões do Tribunal de Contas que imputaram débito a responsáveis, individualizados por título, com indicação das providências adotadas em relação aos títulos pendentes de execução para ressarcimento ao erário:

De acordo com informações obtidas junto a Assessoria Jurídica Municipal não houveram em 2019 valores arrecadados decorrentes de decisões do Tribunal de Contas que imputaram débito a responsáveis, individualizados por título

XXI – Avaliação sobre o cumprimento das Metas e Estratégias previstas na Lei (federal) nº 13.005/2014 (Plano Nacional de Educação – PNE) e no Plano Municipal de Educação (PME):



Lei municipal nº		950/2015- Aprova o plano municipal de educação - PME e dá outras providências		
Metas PNE	Metas PEE	Situação do Município	Meta PME	Avaliação da meta
META 1 Universalizar, até 2016, a educação infantil na pré-escola para as crianças de 4 (quatro) a 5 (cinco) anos de idade e ampliar a oferta de educação infantil em creches de forma a atender, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) das crianças de até 3 (três) anos até o final da vigência do PNE.	META 1 Universalizar, a educação infantil na pré-escola para as crianças de 04 (quatro) a 05 (cinco) anos de idade e ampliar a oferta de educação infantil em creches de forma a atender, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) das crianças de até 03 (três) anos até o final da vigência deste PEE/SC.	Em ampliação neste exercício	META 1: Universalizar, até 2016, a Educação Infantil na pré-escola para as crianças de 4 (quatro) a 5 (cinco) anos de idade e ampliar a oferta de Educação Infantil em creches de forma a atender, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) das crianças de até 3 (três) anos até o final da vigência deste PME.	O município no momento não possui fila de espera, todas as famílias que tem interesse ou necessidade em matricular as crianças de 0 a 3 anos conseguem vagas. A grande maioria das estratégias foram realizadas ou estão em ampliação, entretanto, requerem monitoramento para continuarem atingidas e melhorar a educação oferecida. As estratégias 1.3, 1.12 e 1.25 não foram iniciadas, necessitam de ações como o aumento da estrutura física.
META 2 Universalizar o ensino fundamental de 9 (nove) anos para toda a população de 6 (seis) a 14 (quatorze) anos e garantir que pelo menos 95% (noventa e cinco por cento) dos alunos concluam essa etapa na idade recomendada, até o último ano de vigência do PNE	META 2 Universalizar o ensino fundamental de 09 (nove) anos para toda a população de 06 (seis) a 14 (quatorze) anos de idade e garantir que, pelo menos, 95% (noventa e cinco por cento) dos estudantes concluam essa etapa na idade recomendada, até o último ano de vigência deste Plano.	Em ampliação neste exercício	META 2: Universalizar o ensino fundamental de nove anos para toda a população de 6 a 14 anos de idade e garantir que pelo menos 85% dos estudantes esta etapa na idade recomendada, até o último ano de vigência deste plano.	As estratégias para esta meta estão em constante desenvolvimento sendo que algumas já foram cumpridas, entretanto, requerem monitoramento, investimentos financeiros, parcerias, melhorias na estrutura física e contratação de profissionais.
META 3 Universalizar, até 2016, o atendimento escolar para toda a população de 15 (quinze) a 17	META 3 Universalizar, o atendimento escolar para toda a população de 15 (quinze) a 17	Não aplicável para o município	META 3: Universalizar, até 2016, o atendimento escolar para toda a população de 15	Não aplicável para o município



(dezessete) anos e elevar, até o final do período de vigência do PNE, a taxa líquida de matrículas no ensino médio para 85% (oitenta e cinco por cento).	(dezessete) anos de idade e elevar, até o final do período de vigência deste Plano, a taxa líquida de matrículas no ensino médio para 90% (noventa por cento).		(quinze) a 17(dezessete) anos e elevar, até o final do período de vigência deste PME, a taxa líquida de matrículas no ensino médio para 85% (oitenta e cinco por cento).	
META 4 Universalizar, para a população de 4 (quatro) a 17 (dezessete) anos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, o acesso à educação básica e ao atendimento educacional especializado, preferencialmente na rede regular de ensino, com a garantia de sistema educacional inclusivo, de salas de recursos multifuncionais, classes, escolas ou serviços especializados, públicos ou conveniados.	META 4 Universalizar, para o público da educação especial de 04 (quatro) a 17 (dezessete) anos de idade, o acesso à educação básica e ao atendimento educacional especializado, preferencialmente na rede regular de ensino, com a garantia de sistema educacional inclusivo, de salas de recursos multifuncionais e serviços especializados, públicos ou conveniados, nos termos do Artigo 208, inciso III, da Constituição Federal, do Artigo 163 da Constituição Estadual e do Artigo 24 da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, aprovada por meio do Decreto Legislativo nº 186/2008, com status de emenda	Em ampliação neste exercício	META 4: Universalizar, o atendimento escolar aos alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, preferencialmente na rede regular de ensino para a população de 04 a 17 anos, garantindo o atendimento Educacional especializado em classes, escolas, ou serviços especializados, públicos ou Comunitários, sempre que, em função das condições específicas dos alunos, não for possível sua integração nas classes comuns.	Os desafios implicados na ampliação destes expressivos avanços envolvem a continuidade de investimentos na formação de educadores, no aprimoramento das práticas pedagógicas, na acessibilidade arquitetônica e tecnológica, na construção de redes de aprendizagem, no estabelecimento de parcerias entre os atores da comunidade escolar e na intersectorialidade da gestão pública.



	constitucional, e promulgada pelo Decreto nº 6.949/2009, e nos termos do Artigo 8º do Decreto nº 7.611/2011, que dispõe sobre a educação especial, o atendimento educacional especializado e dá outras providências, até o último dia de vigência deste Plano.			
META 5 Alfabetizar todas as crianças, no máximo, até o final do 3º ano do Ensino Fundamental.	META 5 Alfabetizar todas as crianças aos 06 (seis) anos de idade ou, até no máximo, aos 08 (oito) anos de idade no ensino fundamental.	Em ampliação neste exercício	META 5: Alfabetizar todas as crianças aos 6 anos de idade ou, no máximo até no terceiro ano do Ensino Fundamental.	As estratégias que compõe a meta 5 foram elaboradas para o planejamento e efetivação das ações no que se refere a alfabetização de todas as crianças aos 6 (seis) anos de idade ou, até no máximo, aos 8 (oito) anos de idade no ensino fundamental. Cada ação planejada tem o objetivo de atender a uma ou mais das estratégias já prevista no PME: <ul style="list-style-type: none"> • Ampliar os processos pedagógicos respeitando os direitos de aprendizagens, bem como aderir e fornecer cursos de capacitação e formação continuada para os profissionais que atuam com esses educandos. • Aderir e Prova Brasil como mecanismo de avaliação e outras que possam vir a ser instituídas pelo Ministério da Educação da aprendizagem dos alunos realizando dessa forma diagnósticos dos dados e



				assim verificar os direitos de aprendizagem.
META 6 Oferecer educação em tempo integral em, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) das escolas públicas, de forma a atender, pelo menos, 25% (vinte e cinco por cento) dos alunos da Educação Básica.	META 6 Oferecer educação em tempo integral em, no mínimo, 65% (sessenta e cinco por cento) nas escolas públicas, de forma a atender, pelo menos, 40% (quarenta por cento) dos estudantes da educação básica, até o final da vigência deste Plano.	Meta não Alcançada.	META 6: Oferecer educação em tempo integral em, no mínimo 15%(quinze por cento) até o quinto ano de vigência deste plano, atingindo 50% até o último ano de sua vigência, para os alunos da Educação Básica.	Falta espaço físico e recursos financeiros
META 7 Fomentar a qualidade da educação básica em todas as etapas e modalidades, com melhoria do fluxo escolar e da aprendizagem de modo a atingir as médias nacionais para o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb).	META 7 Fomentar a qualidade da educação básica em todas as etapas e modalidades, com melhoria do fluxo escolar e da aprendizagem, de modo a atingir as seguintes médias estaduais no IDEB: 2015 2017 2019 2021 AI 5,8 6,0 6,3 6,5 AF5,5 5,7 6,0 6,2 EM4,7 5,2 5,4 5,6	Em ampliação neste exercício	META 7: Fomentar a qualidade da Educação Básica em todas as etapas, modalidades, com melhoria do fluxo escolar e da aprendizagem de modo a atingir as médias equiparadas as nacionais do IDEB.	As estratégias que compõe a meta 7 visa fomentar a qualidade da educação básica em todas as etapas e modalidades, com melhoria do fluxo escolar e da aprendizagem, de modo a atingir as médias estaduais no IDEB. Não obstante, os resultados do IDEB evidenciam a variação e a desigualdade existente em seu aprendizado. A análise da distribuição dos alunos pelos níveis de proficiência das escalas de Língua Portuguesa e de Matemática revela que há um quantitativo significativo de alunos cuja proficiência está situada nos níveis inferiores dessas escalas, indicando um menor aprendizado em termos de desenvolvimento das competências e habilidades avaliadas.



META 8 Elevar a escolaridade média da população de 18 (dezoito) a 29 (vinte e nove) anos, de modo a alcançar, no mínimo, 12 (doze) anos de estudo no último ano de vigência deste Plano, para as populações do campo, da região de menor escolaridade no País e dos 25% (vinte e cinco por cento) mais pobres, e igualar a escolaridade média entre negros e não negros declarados à Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).	META 8 Elevar a escolaridade média da população de 18 (dezoito) a 29 (vinte e nove) anos de idade, de modo a alcançar, no mínimo, 12 (doze) anos de estudo no último ano de vigência deste Plano, para as populações do campo, quilombolas, indígenas, comunidades tradicionais e dos 25% (vinte e cinco por cento) mais pobres, igualando a escolaridade média entre negros e não negros declarados à Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).	Em ampliação neste exercício	META 8: Elevar a escolaridade média da população de 18 a 29 anos (e demais faixas etárias) de modo a alcançar, no mínimo 12 anos de estudo para a população desta faixa etária, promovendo a inclusão, com vistas à redução da desigualdade educacional, até o final da vigência deste Plano.	A meta 8 caracteriza-se pela preocupação em garantir a ampliação da escolaridade da população de 18 a 29 anos, para alcançar no mínimo 12 anos de estudo. Percebeu-se que o indicador 8E, que refere-se ao percentual da população de 18 a 29 anos com menos de 12 anos de escolaridade, atingimos o índice de 73,1% de acordo com os dados do PNE 2015. O indicador 8F, percentual da população de 18 a 29 anos, residente no campo, com menos de 12 anos de escolaridade atingiu o percentual de 81% em nosso município. Já o indicador 8 G e 8 H, tiveram percentuais mais elevados, 90,1% e 85,9% respectivamente, referem-se ao percentual desta mesma faixa etária entre os 25% mais pobres e a população negra. A melhoria dos indicadores da Meta 8, está vinculado a universalização da educação básica e a ampliação do acesso aos níveis mais elevados de ensino. Ao analisarmos a Sinopse_Estatística_da_Educação_Basica_2014/2018 Tabela (1), observamos que não havia matrículas nesta etapa. .
META 9 Elevar a taxa de alfabetização da	META 9 Elevar a taxa de alfabetização da	Em ampliação neste	META 9: Diminuir gradativamente a	Através de diagnóstico relatamos que em nosso município o índice de



população com 15 (quinze) anos ou mais para 93,5% (noventa e três inteiros e cinco décimos por cento) até 2015 e, até o final da vigência do PNE, erradicar o analfabetismo absoluto e reduzir em 50% (cinquenta por cento) a taxa de analfabetismo funcional.	população com 15 (quinze) anos ou mais de idade para 98% (noventa e oito por cento) até 2017 e, até o final da vigência deste Plano, reduzir em 50% (cinquenta por cento) a taxa de analfabetismo funcional.	exercício	taxa de analfabetismo absoluto residual da população de 15 anos ou mais, bem como o analfabetismo funcional.	<p>pessoas com mais de 15 anos não é muito agravante. Para que este índice seja melhorado as estratégias 9.2 e 9.3, já estão em andamento. Estas estratégias buscam identificar a demanda de jovens e adultos com ensino fundamental e médio incompleto, bem como a realização de levantamento de informações acerca desta categoria.</p> <p>As estratégias 9.1 e 9.4, já estão realizadas, mas precisam de monitoramento para garantir a melhoria da educação.</p> <p>Também diagnosticamos que as estratégias e 9.6 9.11, Estão em desenvolvimento mas devem ser ampliadas para qualificar ainda mais a implantação de ações e programas de capacitação tecnológica para desenvolver o ensino aprendizagem deste grupo. Estas estratégias precisam ser efetuadas ao longo da vigência deste plano, para que a meta seja alcançada.</p>
META 10 Oferecer, no mínimo, 25% (vinte e cinco por cento) das matrículas de educação de jovens e adultos, nos ensinos fundamental e médio, na forma integrada à educação	META 10 Oferecer, no mínimo, 10% (dez por cento) das matrículas de educação de jovens e adultos, nos ensinos fundamental e médio, na forma integrada à educação	Não aplicável para o município	META 10: Oferecer condições de acesso às matrículas de educação de jovens e adultos, nos ensinos Fundamental e Médio Regular, ou na forma integrada à educação	Não aplicável para o município



profissional.	profissional, até o final da vigência deste Plano.		profissional.	
META 11 Triplicar as matrículas da educação profissional técnica de nível médio, assegurando a qualidade da oferta e pelo menos 50% (cinquenta por cento) da expansão no segmento público.	META 11 Triplicar as matrículas da educação profissional técnica de nível médio, assegurando a qualidade da oferta e, pelo menos, 60% (sessenta por cento) da expansão no segmento público.	Em ampliação neste exercício	META 11: Incentivar a busca pela formação profissional técnica de nível médio em nível regional.	<p>A meta 11 destaca a educação profissional, enfatizando que se deve triplicar as matrículas da educação profissional técnica de nível médio, assegurando a qualidade de oferta e, pelo menos 80% da expansão no segmento público.</p> <p>O indicador 11 A prevê o número absoluto de matrículas em EPT de nível médio, observando-se que Santa Catarina, de acordo com o diagnóstico do relatório da linha de base de 2014, tinha 66311 matrículas, já em 2015, este número reduziu para 62.547. Tendo assim um decréscimo nas matrículas. Já o município não apresenta nenhuma matrícula nesta modalidade de ensino.</p> <p>O indicador 11B, destaca o número absoluto de matrículas em EPT de nível médio na rede pública. O estado de Santa Catarina apresentou no Relatório de Linha de base de 2014, o total de 31.529 o número absoluto de matrículas em EPT de nível médio na rede pública. O município não apresentou nenhum registro de matrícula nesta modalidade, n ano de 2018 o total de 34.565 apresentou crescimento percentual de 9,63% Em Número absoluto de matrículas em EPT de nível médio conforme</p>



				(tabela1) o estado de SC apresentou em 2010-54429 2014 – 72400 2017 – 60770, variação percentual de 11,65. O município de Monte Carlo apresentou em 2018 segundo a Sinopse estatística da educação básica de 2018. 55 matriculas na modalidade Curso Técnico Integrado (Ensino Médio Integrado) percentual de 17,63% das matriculas.
META 12 Elevar a taxa bruta de matrícula na educação superior para 50% (cinquenta por cento) e a taxa líquida para 33% (trinta e três por cento) da população de 18 (dezoito) a 24 (vinte e quatro) anos, assegurada a qualidade da oferta e expansão para, pelo menos, 40% (quarenta por cento) das novas matrículas, no segmento público	META 12 Articular, com a União, a elevação da taxa bruta de matrícula na educação superior para 55% (cinquenta e cinco por cento) e a taxa líquida para 40% (quarenta por cento) da população de 18 (dezoito) a 24 (vinte e quatro) anos de idade, assegurada a qualidade da oferta e expansão para, pelo menos, 40% (quarenta por cento) das novas matrículas, nas instituições de ensino superior públicas e comunitárias.	Em ampliação neste exercício.	META 12: Incentivar o ingresso no Ensino Superior para a população de 18 a 24 anos e demais faixas etárias, principalmente no segmento público.	De acordo com a meta 12, as estratégias 12.2 ainda não foi cumprida devido ser obrigação do ente estadual, ainda estão em desenvolvimento. A estratégia 12.7 é realizada com recurso próprios do município que neste caso busca o incentivo a políticas de expansão das matrículas ensino superior, cabendo a responsabilidade legal da União e Estado para reestruturação das escolas públicas e promover cursos e pesquisas sobre a articulação entre formação, currículo e pesquisa no mundo do trabalho, de acordo com as necessidades econômicas, sociais e culturais do município
META 13 Elevar a qualidade da educação superior e ampliar a proporção de	META 13 Articular, com a União, a elevação da qualidade da educação superior	Em ampliação neste exercício	META 13: Elevar a qualidade da educação superior pública e privada oferecida	De acordo com a meta 13, as estratégias 13.3 ainda está em desenvolvimento devido ser obrigação legal



mestres e doutores do corpo docente em efetivo exercício no conjunto do sistema de educação superior para 75% (setenta e cinco por cento), sendo, do total, no mínimo, 35% (trinta e cinco por cento) doutores.	e ampliar a proporção de mestres e doutores do corpo docente em efetivo exercício no conjunto do sistema de educação superior para 80% (oitenta por cento), sendo, do total, no mínimo, 40% (quarenta por cento) doutores, até ao final da vigência deste Plano.		regionalmente, utilizando o Colegiado de Educação da AMPLASC, UNDIME, FECAM e outras, como instrumento de cobrança da qualidade dos cursos oferecidos, com base na Avaliação do ENADE.	conforme a LEI Nº 9.394, DE 20 DE DEZEMBRO DE 1996 (LDB) artigos 9 e 10 dos entes federal e estadual a organização supervisão e financiamento desta etapa de ensino em relação a estratégia o município contribui com sua realização com recurso próprio do município contribuindo com o transporte dos universitários que neste caso as demais estratégias buscam o incentivo a políticas de expansão das matrículas e qualificação do ensino superior, cabendo também responsabilidade legal da União e Estado em abrir novos cursos e Institutos Federais que possam atender necessidades econômicas, sociais e culturais do município.
META 14 Elevar gradualmente o número de matrículas na pós-graduação stricto sensu, de modo a atingir a titulação anual de 60.000 (sessenta mil) mestres e 25.000 (vinte e cinco mil) doutores.	META 14 Fomentar, em articulação com a União, a elevação gradual do número de matrículas na pós-graduação stricto sensu, de modo a atingir a titulação anual de 2.400 (dois mil e quatrocentos) mestres e 900 (novecentos) doutores, até o final da vigência deste Plano.	Em ampliação neste exercício.	META 14: Incentivar a busca pela formação na Pós-Graduação nas modalidades lato sensu e stricto sensu da comunidade em geral.	De acordo com a meta 14, as estratégias ainda estão em desenvolvimento devido ser obrigação legal conforme a LEI Nº 9.394, DE 20 DE DEZEMBRO DE 1996 (LDB) artigos 9 e 10 dos entes federal e estadual a organização supervisão e financiamento desta etapa de ensino em relação a estratégia o município contribui com sua realização com recurso próprios do município contribuindo com parte do transporte dos universitários que neste caso as demais estratégias buscam o incentivo a políticas de expansão das



				matrículas na pós graduação, cabendo também responsabilidade legal da União e Estado em abrir novos cursos e Institutos Federais que possam atender necessidades econômicas, sociais e culturais do município.
META 15 Garantir, em regime de colaboração entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, no prazo de 1 (um) ano de vigência do PNE, política nacional de formação dos profissionais da educação de que tratam os incisos I, II e III do caput do art. 61 da Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, assegurado que todos os professores e as professoras da educação básica possuam formação específica de nível superior, obtida em curso de licenciatura na área de conhecimento em que atuam.	META 15 Garantir, em regime de colaboração entre a União, o Estado e os Municípios, no prazo de um ano de vigência deste Plano, política estadual de formação inicial e continuada, com vistas à valorização dos profissionais da educação, assegurando que todos os professores da educação básica e suas modalidades possuam formação específica de nível superior, obtida em curso de licenciatura na área de conhecimento em que atuam, bem como a oportunização, pelo poder público, de periódica participação em cursos de formação continuada.	Em ampliação neste exercício.	META 15: Garantir, em regime de colaboração entre a União, Estado e Município, que durante a vigência do PME, todos os professores da educação básica possuam formação específica de nível superior, obtida em curso de licenciatura na área de conhecimento em que atuam, bem como oportunizar cursos de formação continuada.	As estratégias da meta 15 estão praticamente todas atingidas, pois é valorizar as práticas de ensino e os estágios nos cursos de formação em nível médio e superior dos profissionais da educação, incentivar a participação em programas de formação superior para docentes não habilitados na área de atuação e garantir a oferta de formação continuada a todos os profissionais da educação básica, fundamentada numa concepção político-pedagógico que assegure a articulação entre teoria e prática.
META 16 Formar, em nível de pós-graduação, 50% (cinquenta por	META 16 Formar 75% (setenta e cinco por cento) dos	Em ampliação neste exercício.	META 16: Atingir nível de Pós-Graduação para 90% dos	As estratégias da meta 16, sendo as 16.1 Estão sendo desenvolvidas com recursos do município



cento) dos professores da educação básica, até o último ano de vigência do PNE, e garantir a todos os profissionais da educação básica formação continuada em sua área de atuação, considerando as necessidades, demandas e contextualizações dos Sistemas de Ensino.	professores da educação básica em nível de pós-graduação até o último ano de vigência deste Plano, e garantir a todos os profissionais da educação básica formação continuada em sua área de atuação, considerando as necessidades, demandas e contextualizações dos sistemas de ensino.		professores da Educação Básica, nos cargos em provimento efetivo da Rede Pública e no mínimo 50% dos contratos em caráter temporário, até o último ano de vigência deste PME, e garantir a todos os profissionais da Educação Básica formação continuada em sua área de atuação, considerando as necessidades, demandas e contextualizações dos Sistemas de Ensino.	devido a extinção do PROINFO que será substituído pelo Programa Educação Conectada não foram iniciadas por requerem apoio e colaboração da União e Governo Estadual, já a estratégia 16.11 trata-se de planejamento estratégico para dimensionamento da demanda por formação em cursos de pós-graduação, pois os interessados em cursar pós-graduação não possuem dificuldade no ingresso, pois as Instituições possuem as áreas do curso, sem fila, pois não existe concorrência.
META 17 Valorizar os profissionais do magistério das redes públicas de educação básica de forma a equiparar seu rendimento médio ao dos demais profissionais com escolaridade equivalente, até o final do sexto ano de vigência do PNE.	META 17 Valorizar os profissionais do magistério da rede pública de educação básica, assegurando no prazo de 2 (dois) anos a existência de plano de carreira, assim como a sua reestruturação, que tem como referência o piso nacional, definido em lei federal, nos termos do Inciso VIII, do Artigo 206, da Constituição Federal, a fim de equiparar o rendimento médio dos demais profissionais com escolaridade	Meta não Alcançada.	META 17: Promover, em regime de colaboração, estudo de viabilidade quanto a equiparação de rendimento médio dos profissionais do Magistério aos demais profissionais com escolaridade equivalente, segundo Parâmetros Nacionais de salários a Serem levantados e definidos pelo MEC.	Necessário cumprir com o piso nacional do magistério e demais estratégias previstas.



	equivalente, até o final do 6º (sexto) ano da vigência deste Plano.			
META 18 Assegurar, no prazo de 2 (dois) anos, a existência de planos de Carreira para os profissionais da educação básica e superior pública de todos os sistemas de ensino e, para o plano de Carreira dos profissionais da educação básica pública, tomar como referência o piso salarial nacional profissional, definido em lei federal, nos termos do inciso VIII do art. 206 da Constituição Federal.	META 18 Garantir em legislação específica, aprovada no âmbito do Estado e dos Municípios, condições para a efetivação da gestão democrática, na educação básica e superior públicas que evidencie o compromisso com o acesso, a permanência e o êxito na aprendizagem do estudante do Sistema Estadual de Ensino, no prazo de 01 (um) ano após a aprovação deste Plano.	Em ampliação neste exercício.	META 18: Assegurar a existência e reformulação dos Planos de Carreira e Estatuto para os profissionais da Rede Municipal de Ensino e, tomar como referência o piso salarial nacional profissional, definido em lei federal, nos termos do inciso VIII do art. 206 da Constituição Federal.	Na meta 18, todas as estratégias estão em desenvolvimento. Apesar de estar sendo cumpridas as obrigações legais para os profissionais da educação, entendido como um conjunto de cargos providos por concurso público, dispostos em posições escalonadas, em contraposição a posições isoladas, em que a passagem de um nível para outro se pauta em critérios estabelecidos e implica, com acréscimo no vencimento (Dutra Júnior et al., 2000); e do cumprimento da Lei nº 11.738/2008, que estabelece a aplicação do piso salarial nacional profissional (PSNP) como valor mínimo proporcional do vencimento básico para jornada de 40 horas semanais e o limite máximo de $\frac{2}{3}$ da carga horária para o desempenho das atividades de interação com os educandos pelos profissionais do magistério. Necessitando para organização e gestão transparência do magistério que seja desvinculado do estatuto dos servidores. Para que no final da vigência do plano estejam 100% realizadas. As estratégias destacam a atualização dos planos de



				<p>carreira e remuneração do magistério, assegurar concurso sempre quando houver a vaga, estabelecer ações voltadas para a promoção, prevenção, atenção e atendimento à saúde mental e emocional dos profissionais da educação, assegurar a valorização dos profissionais da educação na forma da lei.</p> <p>As estratégias mencionadas neste período bem com as metas são realizadas anualmente sendo assim irão continuar se repetindo nos próximos anos para o cumprimento total da meta.</p>
<p>META 19 Assegurar condições, no prazo de 2 (dois) anos, para a efetivação da gestão democrática da educação, associada a critérios técnicos de mérito e desempenho e à consulta pública à comunidade escolar, no âmbito das escolas públicas, prevendo recursos e apoio técnico da União para tanto.</p>	<p>META 19 Ampliar o investimento público em educação pública, em regime de colaboração entre os entes federados, União, Estado e Municípios, de forma a atingir, no mínimo, o patamar de 7% (sete por cento) do Produto Interno Bruto (PIB) do Estado no 5º (quinto) ano de vigência deste Plano e, no mínimo, o equivalente a 10% (dez por cento) do PIB ao final do decênio, com a vinculação de novas fontes de recursos.</p>	<p>Em ampliação neste exercício</p>	<p>META 19: Assegurar condições, para efetivação da Gestão Democrática na educação, no âmbito das escolas públicas e no Sistema de Ensino Municipal, prevendo recursos e apoio técnico em colaboração com o Estado e a União.</p>	<p>Ampliar com efetiva participação em regime de colaboração entre os entes federados, os programas de apoio e formação aos (às)conselheiros(as) dos conselhos de acompanhamento e controle social do FUNDEB, dos conselhos de alimentação escolar, dos conselhos regionais e de outros e aos(as) representantes educacionais em demais conselhos de acompanhamento de políticas públicas, garantindo a esses colegiados recursos financeiros, espaço físico adequado, equipamentos e meios de transporte para visitas à rede escolar, com vistas ao bom desempenho de suas funções, fortalecendo-os.</p> <p>Em quanto todas</p>



				as estratégias vem sendo desenvolvidas com exceção da estratégia 19.6 que deverá ser adequada a legislação local frente as prerrogativas de priorização do repasse de transferências voluntárias da União na área da educação para os entes federados que tenham aprovado a legislação específica que regulamente na área de sua abrangência, para a nomeação dos diretores de escola critérios técnicos de mérito e desempenho bem como a participação da comunidade escolar.
META 20 Ampliar o investimento público em educação pública de forma a atingir, no mínimo, o patamar de 7% (sete por cento) do Produto Interno Bruto (PIB) do País no 5º (quinto) ano de vigência desta Lei e, no mínimo, o equivalente a 10% (dez por cento) do PIB ao final do decênio	META 20 Segundo informações, essa meta foi organizada pelo PEE juntamente com a meta 19, sendo acoplada meta 19 e 20.	Em ampliação neste exercício	META 20: Garantir em mais de 25% os investimento em educação pública para possibilitar as metas e estratégias contidas no PME.	O monitoramento da Meta 20 do PME tem como objetivo central acompanhar a evolução dos investimentos em educação com vistas ao cumprimento de investimentos acima dos limites constitucionais (25%) para que se possam as metas e estratégias contidas no PME até 2024 término da vigência do plano.

As informações constantes no quadro acima foram repassadas pela Senhora Marlei Vedovatto – Secretária Municipal de Educação, Cultura e Desporto, por intermédio do Ofício 003/2020, sendo que a avaliação do plano municipal de educação foi realizada por uma equipe de técnicos municipais.



Observa-se que muitas metas estão em ampliação faz-se necessária maior rigorosidade e dedicação para o fortalecimento dessas ações para que sejam cumpridos os objetivos e devidamente aplicados os recursos destinados à educação no município.

As metas do plano municipal de educação foram incluídas nas peças orçamentárias do município para o exercício de 2020.

XXII - Outras informações previamente solicitadas pelo Tribunal de Contas.

De acordo com as informações prestadas pela Assessora Jurídica Municipal não foram solicitadas informações ou expedidas recomendações ao município de Monte Carlo por parte do Tribunal de Contas do Estado no exercício de 2019.

Sendo o que havia a relatar.

Marcela Marcon Gonçalves
Controladora Interna Municipal
Matrícula 1330



mim e pelos demais presentes Patrícia Francis ^{SO}
 Elaine Rossi, Katom ^{Bordino}, Simen ^{Aparecida de Almeida},
 Aparecida Aparecida Vetter, ^{Bordino}, João Paulo, Tatiane Zepfelin,
 Liliare Aparecida Gonçalves, Dulcilia Baringê Toratto, ^{SO}, Claudis
 Zaccaron, Angela Cruzia Alves de Gess, de Galay, Stéfelin
 de Fatima de Prado, Adrieli Bortoli, ^{SO}, Miguel G. Turcato
 Antonio Vinicius Gomes, Emily Larsson, Parli Vedovatto, ^{SO}
 P., ^{SO}

Em tempo houve a solicitação de troca de alguns indicados pelo
 fato dos mesmos não dispor de tempo para participar das
 reuniões foram substituídos a Senhora Sandra Apr Corduro
 pela professora Maria Sinclair da Rosa, a qual assumiu a
 vice-presidência do Conselho. Além disso no lugar dos alunes
 Antonio Vinicius Gomes e Emily Larsson entraram
 respectivamente Regane Tizian e Marilene Salhano Schumacher.
 Nada mais havendo encaminhou-se os nomes para que
 fosse feito o decreto de nomeação dos Conselheiros que
 terá gestão 16/12/2019 a 16/12/2021.

Lta nº 18

Dois dezessete de fevereiro de dois mil e vinte
 reuniram-se nas dependências da Secretaria de
 Educação de Monte Belo, situada na Rua Vil-
 ma Gomes, 56, bairro, Monte Belo, Df, os indi-
 cados pelas entidades para compor o Conselho
 Municipal de Acompanhamento e Controle
 Social do F.U.N.D.E.B., juntamente com a
 Presidente Emília Bento de Fondeadeze a
 Secretária de Educação Marlei Vedovatto. A
 Presidente do Conselho deu boas vindas a todos
 os presentes e relatou uma análise cedida pela
 a contabilidade do município sobre os Demons-
 trativos dos receitas e despesas do F.U.N.D.E.B..
 A relação de Receitas mensais do departamento de

14

Rossi, Jui Jui, Saletadma macarim, Dulcilia Larina Turcato,
Dulcilia, Rosa, Elkarilme Salhano, Liliiane da Longalves,
Nations Bordeiro (Dulcilia) Pyame Linjan, Adreli Bertol,
Sthefilin Prodo, Edir Salte de Souza, Laticia Zappellini

PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE CARLO

Município de Monte Carlo-SC

Conselho Municipal de Acompanhamento e Controle Social do Fundo de Manutenção da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – FUNDEB

Parecer nº 001/2020

PROTOCOLO	
Nº 130	
Livro 03	Fls. 69
Data 19.02.20	Hs. 08:59
Ass. Paulo	

PRESTAÇÃO DE CONTAS RELATIVO AOS GASTOS ANUAIS DO CONSELHO MUNICIPAL DE ACOMPANHAMENTO E CONTROLE SOCIAL DO FUNDO DE MANUTENÇÃO DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA E DE VALORIZAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO - FUNDEB

I – RELATÓRIO

Trata-se de parecer do Conselho Municipal de Acompanhamento e Controle Social do Fundo de Manutenção de Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação - FUNDEB sobre o relatório anual de gestão, correspondente à prestação de contas de 2019 da Secretaria Municipal de Educação.

O Conselho Municipal de Acompanhamento e Controle Social do Fundo de Manutenção de Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação - FUNDEB como órgão colegiado superior, permanente, representativo, consultivo, deliberativo, normativo e fiscalizador, integrante da



estrutura do município de Monte Carlo, e que tem por competência efetivar a participação da comunidade ao formular e propor estratégias, acompanhar e avaliar a execução da política educacional do município, inclusive nos seus aspectos econômicos e financeiros.

II – FUNDAMENTAÇÃO

De acordo com a Lei Municipal nº 592/07, de 15 de outubro de 2007, alterada pela Lei 682/09 de 09 de março de 2009, que trata sobre o Conselho Municipal de Acompanhamento e Controle Social do Fundo de Manutenção de Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação - FUNDEB, este tem a função de fiscalizar, deliberar, acompanhar e avaliar a execução da política educacional, bem como a aplicação dos recursos existentes no fundo, ainda, emitir pareceres sobre assuntos de sua competência.

Tendo em vista atender o estabelecido em lei o presente Conselho analisou os relatórios fornecidos pelo técnico em contabilidade, responsável pelos dados contábeis da gestão em análise.

Além dos relatórios, foram analisados também os gastos percentuais obrigatórios, os quais foram cumpridos.

Após significativa análise dos dados coletados, reuniões, solicitações de esclarecimento, dentre outros,

“faz-se necessário que os pareceres emitidos venham acompanhados de informações que os fundamentam, em especial sobre o volume de recursos aplicados; as principais ações executadas e não realizadas; problemas detectados, assim como boas práticas implementadas nas respectivas áreas”.

Considerando que os gastos com a educação atingiram o percentual mínimo com o Magistério Público Municipal e demais despesas do FUNDEB, bem com que o saldo remanescente não ultrapassou 5% do valor arrecadado, em cumprimento ao limite legalmente permitido anualmente em resquício para o ano subsequente, considera-se cumprida a aplicação dos recursos.





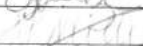

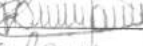


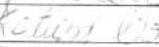


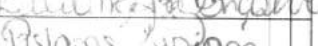

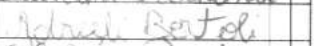






III - CONSIDERAÇÕES FINAIS



Diante do exposto, após análise dos documentos acima citados e a realização da reunião que deliberou sobre a análise da prestação de contas, o parecer deste Conselho Municipal de Acompanhamento e Controle Social do Fundo de Manutenção de Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação - FUNDEB é pela APROVAÇÃO da prestação de contas da Secretaria Municipal de Educação para o exercício de 2019.

Estando todos de acordo, abaixo assinamos o parecer.

Monte Carlo, 17 de fevereiro de 2020.

NOME	CARGO	ASSINATURA
Emidia Benta de Andrade Zancan	Presidente	
Maria Sinclair da Rosa	Vice-presidente	
Claudia Zancan	Secretária	
Rita de Cássia Vicente Flesch Soligo	Membro	
Edir Salete de Souza	Membro	
Mabel Luzia Guedes Turcatto	Membro	
Salete Ana Macarini	Membro	
Patricia Luciana Proencio	Membro	
Elaine Rossi	Membro	
Angela Luzia Alves de Goss de Godoy	Membro	
Marlei Vedovatto	Membro	
Katiane Cordeiro	Membro	
Dulcéia Carina Erdmann Turcatto	Membro	
Tatiane Zappellini	Membro	
Liliane Aparecida Gonçalves	Membro	
Rejane Tizian	Membro	
Marilene Palhano Schumacher	Membro	
Adrieli Bortolli	Membro	
Stflelin de Fátima do Prado	Membro	
Alessandra Aparecida Deon Pieri	Membro	
Beatriz Amazonas de Souza	Membro	







**BALANÇO FINANCEIRO - ANEXO 13**

Unidade Gestora: (288 / Prefeitura Municipal de Monte Carlo)

Competência: 06/2019

INGRESSOS

	Exercício Atual	Exercício Anterior
Receita Orçamentária (I)	27.575.092,96	25.693.668,62
Ordinária	11.212.541,29	11.360.217,28
Vinculada	16.362.551,67	14.333.451,34
Transferências Financeiras Recebidas (II)	70.246,82	58.955,19
Transferências Recebidas para a Execução Orçamentária	70.246,82	58.955,19
Transferências Recebidas Independentes da Execução Orçamentária	0,00	0,00
Transferências Recebidas para Aporte de recursos para o RPPS	0,00	0,00
Recebimentos Extraorçamentários (III)	2.982.975,48	2.868.007,43
Inscrição de Restos a Pagar Não Processados	10.942,88	335.293,19
Inscrição de Restos a Pagar Processados	401.475,20	129.116,57
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	2.570.557,40	2.403.597,67
Outros Recebimentos Extraorçamentários	0,00	0,00
Saldo do Exercício Anterior (IV)	3.195.407,45	2.423.148,13
Caixa e Equivalentes de Caixa	3.190.190,30	2.417.930,98
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	5.217,15	5.217,15
Investimentos e aplicações temporárias a curto prazo	0,00	0,00
TOTAL(V) = (I + II + III + IV)	33.823.722,71	31.043.779,37





BALANÇO FINANCEIRO - ANEXO 13

Unidade Gestora: (288 / Prefeitura Municipal de Monte Carlo)

Competência: 06/2019

DISPÊNDIOS

	Exercício Atual	Exercício Anterior
Despesa Orçamentária (VI)	22.173.826,47	19.798.410,90
Ordinária	9.089.950,15	8.173.687,03
Vinculada	13.083.876,32	11.624.723,87
Transferências Financeiras Concedidas (VII)	4.888.187,57	4.836.248,19
Transferências Concedidas para a Execução Orçamentária	4.888.187,57	4.836.248,19
Transferências Concedidas Independentes da Execução Orçamentária	0,00	0,00
Transferências Concedidas para Aporte de recursos para o RPPS	0,00	0,00
Pagamentos Extraorçamentários (VIII)	3.002.619,97	3.213.712,83
Pagamentos de Restos a Pagar Não Processados	302.893,57	401.869,11
Pagamentos de Restos a Pagar Processados	129.116,57	408.298,48
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	2.570.609,83	2.403.545,24
Outros Pagamentos Extraorçamentários	0,00	0,00
Saldo para o Exercício Seguinte (IX)	3.759.088,70	3.195.407,45
Caixa e Equivalentes de Caixa	3.753.871,55	3.190.190,30
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	5.217,15	5.217,15
Investimentos e aplicações temporárias a curto prazo	0,00	0,00
TOTAL(X) = (VI + VII + VIII + IX)	33.823.722,71	31.043.779,37





Unidade Gestora: (288 / Prefeitura Municipal de Monte Carlo)

Receitas Orçamentárias segundo as Fontes de Recursos - Anexo 1 ao Balanço Financeiro

Competência: 06/2019

Código	Especificação	Valor
6.2.1.2.0.00.00	RECEITA REALIZADA - RECURSOS ORDINÁRIOS	
	00 - Recursos Ordinários	11.212.541,29
	Total das Receitas Orçamentárias - Recursos Ordinários (I)	11.212.541,29
6.2.1.2.0.00.00	RECEITA ORÇAMENTÁRIAS - RECURSOS VINCULADOS	
	01 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	4.610.978,36
	02 - Receitas de Impostos e Transf de impostos: Saúde	2.744.379,22
	07 - Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico - CIDE	12.442,06
	08 - Contribuição para o Custeio dos Serviços de Iluminação Pública - COSIP	526.855,64
	10 - Convênio de Trânsito - Militar	14.667,62
	11 - Convênio de Trânsito - Civil	15.308,51
	12 - Convênio de Trânsito - Prefeitura	16.637,24
	18 - Transf. do FUNDEF/FUNDEB - (aplic. remuneração dos prof. do Magist. em efet exercício na Ed. Bá	5.754.696,99
	19 - Transferências do FUNDEF/FUNDEB - (aplicação em outras despesas da Educação Básica)	3.098.791,87
	32 - Transferências de Convênios – União/Educação	50,61
	34 - Transferências de Convênios – União/Outros (não relacionados à educação/saúde/assistência socia	511.551,09
	35 - Transferências do Sistema Único de Assistência Social – SUAS/União	204.771,29
	36 - Salário-Educação	814.937,55
	37 - Outras Transferências do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – FNDE (não repassadas p	221.486,08
	39 - Fundo Especial do Petróleo e Transferências Decorrentes de Compensação Financeira pela Exploraç	114.772,50
	50 - Cessão onerosa - Lei nº 13.885/201	383.834,60
	62 - Transferências de Convênios – Estado/Educação	92.603,14
	64 - Transferências de Convênios – Estado/Outros (não relacionados àeducação/saúde/assistência socia	3,25
	65 - Transferências do Sistema Único de Assistência Social – SUAS/Estado	30.731,80
	89 - Alienações de Bens destinados a Outros Programas	1.268,50
	Total das Receitas Orçamentárias - Recursos Vinculados (II)	19.170.767,92



Unidade Gestora: (288 / Prefeitura Municipal de Monte Carlo)

Receitas Orçamentárias segundo as Fontes de Recursos - Anexo 1 ao Balanço Financeiro

Competência: 06/2019

TOTAL GERAL (I + II)

30.383.309,21





Unidade Gestora: (288 / Prefeitura Municipal de Monte Carlo)

Deduções da Receita Orçamentária segundo as Fontes de Recurso - Anexo 2 ao Balanço Financeiro

Competência: 06/2019

Código	Especificação	Valor
6.2.1.3.0.00.00	DEDUÇÃO RECEITA REALIZADA - RECURSOS ORDINÁRIOS	
	Total das Deduções de Receitas Orçamentárias - Recursos Ordinários (I)	
6.2.1.3.0.00.00	DEDUÇÃO RECEITA ORÇAMENTÁRIAS - RECURSOS VINCULADOS	
	01 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	2.808.216,25
	Total das Deduções de Receitas Orçamentárias - Recursos Vinculados (II)	2.808.216,25
	TOTAL GERAL (I + II)	2.808.216,25




Unidade Gestora: (288 / Prefeitura Municipal de Monte Carlo)

Despesas Orçamentárias segundo as Fontes de Recurso - Anexo 3 ao Balanço Financeiro

Competência: 06/2019

Código	Especificação	Valor
6.2.2.1.3.00.00	DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS - RECURSOS ORDINÁRIOS	
	00 - Recursos Ordinários	9.089.950,15
	Total das Despesas Orçamentárias - Recursos Ordinários (I)	9.089.950,15
6.2.2.1.3.00.00	DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS - RECURSOS VINCULADOS	
	01 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	1.800.035,65
	07 - Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico - CIDE	19.854,21
	08 - Contribuição para o Custeio dos Serviços de Iluminação Pública - COSIP	404.979,70
	10 - Convênio de Trânsito - Militar	14.667,62
	11 - Convênio de Trânsito - Civil	5.196,50
	12 - Convênio de Trânsito - Prefeitura	55.663,89
	18 - Transf. do FUNDEF/FUNDEB - (aplic. remuneração dos prof. do Magist. em efet exercício na Ed. Bá	5.693.477,73
	19 - Transferências do FUNDEF/FUNDEB - (aplicação em outras despesas da Educação Básica)	2.963.780,92
	32 - Transferências de Convênios – União/Educação	112.198,09
	34 - Transferências de Convênios – União/Outros (não relacionados à educação/saúde/assistência socia	211.050,92
	35 - Transferências do Sistema Único de Assistência Social – SUAS/União	118.470,93
	36 - Salário-Educação	1.092.601,33
	37 - Outras Transferências do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – FNDE (não repassadas p	266.333,99
	39 - Fundo Especial do Petróleo e Transferências Decorrentes de Compensação Financeira pela Exploraç	124.006,79
	62 - Transferências de Convênios – Estado/Educação	137.442,56
	64 - Transferências de Convênios – Estado/Outros (não relacionados àeducação/saúde/assistência socia	63.382,59
	65 - Transferências do Sistema Único de Assistência Social – SUAS/Estado	732,90
	Total das Despesas Orçamentárias - Recursos Vinculados (II)	13.083.876,32
	TOTAL GERAL (I + II)	22.173.826,47


Unidade Gestora: (288 / Prefeitura Municipal de Monte Carlo)

Saldo do exercício anterior - Caixa e equivalente de caixa - Anexo 4.1 ao Balanço Financeiro

Competência: 06/2019

Código	Especificação	Valor
1.1.1.0.0.00.00	CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA - RECURSOS ORDINÁRIOS	
	00 - Recursos Ordinários	157.814,10
	Total de Caixa e Equivalentes de Caixa - Recursos Ordinários (I)	157.814,10
1.1.1.0.0.00.00	CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA - RECURSOS VINCULADOS	
	01 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	9.369,63
	07 - Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico - CIDE	9.381,91
	08 - Contribuição para o Custeio dos Serviços de Iluminação Pública - COSIP	493.209,18
	11 - Convênio de Trânsito - Civil	30.785,25
	12 - Convênio de Trânsito - Prefeitura	65.409,84
	18 - Transf. do FUNDEF/FUNDEB - (aplic. remuneração dos prof. do Magist. em efet exercício na Ed. Bá	67.174,95
	19 - Transferências do FUNDEF/FUNDEB - (aplicação em outras despesas da Educação Básica)	356,38
	32 - Transferências de Convênios – União/Educação	112.969,56
	34 - Transferências de Convênios – União/Outros (não relacionados à educação/saúde/assistência socia	220.860,50
	35 - Transferências do Sistema Único de Assistência Social – SUAS/União	204.647,48
	36 - Salário-Educação	1.491.154,28
	37 - Outras Transferências do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – FNDE (não repassadas p	49.607,13
	39 - Fundo Especial do Petróleo e Transferências Decorrentes de Compensação Financeira pela Exploraç	24.247,06
	62 - Transferências de Convênios – Estado/Educação	55.592,07
	64 - Transferências de Convênios – Estado/Outros (não relacionados à educação/saúde/assistência socia	63.540,97
	65 - Transferências do Sistema Único de Assistência Social – SUAS/Estado	72.206,08
	89 - Alienações de Bens destinados a Outros Programas	61.863,93
	Total de Caixa e Equivalentes de Caixa - Recursos Vinculados (II)	3.032.376,20
	TOTAL GERAL (I + II)	3.190.190,30



Unidade Gestora: (288 / Prefeitura Municipal de Monte Carlo)

Saldo do exercício anterior - Depósitos restituíveis e valores vinculados - Anexo 4.2 ao Balanço Financeiro

Competência: 06/2019

Código	Especificação	Valor
1.1.3.0.0.00.00, F	DEPÓSITOS RESTITUÍVEIS E VALORES VINCULADOS - RECURSOS ORDINÁRIOS	
	00 - Recursos Ordinários	5.217,15
	Total de Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados - Recursos Ordinários (I)	5.217,15
1.1.3.0.0.00.00, F	DEPÓSITOS RESTITUÍVEIS E VALORES VINCULADOS - RECURSOS VINCULADOS	
	Total de Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados - Recursos Vinculados (II)	
	TOTAL GERAL (I + II)	5.217,15



Unidade Gestora: (288 / Prefeitura Municipal de Monte Carlo)

Saldo para o exercício anterior - Investimentos e aplicações temporárias a curto prazo, segundo as Fontes de Recursos - Anexo 4.3 ao Balanço Financeiro.

Competência: 06/2019

Código	Especificação	Valor
1.1.4.0.0.00.00	INVESTIMENTOS E APLIC TEMPORARIAS CURTO PRAZO -	
F	RECURSOS ORDINÁRIOS	
	Total de Investimentos e Aplic. Temporários de Curto Prazo -	
	Recursos Ordinários (I)	
1.1.4.0.0.00.00	INVESTIMENTOS E APLIC TEMPORARIAS CURTO PRAZO -	
F	RECURSOS VINCULADOS	
	Total de Investimentos e Aplic. Temporários de Curto Prazo -	
	Recursos Vinculados (II)	
	TOTAL GERAL (I + II)	


Unidade Gestora: (288 / Prefeitura Municipal de Monte Carlo)

Saldo para o exercício seguinte - Caixa e equivalente de caixa - Anexo 5.1 ao Balanço Financeiro

Competência: 06/2019

Código	Especificação	Valor
1.1.1.0.0.00.00	CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA - RECURSOS ORDINÁRIOS	
	00 - Recursos Ordinários	268.061,55
	Total de Caixa e Equivalentes de Caixa - Recursos Ordinários (I)	268.061,55
1.1.1.0.0.00.00	CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA - RECURSOS VINCULADOS	
	01 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	209,99
	07 - Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico - CIDE	1.969,76
	08 - Contribuição para o Custeio dos Serviços de Iluminação Pública - COSIP	615.085,12
	11 - Convênio de Trânsito - Civil	40.897,26
	12 - Convênio de Trânsito - Prefeitura	26.383,19
	18 - Transf. do FUNDEF/FUNDEB - (aplic. remuneração dos prof. do Magist. em efet exercício na Ed. Bá	459.637,05
	19 - Transferências do FUNDEF/FUNDEB - (aplicação em outras despesas da Educação Básica)	36.394,75
	32 - Transferências de Convênios – União/Educação	822,08
	34 - Transferências de Convênios – União/Outros (não relacionados à educação/saúde/assistência socia	226.243,34
	35 - Transferências do Sistema Único de Assistência Social – SUAS/União	288.605,44
	36 - Salário-Educação	1.213.490,50
	37 - Outras Transferências do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – FNDE (não repassadas p	10.295,49
	39 - Fundo Especial do Petróleo e Transferências Decorrentes de Compensação Financeira pela Exploraç	15.012,77
	50 - Cessão onerosa - Lei nº 13.885/201	383.834,60
	62 - Transferências de Convênios – Estado/Educação	10.752,65
	64 - Transferências de Convênios – Estado/Outros (não relacionados à educação/saúde/assistência socia	161,63
	65 - Transferências do Sistema Único de Assistência Social – SUAS/Estado	92.881,95
	89 - Alienações de Bens destinados a Outros Programas	63.132,43
	Total de Caixa e Equivalentes de Caixa - Recursos Vinculados (II)	3.485.810,00
	TOTAL GERAL (I + II)	3.753.871,55



Unidade Gestora: (288 / Prefeitura Municipal de Monte Carlo)

Saldo para o exercício seguinte - Depósitos restituíveis e valores vinculados - Anexo 5.2 ao Balanço Financeiro

Competência: 06/2019

Código	Especificação	Valor
1.1.3.0.0.00.00, F	DEPÓSITOS RESTITUÍVEIS E VALORES VINCULADOS - RECURSOS ORDINÁRIOS	
	00 - Recursos Ordinários	5.217,15
	Total de Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados - Recursos Ordinários (I)	5.217,15
1.1.3.0.0.00.00, F	DEPÓSITOS RESTITUÍVEIS E VALORES VINCULADOS - RECURSOS VINCULADOS	
	Total de Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados - Recursos Vinculados (II)	
	TOTAL GERAL (I + II)	5.217,15





Unidade Gestora: (288 / Prefeitura Municipal de Monte Carlo)

Saldo para o exercício seguinte - Investimentos e aplicações temporárias a curto prazo, segundo as Fontes de Recursos - Anexo 5.3 ao Balanço Financeiro.

Competência: 06/2019

Código	Especificação	Valor
1.1.4.0.0.00.00.F	INVESTIMENTOS E APLIC TEMPORARIAS CURTO PRAZO - RECURSOS ORDINÁRIOS	
	Total de Investimentos e Aplic. Temporários de Curto Prazo - Recursos Ordinários (I)	
1.1.4.0.0.00.00.F	INVESTIMENTOS E APLIC TEMPORARIAS CURTO PRAZO - RECURSOS VINCULADOS	
	Total de Investimentos e Aplic. Temporários de Curto Prazo - Recursos Vinculados (II)	
	TOTAL GERAL (I + II)	



Unidade Gestora: (288 / Prefeitura Municipal de Monte Carlo)

Competência: 06/2019

ATIVO	Exercício Atual	Exercício Anterior
ATIVO CIRCULANTE		
Caixa e Equivalentes de Caixa	3.753.871,55	3.190.190,30
Créditos a Curto Prazo	1.863.785,82	518.043,36
Créditos Tributários a Receber	715.209,07	0,00
Clientes	0,00	0,00
Créditos de Transferências a Receber	259.721,71	259.721,71
Empréstimos e Financiamentos Concedidos	0,00	0,00
Dívida Ativa Tributária	886.697,75	118.567,69
Dívida Ativa Não Tributária	2.157,29	139.753,96
(-) Ajuste de Perdas de Créditos a Curto Prazo	0,00	0,00
Demais Créditos e Valores a Curto Prazo	207.207,62	207.207,62
Investimentos e Aplicações Temporárias a Curto Prazo	940,00	940,00
Títulos e valores mobiliários	940,00	940,00
Investimento do RPPS	0,00	0,00
Aplicação temporária em metais preciosos	0,00	-
Aplicações em segmentos de Imóveis	0,00	0,00
(-) Ajustes de Perdas e Investimentos de aplicações temporários	0,00	0,00
Estoques	108.518,45	85.606,82
Ativo Não Circulante Mantido Para Venda	0,00	0,00
Variação Patrimoniais Diminutivas Pagas Antecipadamente	0,00	48.000,00
Total do Ativo Circulante	5.934.323,44	4.049.988,10
ATIVO NÃO CIRCULANTE		
Ativo Realizável a Longo Prazo	2.577.194,07	2.317.472,36
Créditos a Longo Prazo	2.577.194,07	2.317.472,36
Créditos Tributários a Receber	0,00	0,00
Clientes	0,00	0,00
Empréstimos e Financiamentos Concedidos	0,00	0,00
Dívida Ativa Tributária	2.074.348,42	1.814.626,71

Unidade Gestora: (288 / Prefeitura Municipal de Monte Carlo)

Competência: 06/2019

Dívida Ativa Não Tributária	543.477,73	543.477,73
Créditos previdenciários do RPPS	0,00	-
(-) Ajuste de Perdas de Créditos a Longo Prazo	-40.632,08	-40.632,08
Demais Créditos e Valores a Longo Prazo	0,00	0,00
Investimentos e Aplicações Temporárias a Longo Prazo	0,00	0,00
Estoques	0,00	0,00
VPD Pagas Antecipadamente	0,00	0,00
Investimentos	90.891,44	90.891,44
Participações Permanentes	90.891,44	90.891,44
Participações Avaliadas pelo Método de Equivalência Patrimonial	90.891,44	90.891,44
Participações Avaliadas pelo Método de Custo	0,00	0,00
(-) Redução ao Valor Recuperável de Participação Permanente	0,00	0,00
Propriedades para Investimento	0,00	0,00
(-) Depreciação acumulada de Investimentos	0,00	0,00
(-) Redução do Valor Recuperável de Propriedade para Investimento	0,00	0,00
Investimento do RPPS de Longo Prazo	0,00	0,00
(-) Redução ao Valor Recuperável de Investimento do RPPS	0,00	0,00
Demais Investimentos Permanentes	0,00	0,00
(-) Redução ao Valor Recuperável de Investimento - Demais	0,00	0,00
Imobilizado	25.869.760,96	24.466.458,33
Bens Móveis	8.646.298,85	8.123.029,77
(-) Depreciação, exaustão e amortizações acumuladas - Bens Móveis	0,00	0,00
(-) Redução ao valor recuperável do imobilizado - Bens Móveis	0,00	0,00
Bens Imóveis	17.223.462,11	16.343.428,56
(-) Depreciação, exaustão e amortizações acumuladas Imóveis	0,00	0,00
(-) Redução ao valor recuperável do imobilizado - Bens Imóveis	0,00	0,00
Intangível	0,00	0,00
Diferido	0,00	0,00
Total do Ativo Não Circulante	28.537.846,47	26.874.822,13

Unidade Gestora: (288 / Prefeitura Municipal de Monte Carlo)

Competência: 06/2019

TOTAL DO ATIVO	34.472.169,91	30.924.810,23
PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		
PASSIVO CIRCULANTE		
Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais a Pagar a Curto Prazo	150.026,37	0,00
Empréstimos e Financiamentos a Curto Prazo	0,00	436.665,42
Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo	326.012,43	208.461,79
Obrigações Fiscais a Curto Prazo	0,00	0,00
Provisões a Curto Prazo	0,00	0,00
Demais Obrigações a Curto Prazo	417.491,35	401.891,82
Total do Passivo Circulante	893.530,15	1.047.019,03
PASSIVO NÃO CIRCULANTE		
Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais a Pagar a Longo Prazo	130.907,14	0,00
Empréstimos e Financiamentos a Longo Prazo	168.315,17	168.315,17
Fornecedores e Contas a Pagar a Longo Prazo	360.177,33	517.632,30
Obrigações Fiscais a Longo Prazo	0,00	0,00
Provisões a Longo Prazo	0,00	0,00
Provisões Matemáticas Previdenciárias	0,00	0,00
Demais Provisões a Longo Prazo	0,00	0,00
Demais Obrigações a Longo Prazo	0,00	0,00
Resultado Diferido	0,00	0,00
Total do Passivo Não Circulante	659.399,64	685.947,47
TOTAL DO PASSIVO	1.552.929,79	1.732.966,50
PATRIMÔNIO LÍQUIDO		
Patrimônio Social e Capital Social	23.071.992,16	23.071.992,16
Adiantamento para Futuro Aumento de Capital	0,00	0,00

Unidade Gestora: (288 / Prefeitura Municipal de Monte Carlo)

Competência: 06/2019

Reservas de Capital	0,00	0,00
Ajustes de Avaliação Patrimonial	0,00	0,00
Reservas de Lucros	0,00	0,00
Demais Reservas	0,00	0,00
Resultados Acumulados	9.847.247,96	6.119.851,57
Resultado do Exercício	3.727.396,39	1.667.472,37
Resultado de Exercícios Anteriores	6.119.851,57	4.419.599,72
Ajustes de exercícios anteriores	0,00	32.779,48
outros Resultados	0,00	0,00
(-) Ações/Cotas em Tesouraria	0,00	0,00
Total do Patrimônio Líquido	32.919.240,12	29.191.843,73
TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	34.472.169,91	30.924.810,23



QUADRO DOS ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS E PERMANENTES

Unidade Gestora: (288 / Prefeitura Municipal de Monte Carlo)

Competência: 06/2019

	Exercício Atual	Exercício Anterior
ATIVO (I)		
ATIVO FINANCEIRO	3.759.088,70	3.195.407,45
ATIVO PERMANENTE	30.713.081,21	27.729.402,78
Total do Ativo	34.472.169,91	30.924.810,23
PASSIVO (II)		
PASSIVO FINANCEIRO	427.474,13	488.596,99
PASSIVO PERMANENTE	1.149.268,74	1.601.611,65
Total do Passivo	1.576.742,87	2.090.208,64
SALDO PATRIMONIAL(III) = (I - II)	32.895.427,04	28.834.601,59





QUADRO DAS CONTAS DE COMPENSAÇÃO

Unidade Gestora: (288 / Prefeitura Municipal de Monte Carlo)

Competência: 06/2019

ATOS POTENCIAIS ATIVOS	Exercício Atual	Exercicio Anterior
Garantias e Contragarantias Recebidas	0,00	0,00
Direitos Conveniados e Outros Instrumentos Congêneres	0,00	0,00
Direitos Contratuais	22.308,19	22.308,19
Outros Atos Potenciais Ativos	0,00	0,00
Total dos Atos Potenciais Ativos	22.308,19	22.308,19

ATOS POTENCIAIS PASSIVOS	Exercício Atual	Exercicio Anterior
Garantias e Contragarantias Concedidas	0,00	0,00
Obrigações Conveniadas e Outros Instrumentos Congêneres	0,00	0,00
Obrigações Contratuais	1.295.542,79	768.273,09
Outros Atos Potenciais Passivos	0,00	0,00
Total dos Atos Potenciais Passivos	1.295.542,79	768.273,09





BALANÇO PATRIMONIAL - ANEXO 14
DEMONSTRATIVO DO SUPERÁVIT/DÉFICIT FINANCEIRO

Unidade Gestora: (288 / Prefeitura Municipal de Monte Carlo)

Competência: 06/2019

FONTES DE RECURSOS	Exercício Atual	Exercício Anterior
00 - Recursos Ordinários	9.391,60	10.957,19
07 - Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico - CIDE	1.969,76	9.381,91
08 - Contribuição para o Custeio dos Serviços de Iluminação Pública - COSIP	615.085,12	493.209,18
11 - Convênio de Trânsito - Civil	40.897,26	30.740,38
12 - Convênio de Trânsito - Prefeitura	26.383,19	65.409,84
18 - Transf. do FUNDEF/FUNDEB - (aplic. remuneração dos prof. do Magist. em efet exercício na Ed. Bá	339.501,43	67.174,95
32 - Transferências de Convênios – União/Educação	822,08	112.969,56
34 - Transferências de Convênios – União/Outros (não relacionados à educação/saúde/assistência socia	226.243,34	-91.397,93
35 - Transferências do Sistema Único de Assistência Social – SUAS/União	288.605,44	204.509,39
36 - Salário-Educação	1.213.490,50	1.490.552,41
37 - Outras Transferências do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – FNDE (não repassadas p	3.448,82	45.270,50
39 - Fundo Especial do Petróleo e Transferências Decorrentes de Compensação Financeira pela Exploraç	15.012,77	24.247,06
50 - Cessão onerosa - Lei nº 13.885/201	383.834,60	0,00
62 - Transferências de Convênios – Estado/Educação	10.752,65	55.498,07
64 - Transferências de Convênios – Estado/Outros (não relacionados à educação/saúde/assistência socia	161,63	63.540,97
65 - Transferências do Sistema Único de Assistência Social – SUAS/Estado	92.881,95	62.883,05
89 - Alienações de Bens destinados a Outros Programas	63.132,43	61.863,93
TOTAL	3.331.614,57	2.706.810,46

CERTIDÃO

Certifico que o presente processo foi redistribuído para o Relator original, nos termos da Portaria n. 540/2018 (que trata da distribuição dos processos das Administrações Públicas Municipais relativas às contas do exercício financeiro de 2019), tendo em vista que, inadvertidamente, o mesmo foi inicialmente distribuído com base na Portaria n. 985/2019 (que trata da distribuição dos processos das Administrações Públicas Municipais relativas às contas do exercício financeiro de 2020). E, para constar, eu, Marcos Antonio Fabre, Secretário Geral do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina, lavrei a presente certidão, que vai por mim assinada, aos dezenove dias do mês de maio do ano de dois mil e vinte.

MARCOS ANTONIO FABRE
Secretário Geral





PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE CARLO

Município de Monte Carlo

Conselho de Alimentação Escolar (CAE)

Parecer nº 01/2020

PROTOCOLO	
Nº	201
Livro	
Data	27/04/20
Hs.	09:31
Ass	

PRESTAÇÃO DE CONTAS RELATIVO AOS GASTOS ANUAIS DO CONSELHO DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR – CAE

I – RELATÓRIO

Trata-se de parecer do Conselho de Alimentação Escolar sobre o relatório anual de gestão, correspondente a Prestação de Contas de 2019 da Secretaria Municipal de Educação.

O Conselho de Alimentação Escolar como órgão colegiado superior, permanente, representativo, consultivo, deliberativo, normativo e fiscalizador, integrante da estrutura do município de Monte Carlo, e que tem por competência efetivar a participação da comunidade ao formular e propor estratégias, acompanhar e avaliar a execução da política educacional do município, inclusive nos seus aspectos econômicos e financeiros.

II – FUNDAMENTAÇÃO

De acordo com a Lei Municipal nº 711/09, de 26 de outubro de 2009, alterada pela Lei Municipal nº 728/10 de 01 de fevereiro de 2010, novamente alterada pela Lei Municipal nº 969/15 de 18 de agosto de 2015, que trata sobre o Conselho de Alimentação Escolar – CAE, este tem a função de fiscalizar e acompanhar a aplicação dos recursos federais transferidos a conta do PNAE.

Secretaria Municipal de
EDUCAÇÃO
CULTURA E ESPORTE
MONTE CARLO - SC

Tendo em vista, atender o estabelecido em Lei o presente Conselho de Alimentação Escolar analisou os relatórios fornecidos pelo técnico em contabilidade, responsável pelos dados contábeis da gestão em análise do ano de 2019.

Além dos relatórios, foram analisados também os gastos percentuais obrigatórios, os quais foram cumpridos.

Após intensa análise dos dados coletados, reuniões, solicitações de esclarecimentos, considera-se cumprida a aplicação dos recursos.

III – CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante do exposto após análise dos documentos acima citados, após a realização da reunião que deliberou sobre a análise da Prestação de Contas, o parecer deste Conselho de Alimentação Escolar é pela APROVAÇÃO da prestação de contas da Secretaria Municipal de Educação para o exercício de 2019.

Estando todos de acordo, abaixo assinamos o parecer com os membros presentes.

Monte Carlo, 27 de abril de 2020.

Nome	Cargo	Assinatura
Kelly Angela de Moraes Pieri	Presidente	Kelly Angela de Moraes Pieri
Marciana Osório	Vice-Presidente	
Angela Luzia Alves de Goss de Godoy	Secretária	Angela Luzia Alves de Goss de Godoy
Paulo Buyno	Membro	Paulo Buyno
Dhyan Carlos Maziero	Membro	
Claudia Zancan	Membro	Claudia Zancan
Genir dos Santos	Membro	
Fabiana Cordeiro Rizzi	Membro	Fabiana Cordeiro Rizzi
Maria Alves Fernandes de Godoy	Membro	
Célia Gomes	Membro	

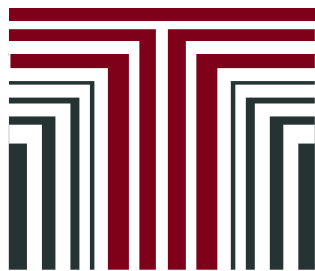
levar os check-list para realizar as visitas nas Unidades Escolas, Distribuir os membros para a visitação nas escolas preferencialmente nos dias de comida salgada e doces, Assistentes pertencentes ao CAE. Refere-se ao plano de Ação permanente, pois, está sendo, quanto ao checklist ficou a distribuição, Celis Franca para sua visita nas Unidades Escolas E.E.B.M. Harry traço e Kastinga e E.E.I.M. Criança Feliz, M. Fernandes na E.E.B.M. Siga Fortes e E.E.I.M.inho Infanti, Fabiana Rizzi nas Unidades Escolas E.E.B.M. Carlos Rogni e E.E.I. Fita e Kelly nas Unidades Escolas E.E.B.M. a Dusk e E.E.B.M. Maria do Rosário Fische Angela na E.E.I. Kinha Rodrigues de Moraes a todo sabido na APAE. Ficar atentos as atas para entrega de parecer da prestação de contas e do SIGECON, acompanhar a Gestão. Chada tendo mais a tratar a Presidente de Conselho da Alimentação e dar a senhora Kelly agradeceu pela presença de todos e a ata após ser lida e aprovada, na qual eu Secretário do CAE fiz o ato e assinou. Monte Carlo, 27 de fevereiro de 2020. Angela Leiza Alves de Goss de Goss Lúcia F. Gomes, Gerente - Gerente dos Serviços Maria Alves Fernandes de Godoy Carlos Buzo

Ata nº 31

Aos vinte e sete dias do mês de abril de dois mil e vinte reuniram-se os membros

do Conselho de Alimentação Escolar na sala de reuniões da Prefeitura Municipal de Educação, Cultura e Esporte para tratar os seguintes assuntos: prestação de contas e o parecer do ano de 2019. A presidente do Conselho de Alimentação Escolar iniciou a reunião com as boas vindas a todos e explicou, como já foi descrito, sobre a prestação de contas referente ao ano de exercício de dois mil e noventa e nove. Foi acordado com a Lei Municipal nº 711/09 de 25 de outubro de 2009, alterada pela Lei Municipal nº 728/10 de 03 de fevereiro, novamente alterada pela Lei Municipal nº 963/15 de 18 de agosto de 2015 que trata sobre o Conselho de Alimentação Escolar - CAE, este tem função de fiscalizar e acompanhar a aplicação dos recursos federais transferidos a conta de PNAE. Tendo em vista, atender o estabelecido em Lei, o presente Conselho de Alimentação Escolar analisou os relatórios fornecidos pelo técnico em contabilidade responsável pelas despesas contábeis da gestão em análise de ano de 2019. Além dos relatórios foram analisados também os questionamentos obrigatórios, os quais foram cumpridos. Após intensa análise de dados financeiros, receitas, solicitações de empenhos, consideramos cumprida a aplicação dos recursos. Diante do exposto após análise dos documentos acima citados, após realização da reunião que deliberou sobre análise da prestação de contas, e parecer deste Conselho de Alimentação Escolar é pela aprovação da

Prestação de contas da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto, do exercício de 2019. Estando todos de acordo, abraço aos presentes e parcerias, nada mais tendo a tratar a reunião foi encerrada com a presidente do CAE agradecendo a presença de todos a presente ata a qual eu Angela redigi a mesma, após lida e aprovada, data e assinada em Monte Carlo, 27 de abril de 2020. Angela e sua filha de Goss de Goss. Kelly Angela de Moraes e Carlos Augusto, Brindice Zanetti, Edir Edite de Paiva, Joqueline, Fabiana Bordado Rizzo, Marlei Vedovatto



TRIBUNAL
DE CONTAS
DE SANTA
CATARINA

PRESTAÇÃO DE CONTAS DA PREFEITA EXERCÍCIO DE 2019



Município de Monte Carlo

Data de Fundação – 27/09/1992

População: 9.866 habitantes (IBGE - 2017)

PIB: 137,06 (em milhões)
(IBGE - 2015)



SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	4
2. CARACTERIZAÇÃO DO MUNICÍPIO	5
2.1 Indicadores Estatísticos	5
2.2. Plano Diretor	6
3. ANÁLISE DA GESTÃO ORÇAMENTÁRIA	7
3.1. Apuração do resultado orçamentário	8
3.2. Análise do resultado orçamentário	8
3.3. Análise das receitas e despesas orçamentárias	9
4. ANÁLISE DA GESTÃO PATRIMONIAL E FINANCEIRA	18
4.1. Situação Patrimonial	18
4.2. Análise do resultado financeiro	20
4.2.1. Análise do resultado financeiro por especificação de fontes de recursos	20
4.3. Análise da evolução patrimonial e financeira	23
5. ANÁLISE DO CUMPRIMENTO DE LIMITES	26
5.1. Saúde	26
5.2. Ensino	28
5.2.1. Limite de 25% das receitas de impostos e transferências	28
5.2.2. FUNDEB	30
5.3. Limites de gastos com pessoal (LRF)	33
5.3.1. Limite máximo para os gastos com pessoal do Município	33
5.3.2. Limite máximo para os gastos com pessoal do Poder Executivo	34
5.3.3. Limite máximo para os gastos com pessoal do Poder Legislativo	36
5.3.4 Análise do retorno da Despesa de Pessoal do Poder Executivo (art. 20, III, "b", c/c artigos 23 c/c 66 da Lei Complementar nº 101/2000)	38
6. CONSELHOS MUNICIPAIS	39
6.1. Conselho Municipal de Acompanhamento e Controle Social do FUNDEB (CACS – FUNDEB)	40
6.2. Conselho Municipal de Saúde (CMS)	41
6.3. Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente	44

6.4. Conselho Municipal de Assistência Social (CMAS)	45
6.5. Conselho Municipal de Alimentação Escolar (CMAE)	45
6.6. Conselho Municipal do Idoso (ou da Pessoa Idosa ou dos Direitos da Pessoa Idosa)	47
7. DO CUMPRIMENTO DA LEI COMPLEMENTAR Nº 131/2009 E DO DECRETO FEDERAL Nº 7.185/2010	47
8. POLÍTICAS PÚBLICAS.....	51
8.1. Monitoramento do Plano Nacional de Saúde – Pactuação Interfederativa 2017-2021	52
8.2. Monitoramento das Metas do Plano Nacional de Educação - PNE	53
8.2.1. Monitoramento da Meta 1 do PNE: Educação Infantil	54
8.2.2. Taxa de atendimento em Creche	54
8.2.3. Taxa de atendimento na Pré-escola	56
8.2.4 – Avaliação da vinculação das metas da educação do PNE previstas na LOA ..	57
9. RESTRIÇÕES APURADAS	61
10. SÍNTESE DO EXERCÍCIO DE 2019	62
CONCLUSÃO	63
INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES	65
APÊNDICE	66

PROCESSO	PCP 20/00097299
UNIDADE	Município de Monte Carlo
RESPONSÁVEL	Sra. Sônia Salete Vedovatto - Prefeita Municipal
ASSUNTO	Prestação de Contas da Prefeita referente ao ano de 2019
RELATÓRIO N°	92/2020

INTRODUÇÃO

O Tribunal de Contas de Santa Catarina, no uso de suas competências para a efetivação do controle externo consoante disposto no artigo 31, § 1º, da Constituição Federal e dando cumprimento às atribuições assentes nos artigos 113 da Constituição Estadual e 50 e 54 da Lei Complementar nº 202/2000, procedeu ao exame das Contas apresentadas pela Prefeita de Monte Carlo, relativas ao exercício de 2019.

O presente Relatório abrange a análise do Balanço Anual do exercício financeiro de 2019 e as informações dos registros contábeis e de execução orçamentária enviadas por meio eletrônico, buscando evidenciar os resultados alcançados pela Administração Municipal, em atendimento às disposições do artigo 7º da Instrução Normativa nº TC-20/2015 e artigo 22 da Instrução Normativa nº TC-02/2001, bem como o artigo 3º, I da Instrução Normativa nº TC-04/2004.

A referida análise deu-se basicamente na situação Patrimonial, Financeira e na Execução Orçamentária do Município, não envolvendo o exame de legalidade e legitimidade dos atos de gestão, o resultado de eventuais auditorias oriundas de denúncias, representações e outras, que devem integrar processos específicos, a serem submetidos à apreciação deste Tribunal de Contas.

No que tange a análise da situação Patrimonial e Financeira foram abordados aspectos sobre a composição do Balanço, apuração do resultado financeiro e de quocientes patrimoniais e financeiros para auxiliar a análise dos resultados ao longo dos últimos cinco exercícios.

Registre-se que a média regional indicada no presente relatório corresponde à respectiva Associação de Municípios que abrange Monte Carlo, sendo que as médias do exercício em análise foram geradas em 09/06/2020 conforme base de dados constituída a partir das informações bimestrais encaminhadas pelos municípios através do Sistema e-Sfinge e as médias dos exercícios anteriores a partir dos dados analisados, julgados ou apreciados por este Tribunal.

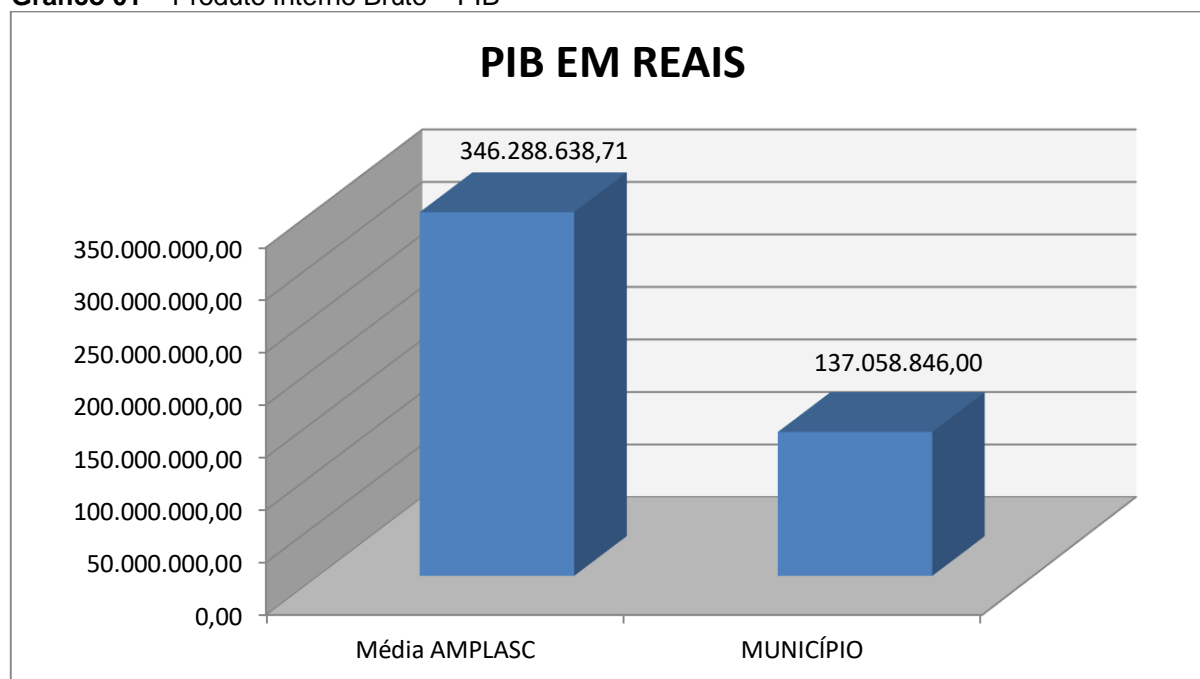
Com referência a análise da Gestão Orçamentária tomou-se por base os instrumentos legais do processo orçamentário, a execução do orçamento de forma consolidada a apuração e a evolução do resultado orçamentário, atentando-se para o cumprimento dos limites constitucionais e legais estabelecidos no ordenamento jurídico vigente.

2. CARACTERIZAÇÃO DO MUNICÍPIO

2.1 Indicadores Estatísticos

O Município de Monte Carlo tem uma população estimada em 9.866¹ habitantes e Índice de Desenvolvimento Humano de 0,64². O Produto Interno Bruto alcançava o valor de R\$ 137.058.846,00³, revelando um PIB per capita à época de R\$ 14.007,04, considerando uma população estimada em 2017 de 9.785 habitantes.

Gráfico 01 – Produto Interno Bruto – PIB



Fonte: IBGE – 2015

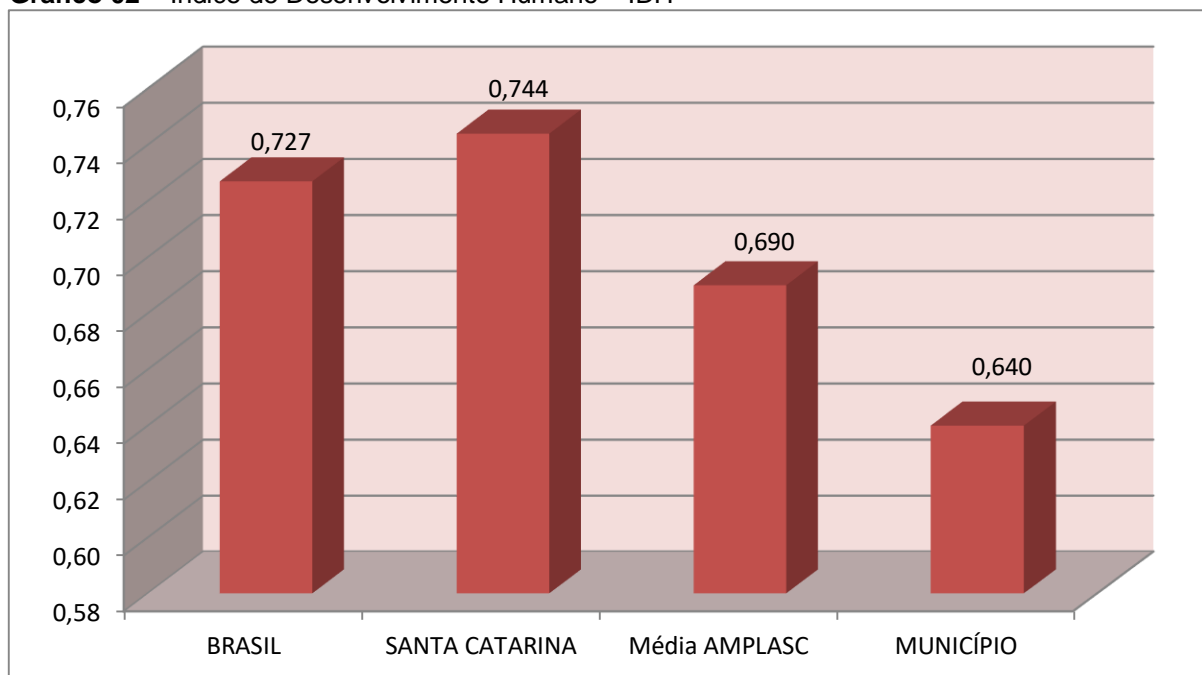
No tocante ao desenvolvimento econômico e social mensurado pelo IDH/PNUD/2010, o Município de Monte Carlo encontra-se na seguinte situação:

¹ IBGE - 2017

² PNUD - 2010

³ Produto Interno Bruto dos Municípios – IBGE/2015

Gráfico 02 – Índice de Desenvolvimento Humano – IDH



Fonte: PNUD – 2010

2.2. Plano Diretor

O Plano Diretor, previsto no artigo 182 da Constituição Federal, foi regulamentado pela Lei Federal n.º 10.257, de 10 de julho de 2001 – Estatuto das Cidades, cuja obrigatoriedade está definida no artigo 41 e o prazo para revisão consta do § 3º do artigo 40, a saber.

Art. 40. O plano diretor, aprovado por lei municipal, é o instrumento básico da política de desenvolvimento e expansão urbana.

[...]

§ 3º. A lei que instituir o plano diretor deverá ser revista, pelo menos, a cada dez anos.

Art. 41. O plano diretor é obrigatório para cidades:

I – com mais de vinte mil habitantes

II – integrantes de regiões metropolitanas e aglomerações urbanas;

III – onde o Poder Público pretenda utilizar os instrumentos previstos no § 4º do art. 182 da Constituição Federal;

IV – integrantes de áreas de especial interesse turístico;

V – inseridas na área de influência de empreendimentos ou atividades com significativo impacto ambiental de âmbito regional ou nacional.

VI - incluídas no cadastro nacional de Municípios com áreas suscetíveis à ocorrência de deslizamentos de grande impacto, inundações bruscas ou processos geológicos ou

hidrológicos correlatos. (Incluído pela Lei nº 12.608, de 2012)

De acordo com os enquadramentos que tornam a elaboração do Plano Diretor obrigatório e respectivo prazo para revisão, conforme disciplinado por meio da Lei Municipal (5 anos), tem-se configurada a seguinte situação:

LEI	DATA	REQUISITOS DE ENQUADRAMENTO (Incisos do art. 41 da Lei Federal nº 10.257/01)	PRAZO PARA REVISÃO
Lei Complementar 07	05/03/2004	II	2009

Fonte: Resposta do Ofício Circular TCE/DMU n.º 92/2018, fls. 213 do PCP 18/00307109.

*<https://www.montecarlo.sc.gov.br/legislacao/index/detalhes/codMapaltem/6743/codNorma/201370>. Acesso em 09/06/2020.

Portanto, o Município possui Plano Diretor, no entanto, não houve a sua revisão nos termos do art. 8 da Lei Complementar Municipal nº 07/2004.*

Obs.: Considera-se revisado nos casos de alteração substancial do Plano Diretor, inclusive com a realização de audiências públicas.

3. ANÁLISE DA GESTÃO ORÇAMENTÁRIA

A análise da gestão orçamentária envolve os seguintes aspectos: demonstração da apuração do resultado orçamentário do presente exercício, com a demonstração dos valores previstos ou autorizados pelo Poder Legislativo; apurando-se quocientes que demonstram a evolução relativa do resultado da execução orçamentária do Município; a demonstração da execução das receitas e despesas, cotejando-as com os valores orçados, bem como a evolução do esforço tributário, IPTU per capita e o esforço de cobrança da dívida ativa. Por fim, apura-se o total da receita com impostos (incluídas as transferências de impostos) e a receita corrente líquida.

Segue abaixo os instrumentos de planejamento aplicáveis ao exercício em análise, as datas das audiências públicas realizadas e o valor da receita e despesa inicialmente orçadas:

Quadro 01 – Leis Orçamentárias

LEIS		DATA DAS AUDIÊNCIAS	RECEITA ESTIMADA	29.610.000,00
PPA	1064/2017	Não Informado		
LDO	1123/2018	Não Informado	DESPESA FIXADA	29.610.000,00
LOA	1127/2018	Não Informado		

3.1. Apuração do resultado orçamentário

O confronto entre a receita arrecadada e a despesa realizada, resultou no Superávit de execução orçamentária da ordem de **R\$ 688.765,20**, correspondendo a **2,18%** da receita arrecadada.

Salienta-se que o resultado consolidado, Superávit de R\$ 688.765,20, é composto pelo resultado do Orçamento Centralizado - Prefeitura Municipal, Superávit de R\$ 583.325,74 e do conjunto do Orçamento das demais Unidades Municipais Superávit de R\$ 105.439,46.

Assim, a execução orçamentária do Município pode ser demonstrada, sinteticamente, da seguinte forma:

Quadro 02 – Demonstração do Resultado da Execução Orçamentária (em Reais) – 2019

Descrição	Previsão/Autorização	Execução	% Executado
RECEITA	29.610.000,00	31.666.226,71	106,94
DESPESA (considerando as alterações orçamentárias)	35.212.693,62	30.977.461,51	87,97
Superávit de Execução Orçamentária		688.765,20	

Fonte: Demonstrativos do Balanço Geral consolidado.

Obs.: A divergência, no valor de **R\$ 80.289,53**, entre a variação do patrimônio financeiro (R\$ 769.054,73) e o resultado da execução orçamentária (R\$ 688.765,20), refere-se ao cancelamento de Restos a Pagar do Município.

3.2. Análise do resultado orçamentário

A análise da evolução do resultado orçamentário é facilitada com o uso de quocientes, pois os resultados absolutos expressos nas demonstrações contábeis são relativizados, permitindo a comparação de dados entre exercícios e Municípios distintos.

A seguir é exibido quadro que evidencia a evolução do Quociente de Resultado Orçamentário do Município de Monte Carlo nos últimos 5 anos:

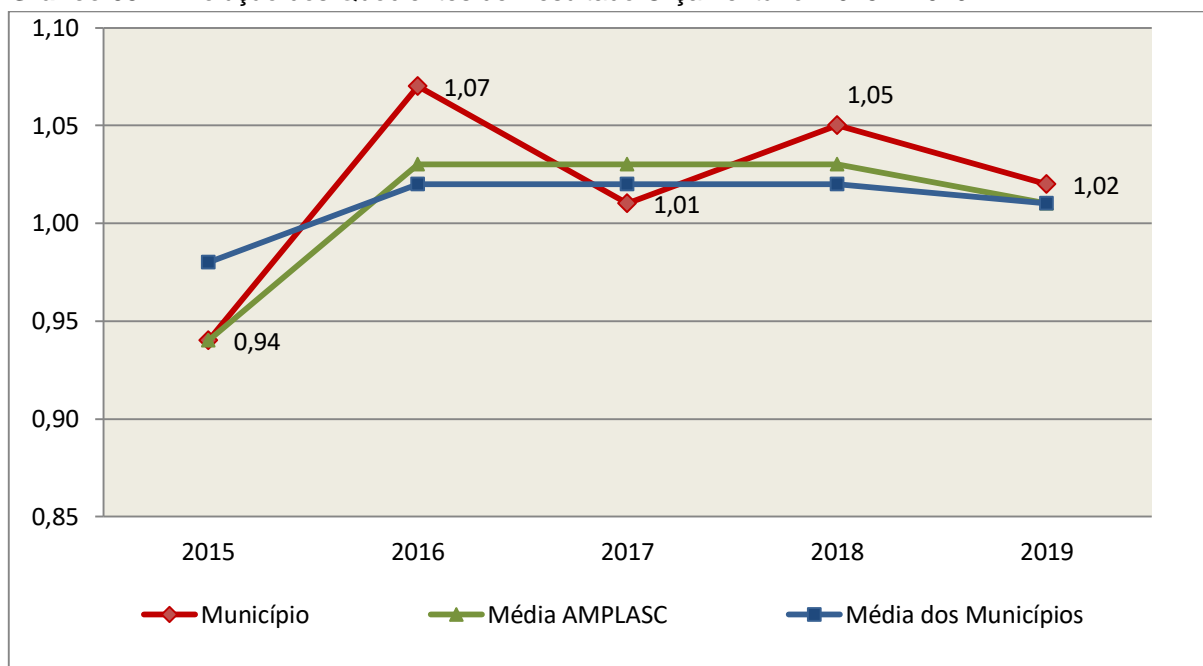
Quadro 03 – Quocientes de Resultado Orçamentário – 2015-2019

ITENS / ANO	2015	2016	2017	2018	2019
1 Receita realizada	22.676.693,49	27.604.748,79	26.714.031,74	29.386.507,69	31.666.226,71
2 Despesa executada	24.094.667,07	25.693.505,06	26.489.692,32	28.082.989,15	30.977.461,51
QUOCIENTE	2015	2016	2017	2018	2019
Resultado Orçamentário (1÷2)	0,94	1,07	1,01	1,05	1,02

Fonte: Demonstrativos do Balanço Geral Consolidado e análise técnica.

O resultado orçamentário pode ser verificado por meio do quociente entre a receita orçamentária e a despesa orçamentária. Quando esse indicador for superior a 1,00 tem-se que o resultado orçamentário foi superavitário (receitas superiores às despesas).

Gráfico 03 – Evolução dos Quocientes de Resultado Orçamentário: 2015 – 2019



Fonte: Demonstrativos dos Balanços Gerais consolidados e análise técnica.

3.3. Análise das receitas e despesas orçamentárias

Os quadros que sintetizam a execução das receitas e despesas no exercício trazem também os valores previstos ou autorizados pelo Legislativo Municipal, de forma que se possa avaliar a destinação de recursos pelo Poder Executivo, bem como o cumprimento de imposições constitucionais.

No âmbito do Município, a receita orçamentária pode ser entendida como os recursos financeiros arrecadados para fazer frente às suas despesas.

A receita arrecadada do exercício em exame atingiu o montante de **R\$ 31.666.226,71**, equivalendo a **106,94%** da receita orçada.

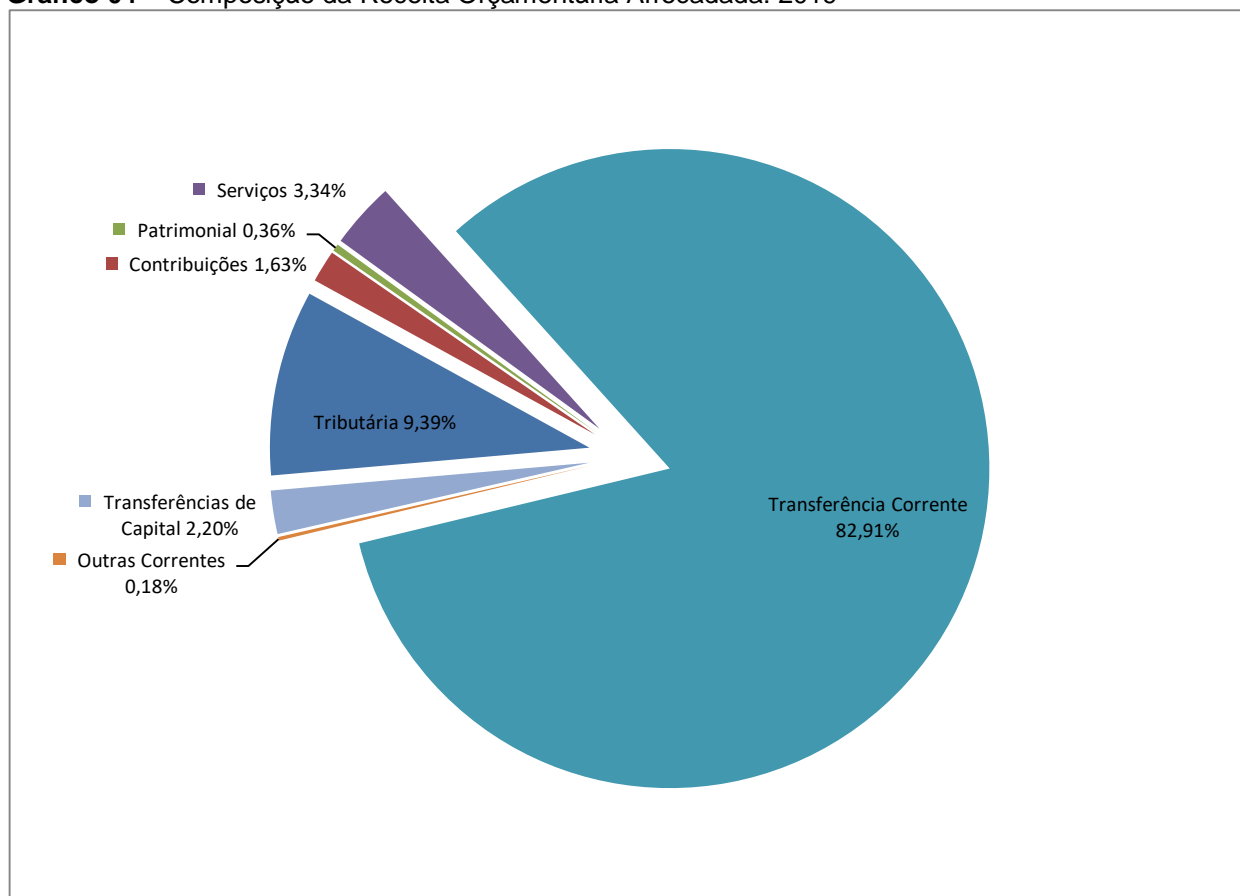
As receitas por origem e o cotejamento entre os valores previstos e os arrecadados são assim demonstrados:

Quadro 04 – Comparativo da Receita Orçamentária Prevista e Arrecadada (em Reais): 2019

RECEITA POR ORIGEM	PREVISÃO	ARRECADAÇÃO	% ARRECADADO
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	2.476.800,00	2.974.227,20	120,08
Receita de Contribuições	480.000,00	515.245,26	107,34
Receita Patrimonial	123.500,00	114.970,39	93,09
Receita Agropecuária	11.500,00	-	-
Receita de Serviços	1.218.000,00	1.057.218,71	86,80
Transferências Correntes	24.490.200,00	26.252.995,59	107,20
Outras Receitas Correntes	790.000,00	56.303,90	7,13
RECEITA CORRENTE	29.590.000,00	30.970.961,05	104,67
Transferências de Capital	20.000,00	695.265,66	3.476,33
RECEITA DE CAPITAL	20.000,00	695.265,66	3.476,33
TOTAL DA RECEITA	29.610.000,00	31.666.226,71	106,94

Fonte: ¹Dados do Sistema e-Sfinge – Módulo Planejamento e ²Demonstrativos do Balanço Geral consolidado.

Gráfico 04 – Composição da Receita Orçamentária Arrecadada: 2019

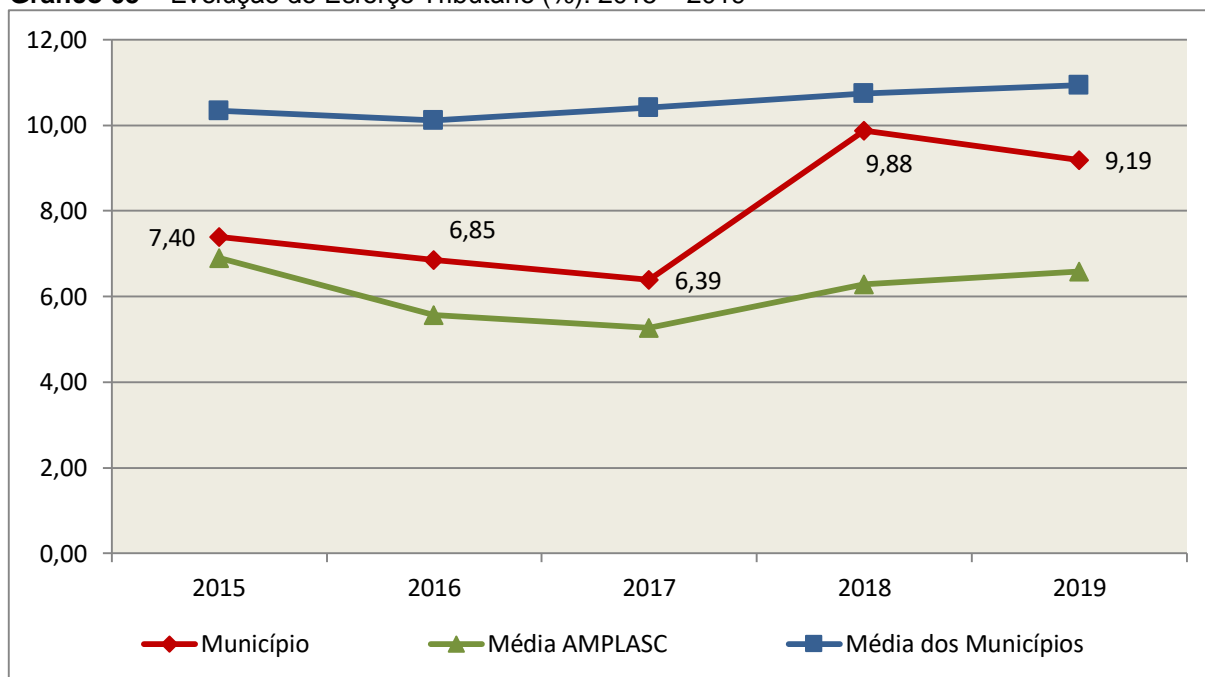


Fonte: Demonstrativos do Balanço Geral consolidado.

O gráfico anterior apresenta a relação de cada receita por origem com o total arrecadado no exercício. Destaca-se que parcela significativa da receita, **82,91%**, está concentrada nas transferências correntes.

Um aspecto importante a ser analisado na gestão da receita orçamentária pode ser traduzido como “esforço tributário”. O gráfico que segue mostra a evolução da receita tributária em relação ao total das receitas correntes do Município.

Gráfico 05 – Evolução do Esforço Tributário (%): 2015 – 2019

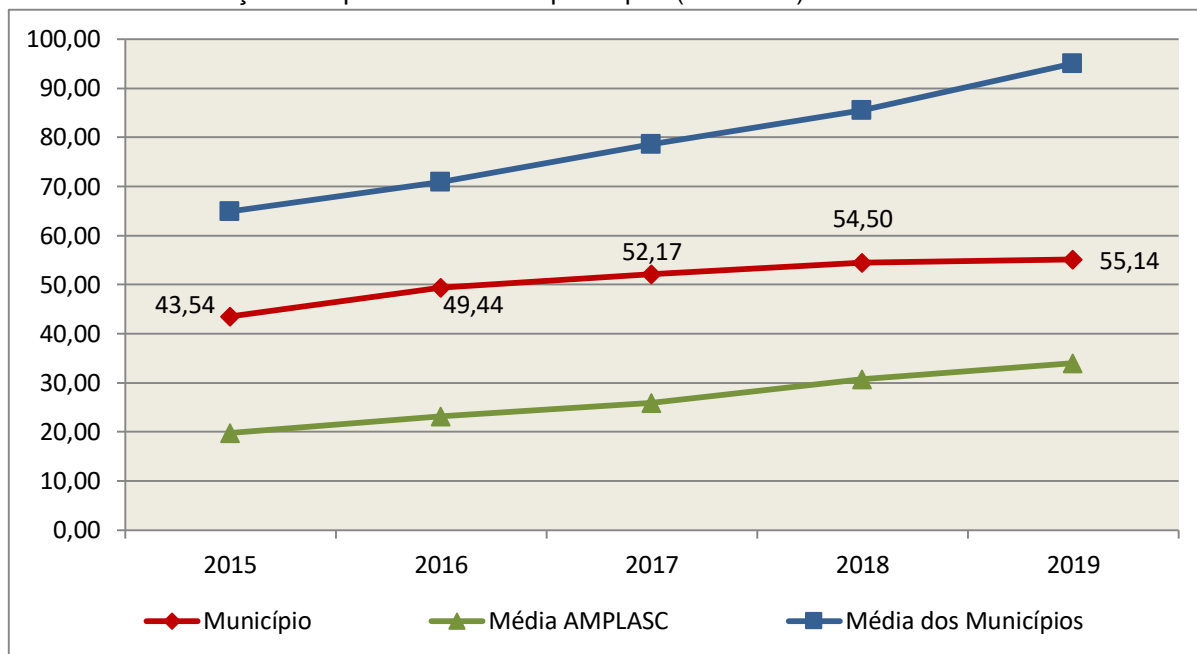


Fonte: Demonstrativos dos Balanços Gerais consolidados e análise técnica.

Relativamente às receitas arrecadadas, deve-se dar destaque às receitas próprias com impostos no exercício da competência tributária estabelecida constitucionalmente e exigida pela Lei de Responsabilidade Fiscal.

Nesse sentido, destaca-se no gráfico a seguir a evolução do IPTU arrecadado *per capita* nos últimos 5 (cinco) anos.

Gráfico 06 – Evolução Comparativa do IPTU per capita (em Reais): 2015 – 2019



Fonte: Demonstrativos dos Balanços Gerais consolidados, IBGE e análise técnica.

A Dívida Ativa apresentou o seguinte comportamento no exercício em análise:

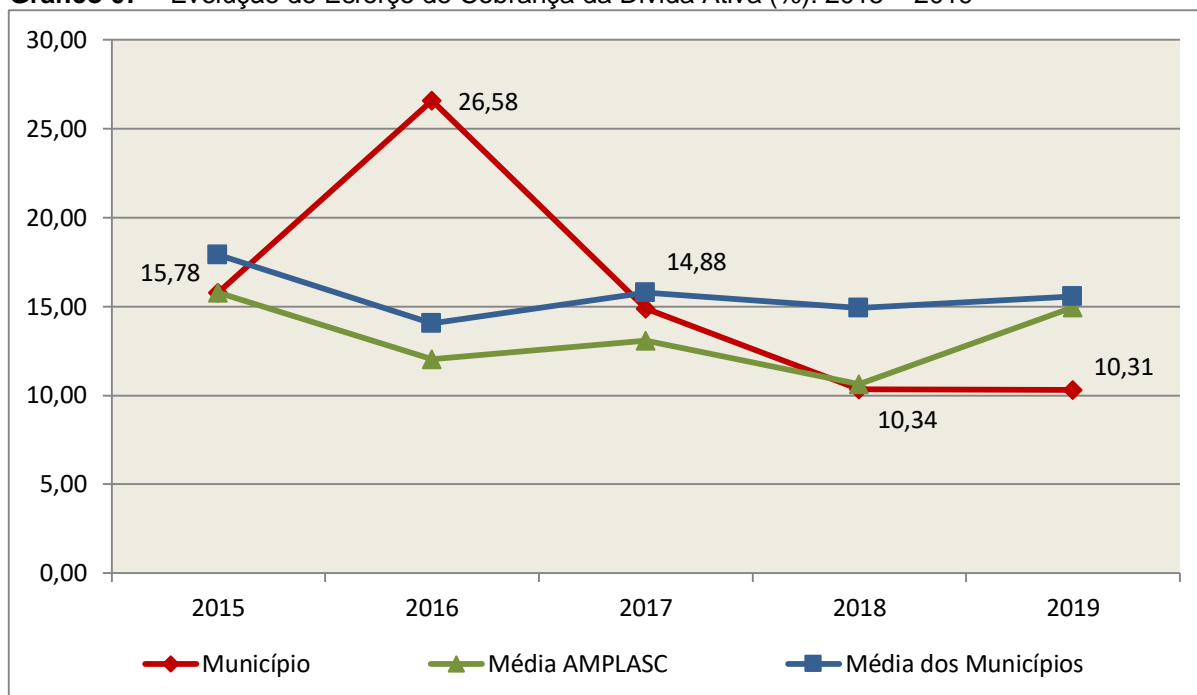
Quadro 05 – Movimentação da Dívida Ativa (em Reais): 2019

Saldo Anterior	Inscrição/Transferências/Atualização	Recebimento	Transferências/Outras Baixas	Saldo Final
2.623.722,53	4.761.363,08	270.555,81	3.600.552,17	3.513.977,63

Fonte: Demonstrativos dos Balanços Gerais consolidados.

Importante também analisar a eficiência na cobrança da dívida ativa ao longo dos últimos cinco anos. O gráfico seguinte mostra o percentual de dívida ativa recebida em relação ao saldo do exercício anterior:

Gráfico 07 – Evolução do Esforço de Cobrança da Dívida Ativa (%): 2015 – 2019



Fonte: Demonstrativos dos Balanços Gerais consolidados e análise técnica.

No tocante as despesas executadas em contraposição às orçadas (incluindo as alterações orçamentárias), segundo a classificação funcional, tem-se a demonstração do próximo quadro:

Quadro 06 – Comparativo entre a Despesa por Função de Governo Autorizada e Executada: 2019

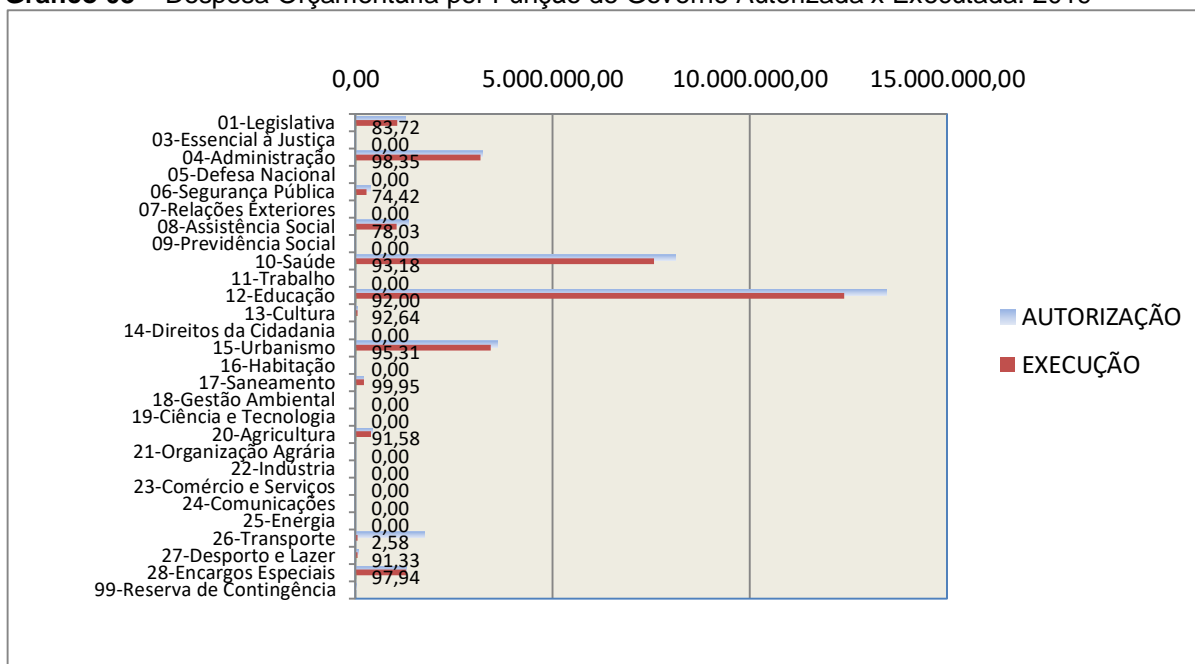
DESPESA POR FUNÇÃO DE GOVERNO	AUTORIZAÇÃO ¹ (R\$)	EXECUÇÃO ² (R\$)	% EXECUTADO
01-Legislativa	1.263.089,31	1.057.462,42	83,72
04-Administração	3.223.000,00	3.169.717,73	98,35
06-Segurança Pública	383.000,00	285.014,15	74,42
08-Assistência Social	1.327.635,40	1.035.905,59	78,03
10-Saúde	8.124.692,77	7.570.256,12	93,18
12-Educação	13.462.685,82	12.385.096,28	92,00
13-Cultura	47.000,00	43.540,18	92,64
15-Urbanismo	3.602.939,66	3.433.923,19	95,31
17-Saneamento	220.600,00	220.490,64	99,95
20-Agricultura	433.125,24	396.677,20	91,58
26-Transporte	1.738.225,42	44.842,30	2,58
27-Desporto e Lazer	60.000,00	54.797,04	91,33
28-Encargos Especiais	1.306.700,00	1.279.738,67	97,94
99-Reserva de Contingência	20.000,00	-	-
TOTAL DA DESPESA	35.212.693,62	30.977.461,51	87,97

Fontes: ¹Dados do Sistema e-Sfinge – Módulo Planejamento e ²Demonstrativos do Balanço Geral consolidado.

A análise entre despesa autorizada e executada configura-se importante quando se tem como objetivo subsidiar o parecer prévio, permitindo identificar quais funções foram priorizadas ou contingenciadas em relação à deliberação legislativa no tocante ao orçamento municipal.

O gráfico seguinte demonstra o cotejamento entre as despesas autorizadas e executadas segundo as funções de governo. Trata-se de uma representação gráfica do Quadro anterior.

Gráfico 08 – Despesa Orçamentária por Função de Governo Autorizada x Executada: 2019



Fonte: Demonstrativos do Balanço Geral consolidado e análise técnica.

A evolução das despesas executadas por função de governo está demonstrada no quadro a seguir:

Quadro 07 – Evolução das Despesas Executadas por Função de Governo (em Reais): 2015 – 2019

DESPESA POR FUNÇÃO DE GOVERNO	2015	2016	2017	2018	2019
01-Legislativa	841.191,80	844.389,82	957.024,83	987.721,05	1.057.462,42
04-Administração	2.337.717,98	2.563.103,81	2.703.102,99	2.770.912,63	3.169.717,73
06-Segurança Pública	133.648,89	120.993,91	131.856,25	135.396,85	285.014,15
08-Assistência Social	632.414,02	694.160,35	796.098,48	961.431,91	1.035.905,59
10-Saúde	6.124.522,99	6.419.129,91	7.180.093,60	7.202.391,79	7.570.256,12
12-Educação	9.656.371,87	9.790.519,09	9.835.587,72	10.901.969,96	12.385.096,28
13-Cultura	8.557,70	1.625,40	24.999,93	23.867,23	43.540,18
15-Urbanismo	1.854.946,23	2.477.968,50	2.910.479,86	2.961.286,61	3.433.923,19
17-Saneamento	737.214,19	155.728,00	165.558,96	213.924,23	220.490,64
20-Agricultura	318.939,68	148.635,35	306.780,66	334.962,36	396.677,20
26-Transporte	864.351,75	1.853.700,45	261.576,57	248.061,93	44.842,30
27-Desporto e Lazer	277.460,71	141.986,93	120.446,31	51.917,42	54.797,04
28-Encargos Especiais	307.329,26	481.563,54	1.096.086,16	1.289.145,18	1.279.738,67
TOTAL DA DESPESA REALIZADA	24.094.667,07	25.693.505,06	26.489.692,32	28.082.989,15	30.977.461,51

Fonte: Demonstrativos do Balanço Geral consolidado.

No quadro a seguir, demonstra-se a apuração das receitas decorrente de impostos, informação utilizada no cálculo dos limites com saúde e educação.

Quadro 08 – Apuração da Receita com Impostos: 2019

RECEITAS COM IMPOSTOS (incluídas as transferências de impostos)	Valor (R\$)	%
Imposto Predial e Territorial Urbano	544.035,80	3,21
Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza	397.022,74	2,34
Imposto sobre a Renda e Proventos de qualquer Natureza	375.209,49	2,21
Imposto s/Transmissão Inter vivos de Bens Imóveis e Direitos Reais sobre Bens Imóveis	844.291,75	4,98
Cota-Parte do ICMS	5.803.544,95	34,22
Cota-Parte do IPVA	601.064,02	3,54
Cota-Parte do IPI sobre Exportação	74.317,37	0,44
Cota-Parte do FPM	7.414.834,46	43,72
Cota-Parte do FPM (1%, entregue no mês de julho) - art. 159, I, alínea “e” da C.F. e Emenda Constitucional nº 84, de 2014	315.140,73	1,86
Cota-Parte do FPM (1%, entregue no mês de dezembro) - art. 159, I, alínea “d” da C.F.	327.230,35	1,93
Cota-Parte do ITR	147.331,40	0,87
Receita de Dívida Ativa Proveniente de Impostos	116.919,78	0,69
TOTAL DA RECEITA COM IMPOSTOS (Base de cálculo para a Educação)	16.960.942,84	100,00
(-) Cota-Parte do FPM (1%, entregue no mês de julho) - art. 159, I, alínea “e” da C.F. e Emenda Constitucional nº 84, de 2014	315.140,73	
(-) Cota-Parte do FPM(1%, entregue no mês de dezembro) - art. 159, I, alínea “d” da C.F.	327.230,35	
TOTAL DA RECEITA COM IMPOSTOS (Base de cálculo para a Saúde)	16.318.571,76	100,00

Fonte: Demonstrativos do Balanço Geral consolidado.

O ingresso de recursos provenientes de impostos tem importância na gestão orçamentária municipal, eis que serve como denominador dos percentuais mínimos de aplicação em saúde e educação.

Da mesma forma, o total da Receita Corrente Líquida (RCL), demonstrado no quadro seguinte, serve como parâmetro para o cálculo dos percentuais máximos das despesas de pessoal estabelecidos na Lei de Responsabilidade Fiscal.

Quadro 09 – Apuração da Receita Corrente Líquida: 2019

DEMONSTRATIVO DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA DO MUNICÍPIO	Valor (R\$)
Receitas Correntes Arrecadadas	33.779.177,30
(-) Dedução das receitas para formação do FUNDEB	2.808.216,25
TOTAL DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA	30.970.961,05

Fonte: Demonstrativos do Balanço Geral consolidado.

O valor das transferências correntes obrigatórias da União relativas às emendas individuais e de bancada serão excluídos do cálculo da Receita Corrente Líquida para fins de aplicação dos limites de despesas com pessoal (Item 5.3, deste Relatório), conforme determinam os parágrafos 13 e 16 do artigo 166 da Constituição Federal.

TOTAL DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA	30.970.961,05
(-) Transferências correntes obrigatórias da União relativas às emendas individuais (art. 166 da CF, §13)*	1.231.895,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA PARA CÁLCULO DOS LIMITES DE ENDIVIDAMENTO	29.739.066,05
(-) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas de bancada (art. 166, § 16, da CF)	0,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA (para fins de verificação do limite do gasto de pessoal – Item 5.3 deste Relatório)	29.739.066,05

*Fonte: Anexos 2 e 10 Consolidado, fls. 8 e 47 do processo.

4. ANÁLISE DA GESTÃO PATRIMONIAL E FINANCEIRA

A análise compreendida neste capítulo consiste em demonstrar a situação patrimonial existente ao final do exercício, em contraposição à situação existente no final do exercício anterior; discriminando especificamente a variação da situação financeira do Município e sua capacidade de pagamento de curto prazo.

4.1. Situação Patrimonial

A situação patrimonial do Município está assim demonstrada:

Quadro 10 – Balanço Patrimonial do Município de Monte Carlo (em Reais): 2019

ATIVO	2018	2019	PASSIVO	2018	2019
ATIVO CIRCULANTE	6.026.081,20	8.488.262,17	PASSIVO CIRCULANTE	1.247.744,53	1.202.990,87
<u>Caixa e Equivalentes de Caixa</u>	4.844.647,63	5.701.414,69	Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais a Pagar a Curto Prazo	152.665,95	365.296,23
<u>Créditos a Curto Prazo</u>	525.339,80	1.871.082,26	Empréstimos e Financiamentos a Curto Prazo	436.665,42	-
Créditos Tributários a Receber	-	715.209,07	Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo	256.521,34	420.203,29
Créditos de Transferências a Receber	259.721,71	259.721,71	Demais Obrigações a Curto Prazo	401.891,82	417.491,35
Dívida Ativa Tributária	125.864,13	893.994,19			
Dívida Ativa Não Tributária	139.753,96	2.157,29			
<u>Demais Créditos e Valores a Curto Prazo</u>	207.207,62	207.207,62			
<u>Investimentos e Aplicações Temporárias a Curto Prazo</u>	940,00	940,00			
Títulos e valores mobiliários	940,00	940,00			
<u>Estoques</u>	366.223,82	699.921,06			
<u>Variação Patrimoniais Diminutivas Pagas Antecipadamente</u>	81.722,33	7.696,54			
<u>Ativo Não Circulante Mantido para Venda</u>	-	-			
ATIVO NÃO CIRCULANTE	31.736.559,42	33.367.101,95	PASSIVO NÃO CIRCULANTE	685.947,47	659.399,64
<u>Ativo Realizável a Longo Prazo</u>	2.317.472,36	2.577.194,07	Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais a Pagar a Longo Prazo	-	130.907,14
Créditos a Longo Prazo	2.317.472,36	2.577.194,07	Empréstimos e Financiamentos a Longo Prazo	168.315,17	168.315,17
Dívida Ativa Tributária	1.814.626,71	2.074.348,42	Fornecedores a Longo Prazo	517.632,30	360.177,33
Dívida Ativa Não Tributária	543.477,73	543.477,73			
(-) Ajuste de Perdas de Créditos a Longo Prazo	-40.632,08	-40.632,08			
<u>Investimentos</u>	90.891,44	90.891,44	TOTAL DO PASSIVO	1.933.692,00	1.862.390,51
Participações Permanentes	90.891,44	90.891,44			
Participações Avaliadas pelo Método de Equivalência Patrimonial	90.891,44	90.891,44			
<u>Imobilizado</u>	29.328.195,62	30.699.016,44			
Bens Móveis	11.823.273,74	12.336.483,94			
(-) Depreciação, exaustão e amortizações acumuladas - Bens Móveis)	-24.029,68	-97.165,61			
Bens Imóveis	17.528.951,56	18.459.698,11	PATRIMÔNIO LÍQUIDO	35.828.948,62	39.992.973,61
TOTAL	37.762.640,62	41.855.364,12	Patrimônio Social e Capital Social	26.717.437,61	26.717.437,61
			Resultados Acumulados	9.111.511,01	13.275.536,00
			Resultado do Exercício	2.323.933,63	4.164.024,99
			Resultado de Exercícios Anteriores	6.474.180,90	9.111.511,01
			Ajustes de exercícios anteriores	313.396,48	-
			TOTAL	37.762.640,62	41.855.364,12

Fonte: Demonstrativos do Balanço Geral Consolidado.

4.2. Análise do resultado financeiro

Dentre os componentes patrimoniais é relevante no processo de análise das contas municipais, para fins de emissão do parecer prévio, a verificação da evolução do patrimônio financeiro e, sobretudo, a apuração da situação financeira no final do exercício, eis que a existência de passivos financeiros superiores a ativos financeiros revela restrições na capacidade de pagamento do Município frente às suas obrigações financeiras de curto prazo.

O confronto entre o Ativo Financeiro e o Passivo Financeiro do exercício encerrado resulta em Superávit Financeiro de **R\$ 5.014.689,17** e a sua correlação demonstra que para cada R\$ 1,00 (um real) de recursos financeiros existentes, o Município possui **R\$ 0,12** de dívida de curto prazo.

Em relação ao exercício anterior, ocorreu variação positiva de **R\$ 769.054,73** passando de um Superávit de R\$ 4.245.634,44 para um Superávit de **R\$ 5.014.689,17**.

Registre-se que a Prefeitura apresentou um Superávit de **R\$ 3.331.614,57**.

Dessa forma, a variação do patrimônio financeiro do Município durante o exercício é demonstrada no quadro seguinte:

Quadro 11 – Variação do patrimônio financeiro do Município (em Reais) – 2018 - 2019

Grupo Patrimonial	Saldo inicial	Saldo final	Variação
Ativo Financeiro	4.849.864,78	5.706.631,84	856.767,06
Passivo Financeiro	604.230,34	691.942,67	87.712,33
Saldo Patrimonial Financeiro	4.245.634,44	5.014.689,17	769.054,73

Fonte: Demonstrativos do Balanço Geral consolidado.

Obs.: A divergência, no valor de **R\$ 80.289,53**, entre a variação do patrimônio financeiro (R\$ 769.054,73) e o resultado da execução orçamentária (R\$ 688.765,20), refere-se ao cancelamento de Restos a Pagar do Município.

4.2.1. Análise do resultado financeiro por especificação de fontes de recursos

A situação financeira analisada neste item tem como objetivo demonstrar o confronto entre os recursos financeiros e as respectivas obrigações financeiras, segregadas por vínculo de recurso.

Referida análise atende ao que determina o artigo 8º, 50, I da Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF, ou seja, vincular os recursos a sua disponibilidade específica.

Para o cálculo utilizou-se os seguintes critérios:

a) FR – Fonte de Recursos: refere-se à discriminação das especificações das fontes de recursos, conforme tabela de destinação de receita deste Tribunal de Contas;

b) Disponibilidade de Caixa Bruta: constitui-se dos saldos recursos financeiros (caixa, bancos, aplicações financeiras e outras disponibilidades financeiras) em 31/12/2016, segregados por especificações de fontes de recursos;

c) Obrigações financeiras: representa os valores, igualmente por disponibilidade de fontes de recursos, dos depósitos de terceiros e resultantes de consignações, cauções, outros depósitos de diversas origens e dos restos a pagar, sendo que, este último refere-se às despesas empenhadas, liquidadas ou não, e que estão pendentes de pagamento.

Ressalta-se, todavia, que em razão da análise técnica decorrente de auditorias, levantamentos, ofícios circulares encaminhados aos jurisdicionados, entre outros instrumentos de verificações, poderá haver ajustes na disponibilidade de caixa e nas obrigações financeiras apresentadas pelo ente.

d) Disponibilidade de Caixa líquida/resultado financeiro: evidencia o resultado financeiro por especificações de fontes de recursos, apurado entre o confronto dos recursos financeiros e as obrigações financeiras, levando-se em consideração os possíveis ajustes.

No tocante à Câmara Municipal, ao Fundo Reequip. Corpo de Bombeiros (FUNREBOM), ao Samae - Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto, às Autarquias e às Empresas Públicas, suas disponibilidades de caixa serão consideradas como recursos vinculados, mesmo que registradas contabilmente com especificação de Fonte de Recursos 00 - recursos ordinários. O mesmo procedimento será adotado com relação às obrigações financeiras.

A seguir, expõe-se resumo da situação constatada do Município de Monte Carlo, sendo que no Apêndice, deste Relatório, encontra-se o cálculo de forma detalhada.

Quadro 11- A – Demonstrativo do Resultado Financeiro por especificações de Fonte de Recurso

FONTE DE RECURSOS	DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA / INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA	Superávit / Déficit
RECURSOS VINCULADOS		
00 - Recursos Ordinários	399.424,99	SUPERAVIT
01- Receitas e Transferências de Impostos - Educação	0,00	SUPERAVIT
02 - Receitas e Transferências de Impostos - Saúde	15.649,88	SUPERAVIT
03 - Contribuição para Fundo Previdenciário do Regime Próprio de Previdência Social – RPPS (patronal, servidores e compensação financeira)	0,00	SUPERAVIT
04 - Contribuição para Fundo Financeiro do Regime Próprio de Previdência Social – RPPS (patronal, servidores e compensação financeira)	0,00	SUPERAVIT
05 - Aporte para Cobertura de Déficit Atuarial ao RPPS	0,00	SUPERAVIT

FONTE DE RECURSOS	DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA / INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA	Superávit / Déficit
06 - Recursos Diretamente Arrecadados pela Administração Indireta e Fundos	0,00	SUPERAVIT
07 - Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico - CIDE	1.969,76	SUPERAVIT
08 - Contribuição para o Custeio dos Serviços de Iluminação Pública - COSIP	615.085,12	SUPERAVIT
09 - FIA Imposto de Renda	0,00	SUPERAVIT
10 - Convênio de Trânsito - Militar	0,00	SUPERAVIT
11 - Convênio de Trânsito - Civil	40.897,26	SUPERAVIT
12 - Convênio de Trânsito - Prefeitura	26.383,19	SUPERAVIT
18 - Transferências do FUNDEB - (aplicação na remuneração dos profissionais do Magistério da Educação Básica em efetivo exercício) - R\$ 339.501,43	339.501,43	SUPERAVIT
19 - Transferências do FUNDEB - (aplicação em outras despesas da Educação Básica) - R\$ 0,00		
31 - Transferências de Convênios – União/Assistência Social	0,00	SUPERAVIT
32 - Transferências de Convênios – União/Educação	822,08	SUPERAVIT
33 - Transferências de Convênios – União/Saúde	132.617,04	SUPERAVIT
34 - Transferências de Convênios – União/Outros (não relacionados à educação/saúde/assistência social)	226.243,34	SUPERAVIT
35 - Transferências do Sistema Único de Assistência Social – SUAS/União	288.605,44	SUPERAVIT
36 - Salário-Educação	1.213.490,50	SUPERAVIT
37 - Outras Transferências do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – FNDE (não repassadas por meio de convênios)	3.448,82	SUPERAVIT
38 - Transferências do Sistema Único de Saúde – SUS/União	811.448,25	SUPERAVIT
39 - Fundo Especial do Petróleo e Transferências Decorrentes de Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Naturais	15.012,77	SUPERAVIT
40 - Royalties de Petróleo – Educação - Lei nº 12.858/2013	0,00	SUPERAVIT
41 - Royalties de Petróleo – Saúde - Lei nº 12.858/2013	0,00	SUPERAVIT
42 - Outras Transferências Legais e Constitucionais – União	0,00	SUPERAVIT
50 – Cessão Onerosa – pré-sal	383.834,60	SUPERAVIT
61 - Transferências de Convênios – Estado/Assistência Social	0,00	SUPERAVIT
62 - Transferências de Convênios – Estado/Educação	10.752,65	SUPERAVIT
63 - Transferências de Convênios – Estado/Saúde	4.724,21	SUPERAVIT
64 - Transferências de Convênios – Estado/Outros (não relacionados à educação/saúde/assistência social)	161,63	SUPERAVIT
65 - Transferências do Sistema Único de Assistência Social – SUAS/Estado	92.881,95	SUPERAVIT
66 - Transferências Legais e Constitucionais do Estado para o Desenvolvimento da Educação	0,00	SUPERAVIT
67 - Transferências do Sistema Único de Saúde – SUS/Estado	319.210,23	SUPERAVIT
68 - Outras Transferências Legais e Constitucionais - Estado	0,00	SUPERAVIT
75 – Taxa Administração - RPPS	0,00	SUPERAVIT
80 - Outras Especificações	0,00	SUPERAVIT
81 - Operações de Crédito Internas para Programas da Educação Básica	0,00	SUPERAVIT
82 - Operações de Crédito Internas para Programas de Saúde	0,00	SUPERAVIT
83 - Operações de Crédito Internas - Outros Programas	0,00	SUPERAVIT

FONTE DE RECURSOS	DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA / INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA	Superávit / Déficit
84 - Operações de Crédito Externas para Programas da Educação Básica	0,00	SUPERAVIT
85 - Operações de Crédito Externas para Programas de Saúde	0,00	SUPERAVIT
86 - Operações de Crédito Externas - Outros Programas	0,00	SUPERAVIT
87 - Alienações de Bens destinados a Programas da Educação Básica	0,00	SUPERAVIT
88 - Alienações de Bens destinados a Programas de Saúde	0,00	SUPERAVIT
89 - Alienações de Bens destinados a Outros Programas	63.132,43	SUPERAVIT
93 - Outras Receitas Não-Primárias	0,00	SUPERAVIT
95 - Antecipação de Depósitos Judiciais	0,00	SUPERAVIT
TOTAL RECURSOS VINCULADOS	5.005.297,57	
00 - Recursos Ordinários	9.391,60	SUPERAVIT
TOTAL RECURSOS NÃO VINCULADOS	9.391,60	

Fonte: e-Sfinge

4.3. Análise da evolução patrimonial e financeira

A presente análise está baseada na demonstração de quocientes e/ou índices, os quais podem ser definidos como números comparáveis obtidos a partir da divisão de valores absolutos, destinados a medir componentes patrimoniais, financeiros e orçamentários existentes nas demonstrações contábeis.

Os quocientes escolhidos para viabilizar a análise da evolução patrimonial e financeira do Município, nos últimos cinco anos, estão dispostos no quadro a seguir, com a devida memória de cálculo:

Quadro 12 – Quocientes de Situação Patrimonial e Financeira – 2015 – 2019

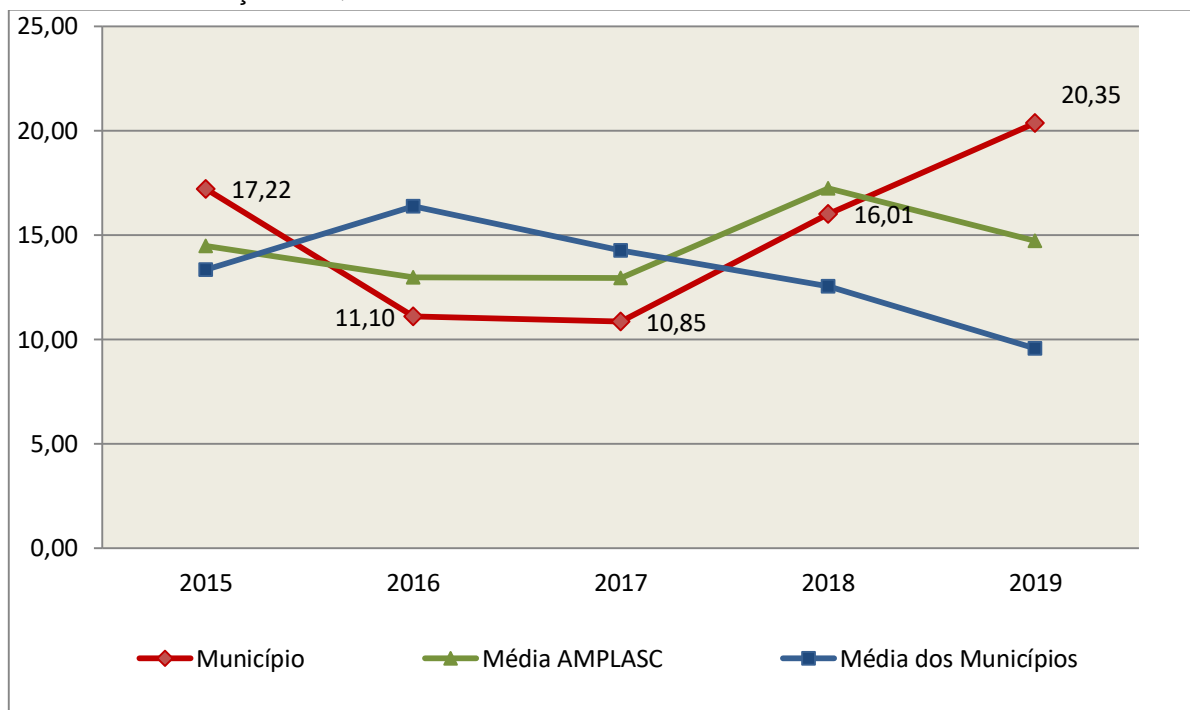
ITENS / ANO	2015	2016	2017	2018	2019
1 Despesa Executada	24.094.667,07	25.693.505,06	26.489.692,32	28.082.989,15	30.977.461,51
2 Restos a Pagar	1.255.206,29	1.664.344,39	1.308.816,36	604.177,91	691.942,67
3 Ativo Financeiro	2.133.400,47	4.329.324,28	4.244.234,38	4.849.864,78	5.706.631,84
4 Passivo Financeiro	1.402.209,71	1.673.727,64	1.308.816,36	604.230,34	691.942,67
5 Ativo Real	27.988.735,64	34.522.818,31	35.771.076,14	37.762.640,62	41.855.364,12
6 Passivo Real	1.625.037,28	3.109.750,86	3.295.647,00	2.358.507,94	2.056.481,27
QUOCIENTES	2015	2016	2017	2018	2019
Resultado Patrimonial (5÷6)	17,22	11,10	10,85	16,01	20,35
Situação Financeira (3÷4)	1,52	2,59	3,24	8,03	8,25
Restos a Pagar (2÷1)*100	5,21	6,48	4,94	2,15	2,23

Fonte: Demonstrativos do Balanço Geral consolidado e análise técnica.

O Quociente do Resultado Patrimonial é resultante da relação entre o Ativo Real e o Passivo Real.

Não há um parâmetro mínimo definido, mas se o resultado deste quociente apresentar-se inferior a 1,00 será indicativo da existência de dívidas (curto e longo prazo) sem ativos suficientes para cobri-las.

Gráfico 09 – Evolução do Quociente de Resultado Patrimonial: 2015 – 2019



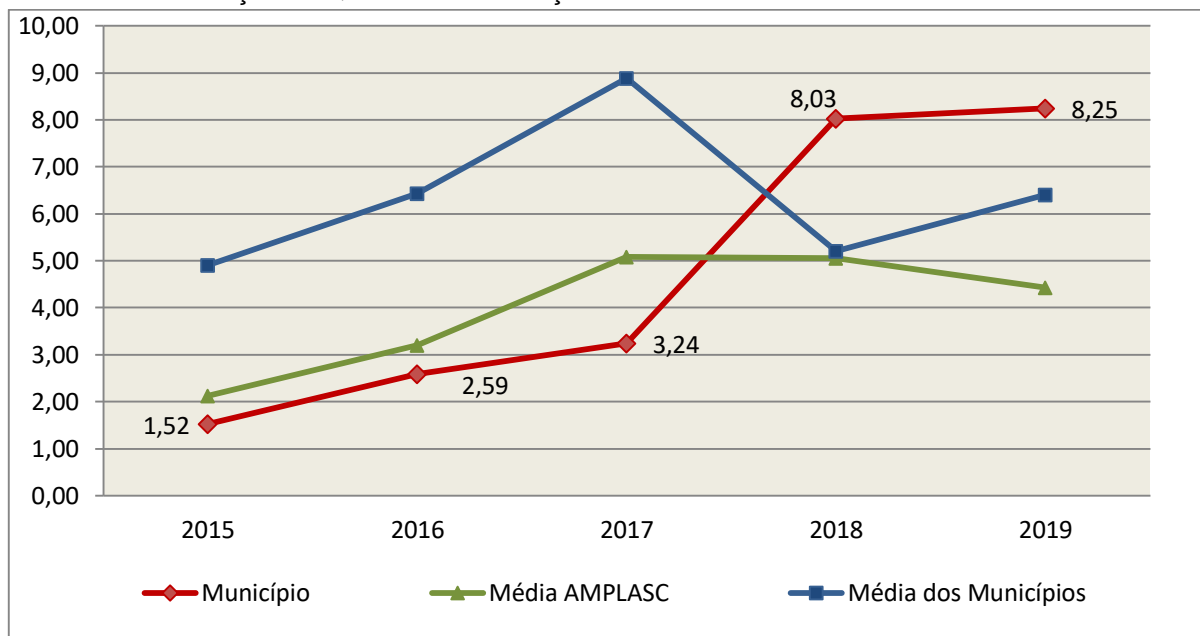
Fonte: Demonstrativos dos Balanços Gerais consolidados e análise técnica.

Como demonstra o gráfico anterior, no final do exercício de 2019 o Ativo Real apresenta-se **20,35** vezes maior que o Passivo Real (dívidas).

O Quociente da Situação Financeira é resultante da relação entre o Ativo Financeiro e o Passivo Financeiro, demonstrando a capacidade de pagamento de curto prazo do Município.

O ideal é que esse quociente apresente valor maior que 1,00, pois assim indicará que as obrigações financeiras de curto prazo podem ser cobertas pelos ativos financeiros do Município.

Gráfico 10 – Evolução do Quociente da Situação Financeira: 2015 – 2019



Fonte: Demonstrativos dos Balanços Gerais consolidados e análise técnica.

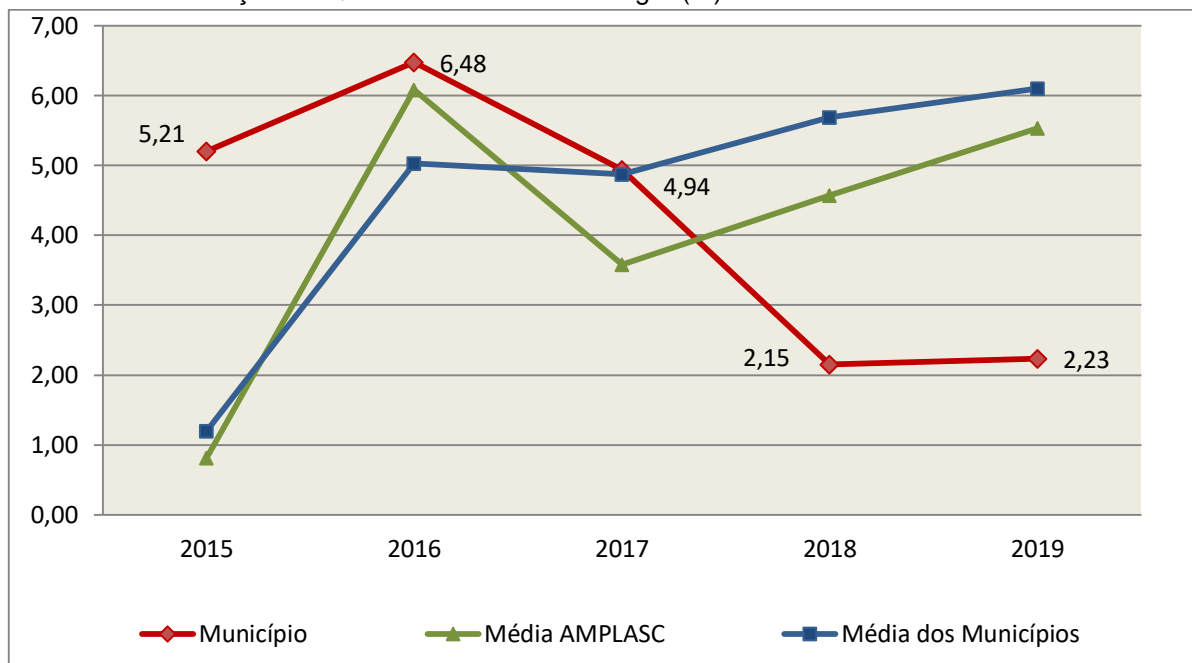
Como demonstra o gráfico, a situação financeira do Município apresenta-se Superavitária, sendo que no final do exercício de 2019 o Ativo Financeiro representa **8,25** vezes o valor do Passivo Financeiro.

O Quociente de Restos a Pagar (processados e não processados) expressa em termos percentuais à relação entre o saldo final dos restos a pagar e o total da Despesa Orçamentária.

Quanto menor esse quociente, menos comprometida será a gestão orçamentária e o fluxo financeiro do Município. Aumentos significativos deste quociente podem indicar que o Município não está conseguindo pagar no exercício as despesas que nele empenhou.

A situação apresentada pelo Município de Monte Carlo é demonstrada no gráfico a seguir:

Gráfico 11 – Evolução do Quociente de Restos a Pagar (%): 2015 – 2019



Fonte: Demonstrativos dos Balanços Gerais consolidados e análise técnica.

Verifica-se no gráfico anterior que o saldo final de Restos a Pagar corresponde a **2,23%** da despesa orçamentária do exercício.

5. ANÁLISE DO CUMPRIMENTO DE LIMITES

O ordenamento vigente estabelece limites mínimos para aplicação de recursos na Educação e Saúde, bem como os limites máximos para despesas com pessoal.

5.1. Saúde

Limite: mínimo de 15% das receitas com impostos, inclusive transferências, de aplicação em Ações e Serviços Públicos de Saúde para o exercício de 2019 – artigo 77, III, e § 4º, do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias - ADCT.

Constatou-se que o Município aplicou o montante de **R\$ 3.765.632,94** em gastos com Ações e Serviços Públicos de Saúde, o que corresponde a **23,08%** da receita proveniente de impostos, sendo aplicado A MAIOR o valor de **R\$ 1.317.847,18**, representando **8,08%** do mesmo parâmetro, **CUMPRINDO** o disposto no artigo 77, III, e § 4º, do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias - ADCT.

A apuração das despesas com Ações e Serviços Públicos de Saúde, pode ser demonstrada da seguinte forma:

Quadro 13 – Apuração das Despesas com Ações e Serviços Públicos de Saúde: 2019

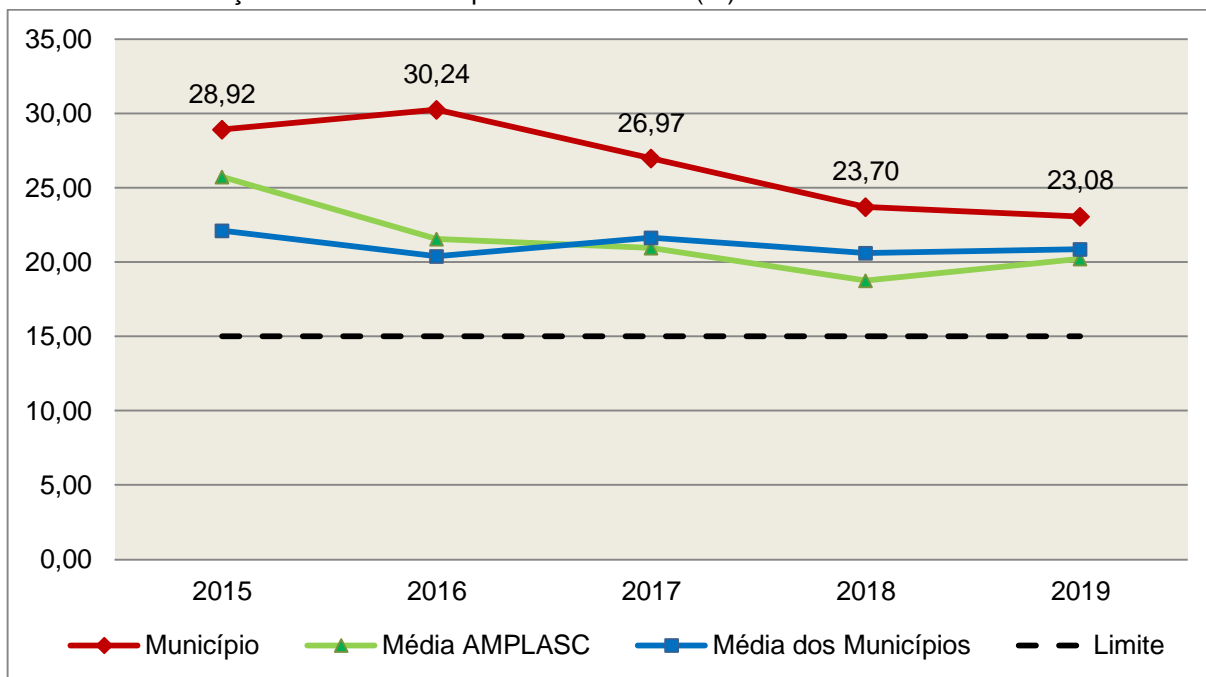
COMPONENTE	VALOR (R\$)	%
Total da Receita com Impostos	16.318.571,76	100,00
Total das Despesas com Ações e Serviços Públicos de Saúde	7.570.256,12	46,39
Atenção Básica	4.434.636,36	27,18
Assistência Hospitalar e Ambulatorial	3.014.931,95	18,48
Vigilância Epidemiológica	120.687,81	0,74
(-) Total das Deduções com Ações e Serviços Públicos de Saúde*	3.804.623,18	23,31
Total das Despesas para Efeito do Cálculo	3.765.632,94	23,08
Valor Mínimo a ser Aplicado	2.447.785,76	15,00
Valor Acima do Limite	1.317.847,18	8,08

Fonte: Demonstrativos do Balanço Geral consolidado.

*Deduções, incluindo-se os convênios, dispostas nas Informações Complementares deste Relatório.

O gráfico seguinte apresenta a evolução histórica e comparativa da aplicação em Ações e Serviços Públicos de Saúde:

Gráfico 12 – Evolução Histórica e Comparativa da Saúde (%): 2015 – 2019



Fonte: Demonstrativos dos Balanços Gerais consolidados e análise técnica.

O gráfico anterior demonstra que o Município de Monte Carlo em 2019 reduziu seus gastos com Ações e Serviços Públicos de Saúde, em termos percentuais, quando comparado ao exercício anterior.

5.2. Ensino

5.2.1. Limite de 25% das receitas de impostos e transferências

Limite: mínimo de 25% proveniente de impostos, compreendida a proveniente de transferências, em gastos com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino (exercício de 2019) – art. 212 da Constituição Federal.

Apurou-se que o Município aplicou o montante de **R\$ 4.420.353,32** em gastos com manutenção e desenvolvimento do ensino, o que corresponde a **26,06%** da receita proveniente de impostos, sendo aplicado A MAIOR o valor de **R\$ 180.117,61**, representando **1,06%** do mesmo parâmetro, **CUMPRINDO** o disposto no artigo 212 da Constituição Federal.

A apuração das despesas com a Manutenção e Desenvolvimento do Ensino, pode ser demonstrada da seguinte forma:

Quadro 14 – Apuração das Despesas com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino: 2019

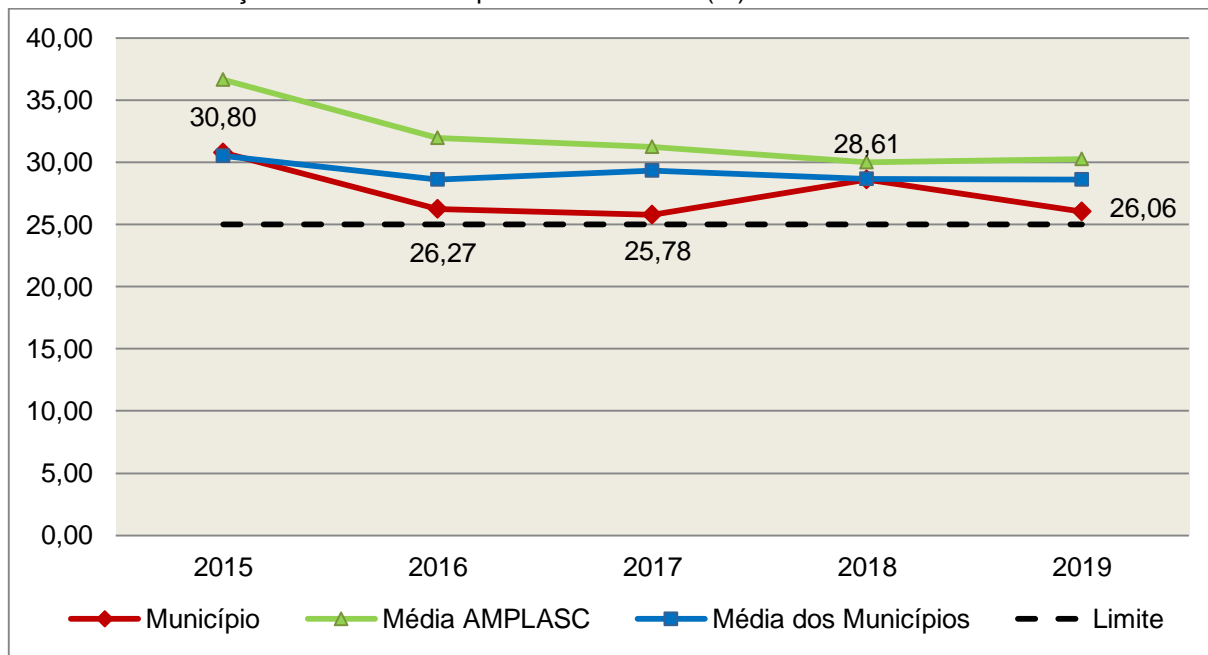
COMPONENTE	VALOR (R\$)	%
Total da Receita com Impostos	16.960.942,84	100,00
Valor Aplicado Educação Infantil	2.271.602,61	13,39
Educação Infantil	2.271.602,61	13,39
Valor Aplicado Ensino Fundamental	9.857.622,67	58,12
Ensino Fundamental	9.857.622,67	58,12
(-) Total das Deduções consideradas para fins de apuração do Limite Constitucional*	7.708.871,96	45,45
Total das Despesas para efeito de Cálculo	4.420.353,32	26,06
Valor Mínimo a ser Aplicado	4.240.235,71	25,00
Valor Acima do Limite (25%)	180.117,61	1,06

Fonte: Demonstrativos do Balanço Geral consolidado e análise técnica.

*Deduções, incluindo-se os convênios, dispostas nas Informações Complementares deste Relatório.

O gráfico seguinte apresenta a evolução histórica e comparativa da aplicação em Manutenção e Desenvolvimento do Ensino:

Gráfico 13 – Evolução Histórica e Comparativa do Ensino (%): 2015 – 2019



Fonte: Demonstrativos dos Balanços Gerais consolidados e análise técnica.

O gráfico anterior demonstra que o Município de Monte Carlo em 2019 reduziu seus gastos com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino, em termos percentuais, quando comparado ao exercício anterior.

5.2.2. FUNDEB

Limite 1: mínimo de 60% dos recursos oriundos do FUNDEB na remuneração dos profissionais do magistério em efetivo exercício – art. 60, XII, do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias - ADCT c/c art. 22 da Lei nº 11.494/07.

Verificou-se que o Município aplicou o valor de **R\$ 5.626.302,78**, equivalendo a **63,55%** dos recursos oriundos do FUNDEB, em gastos com a remuneração dos profissionais do magistério em efetivo exercício, **CUMPRINDO** o estabelecido no artigo 60, inciso XII do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT) e artigo 22 da Lei nº 11.494/2007.

A apuração das despesas com profissionais do magistério em efetivo exercício pode ser demonstrada da seguinte forma:

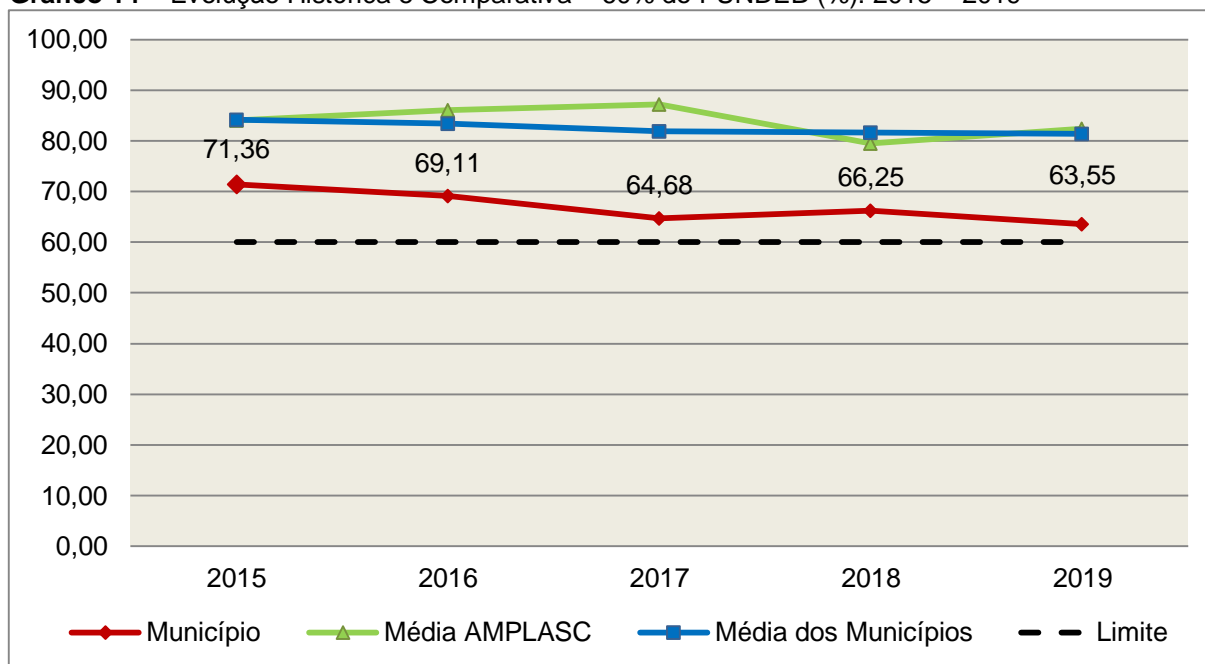
Quadro 15 – Apuração das Despesas com Profissionais do Magistério em Efetivo Exercício – FUNDEB: 2019

COMPONENTE	VALOR (R\$)
Transferências do FUNDEB	8.836.666,64
(+) Rendimentos de Aplicações Financeiras das Contas do FUNDEB	16.822,22
Total dos recursos oriundos do FUNDEB	8.853.488,86
60% dos Recursos Oriundos do FUNDEB	5.312.093,32
Despesas com Profissionais do Magistério em Efetivo Exercício aplicadas com Recursos do FUNDEB	5.626.302,78
Valor Acima do Limite	314.209,46

Fonte: Demonstrativos do Balanço Geral consolidado e da análise técnica.

O gráfico seguinte apresenta a evolução histórica e comparativa da aplicação em despesas com Profissionais do Magistério em Efetivo Exercício:

Gráfico 14 – Evolução Histórica e Comparativa – 60% do FUNDEB (%): 2015 – 2019



Fonte: Demonstrativos dos Balanços Gerais consolidados e análise técnica.

Limite 2: mínimo de 95% dos recursos oriundos do FUNDEB (no exercício financeiro em que forem creditados), em despesas com Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica – art. 21 da Lei nº 11.494/07.

Constatou-se que o Município aplicou o valor de **R\$ 8.513.987,43**, equivalendo a **96,17%** dos recursos oriundos do FUNDEB, em despesas com Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica, **CUMPRINDO** o estabelecido no artigo 21 da Lei nº 11.494/2007.

A apuração das despesas com Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica com recursos oriundos do FUNDEB pode ser demonstrada da seguinte forma:

Quadro 16 – Apuração das Despesas com FUNDEB: 2019

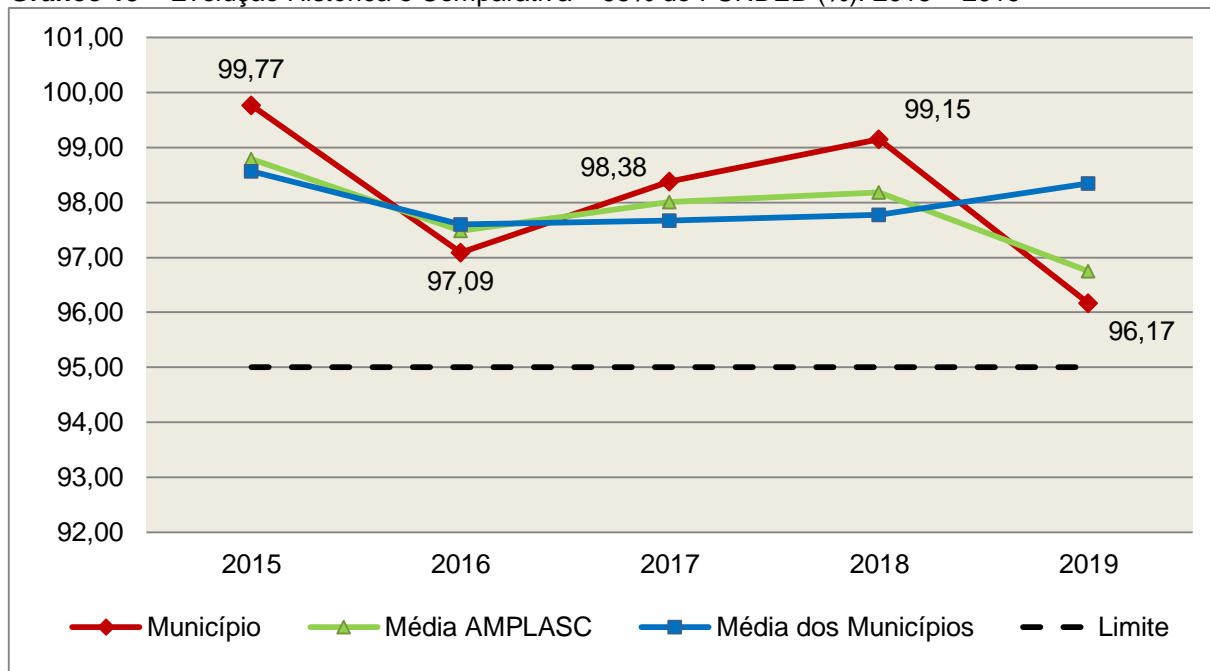
COMPONENTE	VALOR (R\$)
Total dos Recursos Oriundos do FUNDEB	8.853.488,86
95% dos Recursos do FUNDEB	8.410.814,42
Despesas com manutenção e desenvolvimento da educação básica aplicadas no exercício com recursos do FUNDEB *	8.513.987,43
Valor Acima do Limite	103.173,01

Fonte: Demonstrativos do Balanço Geral consolidado e análise técnica.

Obs.: * Apuração efetuada com base na execução financeira, vide Informações Complementares deste Relatório.

O gráfico seguinte apresenta a evolução histórica e comparativa da aplicação em Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica com recursos oriundos do FUNDEB:

Gráfico 15 – Evolução Histórica e Comparativa – 95% do FUNDEB (%): 2015 – 2019



Fonte: Demonstrativos dos Balanços Gerais consolidados e análise técnica.

Com relação às despesas com Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica custeadas com recursos do FUNDEB, no exercício em análise, o Município de Monte Carlo reduziu sua aplicação, quando comparado ao exercício anterior.

Limite 3: utilização dos recursos do FUNDEB, no exercício seguinte ao do recebimento e mediante abertura de crédito adicional - artigo 21, § 2º da Lei nº 11.494/2007.

O Município utilizou, no 1º trimestre mediante a abertura de crédito adicional (Anexos da instrução: Documento 1, fl. 1), integralmente o saldo anterior dos recursos do FUNDEB, no valor de **R\$ 67.174,95, CUMPRINDO** o estabelecido no artigo 21, § 2º da Lei nº 11.494/2007.

Superávit financeiro do FUNDEB em 31/12/2019: No tocante ao controle da utilização dos recursos do FUNDEB para o exercício seguinte apresenta-se o Quadro abaixo:

Quadro 16A – Controle da utilização de recursos para o exercício subsequente (art. 21, § 2º da Lei nº 11.494/2007)

COMPONENTE	VALOR (R\$)
Saldo Financeiro do FUNDEB em 31/12/2019	496.031,80
(-) Despesas inscritas em Restos a Pagar no exercício e em exercícios anteriores pendentes de pagamento e/ou despesas registradas em DDO no exercício, com disponibilidade dos recursos do FUNDEB	156.530,37
(=) Recursos do FUNDEB que não foram utilizados	339.501,43

Fonte: Dados do Sistema e-Sfinge e análise técnica.

5.3. Limites de gastos com pessoal (LRF)

5.3.1. Limite máximo para os gastos com pessoal do Município

Limite: 60% da Receita Corrente Líquida para os gastos com pessoal do Município – art. 169 da Constituição Federal c/c o art. 19, III da Lei Complementar nº 101/2000 (LRF).

Quadro 17 – Apuração das Despesas com Pessoal do Município: 2019

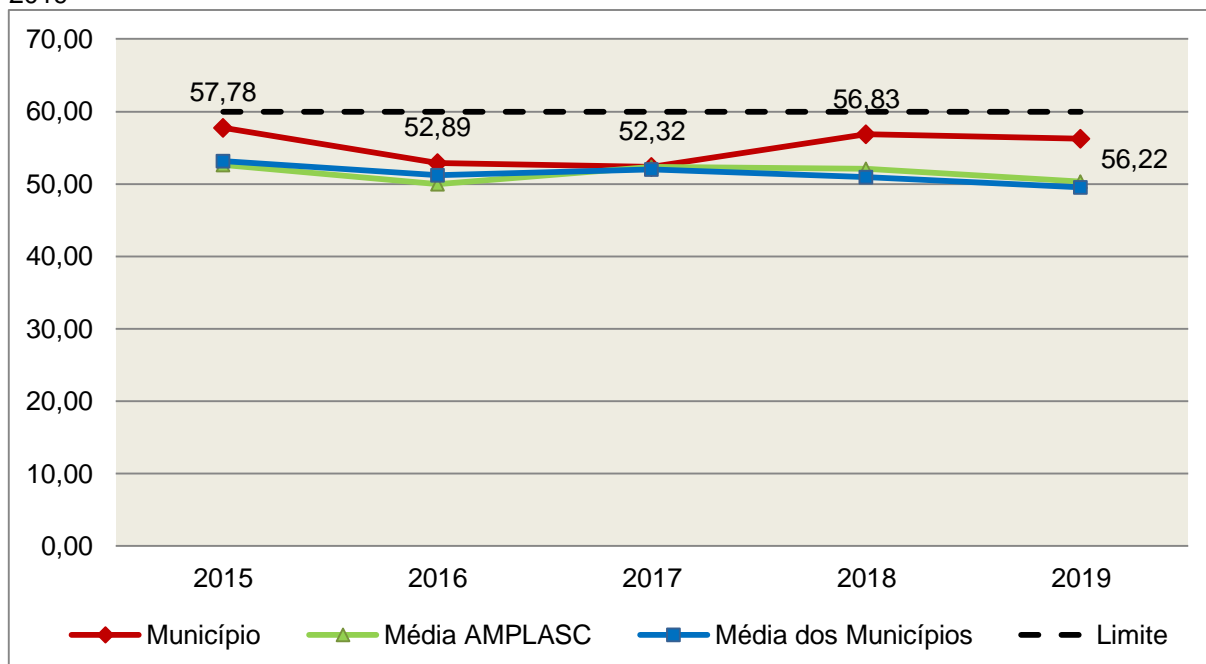
COMPONENTE	VALOR (R\$)	%
TOTAL DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA	29.739.066,05	100,00
LIMITE DE 60% DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA	17.843.439,63	60,00
Total das Despesas para efeito de Cálculo das Despesas com Pessoal do Poder Executivo	15.811.662,78	53,17
Total das Despesas para efeito de Cálculo das Despesas com Pessoal do Poder Legislativo	906.694,07	3,05
TOTAL DA DESPESA PARA EFEITO DE CÁLCULO DA DESPESA COM PESSOAL DO MUNICÍPIO	16.718.356,85	56,22
Valor Abaixo do Limite (60%)	1.125.082,78	3,78

Fonte: Sistema e-Sfinge/Demonstrativos do Balanço Geral consolidado.

No exercício em exame, o Município gastou **56,22%** do total da receita corrente líquida em despesas com pessoal, **CUMPRINDO** o limite contido no artigo 169 da Constituição Federal, regulamentado pela Lei Complementar nº 101/2000.

O gráfico seguinte apresenta a evolução histórica e comparativa das despesas com pessoal do Município:

Gráfico 16 – Evolução Histórica e Comparativa da Despesa com Pessoal do Município: 2015 – 2019



Fonte: Demonstrativos dos Balanços Gerais consolidados e análise técnica.

O gráfico anterior mostra a redução dos gastos com pessoal do Município de Monte Carlo, quando comparado ao exercício anterior.

5.3.2. Limite máximo para os gastos com pessoal do Poder Executivo

Limite: 54% da Receita Corrente Líquida para os gastos com pessoal do Poder Executivo (Prefeitura, Fundos, Fundações, Autarquias e Empresas Estatais Dependentes) – Artigo 20, III, 'b' da Lei Complementar nº 101/2000 (LRF).

Quadro 18 – Apuração das Despesas com Pessoal do Poder Executivo: 2019

COMPONENTE	VALOR (R\$)	%
TOTAL DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA	29.739.066,05	100,00
LIMITE DE 54% DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA	16.059.095,67	54,00
Total das Despesas com Pessoal do Poder Executivo	15.811.662,78	53,17
Pessoal e Encargos(despesa liquidada)*	15.240.826,09	51,25
Outras despesas de pessoal decorrentes de contratos de terceirização (§ 1º do art. 18 da LRF) (despesa liquidada)*	570.836,69	1,92
Total das Despesas para efeito de Cálculo das Despesas com Pessoal do Poder Executivo	15.811.662,78	53,17
Valor Abaixo do Limite (54%)	247.432,89	0,83

Fonte:*Sistema e-Sfinge/⁴Demonstrativos do Balanço Geral consolidado.

** Não foram consideradas as despesas de pessoal classificadas no elemento/subelemento 11.07 (abono de permanência)⁵ 08.01 (auxílio funeral), 08.03 (auxílio natalidade), 08.04 (auxílio creche), 08.55 (auxílio creche)⁶.

Observação: Face à edição da Portaria STN nº 233, de 15/04/2019 (DOU nº 73, de 16/04/2019, Seção 1), a despesa com pessoal apurada pelo Corpo Técnico nesta instrução, para fins de apuração do cumprimento dos limites estabelecidos na Lei Complementar nº 101/2000, não recebeu ajustes resultantes de inclusão das despesas com pessoal das organizações da sociedade civil que atuam na atividade fim do Estado/Município e que recebam recursos financeiros da administração pública, conforme definido no item 04.01.02.01 (3) da 9ª edição do Manual de Demonstrativos Fiscais (MDF), aprovado pela Portaria STN nº 389, de 14 de junho de 2018, e alterações posteriores.

O demonstrativo acima comprova que, no exercício em exame, o Poder Executivo gastou **53,17%** do total da receita corrente líquida em despesas com pessoal, **CUMPRINDO** a norma contida no artigo 20, III, 'b' da Lei Complementar nº 101/2000.

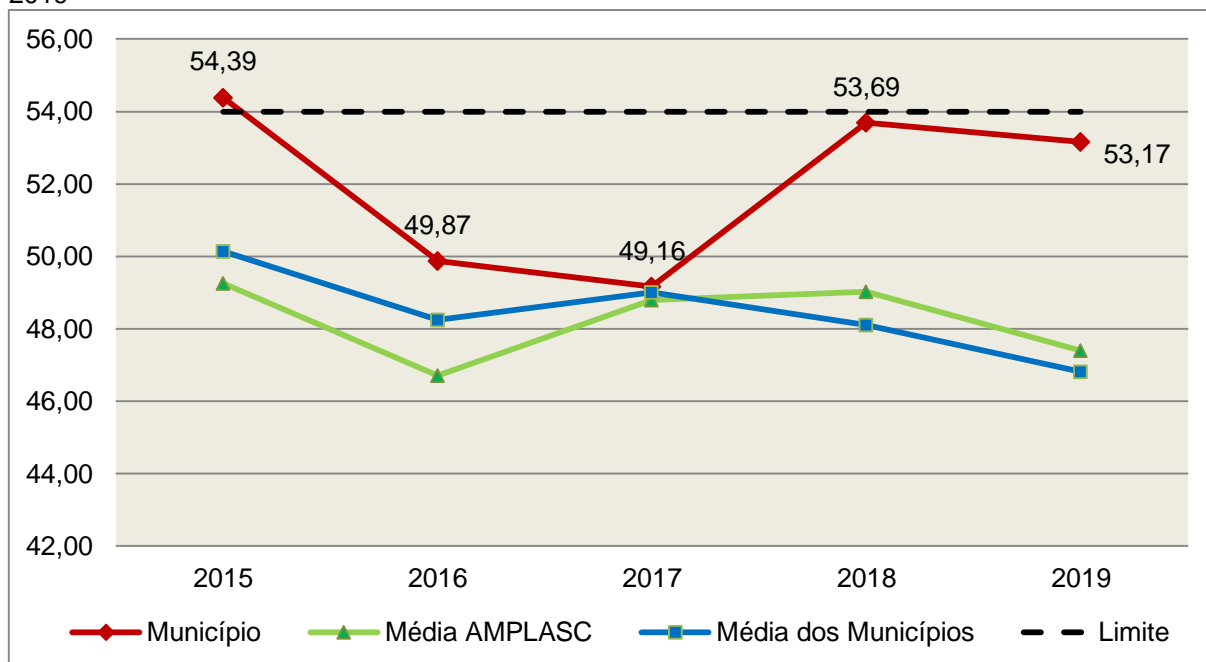
O gráfico seguinte apresenta a evolução histórica e comparativa das despesas com pessoal do Poder Executivo:

4 Apuração da Despesa de Pessoal: conforme orientação do Manual dos Demonstrativos Fiscais publicado no endereço <http://www.stn.fazenda.gov.br>

5 Conforme entendimento consignado no Prejulgado 1762 reformado pelo Tribunal Pleno em Sessão de 06/12/2017.

6 Conforme orientação do Manual dos Demonstrativos Fiscais as despesas de natureza indenizatória e os benefícios assistências não serão consideradas na Despesa Bruta de Pessoal.

Gráfico 17 – Evolução Histórica e Comparativa da Despesa com Pessoal do Executivo: 2015 – 2019



Fonte: Demonstrativos dos Balanços Gerais consolidados e análise técnica.

Da análise do gráfico, verifica-se que os gastos com pessoal do Poder Executivo reduziram, quando comparado ao exercício anterior.

5.3.3. Limite máximo para os gastos com pessoal do Poder Legislativo

Limite: 6% da Receita Corrente Líquida para os gastos com pessoal do Poder Legislativo (Câmara Municipal) – Artigo 20, III, 'a' da Lei Complementar nº 101/2000 (LRF).

Quadro 19 – Apuração das Despesas com Pessoal do Poder Legislativo: 2019

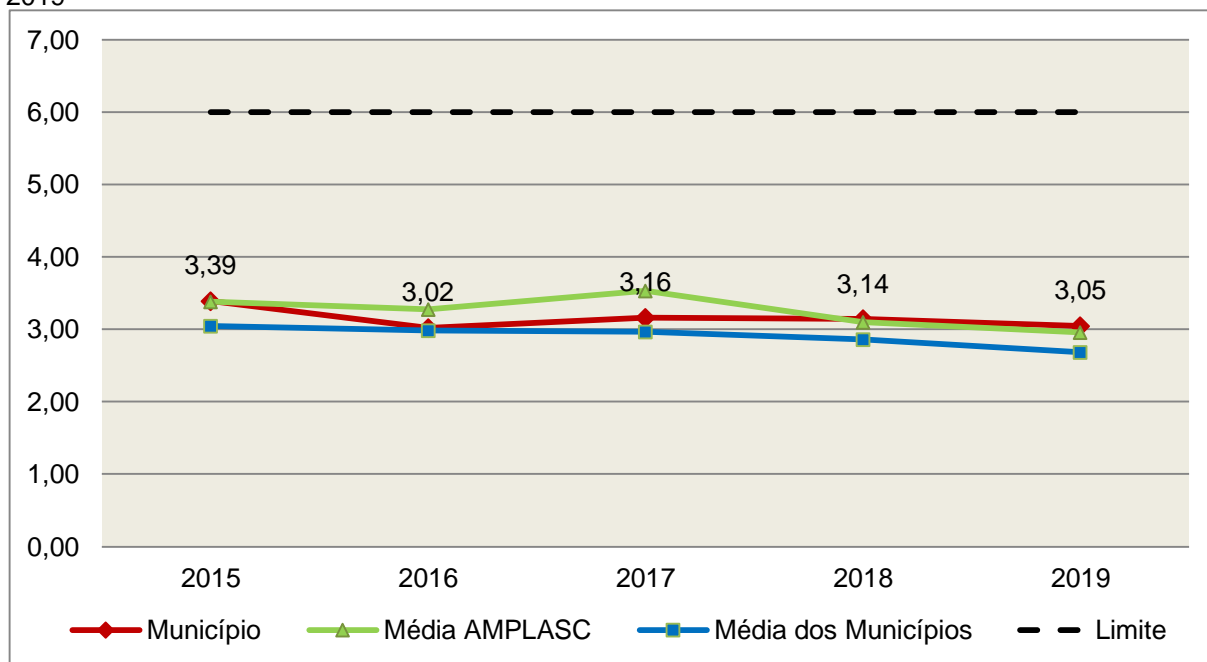
COMPONENTE	VALOR (R\$)	%
TOTAL DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA	29.739.066,05	100,00
LIMITE DE 6% DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA	1.784.343,96	6,00
Total das Despesas com Pessoal do Poder Legislativo	906.694,07	3,05
Pessoal e Encargos(despesa liquidada)*	906.694,07	3,05
Total das Despesas para efeito de Cálculo das Despesas com Pessoal do Poder Legislativo	906.694,07	3,05
Valor Abaixo do Limite (6%)	877.649,89	2,95

Fonte:*Sistema e-Sfinge/Demonstrativos do Balanço Geral consolidado.

O Poder Legislativo gastou, no exercício em exame, **3,05%** do total da receita corrente líquida em despesas com pessoal, **CUMPRINDO** a norma contida no artigo 20, III, 'a' da Lei Complementar nº 101/2000.

O gráfico seguinte apresenta a evolução histórica e comparativa das despesas com pessoal do Poder Legislativo:

Gráfico 18 – Evolução Histórica e Comparativa da Despesa com Pessoal do Legislativo: 2015 – 2019



Fonte: Demonstrativos dos Balanços Gerais consolidados e análise técnica.

7Apuração da Despesa de Pessoal: conforme orientação do Manual dos Demonstrativos Fiscais publicado no endereço <http://www.stn.fazenda.gov.br>

O estudo evolutivo dos gastos com pessoal da Câmara expõe que houve uma redução do percentual quando comparado ao exercício anterior.

5.3.4 Análise do retorno da Despesa de Pessoal do Poder Executivo (art. 20, III, "b", c/c artigos 23 c/c 66 da Lei Complementar nº 101/2000)

Constatou-se que a despesa com pessoal do Poder Executivo, referente ao 1º quadrimestre de 2019, importou em R\$ **15.217.152,42**, correspondendo a **54,67%** da receita corrente líquida, **DESCUMPRINDO** o limite máximo de 54% (cinquenta e quatro por cento) da receita corrente líquida que cabe ao Poder Executivo, fixado no artigo 20, inciso III, "b", da Lei Complementar nº 101/2000:

Quadro 18-A: Apuração das Despesas com Pessoal do Poder Executivo: 1º Quadrimestre de 2019

Componente	Valor (R\$)
TOTAL DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (Sistema e-Sfinge)	28.334.858,07
(-) Transferências correntes obrigatórias da União relativas às emendas individuais (art. 166 da CF, §13) (Anexos da Instrução: Documento 2, fl.1)	500.000,00
TOTAL DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA (Sistema e-Sfinge)	27.834.858,07
LIMITE DE 54% DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA	15.030.823,36
Total das Despesas para efeito de Cálculo das Despesas com Pessoal do Poder Executivo (Sistema e-Sfinge)	15.217.152,42
Ajuste Despesa de Pessoal - Instrução	0,00
Total das Despesas para efeito de Cálculo das Despesas com Pessoal do Poder Executivo (ajustado)	15.217.152,42
Percentual da Despesa de Pessoal em relação a RCL (%)	54,67

A vista do que foi apurado, nos termos do art. 23 da LRF, o Poder Executivo deveria eliminar um terço do percentual excedente (**0,22%**) até o 2º quadrimestre do exercício de 2019 e retornar ao limite estabelecido até o 3º quadrimestre do exercício de 2019 (considerando o PIB ≥ 1 a época do descumprimento do citado limite).

Contudo, conforme apuração demonstrada no quadro seguinte, a despesa de pessoal do Poder Executivo no 2º quadrimestre do exercício de 2019, representou **53,15%** da Receita Corrente Líquida, **cumprindo** o estabelecido no artigo 23 da Lei Complementar nº 101/2000:

Quadro 18-A: Apuração das Despesas com Pessoal do Poder Executivo: 2º Quadrimestre de 2019

Componente	Valor (R\$)
TOTAL DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (Sistema e-Sfinge)	29.760.642,74
(-) Transferências correntes obrigatórias da União relativas às emendas individuais (art. 166 da CF, §13)*	840.000,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA	28.920.642,74
LIMITE DE 54% DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA	15.617.147,08
Total das Despesas para efeito de Cálculo das Despesas com Pessoal do Poder Executivo (Sistema e-Sfinge)	15.372.203,13
Ajuste Despesa de Pessoal - Instrução	0,00
Total das Despesas para efeito de Cálculo das Despesas com Pessoal do Poder Executivo (ajustado)	15.372.203,13
Percentual da Despesa de Pessoal em relação a RCL (%)	53,15%

*Fonte: <http://www.tesouro.fazenda.gov.br/transferencias-constitucionais-e-legais#emendas>

6. CONSELHOS MUNICIPAIS

Os Conselhos Municipais são considerados órgãos públicos que contribuem de forma significativa na execução de políticas públicas setoriais.

Podem ser de natureza obrigatória ou discricionária, ou seja, os de criação obrigatória são exigidos por leis federais, cujas funções são definidas como deliberativas, fiscalizadoras, assessoramento, supervisora e executiva; enquanto que os discricionários são decorrentes de legislação municipal.

O artigo 7º, § único, da Instrução Normativa nº 20, de 01 de março de 2015 exige a remessa dos pareceres dos conselhos obrigatórios, juntamente com a prestação de contas anual, quais sejam:

a) Conselho Municipal de Acompanhamento e Controle Social do Fundeb, previsto no art. 24, da Lei Federal n.º 11.494, de 20 de junho de 2007.

b) Conselho Municipal de Saúde, previsto no art. 1º, caput e § 2º da Lei Federal n.º 8.142, de 28 de dezembro de 1990;

c) Conselho Municipal dos Direitos da Infância e do Adolescente, previsto no art. 88, inciso II da Lei Federal n.º 8.069, de 13 de junho de 1990;

d) Conselho Municipal de Assistência Social, previsto no art. 16, inciso IV, da Lei Federal n.º 8.742, de 07 de dezembro de 1993;

e) Conselho Municipal de Alimentação Escolar, previsto no art. 18 da Lei Federal n.º 11.947, de 16 de junho de 2009;

f) Conselho Municipal do Idoso, previsto no art. 6º da Lei Federal n.º 8.842, de 04 de janeiro de 1994.

6.1. Conselho Municipal de Acompanhamento e Controle Social do FUNDEB (CACS – FUNDEB)

O Conselho Municipal de Acompanhamento e Controle Social do Fundeb está previsto no artigo 24 da Lei Federal n.º 11.494, de 20 de junho de 2007.

Referido órgão tem a função de acompanhar a correta aplicação dos recursos do Fundeb e do Programa Nacional de Apoio ao Transporte Escolar (PNATE), bem como supervisionar o censo escolar anual.

O Conselho Municipal do Fundeb é autônomo, não é subordinado ao Poder Executivo e seus membros não são remunerados. No entanto, deverá ser criado por lei específica municipal, e sua composição deve obedecer ao que prescreve o art. 24, § 1º, IV e § 2º da Lei n.º 11.494/2007:

Art. 24. O acompanhamento e o controle social sobre a distribuição, a transferência e a aplicação dos recursos dos Fundos serão exercidos, junto aos respectivos governos, no âmbito da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, por conselhos instituídos especificamente para esse fim.

§ 1º Os conselhos serão criados por legislação específica, editada no pertinente âmbito governamental, observados os seguintes critérios de composição:

[....]

IV - em âmbito municipal, por no mínimo 9 (nove) membros, sendo:

a) 2 (dois) representantes do Poder Executivo Municipal, dos quais pelo menos 1 (um) da Secretaria Municipal de Educação ou órgão educacional equivalente;

b) 1 (um) representante dos professores da educação básica pública;

c) 1 (um) representante dos diretores das escolas básicas públicas;

d) 1 (um) representante dos servidores técnico-administrativos das escolas básicas públicas;

e) 2 (dois) representantes dos pais de alunos da educação básica pública;

f) 2 (dois) representantes dos estudantes da educação básica pública, um dos quais indicado pela entidade de estudantes secundaristas.

§ 2º Integrarão ainda os conselhos municipais dos Fundos, quando houver, 1 (um) representante do respectivo Conselho Municipal de Educação e 1 (um) representante do Conselho Tutelar a que se refere a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, indicados por seus pares.

Conforme consta do processo eletrônico gerado por meio dos dados encaminhados pelo **Município de Monte Carlo**, constata-se que foi enviado o arquivo denominado Parecer do Conselho Municipal de Acompanhamento e Controle Social do FUNDEB (CACS – FUNDEB). Contudo, registra-se que não houve análise técnica quanto ao seu conteúdo.

6.2. Conselho Municipal de Saúde (CMS)

O Conselho Municipal de Saúde – CMS está previsto no art. 1º, inciso II da Lei Federal n.º 8.142, de 28 de dezembro de 1990.

Trata-se de um órgão colegiado composto por representantes do governo, prestadores de serviço, profissionais de saúde e usuários, atua na formação de estratégias e no controle da execução das políticas de saúde, inclusive nos aspectos econômicos e financeiros, cujas decisões serão homologadas pelo chefe do poder executivo municipal⁸.

Compõe-se, conforme prescreve a terceira diretriz da Resolução n.º 453, de 10 de maio de 2012:

- a) 50% de entidades e movimentos representativos de usuários;
- b) 25% de entidades representativas dos trabalhadores da área de Saúde;
- c) 25% de representação de governo e prestadores de serviços privados conveniados, ou sem fins lucrativos.

O Conselho Municipal de Saúde tem as competências elencadas pela quinta diretriz da Resolução n.º 453/2012:

Quinta Diretriz: aos Conselhos de Saúde Nacional, Estaduais, Municipais e do Distrito Federal, que têm competências definidas nas leis federais, bem como em indicações advindas das Conferências de Saúde, compete:

I - fortalecer a participação e o Controle Social no SUS, mobilizar e articular a sociedade de forma permanente na

⁸ Viana, Luiz Cláudio. O papel dos conselhos municipais na gestão pública [monografia]; orientadora, Maria Eliana Cristina Bar. - Florianópolis, SC, 2011. p. 26

defesa dos princípios constitucionais que fundamentam o SUS;

II - elaborar o Regimento Interno do Conselho e outras normas de funcionamento;

III - discutir, elaborar e aprovar propostas de operacionalização das diretrizes aprovadas pelas Conferências de Saúde;

IV - atuar na formulação e no controle da execução da política de saúde, incluindo os seus aspectos econômicos e financeiros, e propor estratégias para a sua aplicação aos setores público e privado;

V - definir diretrizes para elaboração dos planos de saúde e deliberar sobre o seu conteúdo, conforme as diversas situações epidemiológicas e a capacidade organizacional dos serviços;

VI - anualmente deliberar sobre a aprovação ou não do relatório de gestão;

VII - estabelecer estratégias e procedimentos de acompanhamento da gestão do SUS, articulando-se com os demais colegiados, a exemplo dos de seguridade social, meio ambiente, justiça, educação, trabalho, agricultura, idosos, criança e adolescente e outros;

VIII - proceder à revisão periódica dos planos de saúde;

IX - deliberar sobre os programas de saúde e aprovar projetos a serem encaminhados ao Poder Legislativo, propor a adoção de critérios definidores de qualidade e resolutividade, atualizando-os face ao processo de incorporação dos avanços científicos e tecnológicos na área da Saúde;

X - a cada quadrimestre deverá constar dos itens da pauta o pronunciamento do gestor, das respectivas esferas de governo, para que faça a prestação de contas, em relatório detalhado, sobre andamento do plano de saúde, agenda da saúde pactuada, relatório de gestão, dados sobre o montante e a forma de aplicação dos recursos, as auditorias iniciadas e concluídas no período, bem como a produção e a oferta de serviços na rede assistencial própria, contratada ou conveniada, de acordo com a Lei Complementar no 141/2012.

XI - avaliar e deliberar sobre contratos, consórcios e convênios, conforme as diretrizes dos Planos de Saúde Nacional, Estaduais, do Distrito Federal e Municipais;

XII - acompanhar e controlar a atuação do setor privado credenciado mediante contrato ou convênio na área de saúde;

XIII - aprovar a proposta orçamentária anual da saúde, tendo em vista as metas e prioridades estabelecidas na Lei de Diretrizes Orçamentárias, observado o princípio do processo de planejamento e orçamento ascendentes, conforme legislação vigente;

XIV - propor critérios para programação e execução financeira e orçamentária dos Fundos de Saúde e acompanhar a movimentação e destino dos recursos;

XV - fiscalizar e controlar gastos e deliberar sobre critérios de movimentação de recursos da Saúde, incluindo o Fundo de Saúde e os recursos transferidos e próprios do Município, Estado, Distrito Federal e da União, com base no que a lei disciplina;

XVI - analisar, discutir e aprovar o relatório de gestão, com a prestação de contas e informações financeiras, repassadas em tempo hábil aos conselheiros, e garantia do devido assessoramento;

XVII - fiscalizar e acompanhar o desenvolvimento das ações e dos serviços de saúde e encaminhar denúncias aos respectivos órgãos de controle interno e externo, conforme legislação vigente;

XVIII - examinar propostas e denúncias de indícios de irregularidades, responder no seu âmbito a consultas sobre assuntos pertinentes às ações e aos serviços de saúde, bem como apreciar recursos a respeito de deliberações do Conselho nas suas respectivas instâncias;

XIX - estabelecer a periodicidade de convocação e organizar as Conferências de Saúde, propor sua convocação ordinária ou extraordinária e estruturar a comissão organizadora, submeter o respectivo regimento e programa ao Pleno do Conselho de Saúde correspondente, convocar a sociedade para a participação nas pré-conferências e conferências de saúde;

XX - estimular articulação e intercâmbio entre os Conselhos de Saúde, entidades, movimentos populares, instituições públicas e privadas para a promoção da Saúde;

XXI - estimular, apoiar e promover estudos e pesquisas sobre assuntos e temas na área de saúde pertinente ao desenvolvimento do Sistema Único de Saúde (SUS);

XXII - acompanhar o processo de desenvolvimento e incorporação científica e tecnológica, observados os padrões éticos compatíveis com o desenvolvimento sociocultural do País;

XXIII - estabelecer ações de informação, educação e comunicação em saúde, divulgar as funções e competências do Conselho de Saúde, seus trabalhos e

decisões nos meios de comunicação, incluindo informações sobre as agendas, datas e local das reuniões e dos eventos;

XXIV - deliberar, elaborar, apoiar e promover a educação permanente para o controle social, de acordo com as Diretrizes e a Política Nacional de Educação Permanente para o Controle Social do SUS;

XXV - incrementar e aperfeiçoar o relacionamento sistemático com os poderes constituídos, Ministério Público, Judiciário e Legislativo, meios de comunicação, bem como setores relevantes não representados nos conselhos;

XXVI - acompanhar a aplicação das normas sobre ética em pesquisas aprovadas pelo CNS;

XXVII - deliberar, encaminhar e avaliar a Política de Gestão do Trabalho e Educação para a Saúde no SUS;

XXVIII - acompanhar a implementação das propostas constantes do relatório das plenárias dos Conselhos de Saúde; e

XXIX - atualizar periodicamente as informações sobre o Conselho de Saúde no Sistema de Acompanhamento dos Conselhos de Saúde (SIACS).

Salienta-se que os membros do Conselho não são remunerados e suas funções são consideradas de relevância pública.

Em consulta ao processo eletrônico gerado através dos dados encaminhados pelo Município de Monte Carlo, constata-se que o Parecer do Conselho Municipal de Saúde não foi encaminhado, em desatendimento ao que dispõe o art. 7º, Parágrafo Único, inciso I da Instrução Normativa N.TC-20/2015.

6.3. Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente

A Constituição Federal trata do dever da família, da sociedade e do Estado, em caráter prioritário, em assegurar à criança e ao adolescente uma série de direitos, conforme pode ser constatado em seu artigo 227:

É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança, ao adolescente e ao jovem, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão.

Nessa linha foi promulgada a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, que dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) e trata sobre a proteção integral desses.

A referida Lei prevê em seu artigo 88, incisos II e IV, a criação do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente e a manutenção de fundo especial, respectivamente. Esse fundo, no caso dos Municípios, deve ser criado por lei municipal, obedecendo ao disposto no artigo 167, IX da Constituição Federal e artigo 74 da Lei nº 4.320/64.

O Conselho Municipal da Criança e do Adolescente é órgão deliberativo e controlador das ações relacionadas à política de atendimento dos direitos da criança e do adolescente.

Em consulta ao processo eletrônico gerado através dos dados encaminhados pelo Município de Monte Carlo, constata-se que o Parecer do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente não foi encaminhado, em desatendimento ao que dispõe do art. 7º, Parágrafo Único, inciso II da Instrução Normativa N.TC-20/2015.

6.4. Conselho Municipal de Assistência Social (CMAS)

O Conselho Municipal de Assistência Social está previsto no art. 16, inciso IV da Lei Federal n.º 8.742, de 07 de dezembro de 1993.

Citado órgão tem a competência de acompanhar a execução da política de assistência social, e seus membros não são remunerados. No entanto, conforme parágrafo único do art. 16 da Lei n.º 8.742/93 as despesas referentes a passagens e diárias de conselheiros representantes do governo ou da sociedade civil, quando estiverem no exercício de suas atribuições devem ser custeadas pelo órgão gestor da Assistência Social.

Em consulta ao processo eletrônico gerado através dos dados encaminhados pelo Município de **Monte Carlo**, constata-se que o Parecer do Conselho Municipal de Assistência Social não foi encaminhado, em desatendimento ao que dispõe o art. 7º, Parágrafo Único, inciso III da Instrução Normativa N.TC-20/2015.

6.5. Conselho Municipal de Alimentação Escolar (CMAE)

O Conselho Municipal de Alimentação Escolar está previsto no artigo 18 da Lei Federal n.º 11.947, de 16 de junho de 2009:

Art. 18. Os Estados, o Distrito Federal e os Municípios instituirão, no âmbito de suas respectivas jurisdições administrativas, Conselhos de Alimentação Escolar - CAE, órgãos colegiados de caráter fiscalizador, permanente, deliberativo e de assessoramento, compostos da seguinte forma:

I - 1 (um) representante indicado pelo Poder Executivo do respectivo ente federado;

II - 2 (dois) representantes das entidades de trabalhadores da educação e de discentes, indicados pelo respectivo órgão de representação, a serem escolhidos por meio de assembleia específica;

III - 2 (dois) representantes de pais de alunos, indicados pelos Conselhos Escolares, Associações de Pais e Mestres ou entidades similares, escolhidos por meio de assembleia específica;

IV - 2 (dois) representantes indicados por entidades civis organizadas, escolhidos em assembleia específica.

§ 1º Os Estados, o Distrito Federal e os Municípios poderão, a seu critério, ampliar a composição dos membros do CAE, desde que obedecida a proporcionalidade definida nos incisos deste artigo.

§ 2º Cada membro titular do CAE terá 1 (um) suplente do mesmo segmento representado.

§ 3º Os membros terão mandato de 4 (quatro) anos, podendo ser reconduzidos de acordo com a indicação dos seus respectivos segmentos.

§ 4º A presidência e a vice-presidência do CAE somente poderão ser exercidas pelos representantes indicados nos incisos II, III e IV deste artigo.

§ 5º O exercício do mandato de conselheiros do CAE é considerado serviço público relevante, não remunerado.

§ 6º Caberá aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios informar ao FNDE a composição do seu respectivo CAE, na forma estabelecida pelo Conselho Deliberativo do FNDE.

A sua atuação está prevista no artigo 19 da citada lei:

Art. 19. Compete ao CAE:

I - acompanhar e fiscalizar o cumprimento das diretrizes estabelecidas na forma do art. 2º desta Lei;

II - acompanhar e fiscalizar a aplicação dos recursos destinados à alimentação escolar;

III - zelar pela qualidade dos alimentos, em especial quanto às condições higiênicas, bem como a aceitabilidade dos cardápios oferecidos;

IV - receber o relatório anual de gestão do PNAE e emitir parecer conclusivo a respeito, aprovando ou reprovando a execução do Programa.

Parágrafo único. Os CAEs poderão desenvolver suas atribuições em regime de cooperação com os Conselhos de Segurança Alimentar e Nutricional estaduais e municipais e demais conselhos afins, e deverão observar as diretrizes estabelecidas pelo Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional - CONSEA.

Conforme consta do processo eletrônico gerado por meio dos dados encaminhados pelo **Município de Monte Carlo**, constata-se que foi enviado o arquivo denominado Parecer do Conselho Municipal de Alimentação Escolar (CMAE). Contudo, registra-se que não houve análise técnica quanto ao seu conteúdo.

6.6. Conselho Municipal do Idoso (ou da Pessoa Idosa ou dos Direitos da Pessoa Idosa)

O Conselho Municipal do Idoso está previsto no artigo 6º da Lei Federal n.º 8.842, de 04 de janeiro de 1994.

Suas competências estão previstas no artigo 7º da mesma lei, na redação dada pela Lei n.º 10.741/2003:

Art. 7º Os Conselhos Nacional, Estaduais, do Distrito Federal e Municipais do Idoso, previstos na Lei nº 8.842, de 4 de janeiro de 1994, zelarão pelo cumprimento dos direitos do idoso, definidos nesta Lei.

Em consulta ao processo eletrônico gerado através dos dados encaminhados pelo Município de Monte Carlo, constata-se que o Parecer do Conselho Municipal do Idoso não foi encaminhado, em desatendimento ao que dispõe o art. 7º, Parágrafo Único, inciso V da Instrução Normativa N.TC-20/2015.

7. DO CUMPRIMENTO DA LEI COMPLEMENTAR Nº 131/2009 E DO DECRETO FEDERAL Nº 7.185/2010

A transparência da gestão fiscal, entendida como a produção e divulgação sistemática de informações, é um dos pilares em que se assenta a Lei Complementar nº 101/2000.

Para assegurar essa transparência a Lei Complementar nº 131/2009 acrescentou dispositivos a referida Lei a fim de determinar a disponibilização, em tempo real, de informações pormenorizadas sobre a execução orçamentária e financeira, referentes à receita e à despesa, da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, bem como definiu prazos para a implantação.

O artigo 48, parágrafo único, da Lei Complementar nº 101/2000 alterado pelas Leis Complementares nº 131/2009 e 156/2016, assim determina:

Art. 48. [...]

§ 1º A transparência será assegurada também mediante:

I – incentivo à participação popular e realização de audiências públicas, durante os processos de elaboração e discussão dos planos, lei de diretrizes orçamentárias e orçamentos;

II – liberação ao pleno conhecimento e acompanhamento da sociedade, em tempo real, de informações pormenorizadas sobre a execução orçamentária e financeira, em meios eletrônicos de acesso público; e

III – adoção de sistema integrado de administração financeira e controle, que atenda a padrão mínimo de qualidade estabelecido pelo Poder Executivo da União e ao disposto no art. 48-A.

Os conteúdos das informações sobre a execução orçamentária e financeira, liberados em meios eletrônicos de acesso público, são definidos no artigo 48-A, I e II, da Lei Complementar nº 101/2000 incluído pela Lei Complementar nº 131/2009, a saber:

Art. 48-A. Para os fins a que se refere o inciso II do parágrafo único do art. 48, os entes da Federação disponibilizarão a qualquer pessoa física ou jurídica o acesso a informações referentes a:

I – quanto à despesa: todos os atos praticados pelas unidades gestoras no decorrer da execução da despesa, no momento de sua realização, com a disponibilização mínima dos dados referentes ao número do correspondente processo, ao bem fornecido ou ao serviço prestado, à pessoa física ou jurídica beneficiária do pagamento e, quando for o caso, ao procedimento licitatório realizado;

II – quanto à receita: o lançamento e o recebimento de toda a receita das unidades gestoras, inclusive referente a recursos extraordinários.

Quanto aos prazos para o cumprimento das determinações dispostas nos referidos artigos a Lei Complementar nº 131/2009 estabeleceu:

Art. 73-B. Ficam estabelecidos os seguintes prazos para o cumprimento das determinações dispostas nos incisos II e III do parágrafo único do art. 48 e do art. 48-A:

I – 1 (um) ano para a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios com mais de 100.000 (cem mil) habitantes;

II – 2 (dois) anos para os Municípios que tenham entre 50.000 (cinquenta mil) e 100.000 (cem mil) habitantes;

III – 4 (quatro) anos para os Municípios que tenham até 50.000 (cinquenta mil) habitantes.

Parágrafo único. Os prazos estabelecidos neste artigo serão contados a partir da data de publicação da lei complementar que introduziu os dispositivos referidos no caput deste artigo.”

O sistema integrado de administração financeira e controle – SISTEMA mencionado no inciso III do § 1º do artigo 48 da Lei Complementar nº 101/2000 alterado pela Lei Complementar nº 131/2009, foi regulamentado por meio do Decreto Federal nº 7.185/2010, que em seu artigo 1º assim determina:

Art. 1º A transparência da gestão fiscal dos entes da Federação referidos no art. 1º, § 3º, da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, será assegurada mediante a

observância do disposto no art. 48, parágrafo único, da referida Lei e das normas estabelecidas neste Decreto.

Dessa forma, o referido Decreto também estabeleceu requisitos com padrão mínimo de qualidade necessário para assegurar a transparência da gestão fiscal, onde se extraiu os seguintes:

Art. 2º O sistema integrado de administração financeira e controle utilizado no âmbito de cada ente da Federação, doravante denominado SISTEMA, deverá permitir a liberação em tempo real das informações pormenorizadas sobre a execução orçamentária e financeira das unidades gestoras, referentes à receita e à despesa, com a abertura mínima estabelecida neste Decreto, bem como o registro contábil tempestivo dos atos e fatos que afetam ou possam afetar o patrimônio da entidade.

§ 1º Integrarão o SISTEMA todas as entidades da administração direta, as autarquias, as fundações, os fundos e as empresas estatais dependentes, sem prejuízo da autonomia do ordenador de despesa para a gestão dos créditos e recursos autorizados na forma da legislação vigente e em conformidade com os limites de empenho e o cronograma de desembolso estabelecido.

§ 2º Para fins deste Decreto, entende-se por:

I – [...]

II - liberação em tempo real: a disponibilização das informações, em meio eletrônico que possibilite amplo acesso público, até o primeiro dia útil subsequente à data do registro contábil no respectivo SISTEMA, sem prejuízo do desempenho e da preservação das rotinas de segurança operacional necessários ao seu pleno funcionamento;

III - meio eletrônico que possibilite amplo acesso público: a Internet, sem exigências de cadastramento de usuários ou utilização de senhas para acesso; e

IV - [...]

Art. 4º Sem prejuízo da exigência de características adicionais no âmbito de cada ente da Federação, consistem requisitos tecnológicos do padrão mínimo de qualidade do SISTEMA:

I - [...]

II - permitir o armazenamento, a importação e a exportação de dados; e

III - [...]

Art. 7º Sem prejuízo dos direitos e garantias individuais constitucionalmente estabelecidos, o SISTEMA deverá gerar, para disponibilização em meio eletrônico que possibilite amplo acesso público, pelo menos, as seguintes informações relativas aos atos praticados pelas unidades gestoras no decorrer da execução orçamentária e financeira:

I - quanto à despesa:

- a) o valor do empenho, liquidação e pagamento;
 - b) o número do correspondente processo da execução, quando for o caso;
 - c) a classificação orçamentária, especificando a unidade orçamentária, função, subfunção, natureza da despesa e a fonte dos recursos que financiaram o gasto;
 - d) a pessoa física ou jurídica beneficiária do pagamento, inclusive nos desembolsos de operações independentes da execução orçamentária, exceto no caso de folha de pagamento de pessoal e de benefícios previdenciários;
 - e) o procedimento licitatório realizado, bem como à sua dispensa ou inexigibilidade, quando for o caso, com o número do correspondente processo; e
 - f) o bem fornecido ou serviço prestado, quando for o caso;
- II - quanto à receita, os valores de todas as receitas da unidade gestora, compreendendo no mínimo sua natureza, relativas a:
- a) previsão;
 - b) lançamento, quando for o caso; e
 - c) arrecadação, inclusive referente a recursos extraordinários.

A análise, por amostragem, do cumprimento das normas estabelecidas na Lei Complementar nº 101/2000, alterada pelas Leis Complementares nº 131/2009 e 156/2016, em conjunto com o Decreto Federal nº 7.185/2010, pelo Município de **Monte Carlo**, no tocante aos dados relativos do exercício em exame é demonstrada no Quadro a seguir:

Quadro 20 – Cumprimento da Lei Complementar nº 131/2009 e do Decreto Federal nº 7.185/2010

I – QUANTO À FORMA	
Disponibilização de informações de todas as unidades municipais (art. 2º, § 1º, do Decreto Federal nº 7.185/2010)	CUMPRIU
Liberação ao pleno conhecimento e acompanhamento da sociedade, em tempo real, de informações pormenorizadas sobre a execução orçamentária e financeira, em meios eletrônicos de acesso público; e (art. 48, II, LRF alterada pela Lei Complementar n.º 156/2016)	Análise prejudicada em razão da data de acesso.
Disponibilização em meio eletrônico que possibilite amplo acesso público na Internet, sem exigências de cadastramento de usuários ou utilização de senhas para acesso (art. 2º, § 2º, III, do Decreto Federal nº 7.185/2010)	CUMPRIU
Permitir o armazenamento, a importação e a exportação de dados (art. 4º, II, do Decreto Federal nº 7.185/2010)	CUMPRIU

I – QUANTO AO CONTEÚDO	
DESPESA	
(art. 48-A, I, da Lei Complementar nº 101/2000 e art. 7º, I, do Decreto Federal nº 7.185/2010)	
a) o valor do empenho, liquidação e pagamento	CUMPRIU
b) o número do empenho	CUMPRIU
c) a classificação orçamentária, especificando a unidade orçamentária, função, subfunção, natureza da despesa e a fonte dos recursos que financiaram o gasto	CUMPRIU
d) a pessoa física ou jurídica beneficiária do pagamento, inclusive nos desembolsos de operações independentes da execução orçamentária, exceto no caso de folha de pagamento de pessoal e de benefícios previdenciários	CUMPRIU
e) o procedimento licitatório realizado, bem como à sua dispensa ou inexigibilidade, quando for o caso, com o número do correspondente processo	CUMPRIU
f) o bem fornecido ou serviço prestado, quando for o caso	CUMPRIU

RECEITA	
(art. 48-A, II, da Lei Complementar nº 101/2000 e art. 7º, II, do Decreto Federal nº 7.185/2010)	
a) previsão	CUMPRIU
b) lançamento	DESCUMPRIU
c) arrecadação	CUMPRIU

Fonte: Site da Prefeitura Municipal – Portal da Transparência – Data de acesso: 20/01/2020 12:00AM

Obs. Vide restrição anotada no item Restrições de Ordem Legal deste Relatório.

8. POLÍTICAS PÚBLICAS

Segundo SECCHI⁹, podemos conceituar política pública como: “uma ação elaborada no sentido de enfrentar um problema público”.

As políticas públicas estão presentes principalmente nas áreas de saúde, educação, segurança, habitação, transporte, assistência social e meio ambiente, as quais existem em todas as esferas de governo (federal, estadual e

⁹ SECCHI, Leonardo. Políticas Públicas

municipal). Sendo que, utilizam-se dos instrumentos de planejamento (Plano Plurianual – PPA, Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO e Lei Orçamentária anual – LOA) para executá-las.

Neste universo serão realizadas avaliações quantitativas no que se refere as ações nas áreas de saúde e educação, por meio do monitoramento do Plano Nacional de Saúde - PNS – Pactuação Interfederativa 2017-2021 (Lei n.º 8.080/90, art. 15, VIII) e do Plano Nacional de Educação – PNE (Lei Federal n.º 13.005, de 25/06/2014), respectivamente.

8.1. Monitoramento do Plano Nacional de Saúde – Pactuação Interfederativa 2017-2021

No âmbito das políticas públicas de saúde, o Plano Nacional de Saúde - PNS está previsto na Lei n. 8.080/90, art. 15, VIII e deve ser elaborado em conjunto pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios, devidamente alinhados com os instrumentos de planejamento (PPA, LDO e LOA).

A vigência do plano é plurianual (2017 – 2021), e se constitui na base das atividades e programações de cada nível de direção do Sistema Único de Saúde – SUS, com previsão para realizações das despesas nas Lei Orçamentárias Anuais.

Para o período de 2017-2021, as diretrizes, objetivos e metas da saúde foram definidas por meio da Pactuação Interfederativa, a qual inclui 23 indicadores que foram definidos em reunião ordinária pela Comissão Intergestores Tripartite¹⁰, em novembro de 2016, publicado no Diário Oficial da União, em 12 de dezembro de 2016, por meio da Resolução n.º 8, de 24/11/2016.

Esta pactuação se dá pela conexão entre os três níveis de governo, contemplando, inclusive a constituição de redes de atenção à saúde, numa negociação consensual entre os gestores, oportunidade em que se define a agenda de prioridade, traduzidas pelas diretrizes, objetivos, metas e indicadores

O monitoramento e avaliação das diretrizes mostra-se fundamental para o acompanhamento da execução em nível local quanto ao cumprimento das metas pactuadas, as quais são avaliadas por meio dos indicadores previamente estabelecidos.

Todavia, em razão da ausência de dados disponíveis para pesquisa no site da Secretaria de Saúde do Estado de Santa Catarina, a avaliação das Metas/Resultados do ano de 2019 restou prejudicada.

¹⁰ Lei Federal nº 12.466/2011 e Decreto Federal nº 7508/2011

No que concerne aos objetivos de desenvolvimento sustentável – ODS (Agenda 2030 – ONU) relacionados à saúde, reitera-se que os Municípios adotem medidas para contempla-los em suas políticas públicas de saúde.

8.2. Monitoramento das Metas do Plano Nacional de Educação - PNE

No contexto das Políticas Públicas o Plano Nacional de Educação- PNE teve a sua importância reconhecida principalmente após o advento da Emenda Constitucional n.º 59/2009, onde passou a ser exigência constitucional com periodicidade decenal, tornando-se assim o norteador do Sistema Nacional de Educação, uma vez que, todas as esferas do governo (União, Estados e Municípios) devem pautar as suas ações em Educação alinhadas ao PNE.

Referido Plano teve a sua aprovação pela Lei Federal n.º 13.005, de 25/06/2014 com vigência de 10 anos e apresenta 10 diretrizes, 20 metas e 254 estratégias com abrangência em todos os níveis de ensino.

Sendo que, as diretrizes foram estabelecidas no art. 2º do PNE e são as seguintes:

- Erradicação do analfabetismo;
- Universalização do atendimento escolar;
- Superação das desigualdades educacionais, com ênfase na promoção da cidadania e na erradicação de todas as formas de discriminação;
- Melhoria da qualidade da educação;
- Formação para o trabalho e para a cidadania, com ênfase nos valores morais e éticos em que se fundamenta a sociedade;
- Promoção do princípio da gestão democrática da educação pública;
- Promoção humanística, científica, cultural e tecnológica do País;
- Estabelecimento de meta de aplicação de recursos públicos em educação como proporção do Produto Interno Bruto- PIB, que assegure atendimento às necessidades de expansão, com padrão de qualidade e equidade;
- Valorização dos (as) profissionais da educação;
- Promoção dos princípios do respeito aos direitos humanos, à diversidade e à sustentabilidade socioambiental.

As Metas e Estratégias estão discriminadas no Anexo da referida Lei, todavia, considerando a complexidade das mesmas e prazo de dez anos para executá-las, tem-se que no exercício em análise será efetuado o monitoramento da Meta 1 – Universalizar, até 2016, a educação infantil na pré-escola para as

crianças de 4 (quatro) a 5 (cinco) anos de idade e ampliar a oferta de educação infantil em creches de forma a atender, no mínimo 50% (cinquenta por cento) das crianças de até 3 (três) anos até o final da vigência deste PNE.

Os dados populacionais foram estimados e atualizados a partir de estudo técnico realizado por auditores fiscais de controle externo da Diretoria de Atividades Especiais (DAE) do TCE/SC.

Destaca-se que a metodologia aplicada para os monitoramentos encontram-se discriminadas nos itens seguintes.

8.2.1. Monitoramento da Meta 1 do PNE: Educação Infantil

A educação infantil tem sua conceituação e finalidade definida no artigo 29 da Lei Federal n.º 9.394, de 20/12/1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB). Constituindo a “primeira etapa da educação básica, tem como finalidade o desenvolvimento integral da criança de até 5 (cinco) anos, em seus aspectos físico, psicológico, intelectual e social, complementando ação da família e da comunidade”. É oferecida em “creches, ou entidades equivalentes, para crianças de até três anos de idade” (art. 30, I), e “pré-escolas, para as crianças de 4 (quatro) a 5 (cinco) anos de idade” (art. 30, II).

Para avaliar a primeira Meta prevista da Lei Federal n.º 13.005/2014, e em respeito ao que dispõe o art. 4º da Lei do PNE, passa-se a apresentar o cálculo das taxas de atendimento em Creche e na Pré-escola no Município de Monte Carlo.

Ressalta-se que os dados das matrículas em Creches (crianças até 3 anos em 2019) e na Pré-escola (crianças de 4 a 5 anos em 2019) foram extraídos do site do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira Legislação e Documentos (Inep), mais especificamente das Sinopses Estatísticas da Educação Básica.

Registre-se que a taxa de atendimento não se confunde com a demanda por vagas na rede pública. Para o cálculo daquela leva-se em consideração o número de matrículas e o percentual previsto no Plano Nacional de Educação, enquanto que a demanda toma em consideração o número de crianças que solicitam vaga em Creches e/ou Pré-escolas. A título exemplificativo, um Município pode ter cumprido a meta prevista no Plano Nacional de Educação e em seu Plano Municipal e ainda assim ter fila de espera por vagas, na hipótese de que o percentual mínimo de atendimento previsto em Lei não ser suficiente para atender toda a demanda.

8.2.2. Taxa de atendimento em Creche

O atendimento da educação infantil em Creche, em regra, deve-se dar para as crianças de até 03 (três) anos de idade e a parte final da Meta 1 do Plano Nacional de Educação define que o ente deve: “ampliar a oferta de Educação Infantil em Creches de forma a atender, no mínimo, 50% das crianças de até 3 anos até o final da vigência deste PNE”.

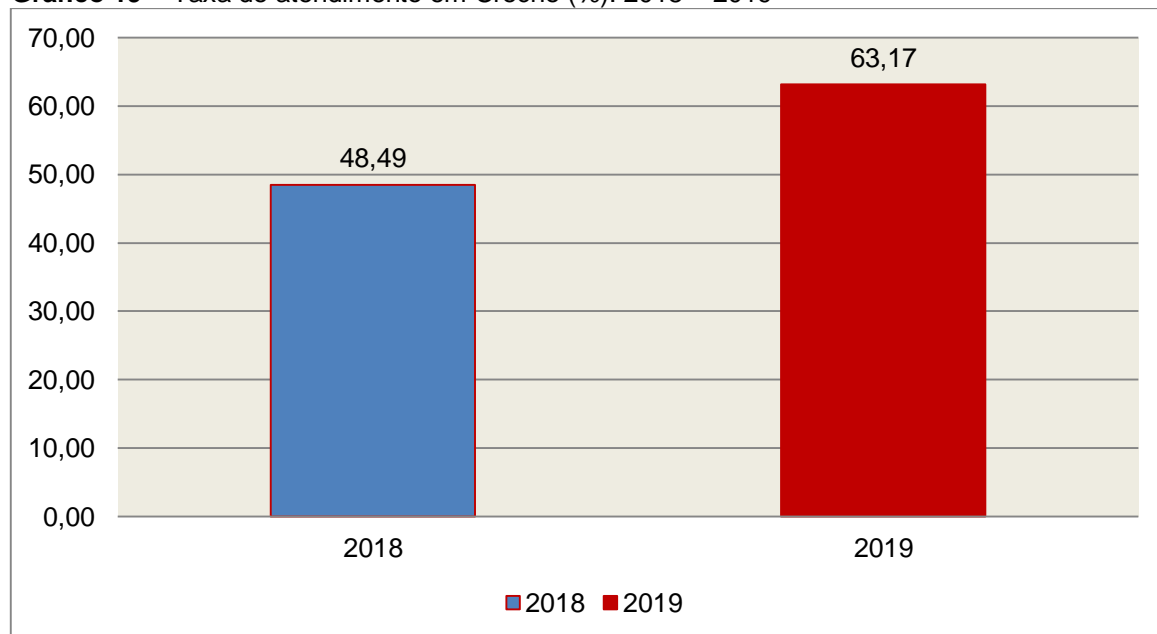
Para avaliação do alcance da parte final da Meta 1 do Plano Nacional de Educação, calculou-se a taxa líquida de matrículas em Creches, ou seja, apenas os matriculados que estejam na faixa etária (0 a 3 anos de idade) prevista no PNE, por meio da seguinte fórmula:

INDICADOR 1B: CRECHES

Fórmula de cálculo:
$$\frac{\text{População de 0 a 3 anos que frequenta a Creche} \times 100}{\text{População de 0 a 3 anos de idade}}$$

Assim, com base nos dados estatísticos do Município de Monte Carlo, a Taxa de Atendimento de crianças de 0 a 3 anos de idade, que frequentaram as Creches no referido Município, em 2019, foi de 63,17%, estando **DENTRO** do percentual mínimo previsto para a Meta 1 do Plano Nacional de Educação.

Gráfico 19 – Taxa de atendimento em Creche (%): 2018 – 2019



Fonte: dados INEP e levantamento DAE/TCESC

O gráfico anterior demonstra que o Município de Monte Carlo em 2019 Aumentou sua taxa de atendimento em Creche, em termos percentuais, quando comparado ao exercício anterior.

8.2.3. Taxa de atendimento na Pré-escola

O atendimento da educação infantil na Pré-escola deve-se dar para as crianças de 04 (quatro) a 05 (cinco) anos de idade e a parte inicial da Meta 1 do Plano Nacional de Educação define que o ente deve: “universalizar, até 2016, a Educação Infantil na Pré-escola para as crianças de 4 a 5 anos de idade”.

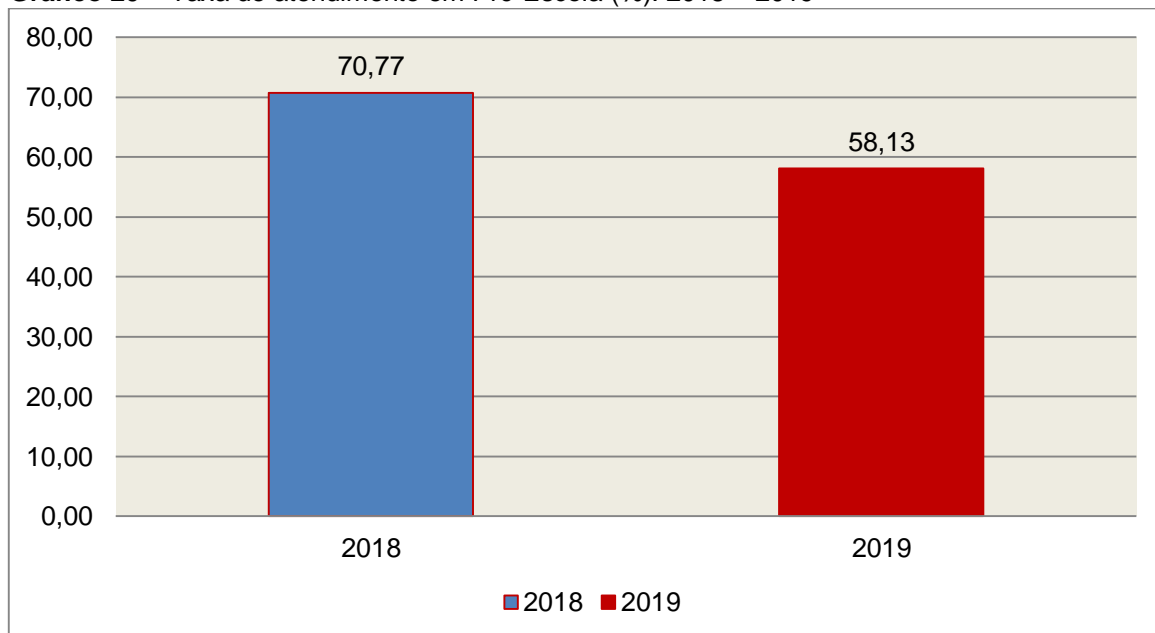
Para avaliação do alcance da parte inicial da Meta 1 do Plano Nacional de Educação, calculou-se a taxa líquida de matrículas na Pré-escola, ou seja, apenas os matriculados que estejam na faixa etária (4 a 5 anos de idade) prevista no PNE, por meio da seguinte fórmula:

INDICADOR 1A: PRÉ-ESCOLA

Fórmula de cálculo: $\frac{\text{População de 4 e 5 anos que frequenta a Pré-escola}}{\text{População de 4 e 5 anos de idade}} \times 100$

Assim, com base nos dados estatísticos do Município de Monte Carlo, a Taxa de Atendimento de crianças de 4 a 5 anos de idade, que frequentaram a Pré-escola no referido Município, em 2019, foi de 58,13 %, estando **FORA** da Meta 1 do Plano Nacional de Educação.

Gráfico 20 – Taxa de atendimento em Pré-Escola (%): 2018 – 2019



Fonte: dados INEP e levantamento DAE/TCESC

O gráfico anterior demonstra que o Município de Monte Carlo em 2019 Diminuiu sua taxa de atendimento na Pré-escola, em termos percentuais, quando comparado ao exercício anterior.

8.2.4 – Avaliação da vinculação das metas da educação do PNE previstas na LOA

O Plano Nacional da Educação – PNE, aprovado pela Lei Federal nº 13.005/2014, estabeleceu um total de 20 metas a serem atingidas durante o decênio 2014 – 2024 relacionadas à melhoria, expansão e universalização dos serviços públicos de educação no âmbito federal, estadual e municipal. Em seu texto, a Lei ressalta a importância do alinhamento do orçamento com a consecução das metas, como estabelecido em seu Art. 10º:

Art. 10. O plano plurianual, as diretrizes orçamentárias e os orçamentos anuais da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios serão formulados de maneira a assegurar a consignação de dotações orçamentárias compatíveis com as diretrizes, metas e estratégias deste PNE e com os respectivos planos de educação, a fim de viabilizar sua plena execução.

Nesse sentido, é apresentado no quadro a seguir o esforço orçamentário do Município de Monte Carlo para o atingimento das metas do PNE durante o exercício de 2019.

METAS (A)	% APLICADO (B)	PROJETO- ATIVIDADE (C)	VALOR LIQUIDAÇÃO(D)	VALOR LIQUIDAÇÃO O APLICADO A META (BxD)/100)
01 Educação Infantil	1,43	01.000003 CONSTRUÇÃO AMPLIAÇÃO E REFORMA DA REDE FÍSICA DA EDUCAÇÃO INFANTIL	193.700,00	2.769,91
01 Educação Infantil	4,31	02.000009 MANUTENÇÃO EDUCAÇÃO - CRECHES	584.959,96	25.211,77
01 Educação Infantil	9,58	02.000010 MANUTENÇÃO DA EDUCAÇÃO PRÉ-ESCOLAR	1.394.396,15	133.583,15
01 Educação Infantil	1,07	02.000012 MANUTENÇÃO	144.604,09	1.547,26

		DA MERENDA ESCOLAR - CRECHES		
01 Educação Infantil	0,47	02.000013 MANUTENÇÃO DA MERENDA ESCOLAR - PRÉ ESCOLAS	63.803,06	299,87
02 Ensino Fundamental I	2,92	01.000002 CONSTRUÇÃO AMPLIAÇÃO E REFORMA DA REDE FÍSICA DO ENSINO FUNDAMENTAL	395.887,82	11.559,92
02 Ensino Fundamental I	1,61	01.000007 EQUIPAMENTO S E VEÍCULOS PARA A EDUCAÇÃO	218.927,28	3.524,73
02 Ensino Fundamental I	56,94	02.000011 MANUTENÇÃO DO ENSINO FUNDAMENTAL	7.789.170,68	4.435.153,79
02 Ensino Fundamental I	1,50	02.000014 MANUTENÇÃO DA MERENDA ESCOLAR - ENSINO FUNDAMENTAL	203.615,72	3.054,24
02 Ensino Fundamental I	8,47	02.000015 MANUTENÇÃO DO TRANSPORTE ESCOLAR	1.149.775,51	97.385,99
02 Ensino Fundamental I	1,45	02.000017 MANUTENÇÃO DA	196.744,48	2.852,79

		SECRETARIA DE EDUCAÇÃO		
03 Ensino Médio	0,00	n/d	0,00	0,00
04 Inclusão	0,27	02.000011 MANUTENÇÃO DO ENSINO FUNDAMENTAL	7.789.170,68	21.030,76
05 Alfabetização Infantil	0,70	02.000010 MANUTENÇÃO DA EDUCAÇÃO PRÉ-ESCOLAR	1.394.396,15	9.760,77
06 Educação Integral	0,00	n/d	0,00	0,00
07 Qualidade da Educação Básica/IDEB	0,00	n/d	0,00	0,00
08 Elevação da Escolaridade/Diversidade	0,00	n/d	0,00	0,00
09 Alfabetização de Jovens e Adultos	0,00	n/d	0,00	0,00
10 EJA Integrada	0,00	n/d	0,00	0,00
11 Educação Profissional	0,14	02.000016 APOIO AO ENSINO SUPERIOR	38.608,38	54,05
12 Educação Superior	0,14	02.000016 APOIO AO ENSINO SUPERIOR	38.608,38	54,05
13 Qualidade da Educação Superior	0,00	n/d	0,00	0,00
14 Pós-Graduação	0,00	n/d	0,00	0,00
15 Profissionais da Educação	0,13	02.000011 MANUTENÇÃO DO ENSINO FUNDAMENTAL	7.789.170,68	10.125,92
16 Formação	0,00	n/d	0,00	0,00

17	Valorização dos Profissionais do Magistério	0,14	02.000011 MANUTENÇÃO DO ENSINO FUNDAMENTAL	7.789.170,68	10.904,84
18	Planos de Carreira	0,00	n/d	0,00	0,00
19	Gestão Democrática	0,00	n/d	0,00	0,00
20	Financiamento da Educação	0,00	n/d	0,00	0,00

Fonte: Dados do Sistema e-Sfinge Web 6ª competência

Diante dos dados acima informados, tem-se que o total executado no atingimento das metas do PNE do Município de Monte Carlo, no valor de R\$ 4.768.873,81, representa 16,11% do orçamento do Município.

Haja vista que segundo informações prestadas pelo Município para as Metas acima relacionados ocorreram as seguintes situações: não aplicável para o município as metas 3, 6, e 10; já executado totalmente em exercícios anteriores a meta 20; e não executado nada neste exercício as metas 7, 8, 9, 13, 14, 16, 18, 19.

Obs.: Valor executado refere-se ao % informado pela Unidade na 6ª competência do e-Sfinge multiplicado pela despesa liquidada em cada Projeto/Atividade.

9. RESTRIÇÕES APURADAS

9.1 RESTRIÇÕES DE ORDEM CONSTITUCIONAL

Não foram encontradas restrições desta natureza, de acordo com os critérios técnicos adotados.

9.2 RESTRIÇÕES DE ORDEM LEGAL

9.2.1 Atraso na remessa da Prestação de Contas do Prefeito, caracterizando afronta ao artigo 51 da Lei Complementar n.º 202/2000 c/c o artigo 7º da Instrução Normativa nº TC – 20/2015 (fls. 1 a 3 do processo).

9.2.2 Ausência de disponibilização em meios eletrônicos de acesso público, no prazo estabelecido, de informações pormenorizadas sobre o Lançamento da Receita, de modo a garantir a transparência da gestão fiscal, em descumprimento ao estabelecido no artigo 48-A (II) da Lei Complementar nº 101/2000 alterada pela Lei Complementar nº 131/2009 c/c o artigo 7º, II do Decreto Federal nº 7.185/2010. (Capítulo 7).

9.3 RESTRIÇÕES DE ORDEM REGULAMENTAR

9.3.1 Ausência de encaminhamento do Parecer do Conselho Municipal de Saúde, em desatendimento ao que dispõe o artigo 7º, Parágrafo Único, inciso I da Instrução Normativa N.TC-20/2015. (item 6.2)

9.3.2 Ausência de encaminhamento do Parecer do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, em desatendimento ao que dispõe o artigo 7º, Parágrafo Único, inciso II da Instrução Normativa N.TC-20/2015. (item 6.3)

- 9.3.3 Ausência de encaminhamento do Parecer do Conselho Municipal de Assistência Social em desatendimento ao que dispõe o artigo 7º, Parágrafo Único, inciso III da Instrução Normativa N.TC-20/2015. (item 6.4)
- 9.3.4 Ausência de encaminhamento do Parecer do Conselho Municipal do Idoso em desatendimento ao que dispõe o artigo 7º, Parágrafo Único, inciso V da Instrução Normativa N.TC-20/2015. (item 6.6)

10. SÍNTESE DO EXERCÍCIO DE 2019

Quadro 22 – Síntese

1) Balanço Anual Consolidado	As demonstrações contábeis demonstram adequadamente a posição financeira, orçamentária e patrimonial, não apresentando divergências relevantes entre as peças que o compõem.	
2) Resultado Orçamentário	Superávit	R\$ 688.765,20
3) Resultado Financeiro	Superávit	R\$ 5.014.689,17
4) LIMITES	PARÂMETRO MÍNIMO	REALIZADO
4.1) Saúde	15,00%	23,08%
4.2) Ensino	25,00%	26,06%
4.3) FUNDEB	60,00%	63,55%
	95,00%	96,17%
4.4) Despesas com pessoal	PARÂMETRO MÁXIMO	REALIZADO
a) Município	60,00%	56,22%
b) Poder Executivo	54,00%	53,17%
c) Poder Legislativo	6,00%	3,05%
4.5) L.C. N° 131/2009 E DEC. N° 7.185/2010	DESCUMPRIU	

CONCLUSÃO

Considerando que a apreciação das contas tomou por base os dados e informações exigidos pela legislação aplicável, de veracidade ideológica apenas presumida, podendo o Tribunal de Contas - a qualquer época e desde que venha a ter ciência de ato ou fato que a desabone - reapreciar, reformular seu entendimento e emitir novo pronunciamento a respeito;

Considerando que a análise foi efetuada conforme técnicas apropriadas de auditoria, que preveem inclusive a realização de inspeção *in loco* e a utilização de amostragem, conforme o caso;

Considerando que o julgamento das contas de governo do Prefeito Municipal, pela Colenda Câmara de Vereadores, não envolve exame da responsabilidade de administradores municipais, inclusive do Prefeito, quanto a atos de competência do exercício em causa, que devem ser objeto de exame em processos específicos;

Considerando que foi efetuada a análise pelo Corpo Técnico quanto ao cumprimento dos incisos IX e X do Anexo II – Relatório do Órgão Central do Sistema de Controle Interno da Instrução Normativa TCE/SC n.º 20/2015;

Considerando o exposto e mais o que dos autos consta, para efeito de emissão de PARECER PRÉVIO a que se refere o art. 50 da Lei Complementar nº 202/2000, referente às contas do **exercício de 2019 do Município de Monte Carlo**.

Diante das **Restrições de Ordem Legal e Regulamentar** apuradas, respectivamente, nos **itens 9.2 e 9.3**, deste Relatório, entende esta Diretoria que, à vista da análise procedida, possa o Tribunal de Contas, além da emissão do parecer prévio, decidir por:

I - **RECOMENDAR** à Câmara de Vereadores anotação e verificação de acatamento, pelo Poder Executivo, das observações constantes do presente Relatório;

II – **RECOMENDAR** ao Órgão Central de Controle Interno que atente para o cumprimento do inciso X do Anexo II – Relatório do Órgão Central do Sistema de Controle Interno da Instrução Normativa TCE/SC n.º 20/2015, no que diz respeito a avaliação do cumprimento de aplicação mínima dos 95% dos recursos do Fundeb.

III – **DAR CIÊNCIA** ao Conselho Municipal de Educação, em cumprimento à Ação 9c.2 estabelecida na Portaria nº TC-0374/2018, acerca da análise do cumprimento dos limites no Ensino e FUNDEB, dos Pareceres do Conselho do FUNDEB e Alimentação Escolar e do monitoramento da Meta 1 do Plano Nacional de Educação, conforme itens 5.2, 6.1, 6.5 e 8.2, deste Relatório;

IV - **DETERMINAR** ao Responsável pelo Poder Executivo a adoção de providências imediatas quanto à irregularidade apontada no Capítulo 7 - Do Cumprimento da Lei Complementar nº 131/2009 e do Decreto Federal nº 7.185/2010;

V - **SOLICITAR** à Câmara de Vereadores seja o Tribunal de Contas comunicado do resultado do julgamento das Contas Anuais em questão, conforme prescreve o art. 59 da Lei Complementar nº 202/2000, inclusive com a remessa do ato respectivo e da ata da sessão de julgamento da Câmara.

É o Relatório,

DGO/Divisão 3, em 28/07/2020.

DANILO VASCONCELOS SANTOS
Auditor Fiscal de Controle Externo

TERESINHA DE JESUS BASTO DA
SILVA
Auditor Fiscal de Controle Externo
Chefe da Divisão 3

De Acordo

Em 31/07/2020.

SALETE OLIVEIRA
Coordenadora de Controle
Coordenadoria de Contas de
Governo Municipal

Encaminhem-se os autos ao MPjTC para a necessária manifestação.

Moises Hoegenn
Diretor
Diretoria de Contas de Governo - DGO

INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

Deduções das Despesas com Ações e Serviços Públicos de Saúde

Descrição	R\$
Despesas Empenhadas com Recursos de Convênios Destinados às Ações e Serviços de Saúde	3.793.576,28
Despesas excluídas por não serem consideradas como de Ações e Serviços Públicos de Saúde	11.046,90
Total das Deduções com Ações e Serviços Públicos de Saúde do Município	3.804.623,18

Deduções consideradas para fins de Limite Constitucional: Gastos com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino

Descrição	R\$
Despesas com Recursos de Convênios e/ou Receitas Vinculadas destinadas à Educação Infantil	307.140,12
Despesas com Recursos de Convênios e/ou Receitas Vinculadas destinados ao Ensino Fundamental	1.364.790,86
Despesas excluídas por não serem consideradas como de manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental	2.074,78
Valor referente a despesas consideradas no Ensino Fundamental em exercícios anteriores (fontes 1 e/ou 18 e/ou 19) inscritas em Restos a Pagar e canceladas no exercício em análise	6.415,81
Resultado líquido das transferências do Fundeb	6.028.450,39
Total das deduções consideradas para fins de Limite Constitucional	7.708.871,96

Apuração Financeira da aplicação dos recursos oriundos do FUNDEB

Descrição	R\$
Transferências do FUNDEB	8.836.666,64
(+) Rendimentos de Aplicações Financeiras das Contas do FUNDEB	16.822,22
(-) Saldo Financeiro do FUNDEB em 31/12/2019	496.031,80
(+) Despesas inscritas em Restos a Pagar no exercício, com disponibilidade dos recursos do FUNDEB	156.530,37
(=) Total de utilização dos recursos do FUNDEB no exercício de 2019	8.513.987,43

Fonte: Demonstrativos do Balanço Geral consolidado, dados do Sistema e-Sfinge e análise técnica.

APÊNDICE

Despesas com Recursos de Convênios e/ou Receitas Vinculadas destinadas à Saúde:

Fonte de Recurso	Ano	Sub Função	Valor Empenho (R\$)	Valor Liquidação (R\$)	Valor Pagamento (R\$)
33 - Transferências de Convênios – União/Saúde	2019	302	188.746,17	50.000,00	50.000,00
38 - Transferências do Sistema Único de Saúde – SUS/União	2019	301	2.806.022,04	2.804.232,22	2.804.232,22
38 - Transferências do Sistema Único de Saúde – SUS/União	2019	302	216.407,32	216.407,32	216.407,32
38 - Transferências do Sistema Único de Saúde – SUS/União	2019	305	100.972,62	100.972,62	100.972,62
67 - Transferências do Sistema Único de Saúde – SUS/Estado	2019	301	481.428,13	480.109,33	480.109,33
TOTAL			3.793.576,28	3.651.721,49	3.651.721,49

Despesas excluídas por não serem consideradas como de Ações e Serviços Públicos de Saúde:

Unidade	Fonte de Recurso	Sub Função	Nº Empenho	Data Empenho	Credor	Valor Empenho (R\$)	Valor Liquidação (R\$)	Valor Pagamento (R\$)	Histórico
Fundo Municipal de Saúde de Monte Carlo	02 - Receitas de Impostos e Transf de impostos: Saúde	302	1690	13/08/2019	FUNDO PARA MELHORIA DA SEGURANÇA PUBLICA	1.002,88	1.002,88	1.002,88	PELA DESPESA EMPENHADA REFENTE A MULTAS DE TRANSITO DO VEICULO PLACA OKF 9076 DA UNIDADE MISTA DE SAUDE NOSSA SENHORA DA SALETE.
Fundo Municipal de Saúde de Monte Carlo	02 - Receitas de Impostos e Transf de impostos: Saúde	302	1689	13/08/2019	FUNDO PARA MELHORIA DA SEGURANÇA PUBLICA	1.167,76	1.167,76	1.167,76	PELA DESPESA EMPENHADA REFENTE A MULTAS DE TRANSITO DO VEICULO PLACA QID 5688 DA UNIDADE MISTA DE SAUDE NOSSA SENHORA DA SALETE.
Fundo Municipal de Saúde de Monte Carlo	02 - Receitas de Impostos e Transf de impostos: Saúde	301	2083	30/09/2019	DETRAN/IPVA/ DPVAT	12,52	12,52	12,52	PELA DESPESA EMPENHADA REFERENTE A JUROS DE MULTA DE TRANSITO, VEICULO PLACA QIU 8586. DEPARTAMENTO DE SAUDE.
Fundo Municipal de Saúde de Monte Carlo	02 - Receitas de Impostos e Transf de impostos: Saúde	301	1190	11/06/2019	RECEITA FEDERAL DO BRASIL	2.255,48	2.255,48	2.255,48	PELA DESPESA EMPENHADA REFERENTE A MULTA DE DIVIDA ATIVA, INSCRIÇÃO Nº 91.5.19.000347-85 E PROCESSO 47620.001462/2018-48.
Fundo Municipal de Saúde de Monte Carlo	02 - Receitas de Impostos e Transf de impostos: Saúde	301	2530	18/11/2019	DETRAN/IPVA/ DPVAT	136,07	136,07	136,07	PELA DESPESA EMPENHADA REFERENTE A MULTA DE TRANSITO DE VEICULO PLACA MME 9638 Nº DO AUTO DE INFRAÇÃO 275350W005824042. DEPARTAMENTO DE SAUDE.
Fundo Municipal de Saúde de Monte Carlo	02 - Receitas de Impostos e Transf de impostos: Saúde	301	2529	18/11/2019	DETRAN/IPVA/ DPVAT	135,39	135,39	135,39	PELA DESPESA EMPENHADA REFERENTE A MULTA DE TRANSITO DE VEICULO PLACA QJN 8151 Nº DO AUTO DE INFRAÇÃO 000300S010246701. DEPARTAMENTO DE SAUDE.



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SANTA CATARINA
DIRETORIA DE CONTAS DE GOVERNO – DGO

Unidade	Fonte de Recurso	Sub Função	Nº Empenho	Data Empenho	Credor	Valor Empenho (R\$)	Valor Liquidação (R\$)	Valor Pagamento (R\$)	Histórico
Fundo Municipal de Saúde de Monte Carlo	02 - Receitas de Impostos e Transf de impostos: Saúde	301	2609	29/11/2019	DETRAN/IPVA/ DPVAT	104,13	104,13	104,13	PELA DESPESA EMPENHADA REFERENTE A MULTA DE TRANSITO DO VEICULO ONIX PLACA QJN 8151. DEPARTAMENTO DE SAUDE.
Fundo Municipal de Saúde de Monte Carlo	02 - Receitas de Impostos e Transf de impostos: Saúde	302	2248	11/10/2019	DETRAN/IPVA/ DPVAT	199,06	199,06	199,06	PELA DESPESA EMPENHADA REFERENTE A MULTA DE TRANSITO DO VEICULO PLACA MEL 9532. Nº AUTO DE INFRAÇÃO 000300S012189150. DEPARTAMENTO DE SAUDE.
Fundo Municipal de Saúde de Monte Carlo	02 - Receitas de Impostos e Transf de impostos: Saúde	301	2249	11/10/2019	DETRAN/IPVA/ DPVAT	133,45	133,45	133,45	PELA DESPESA EMPENHADA REFERENTE A MULTA DE TRANSITO DO VEICULO PLACA MME 9638. Nº AUTO DE INFRAÇÃO 275350NIC0923143. DEPARTAMENTO DE SAUDE.
Fundo Municipal de Saúde de Monte Carlo	02 - Receitas de Impostos e Transf de impostos: Saúde	301	2638	05/12/2019	DETRAN/IPVA/ DPVAT	1.173,88	1.173,88	1.173,88	PELA DESPESA EMPENHADA REFERENTE A MULTA DE TRANSITO DO VEICULO PLACA QJK 6348. DEPARTAMENTO DE SAUDE. Nº DA INFRAÇÃO 000100T181646692.
Fundo Municipal de Saúde de Monte Carlo	02 - Receitas de Impostos e Transf de impostos: Saúde	301	2250	11/10/2019	DETRAN/IPVA/ DPVAT	204,07	204,07	204,07	PELA DESPESA EMPENHADA REFERENTE A MULTA DE TRANSITO DO VEICULO PLACA qjn 8151. Nº AUTO DE INFRAÇÃO 00800154416385n. DEPARTAMENTO DE SAUDE.
Fundo Municipal de Saúde de Monte Carlo	02 - Receitas de Impostos e Transf de impostos: Saúde	301	2055	24/09/2019	DETRAN/IPVA/ DPVAT	134,17	134,17	134,17	PELA DESPESA EMPENHADA REFERENTE A MULTA DE TRANSITO Nº 000100T102593407, PLACA OKH 1446. DEPARTAMENTO DE SAUDE.
Fundo Municipal de Saúde de Monte Carlo	02 - Receitas de Impostos e Transf de impostos: Saúde	301	2057	24/09/2019	DETRAN/IPVA/ DPVAT	297,87	297,87	297,87	PELA DESPESA EMPENHADA REFERENTE A MULTA DE TRANSITO Nº 000100T105092777, PLACA OKH 1446. DEPARTAMENTO DE SAUDE.
Fundo Municipal de Saúde de Monte Carlo	02 - Receitas de Impostos e Transf de impostos: Saúde	301	2056	24/09/2019	DETRAN/IPVA/ DPVAT	198,16	198,16	198,16	PELA DESPESA EMPENHADA REFERENTE A MULTA DE TRANSITO Nº 000100T105092789, PLACA OKH 1446. DEPARTAMENTO DE SAUDE.
Fundo Municipal de Saúde de Monte Carlo	02 - Receitas de Impostos e Transf de impostos: Saúde	301	2068	25/09/2019	DETRAN/IPVA/ DPVAT	132,11	132,11	132,11	PELA DESPESA EMPENHADA REFERENTE A MULTA DE TRANSITO Nº 000300S012192909, PLACA QIU 8586. DEPARTAMENTO DE SAUDE.
Fundo Municipal de Saúde de Monte Carlo	02 - Receitas de Impostos e Transf de impostos: Saúde	301	2069	25/09/2019	DETRAN/IPVA/ DPVAT	131,46	131,46	131,46	PELA DESPESA EMPENHADA REFERENTE A MULTA DE TRANSITO Nº 000300S013016285, PLACA QIU 8586. DEPARTAMENTO DE SAUDE.
Fundo Municipal de Saúde de Monte Carlo	02 - Receitas de Impostos e Transf de impostos: Saúde	301	2763	31/12/2019	DETRAN/IPVA/ DPVAT	234,78	234,78	234,78	PELA DESPESA EMPENHADA REFERENTE A MULTA DE TRANSITO Nº 00800154663273G DO VEICULO PLACA OKH 1446. DEPARTAMENTO DE SAUDE.
Fundo Municipal de Saúde de Monte Carlo	02 - Receitas de Impostos e Transf de impostos: Saúde	301	2058	24/09/2019	DETRAN/IPVA/ DPVAT	205,19	205,19	205,19	PELA DESPESA EMPENHADA REFERENTE A MULTA DE TRANSITO Nº 00803654400281N, PLACA OKH 1446. DEPARTAMENTO DE SAUDE.



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SANTA CATARINA
DIRETORIA DE CONTAS DE GOVERNO – DGO

Unidade	Fonte de Recurso	Sub Função	Nº Empenho	Data Empenho	Credor	Valor Empenho (R\$)	Valor Liquidação (R\$)	Valor Pagamento (R\$)	Histórico
Fundo Municipal de Saúde de Monte Carlo	02 - Receitas de Impostos e Transf de impostos: Saúde	301	2067	25/09/2019	DETRAN/IPVA/ DPVAT	205,03	205,03	205,03	PELA DESPESA EMPENHADA REFERENTE A MULTA DE TRANSITO Nº 00805354403735N, PLACA QIU 8586. DEPARTAMENTO DE SAUDE.
Fundo Municipal de Saúde de Monte Carlo	02 - Receitas de Impostos e Transf de impostos: Saúde	301	2066	25/09/2019	DETRAN/IPVA/ DPVAT	195,23	195,23	195,23	PELA DESPESA EMPENHADA REFERENTE A MULTA DE TRANSITO Nº 00805355803690F, PLACA QIU 8586. DEPARTAMENTO DE SAUDE.
Fundo Municipal de Saúde de Monte Carlo	02 - Receitas de Impostos e Transf de impostos: Saúde	301	2436	06/11/2019	DETRAN/IPVA/ DPVAT	305,27	305,27	305,27	PELA DESPESA EMPENHADA REFERENTE A MULTA DE TRANSITO Nº 008460P034L0002E DO VEICULO PLACA QJB 0588. DEPARTAMENTO DE SAUDE.
Fundo Municipal de Saúde de Monte Carlo	02 - Receitas de Impostos e Transf de impostos: Saúde	301	2435	06/11/2019	DETRAN/IPVA/ DPVAT	104,13	104,13	104,13	PELA DESPESA EMPENHADA REFERENTE A MULTA DE TRANSITO Nº 00874554497040N DO VEICULO PLACA QJB 0588. DEPARTAMENTO DE SAUDE.
Fundo Municipal de Saúde de Monte Carlo	02 - Receitas de Impostos e Transf de impostos: Saúde	301	2065	25/09/2019	DETRAN/IPVA/ DPVAT	138,07	138,07	138,07	PELA DESPESA EMPENHADA REFERENTE A MULTA DE TRANSITO Nº 0087798779889620, PLACA QIU 8586. DEPARTAMENTO DE SAUDE.
Fundo Municipal de Saúde de Monte Carlo	02 - Receitas de Impostos e Transf de impostos: Saúde	301	2712	16/12/2019	DETRAN/IPVA/ DPVAT	135,89	135,89	135,89	PELA DESPESA EMPENHADA REFERENTE A MULTA DE TRANSITO Nº 275350W005840661 DO VEICULO PLACA MME 9698. DEPARTAMENTO DE SAUDE.
Fundo Municipal de Saúde de Monte Carlo	02 - Receitas de Impostos e Transf de impostos: Saúde	301	2319	21/10/2019	DETRAN/IPVA/ DPVAT	227,64	227,64	227,64	PELA DESPESA EMPENHADA REFERENTE A MULTA DE TRANSITO Nº DO AUTO 000300E030547958, VEICULO PLACA MIG 0471. DEPARTAMENTO DE SAUDE.
Fundo Municipal de Saúde de Monte Carlo	02 - Receitas de Impostos e Transf de impostos: Saúde	301	2369	30/10/2019	DETRAN/IPVA/ DPVAT	132,71	132,71	132,71	PELA DESPESA EMPENHADA REFERENTE A MULTA DE TRANSITO Nº DO AUTO 000300S011669255, VEICULO PLACA QJK 6348. DEPARTAMENTO DE SAUDE.
Fundo Municipal de Saúde de Monte Carlo	02 - Receitas de Impostos e Transf de impostos: Saúde	301	2286	17/10/2019	DETRAN/IPVA/ DPVAT	205,03	205,03	205,03	PELA DESPESA EMPENHADA REFERENTE A MULTA DE TRANSITO Nº DO AUTO DE INFRAÇÃO 008001P0173002GZ, VEICULO PLACA QJN 8151. DEPARTAMENTO DE SAUDE.
Fundo Municipal de Saúde de Monte Carlo	02 - Receitas de Impostos e Transf de impostos: Saúde	301	2287	17/10/2019	DETRAN/IPVA/ DPVAT	104,13	104,13	104,13	PELA DESPESA EMPENHADA REFERENTE A MULTA DE TRANSITO Nº DO AUTO DE INFRAÇÃO 008106P02Q300272, VEICULO PLACA QID 5688. DEPARTAMENTO DE SAUDE.
Fundo Municipal de Saúde de Monte Carlo	02 - Receitas de Impostos e Transf de impostos: Saúde	301	2288	17/10/2019	DETRAN/IPVA/ DPVAT	104,13	104,13	104,13	PELA DESPESA EMPENHADA REFERENTE A MULTA DE TRANSITO Nº DO AUTO DE INFRAÇÃO 008106P02Q30029P, VEICULO PLACA QID5688. DEPARTAMENTO DE SAUDE.
Fundo Municipal de Saúde de Monte Carlo	02 - Receitas de Impostos e Transf de impostos: Saúde	301	2269	14/10/2019	DETRAN/IPVA/ DPVAT	104,13	104,13	104,13	PELA DESPESA EMPENHADA REFERENTE A MULTA DE TRANSITO Nº DO AUTO DE INFRAÇÃO 0087450001118301. DEPARTAMENTO DE SAUDE.
Fundo Municipal de Saúde de Monte Carlo	02 - Receitas de Impostos e Transf de impostos: Saúde	301	2268	14/10/2019	DETRAN/IPVA/ DPVAT	201,09	201,09	201,09	PELA DESPESA EMPENHADA REFERENTE A MULTA DE TRANSITO Nº DO AUTO DE INFRAÇÃO 0087798779985591. DEPARTAMENTO DE SAUDE.



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SANTA CATARINA
DIRETORIA DE CONTAS DE GOVERNO – DGO

Unidade	Fonte de Recurso	Sub Função	Nº Empenho	Data Empenho	Credor	Valor Empenho (R\$)	Valor Liquidação (R\$)	Valor Pagamento (R\$)	Histórico
Fundo Municipal de Saúde de Monte Carlo	02 - Receitas de Impostos e Transf de impostos: Saúde	301	2706	13/12/2019	DETRAN/IPVA/ DPVAT	135,89	135,89	135,89	PELA DESPESA EMPENHADA REFERENTE A MULTA DE TRANSITO N°000100R348437737 DO VEICULO PLACA MBZ 4724. DEPARTAMENTO DE SAUDE.
Fundo Municipal de Saúde de Monte Carlo	02 - Receitas de Impostos e Transf de impostos: Saúde	301	2112	30/09/2019	DETRAN/IPVA/ DPVAT	0,89	0,89	0,89	PELA DESPESA EMPENHADA REFERENTE A MULTA DE TRANSITO N°00803654400281N, PLACA OKH 1446. DEPARTAMENTO DE SAUDE. COMPLEMENTO DO EMPENHO 2058/2019.
Fundo Municipal de Saúde de Monte Carlo	02 - Receitas de Impostos e Transf de impostos: Saúde	302	1828	28/08/2019	DETRAN/SC	889,21	889,21	889,21	PELA DESPESA EMPENHADA REFERENTE A MULTA DE TRANSITO, PLACA OKF 9076, DA UNIDADE MISTA DE SAUDE NOSSA SENHORA DA SALETE.
TOTAL						11.046,90	11.046,90	11.046,90	

Despesas com Recursos de Convênios e/ou Receitas Vinculadas destinadas à Educação Infantil:

Fonte de Recurso	Ano	Sub Função	Valor Empenho (R\$)	Valor Liquidação (R\$)	Valor Pagamento (R\$)
36 - Salário-Educação	2019	365	208.593,62	208.593,62	208.593,62
37 - Outras Transferências do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – FNDE (não repassadas por meio de convênios)	2019	365	98.546,50	98.546,50	97.244,29
TOTAIS			307.140,12	307.140,12	305.837,91

Despesas com Recursos de Convênios e/ou Receitas Vinculadas destinadas ao Ensino Fundamental:

Fonte de Recurso	Ano	Sub Função	Valor Empenho (R\$)	Valor Liquidação (R\$)	Valor Pagamento (R\$)
32 - Transferências de Convênios – União/Educação	2019	361	112.198,09	112.198,09	112.198,09
36 - Salário-Educação	2019	361	884.007,71	884.007,71	884.007,71
37 - Outras Transferências do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – FNDE (não repassadas por meio de convênios)	2019	361	167.787,49	163.598,33	162.243,03
62 - Transferências de Convênios – Estado/Educação	2019	361	137.442,56	137.442,56	137.442,56
64 - Transferências de Convênios – Estado/Outros (não relacionados à educação/saúde/assistência social)	2019	361	63.355,01	63.355,01	63.355,01
TOTAL			1.364.790,86	1.360.601,70	1.359.246,40

Despesas excluídas por não serem consideradas como de manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental:

Unidade	Fonte de Recurso	Sub Função	Nº Empenho	Data Empenho	Credor	Valor Empenho (R\$)	Valor Liquidação (R\$)	Valor Pagamento (R\$)	Histórico
Prefeitura Municipal de Monte Carlo	19 - Transferências do FUNDEF/FUNDEB - (aplicação em outras despesas da Educação Básica)	361	4088	30/09/2019	NILSO ALVES DE OLIVEIRA	30,00	30,00	30,00	PELA DESPESA EMPENHADA REFERENTE A DESPESA COM ALIMENTAÇÃO PARA SERVIDOR EM TRANSPORTE DE ALUNOS DA CULTURA NO DIA 28 DE SETEMBRO, NA CIDADE DE VIDEIRA-SC.
Prefeitura Municipal de Monte Carlo	01 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	361	3861	16/09/2019	HAMILTON RIBEIRO	30,00	30,00	30,00	PELA DESPESA EMPENHADA REFERENTE A DESPESA COM ALIMENTAÇÃO PARA SERVIDOR EM TRANSPORTE DE ALUNOS DO DEPARTAMENTO DA CULTURA, NA CIDADE DE CAMPOS NOVOS NO DIA 13 DE SETEMBRO DE 2019.
Prefeitura Municipal de Monte Carlo	19 - Transferências do FUNDEF/FUNDEB - (aplicação em outras despesas da Educação Básica)	361	3991	23/09/2019	NILSON ALVES DE OLIVEIRA	75,00	75,00	75,00	PELA DESPESA EMPENHADA REFERENTE A FORNECIMENTO DE ALIMENTAÇÃO PARA SERVIDOR EM TRANSPORTE DE ALUNOS E PROFESSORES QUE PARTICIPARAM DA COPA PRIMEIROS PASSOS DE GINASTICA RITMICA DA ETAPA OESTE NA CIDADE DE CHAPECO, NO DIA 21 DE SETEMBRO DE 2019.
Prefeitura Municipal de Monte Carlo	01 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	361	1654	26/04/2019	EVERALDO QUIRINO	95,00	95,00	95,00	PELA DESPESA EMPENHADA REFERENTE A MEIA DIARIA AO SERVIDOR, QUANDO EM VIAGEM A CIDADE DE CAÇADOR -SC PARA LEVAR ACADÊMICOS, NO DIA 27 DE ABRIL DE 2019.
Prefeitura Municipal de Monte Carlo	19 - Transferências do FUNDEF/FUNDEB - (aplicação em outras despesas da Educação Básica)	361	3953	20/09/2019	HAMILTON RIBEIRO	95,00	95,00	95,00	PELA DESPESA EMPENHADA REFERENTE A MEIA DIARIA PARA SERVIDOR EM TRANSPORTE DE ALUNOS DO ESPORTE DE JUDO PARA CIDADE DE RIO DO SUL, NO DIA 21 DE SETEMBRO DE 2019.
Prefeitura Municipal de Monte Carlo	01 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	361	4289	11/10/2019	DETRAN/IPVA/DPVAT	156,19	156,19	156,19	PELA DESPESA EMPENHADA REFERENTE A MULTA DE TRANSITO DO VEICULO PLACA ACF 3151. Nº AUTO DE INFRAÇÃO 008785E021004847 DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO.
Prefeitura Municipal de Monte Carlo	01 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	361	4290	11/10/2019	DETRAN/IPVA/DPVAT	199,06	199,06	199,06	PELA DESPESA EMPENHADA REFERENTE A MULTA DE TRANSITO DO VEICULO PLACA MJA 2936. Nº AUTO DE INFRAÇÃO 00847454456185N DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO.
Prefeitura Municipal de Monte Carlo	01 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	361	4288	11/10/2019	DETRAN/IPVA/DPVAT	197,18	197,18	197,18	PELA DESPESA EMPENHADA REFERENTE A MULTA DE TRANSITO DO VEICULO PLACA QHN 6112. Nº AUTO DE INFRAÇÃO 000100T143380362 DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO.
Prefeitura Municipal de Monte Carlo	01 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	361	4291	11/10/2019	DETRAN/IPVA/DPVAT	200,17	200,17	200,17	PELA DESPESA EMPENHADA REFERENTE A MULTA DE TRANSITO DO VEICULO PLACA QHN 6112. Nº AUTO DE INFRAÇÃO 008474P01JF000LD DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO.



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SANTA CATARINA
DIRETORIA DE CONTAS DE GOVERNO – DGO

Unidade	Fonte de Recurso	Sub Função	Nº Empenho	Data Empenho	Credor	Valor Empenho (R\$)	Valor Liquidação (R\$)	Valor Pagamento (R\$)	Histórico
Prefeitura Municipal de Monte Carlo	01 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	361	4385	22/10/2019	DETRAN/IPVA/DPVAT	197,18	197,18	197,18	PELA DESPESA EMPENHADA REFERENTE A MULTA DE TRANSITO Nº DO AUTO 000100R393030527. PLACA QHQ 0608, DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO.
Prefeitura Municipal de Monte Carlo	01 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	361	4756	22/11/2019	ALEXANDRE DEMENTOVIS LTDA	800,00	800,00	800,00	PELA DESPESA EMPENHADA REFERENTE A SERVIÇOS DE SONORIZAÇÃO NO EVENTO NOITE CULTURAL, NO DIA 23 DE NOVEMBRO DE 2019. DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO. COMPRA DIRETA Nº 24/2019 AF 2857/2019.
TOTAL						2.074,78	2.074,78	2.074,78	

Cálculo Detalhado do Resultado Financeiro por especificações de Fonte de Recurso

A - RECURSOS VINCULADOS										
FR	DISPONIBILIDADE DE CAIXA BRUTA (A)	OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS (B)			DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA / INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA (A - B)					SUPERÁVIT/ DÉFICIT
	VALOR REGISTRADO	DEPÓSITOS E OUTRAS OBRIGAÇÕES	RESTOS A PAGAR PROCESSADOS	RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	AJUSTES	COM RPPS	DO RPPS	AJUSTE RPPS	EXCLUÍDO RPPS	
00	400.507,39	0,00	150,00	932,40	0,00	399.424,99	0,00	0,00	399.424,99	SUPERAVIT
01	209,99	0,00	0,00	209,99	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	SUPERAVIT
02	121.020,64	0,00	94.040,86	11.329,90	0,00	15.649,88	0,00	0,00	15.649,88	SUPERAVIT
03	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	SUPERAVIT
04	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	SUPERAVIT
05	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	SUPERAVIT
06	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	SUPERAVIT
07	1.969,76	0,00	0,00	0,00	0,00	1.969,76	0,00	0,00	1.969,76	SUPERAVIT
08	615.085,12	0,00	0,00	0,00	0,00	615.085,12	0,00	0,00	615.085,12	SUPERAVIT
09	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	SUPERAVIT
10	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	SUPERAVIT
11	40.897,26	0,00	0,00	0,00	0,00	40.897,26	0,00	0,00	40.897,26	SUPERAVIT



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SANTA CATARINA
DIRETORIA DE CONTAS DE GOVERNO – DGO

12	26.383,19	0,00	0,00	0,00	0,00	26.383,19	0,00	0,00	26.383,19	SUPERAVIT
18	459.637,05	0,00	120.135,62	0,00	0,00	339.501,43	0,00	0,00	339.501,43	SUPERAVIT
19	36.394,75	0,00	29.890,75	6.504,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	SUPERAVIT
31	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	SUPERAVIT
32	822,08	0,00	0,00	0,00	0,00	822,08	0,00	0,00	822,08	SUPERAVIT
33	271.363,21	0,00	0,00	138.746,17	0,00	132.617,04	0,00	0,00	132.617,04	SUPERAVIT
34	226.243,34	0,00	0,00	0,00	0,00	226.243,34	0,00	0,00	226.243,34	SUPERAVIT
35	288.605,44	0,00	0,00	0,00	0,00	288.605,44	0,00	0,00	288.605,44	SUPERAVIT
36	1.213.490,50	0,00	0,00	0,00	0,00	1.213.490,50	0,00	0,00	1.213.490,50	SUPERAVIT
37	10.295,49	0,00	2.657,51	4.189,16	0,00	3.448,82	0,00	0,00	3.448,82	SUPERAVIT
38	829.398,66	0,00	0,00	17.950,41	0,00	811.448,25	0,00	0,00	811.448,25	SUPERAVIT
39	15.012,77	0,00	0,00	0,00	0,00	15.012,77	0,00	0,00	15.012,77	SUPERAVIT
40	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	SUPERAVIT
41	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	SUPERAVIT
42	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	SUPERAVIT
50	383.834,60	0,00	0,00	0,00	0,00	383.834,60	0,00	0,00	383.834,60	SUPERAVIT
61	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	SUPERAVIT
62	10.752,65	0,00	0,00	0,00	0,00	10.752,65	0,00	0,00	10.752,65	SUPERAVIT
63	4.724,21	0,00	0,00	0,00	0,00	4.724,21	0,00	0,00	4.724,21	SUPERAVIT
64	161,63	0,00	0,00	0,00	0,00	161,63	0,00	0,00	161,63	SUPERAVIT
65	92.881,95	0,00	0,00	0,00	0,00	92.881,95	0,00	0,00	92.881,95	SUPERAVIT
66	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	SUPERAVIT
67	320.529,03	0,00	0,00	1.318,80	0,00	319.210,23	0,00	0,00	319.210,23	SUPERAVIT
68	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	SUPERAVIT
75	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	SUPERAVIT



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SANTA CATARINA
DIRETORIA DE CONTAS DE GOVERNO – DGO

80	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	SUPERAVIT
81	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	SUPERAVIT
82	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	SUPERAVIT
83	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	SUPERAVIT
84	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	SUPERAVIT
85	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	SUPERAVIT
86	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	SUPERAVIT
87	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	SUPERAVIT
88	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	SUPERAVIT
89	63.132,43	0,00	0,00	0,00	0,00	63.132,43	0,00	0,00	63.132,43	SUPERAVIT
93	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	SUPERAVIT
95	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	SUPERAVIT
T.	5.433.353,14	0,00	246.874,74	181.180,83	0,00	5.005.297,57	0,00	0,00	5.005.297,57	

B	RECURSOS ORDINÁRIOS						
FR	DISPONIBILIDADE DE CAIXA BRUTA (A)	OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS (B)			DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA / INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA (A - B)		SUPERÁVIT/DÉFICIT
	VALOR REGISTRADO	DEPÓSITOS E OUTRAS OBRIGAÇÕES	RESTOS A PAGAR PROCESSADOS	RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	AJUSTES	DISPONIBILIDADE DE CAIXA AJUSTADA	
0	273.278,70	0,00	250.977,17	12.909,93	0,00	9.391,60	SUPERAVIT
T.	273.278,70	0,00	250.977,17	12.909,93	0,00	9.391,60	

Parecer: MPC/1751/2020
Processo: @PCP 20/00097299
Unidade Gestora: Prefeitura Municipal de Monte Carlo
Assunto: Prestação de Contas referente ao exercício de 2019

Número Unificado: MPC-SC 2.2/2020.1581

Trata-se de Prestação de Contas da Prefeitura Municipal de Monte Carlo - SC, relativa ao exercício de 2019.

Foram juntados os documentos relacionados à prestação de contas em comento às fls. 2-217.

A Diretoria de Contas de Governo apresentou o Relatório n. 92/2020 (fls. 218-290), tendo identificado a ocorrência das seguintes restrições:

9.2 RESTRIÇÕES DE ORDEM LEGAL

9.2.1 Atraso na remessa da Prestação de Contas do Prefeito, caracterizando afronta ao artigo 51 da Lei Complementar n.º 202/2000 c/c o artigo 7º da Instrução Normativa n.º TC - 20/2015 (fls. 1 a 3 do processo).

9.2.2 Ausência de disponibilização em meios eletrônicos de acesso público, no prazo estabelecido, de informações pormenorizadas sobre o Lançamento da Receita, de modo a garantir a transparência da gestão fiscal, em descumprimento ao estabelecido no artigo 48-A (II) da Lei Complementar n.º 101/2000 alterada pela Lei Complementar n.º 131/2009 c/c o artigo 7º, II do Decreto Federal n.º 7.185/2010. (Capítulo 7).

9.3 RESTRIÇÕES DE ORDEM REGULAMENTAR

9.3.1 Ausência de encaminhamento do Parecer do Conselho Municipal de Saúde, em desatendimento ao que dispõe o artigo 7º, Parágrafo Único, inciso I da Instrução Normativa N.TC-20/2015. (item 6.2)

9.3.2 Ausência de encaminhamento do Parecer do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, em desatendimento ao que dispõe o artigo 7º, Parágrafo Único, inciso II da Instrução Normativa N.TC-20/2015. (item 6.3)

9.3.3 Ausência de encaminhamento do Parecer do Conselho Municipal de Assistência Social em desatendimento ao que dispõe o artigo 7º,

Parágrafo Único, inciso III da Instrução Normativa N.TC-20/2015. (item 6.4)

9.3.4 Ausência de encaminhamento do Parecer do Conselho Municipal do Idoso em desatendimento ao que dispõe o artigo 7º, Parágrafo Único, inciso V da Instrução Normativa N.TC-20/2015. (item 6.6)

Após a detida análise de toda a documentação acostada aos autos e o devido exame do referido relatório técnico, este Ministério Público de Contas destaca as seguintes conclusões a partir, principalmente, dos dados relativos aos pontos de controle realizados pela instrução.

1. Plano Diretor

Consoante já destacado na análise das Prestações de Contas de Prefeitos dos exercícios anteriores, na realização da incumbência constitucional de defender a ordem jurídica e, mais precisamente, em sua missão de fiscal da execução da lei, este Ministério Público de Contas identificou¹ que considerável parcela dos Municípios catarinenses não cumpre determinação legal expressa do Estatuto da Cidade, em afronta, assim, a uma obrigação constitucionalmente prevista.

Com efeito, no capítulo destinado à política urbana, a CRFB/88 consignou o seguinte:

Art. 182. A política de desenvolvimento urbano, executada pelo Poder Público municipal, conforme diretrizes gerais fixadas em lei, tem por objetivo ordenar o pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade e garantir o bem-estar de seus habitantes.

§ 1º O plano diretor, aprovado pela Câmara Municipal, obrigatório para cidades com mais de vinte mil habitantes, é o instrumento básico da política de desenvolvimento e de expansão urbana.

§ 2º A propriedade urbana cumpre sua função social quando atende às exigências fundamentais de ordenação da cidade expressas no plano diretor.

Mais de uma década após tal deliberação do poder constituinte, finalmente pôs-se fim a uma arrastada tramitação legislativa com o advento da Lei n. 10.257/01, denominada de Estatuto

¹ A partir de estudo realizado no exercício de 2017.

da Cidade, de cujo capítulo destinado ao plano diretor destacam-se as seguintes estipulações:

Art. 39. A propriedade urbana cumpre sua função social quando atende às exigências fundamentais de ordenação da cidade expressas no plano diretor, assegurando o atendimento das necessidades dos cidadãos quanto à qualidade de vida, à justiça social e ao desenvolvimento das atividades econômicas, respeitadas as diretrizes previstas no art. 2º desta Lei.

Art. 40. O plano diretor, aprovado por lei municipal, é o instrumento básico da política de desenvolvimento e expansão urbana.

§ 1º O plano diretor é parte integrante do processo de planejamento municipal, devendo o plano plurianual, as diretrizes orçamentárias e o orçamento anual incorporar as diretrizes e as prioridades nele contidas.

§ 2º O plano diretor deverá englobar o território do Município como um todo.

§ 3º A lei que instituir o plano diretor deverá ser revista, pelo menos, a cada dez anos.

§ 4º No processo de elaboração do plano diretor e na fiscalização de sua implementação, os Poderes Legislativo e Executivo municipais garantirão:

I - a promoção de audiências públicas e debates com a participação da população e de associações representativas dos vários segmentos da comunidade;

II - a publicidade quanto aos documentos e informações produzidos;

III - o acesso de qualquer interessado aos documentos e informações produzidos.

§ 5º (VETADO)

Art. 41. O plano diretor é obrigatório para cidades:

I - com mais de vinte mil habitantes;

II - integrantes de regiões metropolitanas e aglomerações urbanas;

III - onde o Poder Público municipal pretenda utilizar os instrumentos previstos no § 4º do art. 182 da Constituição Federal;

IV - integrantes de áreas de especial interesse turístico;

V - inseridas na área de influência de empreendimentos ou atividades com significativo impacto ambiental de âmbito regional ou nacional.

VI - incluídas no cadastro nacional de Municípios com áreas suscetíveis à ocorrência de deslizamentos de grande impacto, inundações bruscas ou processos geológicos ou hidrológicos correlatos.

Analisando-se tais circunstâncias que tornam a elaboração do plano diretor obrigatória, observa-se tranquilamente que na esmagadora maioria dos Municípios do Estado de Santa Catarina já deveria ser constatada, há bastante tempo, a existência do relevante

documento em questão, que pode ser considerado, aliás, como a principal ferramenta de participação popular nos destinos de uma localidade.

Neste contexto, a análise de cada processo de Prestação de Contas de Prefeito revela-se como oportunidade única na atividade de fiscalização do controle externo, mormente se considerando o teor do acima transcrito art. 40, § 1º, da Lei n. 10.257/01, que vincula o plano diretor às leis orçamentárias.

Muito pertinente, portanto, que esse Tribunal de Contas adote procedimentos para verificação do cumprimento do ideal de política urbana trazido no texto constitucional e materializado no Estatuto da Cidade. Nesse sentido, elogia-se a inclusão da discussão em comento no relatório técnico da Diretoria de Contas de Governo a partir das análises das Prestações de Contas de Prefeitos dos exercícios anteriores, o que representa um primeiro passo para uma ampla avaliação dessa Corte de Contas acerca do desenvolvimento urbano e da efetivação de políticas públicas traçadas como prioritárias em cada Município catarinense.

Em uma futura etapa, será imprescindível avaliar o cumprimento ou não do art. 41 da Lei n. 10.257/01, o que seria medida de vanguarda dessa Corte de Contas no sentido de *ordenar o pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade e garantir o bem-estar de seus habitantes*², *assegurando o atendimento das necessidades dos cidadãos quanto à qualidade de vida, à justiça social e ao desenvolvimento das atividades econômicas*³.

A par de tal contexto, esta representante ministerial apresentou, recentemente, representação no âmbito desse Tribunal de Contas – recebida sob o protocolo n. 18.126/2020 e ainda não autuada – buscando a realização de auditoria operacional para a avaliação

2 Art. 182, *caput*, *in fine*, da CRFB/88.

3 Art. 39 do Estatuto da Cidade.

sistêmica do cumprimento das obrigações ora tratadas do Estatuto da Cidade por parte dos Municípios catarinenses.

Enfim, no caso específico das contas ora apreciadas, a partir do referido estudo realizado por este órgão ministerial, destaca-se que o Município *não possui* plano diretor, em dissonância, portanto, ao art. 41 da Lei n. 10.257/01, conforme verificado na tramitação da Notificação Recomendatória n. MPC/GPCFC/95 e do Ofício n. MPC/GPCF/105, razão pela qual este órgão ministerial acrescentará, na conclusão deste parecer, sugestão a fim de que esse Tribunal de Contas delibere pela recomendação ao Município para que adote os procedimentos necessários para a elaboração e aprovação do plano diretor, sem prejuízo da remessa de informações ao Ministério Público do Estado de Santa Catarina, consoante o disposto na parte final do presente parecer.

2. Gestão Orçamentária, Patrimonial e Financeira

Com relação à análise da gestão orçamentária do Município, destaca-se que o confronto entre a receita arrecadada e a despesa realizada resultou em superávit de execução orçamentária.

No que tange à análise da gestão patrimonial e financeira do Município, observa-se que o confronto entre o ativo financeiro e o passivo financeiro do exercício encerrado resulta em superávit financeiro.

Por sua vez, salienta-se que, em relação ao exercício anterior, ocorreu variação financeira *positiva*.

Quanto à análise do resultado financeiro por especificação de fontes de recursos, com o objetivo de demonstrar o confronto entre os recursos financeiros e as respectivas obrigações financeiras separadas por vínculo de recurso, concluiu-se que o Poder Executivo municipal apresentou situação *superavitária* – disponibilidade de caixa líquida – tanto com recursos vinculados como com recursos ordinários,

em consonância, portanto, ao que determinam os arts. 8º e 50, inciso I, da Lei de Responsabilidade Fiscal.

3. Limites

Normas constitucionais e legais estabelecem limites mínimos para aplicação de recursos nas áreas da Saúde e da Educação, assim como limites máximos para despesas com pessoal.

Na área da Saúde, observa-se que foi aplicado, em ações e serviços públicos de saúde para o exercício de 2019, percentual da receita com impostos, incluindo transferências, superior ao limite mínimo de 15% estipulado no art. 7º da Lei Complementar n. 141/2012, à luz do art. 198 da CRFB/88.

Por seu turno, na área da Educação, observa-se que foi aplicado, em gastos com manutenção e desenvolvimento do ensino para o exercício de 2019, percentual da receita com impostos, incluindo transferências, superior ao limite mínimo de 25% estipulado no art. 212, *caput*, da CRFB/88.

Também na área da Educação, com relação ao FUNDEB, observa-se que foi aplicado, na remuneração dos profissionais do magistério para o exercício de 2019, percentual dos recursos oriundos do FUNDEB superior ao limite mínimo de 60% estipulado no art. 60, inciso XII, do ADCT, c/c o art. 22 da Lei n. 11.494/07.

Igualmente no que toca ao FUNDEB, observa-se que foi aplicado, em despesas com manutenção e desenvolvimento da educação básica para o exercício de 2019, percentual dos recursos oriundos do FUNDEB superior ao limite mínimo de 95% estipulado no art. 21 da Lei n. 11.494/07.

Ainda quanto ao FUNDEB, observa-se que o Município *utilizou integralmente* o saldo do exercício anterior do fundo mediante a abertura de crédito adicional no 1º trimestre, cumprindo, portanto, o mandamento estipulado no art. 21, § 2º, da Lei n. 11.494/07, o qual

determina a abertura de crédito adicional no 1º trimestre do exercício subsequente para a utilização do saldo remanescente do referido fundo.

Por sua vez, no que tange aos limites máximos para despesas com pessoal, observa-se que o Município gastou, do total da receita corrente líquida em despesas com pessoal no exercício de 2019, percentual inferior ao limite máximo de 60% estipulado no art. 169 da CRFB/88 e regulamentado pelo art. 19, inciso III, da Lei Complementar n. 101/2000.

Também com relação aos limites máximos para despesas com pessoal, observa-se que o Poder Executivo do Município gastou, do total da receita corrente líquida em despesas com seu pessoal no exercício de 2019, percentual inferior ao limite máximo de 54% estipulado no art. 20, inciso III, alínea “b”, da Lei Complementar n. 101/2000.

Finalmente, ainda com relação aos limites máximos para despesas com pessoal, observa-se que o Poder Legislativo do Município gastou, do total da receita corrente líquida em despesas com seu pessoal no exercício de 2019, percentual inferior ao limite máximo de 6% estipulado no art. 20, inciso III, alínea “a”, da Lei Complementar n. 101/2000.

No presente caso, portanto, o cumprimento dos limites em questão pode ser sintetizado na seguinte tabela:

<u>Limite:</u>	<u>Fundamento Legal:</u>	<u>Resultado:</u>
Saúde: ações e serviços públicos de saúde	Art. 7º da Lei Complementar n. 141/2012	Cumpriu
Educação: manutenção e desenvolvimento do ensino	Art. 212, <i>caput</i> , da CRFB/88	Cumpriu
FUNDEB: remuneração dos profissionais do magistério	Art. 22 da Lei n. 11.494/07	Cumpriu
FUNDEB: manutenção e desenvolvimento da educação	Art. 21 da Lei n. 11.494/07	Cumpriu

básica		
FUNDEB: saldo remanescente	Art. 21, § 2º, da Lei n. 11.494/07	Cumpriu
Despesas com pessoal	Art. 19, inciso III, da Lei Complementar n. 101/2000	Cumpriu
Despesas com pessoal (Executivo)	Art. 20, inciso III, alínea “b”, da Lei Complementar n. 101/2000	Cumpriu
Despesas com pessoal (Legislativo)	Art. 20, inciso III, alínea “a”, da Lei Complementar n. 101/2000	Cumpriu

4. Conselhos Municipais

Na análise das contas dos Prefeitos Municipais no exercício de 2019, a área técnica continuou a análise do cumprimento da legislação federal que determina a criação dos Conselhos Municipais de Acompanhamento e Controle Social do FUNDEB, de Saúde, dos Direitos da Criança e do Adolescente, de Assistência Social, de Alimentação Escolar, e do Idoso, na forma estipulada na Instrução Normativa n. TC-0020/2015.

Entretanto, observa-se⁴ que a Diretoria de Contas de Governo trouxe como novidade no presente exercício a apreciação automatizada de grande parcela dos processos de Prestação de Contas de Prefeitos, o que, ainda que elogiável sob o ponto de vista da celeridade, gera um inegável prejuízo à matéria tratada no presente ponto, já que o próprio relatório técnico traz a ressalva de que os pareceres dos referidos conselhos só serão avaliados quanto ao encaminhamento ou não de arquivos, ou seja, a apresentação de documento contendo a informação de que o Município não possui determinado conselho, ou não apresentou determinado parecer, será considerada regular pela área técnica, o que se mostra grave.

De qualquer forma, este Ministério Público de Contas seguirá analisando de forma qualitativa as informações prestadas.

⁴ A questão também será pontuada ao final do presente parecer – especificamente acerca do relatório do órgão central de controle interno.

Assim, no presente caso, este órgão ministerial verificou que *não foram devidamente remetidos* a esse Tribunal de Contas os pareceres dos Conselhos Municipais de Saúde, dos Direitos da Criança e do Adolescente, de Assistência Social e do Idoso, caracterizando o **descumprimento** do que dispõe o art. 7º, parágrafo único, incisos I, II, III e V, da Instrução Normativa n. TC-0020/2015.

5. Transparência da Gestão Fiscal

Consoante já exaustivamente destacado por este órgão ministerial na análise das Prestações de Contas de Prefeitos dos exercícios anteriores, seguindo a tendência cada vez mais inexorável de produção e divulgação sistemática de informações da administração pública, as Leis Complementares n. 131/2009 e n. 156/2016 incrementaram a questão da transparência no art. 48 da Lei de Responsabilidade Fiscal.

A referida Lei Complementar n. 131/2009 também dispôs sobre o prazo para a administração direta adequar-se a estas novas regras, ao incluir o art. 73-B na Lei de Responsabilidade Fiscal. Por sua vez, o Decreto n. 7.185/10 regulamentou as mencionadas inovações, estabelecendo um padrão mínimo de qualidade necessário para assegurar a tão almejada transparência da gestão fiscal.

No presente caso, de acordo com as informações prestadas pela Diretoria de Contas de Governo, o ente em comento não cumpriu todas⁵ as regras estabelecidas pela nova legislação no que se refere à disponibilização, em meios eletrônicos, de informações sobre a execução orçamentária e financeira, *notadamente no que se refere à disponibilização do lançamento da receita*, em afronta ao art. 48-A, inciso II, da Lei de Responsabilidade Fiscal, c/c o art. 7º, inciso II, do Decreto n. 7.185/10.

5 A análise da “liberação ao pleno conhecimento e acompanhamento da sociedade, em tempo real, de informações pormenorizadas sobre a execução orçamentária e financeira, em meios eletrônicos de acesso público” restou prejudicada em razão da data de acesso.

Alerta-se, ainda, que a Decisão Normativa n. TC-0011/2013 acrescentou o inciso XVI ao art. 9º da Decisão Normativa n. TC-06/2008, com a seguinte redação:

Art. 9º As restrições que podem ensejar a emissão de Parecer Prévio com recomendação de rejeição das contas prestadas pelo Prefeito, dentre outras, compõe o Anexo I, integrante desta Decisão Normativa, em especial as seguintes: [...]

XVI - TRANSPARÊNCIA DA GESTÃO FISCAL - Descumprimento das regras de transparência da gestão pública, em todas as suas condições, formas e prazos previstos nos artigos 48, 48-A e 49 da Lei Complementar (federal) n. 101/2000."

Este órgão ministerial, por sua vez, não pode deixar de registrar a infelicidade do referido dispositivo, porquanto torna passível de rejeição apenas situações praticamente inexistentes de Municípios que não cumpram nem sequer um dos quatorze aspectos analisados pela área técnica dessa Corte de Contas. Em outras palavras, no caso de um Município que tão somente disponibilize as informações de todas as unidades municipais ao cidadão, sem qualquer conteúdo, cumprindo, dessa forma, somente o primeiro dos quatorze requisitos analisados pela Diretoria de Controle dos Municípios, ainda assim, de acordo com o referido art. 9º, inciso XVI, da Decisão Normativa n. TC-06/2008, suas contas não seriam passíveis de rejeição por este motivo.

A situação mostra-se ainda mais grave quando, não obstante os inegáveis avanços no tema, observa-se que dos 26 Municípios do Estado de Santa Catarina inicialmente analisados pela Escala Brasil Transparente⁶, somente sete atingiram nota satisfatória. Por seu turno, no segundo relatório divulgado, outra vez a maioria dos Municípios analisados não atingiu nota satisfatória - desta vez com a amostragem de mais de 80 localidades -, sendo que, após a divulgação

6 Trata-se de metodologia para medir a transparência pública em Estados e Municípios pátrios, sendo desenvolvida para fornecer os subsídios necessários à Controladoria-Geral da União (CGU) para o exercício das competências que lhe foram atribuídas pela Lei de Responsabilidade Fiscal, pela Lei n. 12.527/11, pelo Decreto n. 7.724/12 e pelo Decreto n. 8.109/13. A última lista dos Municípios catarinenses analisados pode ser extraída no seguinte endereço: https://relatorios.cgu.gov.br/Visualizador.aspx?id_relatorio=23. Acesso em 27.05.2019, às 9h42.

do terceiro relatório, já com 138 municipalidades avaliadas, 46 Municípios ainda não alcançaram uma nota satisfatória.

Dessa maneira, tendo em vista que a redação do referido art. 9º, inciso XVI, da Decisão Normativa n. TC-06/2008, praticamente impede a sugestão de rejeição das contas em razão de problemas relacionados à transparência, este órgão ministerial sugere que esse Tribunal de Contas delibere acerca de mecanismos mais efetivos⁷ no sentido de obrigar os gestores a dar o devido cumprimento às ora discutidas regras de transparência da gestão fiscal.

6. Políticas Públicas

Em continuidade ao monitoramento de políticas públicas relacionadas à saúde e à educação, a Diretoria de Contas de Governo seguiu sua análise quantitativa sobre o cumprimento de ações por parte do Município, de acordo com os ditames do Plano Nacional da Saúde (Pactuação Interfederativa 2017-2021 - Lei n. 8.080/90) e do Plano Nacional de Educação (Lei n. 13.005/14).

No que se refere ao atual Plano Nacional de Saúde, elaborado de maneira conjunta por União, Estados, Distrito Federal e Municípios para o período 2017-2021, a chamada Comissão Intergestores Tripartite definiu, a partir da Resolução n. 8/2016 do Ministério da Saúde, as diretrizes, os objetivos e as metas da saúde por meio de 23 indicadores, sendo que, diante da ausência de dados disponíveis no endereço eletrônico da Secretaria de Estado da Saúde pelo segundo ano consecutivo⁸, a análise da área técnica restou prejudicada quanto aos indicadores aplicáveis para o exercício de 2019.

⁷ Como por exemplo a alteração da redação do art. 9º, inciso XVI, da Decisão Normativa n. 06/2008, no sentido de que seja causa de rejeição o descumprimento da maior parte – e não de todas – das condições, formas e prazos estipulados pela legislação federal em comento ou, ainda, no caso de reincidência no descumprimento de tais normas.

⁸ Tal problemática fora analisada por esta representante ministerial no Parecer n. MPC/886/2020, emitido no processo @PCG n. 20/00143150 – Prestação de Contas do Governo do Estado de Santa Catarina referente ao exercício de 2019 –, ocasião na qual se sugeriu a expedição de recomendação à Secretaria de Estado da Saúde para que adotasse providências para sanar as inconsistências verificadas na divulgação de seus dados.

Por sua vez, quanto ao Plano Nacional de Educação, aprovado por meio da Lei n. 13.005/14 para o período de 10 anos – no formato de 10 diretrizes, 20 metas e 254 estratégias –, a Diretoria de Contas de Governo optou, na análise das contas de 2019, por continuar o monitoramento da Meta 1⁹, relacionada à educação infantil, subdividida no atendimento em creches e em pré-escolas. Assim, a área técnica informou que o Município em questão está dentro do percentual mínimo previsto para a Meta 1 no que tange à taxa de atendimento em creche e está fora do percentual mínimo disposto para a Meta 1 com relação à taxa de atendimento em pré-escola.

Dessa maneira, esta representante ministerial sugere a expedição de recomendação à Unidade Gestora para que efetue as adequações necessárias ao cumprimento de todos os aspectos avaliados no presente exercício quanto às políticas públicas municipais, de acordo com o disposto na conclusão deste parecer.

7. Restrições

Analisando-se todos os dados apresentados nestes autos, observa-se que as impropriedades apontadas não têm gravidade o suficiente a macular a presente análise de contas, especialmente diante dos ditames da Decisão Normativa n. TC-06/2008.

Contudo, deve-se observar que, consoante anotado pela área técnica, a presente Prestação de Contas do Prefeito fora remetida a essa Corte de Contas com considerável atraso, em descumprimento ao disposto no art. 51 da Lei Complementar Estadual n. 202/2000 e no art. 7º da Instrução Normativa n. TC-0020/2015, ensejando a formação de autos apartados, conforme será referido na conclusão deste parecer.

Salienta-se, por fim, que, quanto às já abordadas impropriedades nos pareceres dos Conselhos Municipais de Saúde, dos Direitos da Criança e do Adolescente, de Assistência Social e do Idoso,

9 Como novidade na análise do presente exercício, a Diretoria de Contas de Governo apresentou quadro representando o esforço orçamentário do Município para o cumprimento das metas do Plano Nacional de Educação.

na questão do plano diretor e na transparência, este órgão ministerial - além de sugerir a abertura de autos apartados para seu pormenorizado exame - encaminhará tais informações, ao final da apreciação das Prestações de Contas dos Prefeitos, por meio de Relatório Circunstanciado, ao Ministério Público do Estado de Santa Catarina, em atendimento ao previsto no item 2.1, alínea “c”, do Termo de Cooperação Técnica n. 005/2016, celebrado entre aquele órgão e este Ministério Público de Contas, para ciência dos fatos e adoção das medidas que entender cabíveis.

8. Outras Considerações

Conforme exaustivamente alertado por este órgão ministerial na análise das Prestações de Contas de Prefeitos de exercícios anteriores, essa Corte de Contas interrompeu, já há alguns anos, a análise pormenorizada das questões que envolvem o sistema de controle interno de cada Poder Executivo municipal, situação com a qual este Ministério Público de Contas sempre demonstrou preocupação, diante da omissão em analisar algo cujas deficiências ainda são consideradas falhas gravíssimas a ponto de fundamentar a emissão de parecer prévio recomendando a rejeição das contas prestadas por Prefeitos¹⁰.

No presente exercício, observa-se que o problema é acentuado diante da apreciação automatizada de grande parcela dos processos de Prestação de Contas de Prefeitos, tendo a própria Diretoria de Contas de Governo salientado que o relatório do órgão central de controle interno só seria avaliado quanto à remessa ou não de arquivos, isto é, o encaminhamento de documento contendo a informação de que o Município não elaborou o relatório em questão poderia ser considerado regular pela área técnica, o que se mostra gravíssimo.

Além disso, para o próximo exercício, não se pode deixar de considerar o atual contexto de pandemia que inevitavelmente

¹⁰ À luz do art. 9º, inciso XI, da Decisão Normativa n. TC-06/2008.

causará gigantesco impacto nas contas de cada Prefeito. Nesse sentido, destaca-se o ainda plenamente vigente inciso XVIII do Anexo II da Instrução Normativa n. TC-0020/2015, *in verbis*:

ANEXO II

CONTEÚDO MÍNIMO DO RELATÓRIO DO ÓRGÃO CENTRAL DO SISTEMA DE CONTROLE INTERNO DO PODER EXECUTIVO QUE ACOMPANHA A PRESTAÇÃO DE CONTAS DO PREFEITO (Art. 8º)¹¹ [...]

XVIII - Relatório sobre eventos justificadores de situações de emergência ou calamidade pública, com os reflexos econômicos e sociais, bem como discriminação dos gastos extraordinários realizados pelo ente para atendimento específico ao evento, indicando número do empenho;

Trata-se de exigência que será instrumental na apreciação de contas a ser realizada no próximo exercício, ensejando, assim, tanto o retorno do presente aspecto na análise da Diretoria de Contas de Governo quanto a necessidade de se recomendar que cada Município observe fielmente tais disposições.

Logo, este órgão ministerial sugere a urgente avaliação sobre o retorno da análise pormenorizada das questões que envolvem o sistema de controle interno na apreciação das contas prestadas por Prefeitos, aliada à expedição de recomendação no sentido de que o Município observe atentamente as disposições do Anexo II da Instrução Normativa n. TC-0020/2015, especialmente no que se refere ao inciso XVIII, diante do cenário de pandemia de COVID-19, conforme destacado na conclusão deste parecer.

9. Conclusão

Ante o exposto, o Ministério Público de Contas, com amparo na competência conferida pelo art. 108, incisos I e II, da Lei Complementar Estadual n. 202/2000, manifesta-se:

9.1. pela emissão de parecer recomendando à Câmara Municipal a **APROVAÇÃO** das contas da Prefeitura Municipal de Monte Carlo, relativas ao exercício de 2019;

¹¹ Art. 8º O relatório do órgão central do sistema de controle interno do Poder Executivo que acompanhar a prestação de contas do Governo Municipal conterá, no mínimo, os elementos indicados no Anexo II desta Instrução Normativa.

9.2. pela **DETERMINAÇÃO** para formação de autos apartados com vistas ao exame dos atos descritos nos itens 9.2.1, 9.2.2 e 9.3.1 a 9.3.4 do relatório técnico, bem como das impropriedades relacionadas à questão do plano diretor;

9.3. pela **RECOMENDAÇÃO** para que o Município adote os procedimentos necessários para a elaboração da lei instituidora do plano diretor;

9.4. pela **REMESSA DE INFORMAÇÕES** ao Ministério Público Estadual para ciência das impropriedades relacionadas à questão do plano diretor;

9.5. pela **RECOMENDAÇÃO** no sentido de que a Unidade Gestora efetue as adequações necessárias ao cumprimento de todos os aspectos avaliados no presente exercício quanto às políticas públicas municipais, consoante o disposto no item 6 deste parecer;

9.6. pela **AVALIAÇÃO** sobre o retorno da análise das questões que envolvem o sistema de controle interno na apreciação das contas prestadas por Prefeitos, aliada à expedição de recomendação no sentido de que o Município observe atentamente as disposições do Anexo II da Instrução Normativa n. TC-0020/2015, especialmente no que se refere ao inciso XVIII, diante do cenário de pandemia de COVID-19, conforme delineado no item 8 deste parecer;

9.7. pelas **PROVIDÊNCIAS** descritas na conclusão do relatório técnico.

Florianópolis, 12 de agosto de 2020.

Cibelly Farias
Procuradora



MUNICÍPIO DE MONTE CARLO-SC

CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE



**PLANO DE AÇÃO E APLICAÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DOS DIREITOS
DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE – FIA/2020**

Katiane Cordeiro
Conselheiro Tutelar
Lei nº 8.069/90

MONTE CARLO-SC
2020





APRESENTAÇÃO

O Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA, Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, dispõe sobre a proteção integral à criança e ao adolescente, assegurando-lhes prioridade absoluta na elaboração e implementação das políticas públicas.

Atribui-se ao Sistema de Garantia dos Direitos da Criança e do Adolescente composto pela Rede Intersetorial de promoção, proteção, defesa e atendimentos aos Direitos da Criança e do Adolescente, o papel de garantir e assegurar a prioridade supracitada.

Os Conselhos dos Direitos da Criança e do Adolescente são órgãos colegiados permanentes de caráter deliberativo e composição paritária, previstos no Art. 88 do ECA. No âmbito desta competência, ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA de Monte Carlo-SC, criado pela Lei Complementar nº 023/2007, de 15 de outubro de 2007, compete Art. 7º Deliberar, normatizar, controlar e articular a Política Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente para a efetiva garantia da sua promoção, defesa e orientação, visando à proteção integral da criança e do adolescente.

Órgão captador e aplicador de recursos a serem utilizados, segundo diretrizes e deliberações do CMDCA, o Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente-FIA, Lei Complementar nº 023/2007, de 15 de outubro de 2007, integra as diretrizes da política de promoção, proteção, defesa e atendimento à criança e ao adolescente.

Considerando a Resolução nº 137, de 21 de janeiro de 2010, que dispõe sobre a criação e o funcionamento dos Fundos Nacional, Estaduais e Municipais dos Direitos da Criança e do Adolescente, das atribuições do CMDCA em relação ao FIA, Art. 9º Cabe ao Conselho dos Direitos da Criança e do Adolescente, III – elaborar Planos de Ação anuais ou plurianuais [...] IV – elaborar anualmente Plano de Aplicação dos recursos do Fundo [...]

Os recursos do FIA devem, obrigatoriamente, ser destinados à proteção, defesa e atendimento à criança e ao adolescente, sempre de acordo com as reais demandas sociais, NÃO podendo ter destinação e aplicação sem a deliberação do CMDCA, que se traduz num Plano de Aplicação, tendo na Secretaria Municipal de Assistência Social sua estrutura de execução e controle contábeis, inclusive para efeitos de prestação de contas na forma da lei

Katiane Cordeiro
Conselheiro Tutelar
Lei nº 8.069/90



1. DAS METAS

São metas do Plano de Ação e Aplicação do FIA/2020 de Monte Carlo-SC:

- I. Diagnosticar a situação da Infância e da Adolescência e do Sistema de Garantia dos Direitos da Criança e do Adolescente do município;
- II. Fortalecer os diversos operadores do sistema de Garantia dos Direitos da Criança e do Adolescente;
- III. Contribuir para o protagonismo infanto-juvenil, na elaboração e implementação da política de promoção, proteção, defesa e atendimento dos Direitos da Criança e do Adolescente;
- IV. Mobilizar a sociedade para participar no processo de elaboração e implementação da política de promoção, proteção, defesa e atendimento dos Direitos da Criança e do Adolescente;
- V. Acompanhar e avaliar a execução das ações referentes ao Sistema de Garantia dos Direitos da Criança e do Adolescente.

Katiane Cordeiro
Conselheiro Tutelar
Letra 8.069/90

(5)

Jerônica



2. DAS AÇÕES

São ações do Plano de Ação e Aplicação do FIA/2020 de Monte Carlo-SC:

- I. Realizar campanhas que tenham por objetivo a garantia dos Direitos das Crianças e Adolescentes;
- II. Atualizar o Regimento Interno do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA;
- III. Elaborar e executar projetos que tenham por objetivo a garantia dos Direitos das Crianças e Adolescentes;
- IV. Articular ações intersetoriais que tenham por objetivo a garantia dos Direitos das Crianças e Adolescentes;
- V. Acompanhar e avaliar o processo de regulamentação do Registro de Entidades não Governamentais e Inscrição de Programas, Projetos e Serviços de Atendimentos governamentais e não governamentais;
- VI. Aprovar e financiar com recursos do Fundo da Infância e Adolescência – FIA, programas, projetos e serviços de Entidades registradas e/ou inscritas no CMDCA;
- VII. Monitorar e ampliar a captação e utilização dos recursos do FIA;
- VIII. Promover capacitações para membros do Conselho Tutelar de Monte Carlo-SC, membros do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA e Rede de Proteção;
- IX. Realizar diagnósticos sobre a situação da Infância, Adolescência e do Sistema de Garantia dos Direitos da Criança e do Adolescente do município;
- X. Elaborar o Plano Decenal dos Direitos da Criança e do Adolescente;
- XI. Mobilizar e proporcionar a participação de crianças e adolescentes, na elaboração e execução de ações que tenham por objetivo a garantia dos Direitos das Crianças e Adolescentes;
- XII. Dispor sobre a criação da Rede de Proteção da Criança e do Adolescente;

3. DOS RESPONSÁVEIS

- I. Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente;
- II. Prefeitura de Monte Carlo-SC;
- III. Entidades inscritas e registradas no CMDCA;
- IV. Representantes da Sociedade Civil.

Katiane Cordeiro
Conselheiro Tutelar
Lei nº 8.069/90

Arônica



4. DO REPASSE DOS RECURSOS

Os recursos financeiros para cumprimento das ações planejadas serão distribuídos da seguinte forma:

METAS	AÇÃO	VALOR ESTIMADO R\$
Diagnosticar a situação da Infância e da Adolescência e do Sistema de Garantia dos Direitos da Criança e do Adolescente do município; Fortalecer os diversos operadores do sistema de Garantia dos Direitos da Criança e do Adolescente; Contribuir para o protagonismo infanto-juvenil, na elaboração e implementação da política de promoção, proteção, defesa e atendimento dos Direitos da Criança e do Adolescente; Mobilizar a sociedade para participar no processo de elaboração e implementação da política de promoção, proteção, defesa e atendimento dos Direitos da Criança e do Adolescente; Acompanhar e avaliar a execução das ações referentes ao Sistema de Garantia dos Direitos da Criança e do Adolescente.	Realizar campanhas que tenham por objetivo a garantia dos Direitos das Crianças e Adolescentes;	10.000,00
	Atualizar o Regimento Interno do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA;	0,00
	Elaborar e executar projetos que tenham por objetivo a garantia dos Direitos das Crianças e Adolescentes;	10.000,00
	Articular ações intersetoriais que tenham por objetivo a garantia dos Direitos das Crianças e Adolescentes;	10.000,00
	Acompanhar e avaliar o processo de regulamentação do Registro de Entidades não Governamentais e Inscrição de Programas, Projetos e Serviços de Atendimentos governamentais e não governamentais;	0,00
	Aprovar e financiar com recursos do Fundo da Infância e Adolescência – FIA, programas, projetos e serviços de Entidades registradas e/ou inscritas no CMDCA	35.000,00
	Monitorar e ampliar a captação e utilização dos recursos do FIA	3.544,20
	Promover capacitações para membros do Conselho Tutelar de Monte Carlo-SC, membros do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA e Rede de Proteção	10.000,00
	Realizar diagnósticos sobre a situação da Infância, Adolescência e do Sistema de Garantia dos Direitos da Criança e do Adolescente do município;	4.000,00
	Elaborar o Plano Decenal dos Direitos da Criança e do Adolescente	4.000,00

Katiane Cordeiro
Conselheiro Tutelar
Lei nº 8.069/90

3

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]



	Mobilizar e proporcionar a participação de crianças e adolescentes, na elaboração e execução de ações que tenham por objetivo a garantia dos Direitos das Crianças e Adolescentes;	0,00
	Dispor sobre a criação da Rede de Proteção da Criança e do Adolescente;	0,00
	TOTAL R\$	86.544,20

5. DO PERÍODO DE EXECUÇÃO

Exercício 2020.

6. DAS CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente Plano de Ação e Aplicação do FIA para o exercício de 2020 pretende ser instrumento prático de planejamento, execução e avaliação, através da articulação de todo Sistema de Garantia dos Direitos da Criança e do Adolescente para que se cumpra e faça cumprir o Estatuto da Criança e do Adolescente-ECA.

Monte Carlo, 07 agosto de 2020.

FELIPE PONTES

Presidente do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA
Monte Carlo-SC

Katiane Cordeiro
Conselheiro Tutelar
Lei nº 8.069/90

Leônica



MUNICÍPIO DE MONTE CARLO-SC

CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE



RESOLUÇÃO Nº 001/CMDCA/2020

**DISPÕE SOBRE A APROVAÇÃO
DA PRESTAÇÃO DE CONTAS DOS
RECURSOS DO FUNDO
MUNICIPAL DOS DIREITOS DA
CRIANÇA E DO ADOLESCENTE –
FIA DE MONTE CARLO-SC,
EXERCÍCIO 2018.**

O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA de Monte Carlo-SC, no uso de suas atribuições, após reunião de deliberação e,

Considerando o Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA;

Considerando a Lei Complementar nº 023/2007, de 15 de outubro de 2007, que dispõe sobre os princípios da Política dos Direitos da Criança e do Adolescente;

Considerando a Resolução nº 137, de 2010, do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente – CONANDA, que dispõe sobre os parâmetros para a criação e o funcionamento dos Fundos Nacional, Estaduais e Municipais dos Direitos da Criança e do Adolescente.

RESOLVE:

Art. 1º Fica aprovada a prestação de contas dos recursos do Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – FIA, exercício 2019.

Art. 2º Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Monte Carlo, 07 de agosto de 2020.


FELIPE PONTES

**Presidente do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA
Monte Carlo-SC**





PARECER N° 001/2020

**PRESTAÇÃO DE CONTAS
RELATIVO AOS GASTOS ANUAIS
DO FUNDO MUNICIPAL DOS
DIREITOS DA CRIANÇA E DO
ADOLESCENTE – FIA EXERCÍCIO
2019**

I – RELATÓRIO

Trata-se de parecer do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente sobre o relatório anual de gestão, correspondente à prestação de contas de 2019 do Fundo Municipal dos Direitos da Criança e o Adolescente – FIA.

O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, como órgão colegiado superior, permanente, representativo, consultivo, deliberativo, normativo e fiscalizador, integrante da estrutura do município de Monte Carlo-SC, e que tem por competência efetivar a participação da comunidade ao formular e propor estratégias, acompanhar e avaliar a execução da política dos direitos da criança e do adolescente do município, inclusive nos seus aspectos econômicos e financeiros.

II- FUNDAMENTAÇÃO

De acordo com o art. 6º da Lei Complementar nº 023/2007, de 15 de outubro de 2007, o CMDCA é o órgão deliberativo, normatizador e controlador da política de atendimento aos direitos da criança e do adolescente e das ações em todos os níveis, assegurada a participação popular paritária por meio de organizações representativas da sociedade civil e do Poder Público Municipal.

Tendo em vista, atender o estabelecido em Lei, o CMDCA analisou, referente a movimentação da conta do FIA, os relatórios da relação de ordens de pagamentos emitidas, relação de arrecadações e extrato bancário do período.

Dessa forma, no ano de 2019 o montante de recursos em conta no início do período era de R\$ 100.611,35 (cem mil, seiscentos e onze reais e trinta e cinco centavos), sendo que o total de arrecadações foi de R\$ 1.801,77 (um mil, oitocentos e um reais e setenta e sete centavos). As despesas do período totalizaram o valor de R\$ 15.868,92 (quinze mil, oitocentos e sessenta e oito reais e noventa e dois centavos). Ficando reprogramado para o ano de 2020 o valor de R\$ 86.544,20 (oitenta e seis mil, quinhentos e quarenta e quatro reais e vinte centavos).

Handwritten signatures in blue ink, including the name 'Leônica' and a circled number '2'.



Cabe destacar a execução de algumas ações planejadas no Plano de Ação e Aplicação do FIA 2019:

- Articulação intersetorial na organização da Campanha 18 de maio - Faça Bonito: proteja nossas Crianças e Adolescentes do abuso e exploração sexual. Recurso utilizado para aquisição de camisetas da campanha. Ordem 2020.
- Participação no Colóquio Estadual: Construindo a Política Estadual Decenal dos Direitos da Criança e do Adolescente, realizado em Florianópolis-SC, dos delegados municipais escolhidos na III Conferência Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente. Recurso utilizado para pagamento de diárias e adiantamento de despesas. Ordens 1155, 1156, 1157, 1158, 1253.
- Capacitação dos membros do CMDCA e Conselheiros Tutelares, Recurso utilizado para aquisição de materiais para realização da capacitação. Ordem 1481.
- Participação de membros do CMDCA e Conselheiros Tutelares no II Seminário do Sistema de Garantia de Direitos de Santa Catarina, realizado em Treze Tílias. Recurso utilizado para pagamento de inscrição, diárias e adiantamento de despesas. Ordens 3314, 3322, 3323, 3324, 3325, 3326.
- Realização do Processo Unificado de Escolha para membros do Conselho Tutelar. Recurso utilizado para realização da capacitação dos candidatos e material de divulgação do processo. Ordens 3544, 3805, 4226, 4227, 4228, 5312, 6542, 6738.
- Apoio na realização da Campanha Chega de Violência e Extermínio de Jovens. Recurso utilizado para aquisição de banners. Ordem 5045.

IV CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante do exposto e após análise dos documentos acima citados, após a realização da reunião que deliberou sobre análise da prestação de contas, o parecer deste Conselho dos Direitos da Criança e do Adolescente é pela **APROVAÇÃO** da prestação de contas do Fundo Municipal dos Direitos da Infância e Adolescência – FIA para o exercício de 2019.

Estando todos de acordo, abaixo assinamos o parecer:



MUNICÍPIO DE MONTE CARLO-SC

CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE



Nome		Função	Assinatura	
			Aprovada	Reprovada
Felipe Pontes	T	Presidente	<i>Felipe Pontes</i>	
Vanessa Justimiano	S	1ª Secretária		
Ruibamar Mattos	T	Vice-presidente	<i>Ruibamar Mattos</i>	
Denise Becker	S	Membro		
Verônica de Carli	T	Membro	<i>Verônica</i>	
Célia França	S	Membro		
Ana Paula Bogo	T	Membro		
Elisiane Rieger	S	Membro		
Claudia Zancan	T	Membro		
Sandra Cordeiro	S	Membro	<i>[Signature]</i>	
Josiane Dementóvis	T	Membro		
Anderson Sartor	S	Membro		
Sandra dos Santos	T	Membro	<i>[Signature]</i>	
Lucélia Santana	S	Membro		
Clarice Santos Crema	T	Membro	<i>CLARICE S. CREMA</i>	
Kelly Pieri	S	Membro		

Membro Titular – T

Membro Suplente - S

Felipe
FELIPE PONTES

Presidente do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA
Monte Carlo-SC



Envio de Pareceres dos Conselhos PCP
EXTRATO DAS INFORMAÇÕES RECEBIDAS

Solicitante: Marcela Marcon Gonçalves

CPF Solicitante: 3178729909

Unidade: Prefeitura Municipal de Monte Carlo

Email Solicitante: controleinterno@montecarlo.sc.gov.br

O Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina, recebeu de V.S^a os seguintes documentos assinados digitalmente:

Documentos Enviados		
Nome	Tipo de Documento	Sigiloso
plano de ação e aplicação FIA 2020.pdf	- Parecer do Conselho Municipal dos Direitos da Infância e do Adolescente	
Resolução aprovação CMDCA.pdf	- Parecer do Conselho Municipal dos Direitos da Infância e do Adolescente	
PArecer CMDCA.pdf	- Parecer do Conselho Municipal dos Direitos da Infância e do Adolescente	

PROCESSO Nº:	@PCP 20/00097299
UNIDADE GESTORA:	Prefeitura Municipal de Monte Carlo
RESPONSÁVEL:	Sônia Salete Vedovatto
INTERESSADOS:	Adair Luiz Gonçalves
ASSUNTO:	Prestação de Contas referente ao exercício de 2019
RELATOR:	José Nei Alberton Ascari
PROPOSTA DE VOTO:	GAC/JNA - 994/2020

I. EMENTA

PRESTAÇÃO DE CONTAS DE PREFEITO. EMISSION DE PARECER PRÉVIO. APROVAÇÃO.

A inexistência de restrições capazes de macular as contas prestadas pelo Prefeito é razão suficiente para a emissão de Parecer Prévio sugerindo a sua aprovação, com as Determinações e Recomendações de praxe.

II. INTRODUÇÃO

Tratam os autos de Prestação de Contas do Prefeito Municipal de Monte Carlo referente ao exercício de 2019, de responsabilidade do Sr. Sônia Salete Vedovatto, ora submetida por este Relator ao Egrégio Plenário do Tribunal de Contas de Santa Catarina, em virtude da competência prevista no art. 31 da Constituição Federal, no art. 113 da Constituição do Estado de Santa Catarina e nos arts. 1º, II, e 50 da Lei Complementar (estadual) nº 202/2000.

Em atenção ao disposto no art. 7º da Instrução Normativa nº TC-0020/2015, a Unidade Gestora remeteu a este Tribunal o balanço anual consolidado e as informações dos registros contábeis e de execução orçamentária do Município, os quais foram analisados pela Diretoria de Controle, por meio do Relatório Técnico nº 92/2020, que ao final sugeriu o seguinte encaminhamento:

9.1. RESTRIÇÕES DE ORDEM CONSTITUCIONAL

Não foram encontradas restrições desta natureza, de acordo com os critérios técnicos adotados.

9.2. RESTRIÇÃO DE ORDEM LEGAL

9.2.1. Atraso na remessa da Prestação de Contas do Prefeito caracterizando afronta ao artigo 51 da Lei Complementar n.º 202/2000 c/c o artigo 7º da Instrução Normativa n.º TC-20/2015.(fls. 1 a 3 dos autos)

9.2.2. Ausência de disponibilização em meios eletrônicos de acesso público, no prazo estabelecido, de informações pormenorizadas sobre o Lançamento da Receita, de modo a garantir a transparência da gestão fiscal, em descumprimento ao estabelecido no artigo 48-A (II) da Lei Complementar n.º 101/2000 alterada pela Lei Complementar n.º 131/2009 c/c o artigo 7º, II do Decreto Federal n.º 7.185/2010. (Capítulo 7)

9.3. RESTRIÇÕES DE ORDEM REGULAMENTAR

9.3.1. Ausência de encaminhamento do Parecer do Conselho Municipal de Saúde, em desatendimento ao que dispõe o artigo 7º, Parágrafo Único, inciso I da Instrução Normativa N.TC-20/2015. (item 6.2)

9.3.2. Ausência de encaminhamento do Parecer do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, em desatendimento ao que dispõe o artigo 7º, Parágrafo Único, inciso II da Instrução Normativa N.TC-20/2015. (item 6.3)

9.3.3. Ausência de encaminhamento do Parecer do Conselho Municipal de Assistência Social em desatendimento ao que dispõe o artigo 7º, Parágrafo Único, inciso III da Instrução Normativa N.TC-20/2015. (item 6.5)

9.3.4. Ausência de encaminhamento do Parecer do Conselho Municipal do Idoso em desatendimento ao que dispõe o artigo 7º, Parágrafo Único, inciso V da Instrução Normativa N.TC-20/2015. (item 6.6)

[...]

Diante das Restrições de Ordem Legal e Regulamentar apuradas, respectivamente, nos itens 9.2 e 9.3, deste Relatório, entende esta Diretoria que, à vista da análise procedida, possa o Tribunal de Contas, além da emissão do parecer prévio, decidir por:

I - RECOMENDAR à Câmara de Vereadores anotação e verificação de acatamento, pelo Poder Executivo, das observações constantes do presente Relatório;

II –RECOMENDAR ao Órgão Central de Controle Interno que atente para o cumprimento do inciso X do Anexo II – Relatório do Órgão Central do Sistema de

Controle Interno da Instrução Normativa TCE/SC n.º 20/2015, no que diz respeito a avaliação do cumprimento de aplicação mínima dos 95% dos recursos do Fundeb.

III–DAR CIÊNCIA ao Conselho Municipal de Educação, em cumprimento à Ação 9c.2 estabelecida na Portaria n.º TC-0374/2018, acerca da análise do cumprimento dos limites no Ensino e FUNDEB, dos Pareceres do Conselho do FUNDEB e Alimentação Escolar e do monitoramento da Meta 1 do Plano Nacional de Educação, conforme itens 5.2, 6.1, 6.5 e 8.2, deste Relatório;

IV –DETERMINAR ao Responsável pelo Poder Executivo a adoção de providências imediatas quanto à irregularidade apontada no Capítulo 7 - Do Cumprimento da Lei Complementar n.º 131/2009 e do Decreto Federal n.º 7.185/2010;

V –SOLICITAR à Câmara de Vereadores seja o Tribunal de Contas comunicado do resultado do julgamento das Contas Anuais em questão, conforme prescreve o art. 59 da Lei Complementar n.º 202/2000, inclusive com a remessa do ato respectivo e da ata da sessão de julgamento da Câmara.

O Ministério Público de Contas, em Parecer, assim se manifestou:

Ante o exposto, o Ministério Público de Contas, com amparo na competência conferida pelo art. 108, incisos I e II, da Lei Complementar Estadual n. 202/2000, manifesta-se:

9.1. pela emissão de parecer recomendando à Câmara Municipal a APROVAÇÃO das contas da Prefeitura Municipal de Monte Carlo, relativas ao exercício de 2019;

9.2. pela DETERMINAÇÃO para formação de autos apartados com vistas ao exame dos atos descritos nos itens 9.2.1, 9.2.2 e 9.3.1 a 9.3.4 do relatório técnico, bem como das impropriedades relacionadas à questão do plano diretor;

9.3. pela RECOMENDAÇÃO para que o Município adote os procedimentos necessários para a elaboração da lei instituidora do plano diretor;

9.4. pela REMESSA DE INFORMAÇÕES ao Ministério Público Estadual para ciência das impropriedades relacionadas à questão do plano diretor;

9.5. pela RECOMENDAÇÃO no sentido de que a Unidade Gestora efetue as adequações necessárias ao cumprimento de todos os aspectos avaliados no presente

exercício quanto às políticas públicas municipais, consoante o disposto no item 6 deste parecer;

9.6. pela AVALIAÇÃO sobre o retorno da análise das questões que envolvem o sistema de controle interno na apreciação das contas prestadas por Prefeitos, aliada à expedição de recomendação no sentido de que o Município observe atentamente as disposições do Anexo II da Instrução Normativa n. TC-0020/2015, especialmente no que se refere ao inciso XVIII, diante do cenário de pandemia de COVID-19, conforme delineado no item 8 deste parecer;

9.7. pelas PROVIDÊNCIAS descritas na conclusão do relatório técnico.

É o relatório.

III. DISCUSSÃO

No âmbito de sua missão constitucional, o Tribunal de Contas tem a incumbência de apreciar as contas anuais dos municípios e emitir parecer técnico para subsidiar posterior julgamento pelas respectivas Câmaras de Vereadores.

As contas de governo, prestadas anualmente pelos Prefeitos, demonstram o retrato da situação das finanças da Unidade Federativa. Revelam o cumprir do orçamento, dos planos de governo, dos programas governamentais, demonstram os níveis de endividamento, o atender aos limites de gasto mínimo e máximo previstos no ordenamento para saúde, educação, gastos com pessoal etc. Consubstanciam-se, enfim, nos Balanços Gerais prescritos pelas leis que regem a Administração Pública, nas leis orçamentárias locais, nos relatórios previstos na Lei de Responsabilidade Fiscal e em outros demonstrativos¹.

Este Relator, após analisar o que dos autos consta, entende relevante tecer algumas considerações acerca dos apontamentos efetuados pelo Corpo Instrutivo e na manifestação do Ministério Público junto a este Tribunal.

Conforme já assinalado, a análise desenvolvida pela Diretoria Técnica desta Casa abrange o exame do Balanço Anual e das informações dos registros contábeis e de execução

¹ Vide: BRASIL. Superior Tribunal de Justiça. Acórdão no RMS nº 11060/GO. Relator Ministro Paulo Medina. Publicado no DJ de 16/09/2002 p. 159. Disponível em <http://www.stj.jus.br/SCON/jurisprudencia/doc.jsp?livre=ROMS+11060&b=ACOR&p=true&l=10&i=2>. Acessado em 04/08/2017.

orçamentária, que envolve a análise da gestão orçamentária, patrimonial e financeira, acrescidas de diversas outras informações, como a caracterização do município, com dados históricos e econômicos deste – PIB e índices de desenvolvimento econômico e social – bem como gráficos com a evolução histórica dos últimos cinco anos e o comparativo com médias regionais (das associações de municípios) e nacionais. Tais informações são importantes para que se tenha uma visão do desempenho da Administração Municipal, não só pelo órgão de fiscalização, mas voltada também para o controle social.

O objetivo é que o Relatório Técnico não sirva somente para embasar o julgamento das contas pelo Poder Legislativo, mas também que apresente aos edis e aos cidadãos comuns dados e informações de seu município de forma compreensiva e pedagógica.

As informações são apresentadas em gráficos “linha” de evolução histórica comparativa – dados sobre o esforço tributário, IPTU *per capita*, cobrança da dívida ativa, quocientes de resultados patrimoniais e financeiros, aplicações em saúde e educação e despesas de pessoal, entre outros.

A verificação dos cumprimentos dos limites máximos e mínimos constitucionais e infraconstitucionais para a aplicação de recursos públicos na esfera municipal também foi apresentada com a evolução histórica comparativa. Assim, é possível visualizar-se o desempenho da gestão pública nas principais áreas de atuação ao longo dos anos.

1. APURAÇÃO DO RESULTADO ORÇAMENTÁRIO

O resultado da análise efetuada pela Diretoria de Contas de Governo desta Casa, consubstanciado no Relatório da DGO, demonstra que o Município de Monte Carlo apresentou no exercício sob exame:

- Receita arrecadada (realizada) da ordem de R\$ 31.666.226,71, perfazendo 106,94% da receita orçada (estimada); e
- Despesa realizada (executada) pelo Município foi de R\$ 30.977.461,51, o que representou 87,97% da despesa autorizada.

O confronto entre a receita arrecadada e a despesa realizada resultou no Superávit de execução orçamentária da ordem de R\$ 688.765,20, correspondendo a 2,18% da receita arrecadada.

2. ANÁLISE DO RESULTADO FINANCEIRO

O confronto entre o Ativo Financeiro e o Passivo Financeiro do exercício encerrado resulta em Superávit Financeiro de R\$ 5.014.689,17 e a sua correlação demonstra que para cada R\$ 1,00 (um real) de recursos financeiros existentes, o Município possui R\$ 0,12 de dívida de curto prazo.

Em relação ao exercício anterior, ocorreu variação positiva de R\$ 769.054,73 passando de um Superávit de R\$ 4.245.634,44 para um Superávit de R\$ 5.014.689,17, correspondendo a 15,84% da Receita Arrecadada do Município.

Registre-se que a Prefeitura apresentou, de forma isolada, um Superávit de R\$ 3.331.614,57.

3. ANÁLISE DO CUMPRIMENTO DE LIMITES

No que concerne à verificação dos aspectos constitucionais e legais que devem nortear a atuação da administração pública, relativamente ao cumprimento dos limites mínimos exigidos para aplicação dos recursos nas áreas da Saúde e da Educação, tem-se que no exercício de 2019 que o Município de Monte Carlo apresentou, resumidamente o desempenho a seguir.

3.1. SAÚDE

Foram aplicados em Ações e Serviços Públicos de Saúde, no exercício em análise, das receitas com impostos, inclusive transferências, conforme estabelecido no artigo 77, III, e § 4º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias - ADCT, o montante de R\$ 3.765.632,94, o que corresponde a 23,08% da receita mencionada, CUMPRINDO o referido dispositivo constitucional.

3.2. ENSINO

3.2.1. LIMITE DE 25% DAS RECEITAS DE IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS

Com relação aos gastos com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino, o qual deve ser de no mínimo 25% da receita proveniente de impostos, compreendida a proveniente de transferências, apurou-se que o Município aplicou o montante de R\$ 4.420.353,32, o que corresponde a 26,06% da mencionada receita, CUMPRINDO o disposto no artigo 212 da Constituição Federal.

3.2.2. FUNDEB

Verificou-se que o Município aplicou o valor de R\$ 5.626.302,78, equivalendo a 63,55% dos recursos oriundos do FUNDEB, em gastos com a remuneração dos profissionais do magistério em efetivo exercício, CUMPRINDO o estabelecido no artigo 60, inciso XII do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT) e artigo 22 da Lei nº 11.494/2007.

Constatou-se que o Município aplicou o valor de R\$ 8.513.987,43, equivalendo a 96,17% dos recursos oriundos do FUNDEB, em despesas com Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica, CUMPRINDO o estabelecido no artigo 21 da Lei nº 11.494/2007.

Com relação à utilização dos recursos do FUNDEB no exercício seguinte ao do recebimento e mediante abertura de crédito adicional – artigo 21, § 2º da Lei nº 11.494/2007, verificou-se que o Município utilizou, no 1º trimestre mediante a abertura de crédito adicional, integralmente o saldo anterior dos recursos do FUNDEB, no valor de R\$ 67.174,95, CUMPRINDO o estabelecido no artigo 21, § 2º da Lei nº 11.494/2007.

3.3. LIMITES DE GASTOS COM PESSOAL (LRF)

3.3.1. LIMITE MÁXIMO PARA OS GASTOS COM PESSOAL DO MUNICÍPIO

Considerando o limite de 60% da Receita Corrente Líquida para os gastos com pessoal do Município, conforme o art. 169 da Constituição Federal c/c o art. 19, III da Lei Complementar nº 101/2000 (LRF), o Município gastou 56,22% do total da receita corrente líquida em despesas com pessoal, CUMPRINDO o limite legal.

3.3.2. LIMITE MÁXIMO PARA OS GASTOS COM PESSOAL DO PODER EXECUTIVO

Considerando o limite máximo de 54% da Receita Corrente Líquida para os gastos com pessoal do Poder Executivo (Prefeitura, Fundos, Fundações, Autarquias e Empresas Estatais Dependentes), conforme estabelece o artigo 20, III, 'b' da Lei Complementar nº 101/2000 (LRF), verificou-se que o Poder Executivo gastou 53,17% daquele total, CUMPRINDO o limite legal.

Constatou-se que a despesa com pessoal do Poder Executivo, referente ao 1º quadrimestre de 2019, importou em R\$ 15.217.152,42, correspondendo a 54,67% da receita corrente líquida, descumprindo o limite máximo de 54% (cinquenta e quatro por cento) da receita corrente líquida que cabe ao Poder Executivo, fixado no artigo 20, inciso III, “b”, da Lei Complementar nº 101/2000. Contudo, conforme apuração demonstrada no Quadro 18-A do Relatório DGO, a despesa de pessoal do Poder Executivo no 2º quadrimestre do exercício de 2019, representou 53,15% da Receita Corrente Líquida, CUMPRINDO o estabelecido no artigo 23 da Lei Complementar nº 101/2000.

3.3.3. LIMITE MÁXIMO PARA OS GASTOS COM PESSOAL DO PODER LEGISLATIVO

Considerando o limite de 6% da Receita Corrente Líquida para os gastos com pessoal do Poder Legislativo (Câmara Municipal), conforme o artigo 20, III, 'a' da Lei Complementar nº 101/2000 (LRF), verificou-se que o Poder Legislativo aplicou 3,05% daquele total, CUMPRINDO o limite legal.

4. CONSELHOS MUNICIPAIS

Os Conselhos Municipais são considerados órgãos públicos que contribuem de forma significativa na execução de políticas públicas setoriais.

Os Conselhos podem ser de natureza obrigatória ou discricionária. Os obrigatórios são exigidos por leis federais, cujas funções são definidas como deliberativas, fiscalizadoras, de assessoramento, supervisoras e executivas; enquanto que os de criação discricionária são decorrentes de legislação municipal.

Neste item, conforme consta do Relatório Técnico, foram apuradas restrições quando da consulta ao processo eletrônico gerado através dos dados encaminhados pelo Município de Monte Carlo, onde constatou-se que não terem sido encaminhados os Pareceres

do Conselho Municipal de Saúde, do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, do Conselho Municipal de Assistência Social e do Conselho Municipal do Idoso em desatendimento ao que dispõe o artigo 7º, Parágrafo Único, inciso I, II, III e V da Instrução Normativa N.TC-20/2015.

Entretanto, após a remessa dos autos ao meu Gabinete para manifestação conclusiva, foram juntados ao processo os documentos de fls. 306 a 315 referente ao Parecer do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.

Assim, conforme consta do processo eletrônico gerado por meio dos dados encaminhados pelo Município de Monte Carlo, constata-se que foi enviado o arquivo denominado Parecer do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, sanando a restrição identificada no item 9.3.2. do Relatório DGO. Contudo, registra-se que não houve análise técnica quanto ao seu conteúdo.

Quanto aos demais Pareceres de Conselhos Municipais do Idoso, do Conselho Municipal de Saúde, do Conselho Municipal de Assistência Social e do Conselho Municipal do Idoso, considero suficiente a remessa de recomendação ao Responsável pelo Poder Executivo Municipal que observe o que dispõe o artigo 7º, Parágrafo Único, inciso I, III e V da Instrução Normativa N.TC-20/2015.

5. DO CUMPRIMENTO DA LEI COMPLEMENTAR Nº 131/2009 E DO DECRETO FEDERAL Nº 7.185/2010.

Visando assegurar a transparência da Gestão Pública e Fiscal, a Lei Complementar nº 131/2009 acrescentou dispositivos à Lei Complementar nº 101/2000, a fim de determinar a disponibilização, em tempo real, de informações pormenorizadas sobre a execução orçamentária e financeira referentes à receita e à despesa, da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, bem como definiu prazos para a implantação.

O sistema integrado de administração financeira e controle – SISTEMA mencionado no inciso III do § 1º do artigo 48 da Lei Complementar nº 101/2000 alterado pela Lei Complementar nº 131/2009, foi regulamentado por meio do Decreto Federal nº 7.185/2010, estabelecendo requisitos com padrão mínimo de qualidade necessário para assegurar a transparência da gestão fiscal.

Diante disso, a Diretoria Técnica apurou, por amostragem, o CUMPRIMENTO pelo Município, de 11 dos 12 pontos de controle das normas estabelecidas na Lei Complementar nº 101/2000, alterada pelas Leis Complementares nº 131/2009 e 156/2016, em conjunto com o Decreto Federal nº 7.185/2010, conforme consta do Quadro 20 do Relatório DGO.

Restou identificada a ausência de disponibilização em meios eletrônicos de acesso público, no prazo estabelecido, de informações pormenorizadas sobre o Lançamento da Receita, de modo a garantir a transparência da gestão fiscal, sendo pertinente para o caso em tela a remessa de recomendação ao Poder Executivo Municipal, para que observe o estabelecido no artigo 48-A (II) da Lei Complementar nº 101/2000 alterada pela Lei Complementar nº 131/2009 c/c o artigo 7º, II do Decreto Federal nº 7.185/2010, Capítulo 7 do Relatório DGO.

6. POLÍTICAS PÚBLICAS

As políticas públicas estão presentes principalmente nas áreas de saúde, educação, segurança, habitação, transporte, assistência social e meio ambiente, as quais existem em todas as esferas de governo (federal, estadual e municipal). Utilizam-se, assim, dos instrumentos de planejamento (Plano Plurianual – PPA, Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO e Lei Orçamentária anual –LOA) para executá-las.

Diante disso, foram realizadas pelo Órgão Técnico avaliações quantitativas no que se refere às ações nas áreas de saúde e educação, por meio do monitoramento do Plano Nacional de Saúde – PNS – Pactuação Interfederativa 2017-2021(Lei n.º 8.080/90, art. 15, VIII) e do Plano Nacional de Educação – PNE (Lei Federal n.º 13.005, de 25/06/2014), respectivamente.

No que se refere ao Plano Nacional de Saúde, a Diretoria Técnica anotou em seu Relatório que o monitoramento das metas/resultados pactuadas no Plano Nacional de Saúde, do exercício em análise, restou prejudicada, em razão da ausência de dados disponíveis para pesquisa no *site* da Secretaria de Saúde do Estado de Santa Catarina.

No que concerne aos objetivos de desenvolvimento sustentável – ODS (Agenda 2030 – ONU) relacionados à saúde, reiterou o Órgão Técnico que os Municípios adotem medidas para contemplá-los em suas políticas públicas de saúde.

Quanto às metas do Plano Nacional de Educação analisadas neste processo, apurou-se que a Taxa de Atendimento de crianças de 0 a 3 anos de idade, que frequentaram as

creches no referido Município, no exercício em análise, foi de 63,17%, estando DENTRO do percentual mínimo previsto para a Meta 1 do referido Plano.

Relativamente à Taxa de Atendimento de crianças de 4 a 5 anos de idade que frequentaram a Pré-escola no referido Município, no exercício, foi de 58,13%, estando FORA da Meta 1 do Plano Nacional de Educação.

Analizando o esforço orçamentário do Município para o atingimento das metas do PNE durante o exercício em análise, a Diretoria Técnica constatou que o total executado alcançou o valor de R\$ 4.768.873,81, representando 16,11% do orçamento do Município, conforme demonstrado no item 8.2.4 do Relatório DGO.

7. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Da análise dos autos, verifico que o resultado da gestão orçamentária, financeira e patrimonial do Município no exercício em análise foi satisfatório.

O exame da conclusão final exarada pela Diretoria Técnica não aponta a existência de restrições que possuam o condão de macular o equilíbrio das contas do Município de Monte Carlo, à luz da Decisão Normativa nº TC – 06/08, que estabelece critérios para emissão do Parecer Prévio e julgamento das contas de administradores por este Tribunal.

Contudo, existem duas restrições de ordem legal e três de ordem regulamentar que merecem atenção, quais sejam:

- atraso na remessa da Prestação de Contas do Prefeito, caracterizando afronta ao artigo 51 da Lei Complementar nº 202/2000 c/c o artigo 7º da Instrução Normativa nº TC – 20/2015- item 9.2.1 do Relatório DGO;

- ausência de disponibilização em meios eletrônicos de acesso público, no prazo estabelecido, de informações pormenorizadas sobre o Lançamento da Receita, de modo a garantir a transparência da gestão fiscal, em descumprimento ao estabelecido no artigo 48-A (II) da Lei Complementar nº 101/2000 alterada pela Lei Complementar nº 131/2009 c/c o artigo 7º, II do Decreto Federal nº 7.185/2010 - item 9.2.2 do Relatório DGO e;

- ausência de encaminhamento dos Pareceres do Conselho Municipal de Saúde, do Conselho Municipal de Assistência Social e do Conselho Municipal do Idoso em desatendimento

ao que dispõe o artigo 7º, Parágrafo Único, inciso I, III e V da Instrução Normativa N.TC-20/2015 - itens 9.3.1, 9.3.3 e 9.3.4 do Relatório DGO

No caso das restrições acima identificadas, entendo pertinente a formulação de recomendações à administração municipal, no sentido de que se proceda os ajustes necessários para a correção das restrições de ordem legal e regulamentar verificadas, bem como, a prevenção da ocorrência de falhas semelhantes.

A Procuradora de Contas manifestou-se pela determinação para formação de autos apartados, com vista ao exame das impropriedades identificadas constantes dos itens 9.2 e 9.3 do Relatório DGO e da ausência de plano diretor vigente, em desobediência ao disposto no 40, § 3º, Lei n. 10.257/2001 – Estatuto da Cidade,

Conforme dito anteriormente, no que tange às impropriedades identificadas nos autos constantes dos itens 9.2 e 9.3 do Relatório DGO, meu entendimento, como expus acima, é pela recomendação à unidade para que proceda aos ajustes necessários e previna a ocorrência de falhas semelhantes.

Já quanto as impropriedades acerca do plano diretor, tenho a esclarecer que muito embora considere a preocupação do Parquet Especial pertinente, tendo em vista a importância da elaboração de um plano diretor para a política urbana do município, entendo, salvo melhor juízo, que o tema não é objeto de investigação em sede de contas de governo. Dito isso, posiciono-me de modo contrário a formação de autos apartados e recomendação.

Quanto à sugestão para que seja comunicado ao Ministério Público Estadual, as impropriedades relacionadas ao plano diretor, verifico que é possível ao próprio Ministério Público de Contas encaminhar tais informações, ao final da apreciação das Prestações de Contas dos Prefeitos por este Tribunal, por meio de Relatório Circunstanciado, em atendimento ao previsto no item 2.1, alínea “c”, do Termo de Cooperação Técnica n. 005/2016, celebrado entre aquele órgão e o Parquet de Contas, para ciência dos fatos e adoção das medidas que entender cabíveis.

Com relação à determinação para que a Diretoria Técnica competente promova o retorno da análise das deficiências do controle interno na apreciação das contas prestadas por Prefeitos, as quais permanecem como causa de rejeição delineada no art. 9º, inciso XI, da Decisão Normativa n. TC-06/2008, entendo pertinente que se dê ciência dos fatos à Diretoria Geral de

Controle Externo — DGCE, a quem compete avaliar e propor diretrizes relativas ao controle e à fiscalização a cargo do Tribunal, consoante dispõe o art. 32 da Resolução n. TC-149/2019.

Bom frisar, assim como o fez o Ministério Público de Contas, que a pandemia causará forte impacto nas contas públicas, diante disso revela-se a importância do relatório do órgão central de controle interno, já que o inciso XVIII, Anexo II da Instrução Normativa n. TC-0020/2015, faz constar a necessidade de Relatório sobre eventos justificadores de situações de emergência ou calamidade pública, com os reflexos econômicos e sociais, bem como discriminação dos gastos extraordinários realizados pelo ente para atendimento específico ao evento, indicando número do empenho.

Todavia, não coaduno da sugestão de expedição de recomendação à Unidade, quanto à questão relacionada ao Anexo II da Instrução Normativa n. TC-0020/2015, uma vez que não há um posicionamento desta Corte de Contas, acerca do retorno da análise das questões que envolvem o sistema de controle interno, na apreciação das contas prestadas por Prefeitos.

Por fim, entendo pertinente a remessa de informação ao Conselho Municipal de Educação para que atue junto ao Executivo Municipal, em razão do descumprimento da Meta 1 do Plano Nacional de Educação.

Também acolho a sugestão do Ministério Público de Contas acerca de expedição de recomendação à Unidade para que efetue as adequações necessárias ao cumprimento de todos os aspectos avaliados no presente exercício, quanto às políticas públicas municipais, uma vez que restou verificado que o Município em questão está fora do percentual mínimo previsto para a Meta 1 do Plano Nacional de Educação.

Por fim, entendo pertinente a remessa de informação ao Conselho Municipal de Educação para que atue junto ao Executivo Municipal, em razão da Taxa de Atendimento de crianças de 4 a 5 anos de idade que frequentaram a Pré-escola no referido Município, no exercício, por estar FORA da Meta 1 do Plano Nacional de Educação.

Diante de todo o exposto, restam presentes os requisitos que autorizam a expedição de Parecer Prévio favorável à aprovação das contas ora analisadas.

IV. VOTO

Diante do exposto, proponho ao Egrégio Tribunal Pleno a adoção da seguinte deliberação:

1. EMITIR PARECER recomendando à Egrégia Câmara Municipal Monte Carlo, a APROVAÇÃO das contas anuais do exercício de 2019 do Prefeito Sr. Sônia Salete Vedovatto.

1.1. RECOMENDAR ao Poder Executivo de Monte Carlo que adote providências visando à correção das deficiências apontadas pelo Órgão Instrutivo, a seguir identificadas, e a prevenção de outras semelhantes:

1.1.1. Atraso na remessa da Prestação de Contas do Prefeito, caracterizando afronta ao artigo 51 da Lei Complementar n.º 202/2000, c/c o artigo 7º da Instrução Normativa n.º TC-20/2015 - item 9.2.1. do Relatório DGO.

1.1.2. Ausência de disponibilização em meios eletrônicos de acesso público, no prazo estabelecido, de informações pormenorizadas sobre o Lançamento da Receita, de modo a garantir a transparência da gestão fiscal, em descumprimento ao estabelecido no artigo 48-A (II) da Lei Complementar n.º 101/2000, alterada pela Lei Complementar n.º 131/2009, c/c o artigo 7º, II do Decreto Federal n.º 7.185/2010 - item 9.2.2. do Relatório DGO.

1.1.3. Ausência de encaminhamento do Parecer do Conselho Municipal de Saúde, em desatendimento ao que dispõe o artigo 7º, Parágrafo Único, inciso I, da Instrução Normativa N.TC-20/2015 - item 9.3.1. do Relatório DGO.

1.1.4. Ausência de encaminhamento do Parecer do Conselho Municipal de Assistência Social, em desatendimento ao que dispõe o artigo 7º, parágrafo único, inciso III da Instrução Normativa N.TC-20/2015 - item 9.3.3. do Relatório DGO.

1.1.5. Ausência de encaminhamento do Parecer do Conselho Municipal do Idoso, em desatendimento ao que dispõe o artigo 7º, parágrafo único, inciso V, da Instrução Normativa N.TC-20/2015 - - item 9.3.4. do Relatório DGO.

1.2. RECOMENDAR à Câmara de Vereadores a anotação e acatamento, pelo Poder Executivo, das observações constantes do Relatório Técnico.

1.3. RECOMENDAR ao Município de Monte Carlo que efetue as adequações necessárias ao cumprimento de todos os aspectos de saúde e educação avaliados no presente exercício quanto às políticas públicas municipais.

1.4. RECOMENDAR ao Município de Monte Carlo que, após o trânsito em julgado, divulgue a prestação de contas em análise e o respectivo parecer prévio, inclusive em meios eletrônicos de acesso público, conforme estabelece o art. 48 da Lei Complementar n. 101/2000 – LRF.

1.5. DAR CIÊNCIA ao Conselho Municipal de Educação, encaminhando-se cópia do Relatório Técnico, em cumprimento à Ação 9c.2 estabelecida na Portaria nº TC-0374/2018, acerca da análise do cumprimento dos limites no Ensino e FUNDEB, dos Pareceres do Conselho do FUNDEB e Alimentação Escolar e do monitoramento da Meta 1 do Plano Nacional de Educação, conforme itens 5.2, 6.1, 6.5 e 8.2, do Relatório DGO.

1.6. DAR CIÊNCIA deste Relatório e Voto ao Diretor Geral de Controle Externo desta Casa - DGCE, conforme considerações constantes desta manifestação e da conclusão do Parecer MPC sobre o retorno da análise das questões que envolvem o sistema de controle interno na apreciação das contas prestadas por Prefeitos.

1.7. SOLICITAR à Egrégia Câmara de Vereadores que comunique a esta Corte de Contas o resultado do julgamento das presentes contas anuais, conforme prescreve o art. 59 da Lei Complementar (estadual) n. 202/2000, com a remessa de cópia do ato respectivo e da ata da sessão de julgamento da Câmara.

1.8. DAR CIÊNCIA do Parecer Prévio, bem como do Relatório e Voto do Relator, do Relatório Técnico que o fundamentam ao responsável, à Prefeitura, à Câmara Municipal de Monte Carlo, ao Controle Interno do Município e ao Conselho Municipal de Educação do Município.

Florianópolis, 24 de Agosto de 2020

Conselheiro José Nei Alberton Ascari
Relator

PROCESSO Nº: @PCP 20/00097299
UNIDADE GESTORA: Prefeitura Municipal de Monte Carlo
RESPONSÁVEL: Sônia Salete Vedovatto
INTERESSADOS: Adair Luiz Gonçalves
ASSUNTO: Prestação de Contas do Prefeito referente ao exercício de 2019
RELATOR: José Nei Alberton Ascari
UNIDADE TÉCNICA: Divisão 3 - DGO/CCGE/DIV3
DESPACHO: GAC/JNA - 1148/2020

Vistos etc.

Indefiro a juntada do expediente encaminhado sob o protocolo de número 27821/2020, haja vista que o processo @PCP 20/00097299 já foi julgado na sessão plenária (ordinária-virtual) de 09 de setembro do corrente ano.

Diante disso, determino a devolução do referido protocolo à unidade de origem.

Florianópolis, 28 de setembro de 2020.

Conselheiro José Nei Alberton Ascari
Relator



Ofício TCE/SC/SEG/ 17722/2020

Florianópolis, 1º de outubro de 2020.

A Senhora Controladora Interna

MARCELA MARCON GONÇALVES

Rodovia SC 452, Km 24, 1551, A/C Prefeitura
Municipal de Monte Carlo - Controle Interno,
Centro, CEP 89618000, Monte Carlo, SC

Senhora Controladora Interna,

Comunico a V.Sa. que o documento encaminhado a este Tribunal por meio do protocolo nº 27821/2020 foi arquivado pelos fatos expostos no Despacho, disponibilizado no endereço virtual.

A cópia dos autos pode ser acessada no endereço via internet: <http://virtual.tce.sc.gov.br/web/#/visualizador/publico/processo>, digitando a seguinte chave: Chave de Acesso: 224A44BB-B, Número do Protocolo: 27821, Ano: 2020

Atenciosamente,

MARCOS ANTONIO FABRE

Secretário Geral

Assinado eletronicamente

Processo n.: @PCP 20/00097299

Assunto: Prestação de Contas da Prefeita referente ao exercício de 2019

Responsável: Sônia Salete Vedovatto

Unidade Gestora: Prefeitura Municipal de Monte Carlo

Unidade Técnica: DGO

Parecer Prévio n.: 52/2020

O **TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SANTA CATARINA**, reunido nesta data, em Sessão Ordinária, com fulcro nos arts. 31 da Constituição Federal, 113 da Constituição do Estado e 1º e 50 da Lei Complementar (estadual) n. 202/2000, tendo examinado e discutido a matéria, acolhe, o Relatório e a Proposta de Parecer Prévio da Relatora, aprovando-os:

1. EMITE PARECER recomendando à egrégia Câmara Municipal Monte Carlo a **APROVAÇÃO** das contas anuais do exercício de 2019 da Prefeita, Sra. Sônia Salete Vedovatto.

2. Recomenda ao Poder Executivo de Monte Carlo que adote providências visando à correção das deficiências apontadas pelo Órgão Instrutivo, a seguir identificadas, e à prevenção de outras semelhantes:

2.1. Atraso na remessa da Prestação de Contas do Prefeito, caracterizando afronta ao art. 51 da Lei Complementar (estadual) n. 202/2000 c/c o art. 7º da Instrução Normativa n. TC-20/2015 (item 9.2.1 do **Relatório DGO n. 92/2020**);

2.2. Ausência de disponibilização em meios eletrônicos de acesso público, no prazo estabelecido, de informações pormenorizadas sobre o Lançamento da Receita, de modo a garantir a transparência da gestão fiscal, em descumprimento ao estabelecido no art. 48-A, II, da Lei Complementar n. 101/2000, alterada pela Lei Complementar n. 131/2009, c/c o art. 7º, II, do Decreto (federal) n. 7.185/2010 (item 9.2.2 do Relatório DGO);

2.3. Ausência de encaminhamento do Parecer do Conselho Municipal de Saúde, em desatendimento ao que dispõe o art. 7º, parágrafo único, I, da Instrução Normativa n. TC-20/2015 (item 9.3.1 do Relatório DGO);

2.4. Ausência de encaminhamento do Parecer do Conselho Municipal de Assistência Social, em desatendimento ao que dispõe o art. 7º, parágrafo único, III, da Instrução Normativa n. TC-20/2015 (item 9.3.3 do Relatório DGO);

2.5. Ausência de encaminhamento do Parecer do Conselho Municipal do Idoso, em desatendimento ao que dispõe o art. 7º, parágrafo único, V, da Instrução Normativa n. TC-20/2015 (item 9.3.4 do Relatório DGO).

3. Recomenda à Câmara de Vereadores a anotação e acatamento, pelo Poder Executivo, das observações constantes do Relatório Técnico.

4. Recomenda ao Município de Monte Carlo que:

4.1. efetue as adequações necessárias ao cumprimento de todos os aspectos de saúde e educação avaliados no presente exercício quanto às políticas públicas municipais;

4.2. após o trânsito em julgado, divulgue a prestação de contas em análise e o respectivo parecer prévio, inclusive em meios eletrônicos de acesso público, conforme estabelece o art. 48 da Lei Complementar n. 101/2000 – LRF.

5. Solicita à egrégia Câmara de Vereadores que comunique a esta Corte de Contas o resultado do julgamento das presentes contas anuais, conforme prescreve o art. 59 da Lei Complementar (estadual) n. 202/2000, com a remessa de cópia do ato respectivo e da ata da sessão de julgamento da Câmara.

6. Determina a ciência deste Parecer Prévio à Câmara de Vereadores de Monte Carlo.

7. Determina a ciência deste Parecer Prévio, bem como do Relatório e Voto do Relator e do **Relatório DGO n. 92/2020** que o fundamentam:

7.1. ao Conselho Municipal de Educação, em cumprimento à Ação 9c.2 estabelecida na Portaria n. TC-0374/2018, acerca da análise do cumprimento dos limites no Ensino e FUNDEB, dos Pareceres do Conselho do FUNDEB e Alimentação Escolar e do monitoramento da Meta 1 do Plano Nacional de Educação (itens 5.2, 6.1, 6.5 e 8.2 do Relatório DGO);

7.2. ao Diretor-Geral de Controle Externo desta Casa, conforme considerações constantes da manifestação do Relator e da conclusão do Parecer MPC sobre o retorno da análise das questões que envolvem o sistema de controle interno na apreciação das contas prestadas por Prefeitos;

7.3. à Prefeitura Municipal de Monte Carlo e ao Controle Interno daquele Município.

Ata n.: 25/2020

Data da sessão n.: 09/09/2020 - Ordinária - Virtual

Especificação do quórum: Adircélio de Moraes Ferreira Júnior, Herneus De Nadal, Wilson Rogério Wan-Dall, Luiz Roberto Herbst, Cesar Filomeno Fontes, Luiz Eduardo Cherem e José Nei Alberton Ascari

Representante do Ministério Público de Contas/SC: Cibelly Farias

Conselheiros-Substitutos presentes: Gerson dos Santos Sicca, Cleber Muniz Gavi e Sabrina Nunes Iocken

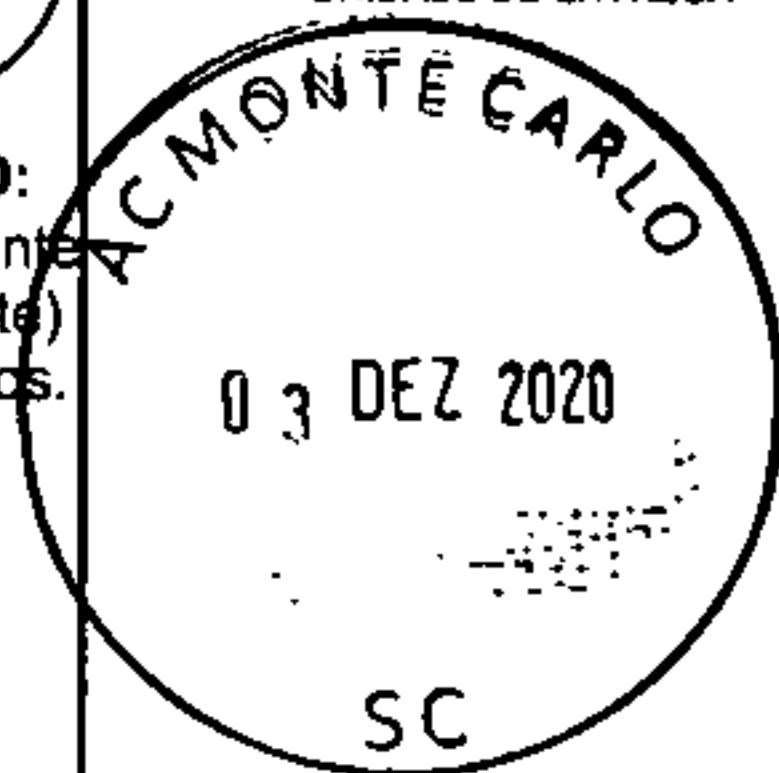
ADIRCÉLIO DE MORAES FERREIRA
JÚNIOR
Presidente

JOSÉ NEI ALBERTON ASCARI
Relator

Fui presente: CIBELLY FARIAS
Procuradora-Geral do Ministério Público de Contas/SC

**Digital**CDIP/DR-SC
01/12/2020
LOTE 937

TCE-SC

CARIMBO
UNIDADE DE ENTREGA**BH****DESTINATÁRIO:**

Marcela Marcon Gonçalves
Rodovia SC 452, Km 24, nº 1551 complemento:
A/C Prefeitura Municipal de Monte Carlo - Centro
Monte Carlo SC
89618-000

AR191432845KZ

**TENTATIVAS DE ENTREGA**

1ª ____/____/____ : ____h

2ª ____/____/____ : ____h

3ª ____/____/____ : ____h

MOTIVOS DA DEVOLUÇÃO

- | | |
|--|--|
| <input type="checkbox"/> 1 Mudou-se | <input type="checkbox"/> 5 Recusado |
| <input type="checkbox"/> 2 Endereço Insuficiente | <input type="checkbox"/> 6 Não Procurado |
| <input type="checkbox"/> 3 Não Existe o Número | <input type="checkbox"/> 7 Ausente |
| <input type="checkbox"/> 4 Desconhecido | <input type="checkbox"/> 8 Falecido |
| <input type="checkbox"/> 9 Outros _____ | |

ATENÇÃO:
Posta restante
de 20 (vinte)
dias corridos.**ENDEREÇO PARA DEVOLUÇÃO DO AR**

Centralizador Regional

DECLARAÇÃO DE CONTEÚDO (OPCIONAL)

Ofício: 17722/2020 - Protocolo: 27821/2020

PARA USO DO CLIENTE (OPCIONAL)**ASSINATURA DO RECEBEDOR**

Salete Gomes / Edir Salete Souza

NOME LEGÍVEL DO RECEBEDOR**DATA DE ENTREGA**

03 / 12 / 20

Nº DOCUMENTO DE IDENTIDADE

2.142.640

RUBRICA E MATRÍCULA DO CARTEIRO

11560924

CDIP FNS

Ofício TCE/SC/SEG/ 24153/2020

Florianópolis, 14 de dezembro de 2020.

À Senhora Prefeita Municipal

SÔNIA SALETE VEDOVATTO

Prefeitura Municipal de Monte Carlo

Rodovia SC 452, Km 24, 1551, Esquina com Rua Vilma Gomes,

Centro, CEP 89618000, Monte Carlo, SC

Assunto: **decisão no processo @PCP 20/00097299.**

Senhora Prefeita Municipal,

Comunico a V. Exa. que o Egrégio Plenário deste Tribunal em sessão de 09/09/2020, quando da apreciação do Processo @PCP 20/00097299 da Prefeitura Municipal de Monte Carlo, que trata de Prestação de Contas do Prefeito referente ao exercício de 2019, exarou parecer prévio que está disponibilizado no endereço virtual.

A cópia dos autos pode ser acessada no endereço via internet: <http://virtual.tce.sc.gov.br/web/#/visualizador/publico/processo>, digitando a seguinte Chave de Acesso: 3697E9CE-B, Processo: 2000097299.

Atenciosamente,

Flavia Leticia Fernandes Baesso Martins

Secretária Geral

Assinado eletronicamente

Ofício TCE/SC/SEG/ 24157/2020

Florianópolis, 14 de dezembro de 2020.

Ao Senhor Presidente

ADAIR LUIZ GONÇALVES

Câmara Municipal de Monte Carlo

Rua do Comércio, 665, Centro,

CEP 89618000, Monte Carlo, SC

Assunto: **decisão no processo @PCP 20/00097299.**

Senhor Presidente,

Comunico a V. Exa. que o Egrégio Plenário deste Tribunal em sessão de 09/09/2020, quando da apreciação do Processo @PCP 20/00097299 da Prefeitura Municipal de Monte Carlo, que trata de Prestação de Contas do Prefeito referente ao exercício de 2019, exarou parecer prévio que está disponibilizado no endereço virtual.

Ressalto que somente após o decurso de prazo para a interposição do pedido de reapreciação pelo Prefeito é que as peças do referido processo estarão disponibilizadas para o competente julgamento e, na oportunidade, esta Câmara será comunicada.

A cópia dos autos pode ser acessada no endereço via internet: <http://virtual.tce.sc.gov.br/web/#/visualizador/publico/processo>, digitando a seguinte Chave de Acesso: 1DC86DA3-B, Processo: 2000097299.

Atenciosamente,

Flavia Leticia Fernandes Baesso Martins

Secretária Geral

Assinado eletronicamente

Ofício TCE/SC/SEG/ 24159/2020

Florianópolis, 14 de dezembro de 2020.

À Senhora

MARCELA MARCON GONÇALVES

Rodovia SC 452, Km 24, 1551, A/C Prefeitura
Municipal de Monte Carlo - Controle Interno,
Centro, CEP 89618000, Monte Carlo, SC

Assunto: **decisão no processo @PCP 20/00097299.**

Senhora Controladora Interna,

Comunico a V. Sa. que o Egrégio Plenário deste Tribunal em sessão de 09/09/2020, quando da apreciação do Processo @PCP 20/00097299 da Prefeitura Municipal de Monte Carlo, que trata de Prestação de Contas do Prefeito referente ao exercício de 2019, exarou parecer prévio que está disponibilizado no endereço virtual.

A cópia dos autos pode ser acessada no endereço via internet: <http://virtual.tce.sc.gov.br/web/#/visualizador/publico/processo>, digitando a seguinte Chave de Acesso: 26E4A2A8-C, Processo: 2000097299.

Atenciosamente,

Flavia Leticia Fernandes Baesso Martins

Secretária Geral

Assinado eletronicamente

Ofício TCE/SC/SEG/ 24163/2020

Florianópolis, 14 de dezembro de 2020.

À Senhora Presidente

MARLEI VEDOVATTO

Conselho Municipal de Educação de Monte Carlo
SC 452, Km 24, 1551, Esquina com Rua Vilma Gomes,
Centro, CEP 89618000, Monte Carlo, SC

Assunto: **decisão no processo @PCP 20/00097299.**

Senhora Presidente,

Comunico a V. Exa. que o Egrégio Plenário deste Tribunal em sessão de 09/09/2020, quando da apreciação do Processo @PCP 20/00097299 da Prefeitura Municipal de Monte Carlo, que trata de Prestação de Contas do Prefeito referente ao exercício de 2019, exarou parecer prévio que está disponibilizado no endereço virtual.

A cópia dos autos pode ser acessada no endereço via internet: <http://virtual.tce.sc.gov.br/web/#/visualizador/publico/processo>, digitando a seguinte Chave de Acesso: 62A8EE49-E, Processo: 2000097299.

Atenciosamente,

Flavia Leticia Fernandes Baesso Martins

Secretária Geral

Assinado eletronicamente

Ofício TCE/SC/SEG/ 24894/2020

Florianópolis, 18 de dezembro de 2020.

Ao Senhor Presidente

ADAIR LUIZ GONÇALVES

Câmara Municipal de Monte Carlo

Rua do Comércio, 665, Centro, CEP 89618000, Monte Carlo, SC

Assunto: **decisão no processo @PCP 20/00097299.**

Senhor Presidente

Comunico a disponibilidade para julgamento do processo @PCP 20/00097299, do(a) Prefeitura Municipal de Monte Carlo, que trata de Prestação de Contas do Prefeito referente ao exercício de 2019.

Ressalto a solicitação de que esta Câmara de Vereadores comunique a esta Corte de Contas o resultado do julgamento das presentes contas anuais, conforme prescreve o art. 59 da Lei Complementar (estadual) n. 202/2000, com a juntada eletrônica de cópia do ato respectivo e da ata da sessão de julgamento da Câmara.

A cópia dos autos pode ser acessada no endereço via internet: <http://virtual.tce.sc.gov.br/web/#/visualizador/publico/processo>, digitando a seguinte Chave de Acesso: 7CABDE7D-6, Processo: 2000097299.

Atenciosamente,

Flavia Leticia Fernandes Baesso Martins

Secretária Geral

Assinado eletronicamente